



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA



**NA DISSIMULAÇÃO DO TURISMO, A ESTRUTURAÇÃO DA
ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NO LITORAL DE SERGIPE**

MAX ALBERTO NASCIMENTO SANTOS

São Cristóvão – SE

Outubro de 2018

MAX ALBERTO NASCIMENTO SANTOS

**NA DISSIMULAÇÃO DO TURISMO, A ESTRUTURAÇÃO DA
ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NO LITORAL DE SERGIPE**

Tese apresentada como requisito final para
obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-
Graduação em Geografia - PPGeo, da
Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Orientação: Professora Dr.^a Ana Rocha dos
Santos.

São Cristóvão – SE

Outubro de 2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Max Alberto Nascimento
S237n Na dissimulação do turismo, a estruturação da especulação
imobiliária no litoral de Sergipe / Max Alberto Nascimento Santos ;
orientadora Ana Rocha dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2018.
217 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de
Sergipe, 2018.

1. Geografia regional. 2. Turismo e Estado. 3. Investimentos
imobiliários. 4. Solo – Uso. 5. Costa – Sergipe. 6. PRODETUR
(Programa : Brasil) I. Santos, Ana Rocha dos, ~~orient.~~ II. Título.

CDU 913:338.48:332.76(813.7)(210.5)

MAX ALBERTO NASCIMENTO SANTOS

**NA DISSIMULAÇÃO DO TURISMO, A ESTRUTURAÇÃO DA
ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NO LITORAL DE SERGIPE**

Banca Examinadora

Presidente: Professora Dr.^a Ana Rocha Santos

1º Examinador: Professora Dr.^a Alexandrina Luz Conceição

2º Examinador: Professor Dr.^o Antônio Carlos Campos

3º Examinador: Professor Dr.^o Lício Valério Lima Vieira

4º Examinador: Professora Dr.^a Vania Fonseca

São Cristóvão – SE

Outubro de 2018

A Ortencia, pelo amor que me nutre...

A Dr.^a Ana, por tudo ao longo dessa caminhada...

AGRADECIMENTOS

Sou grato a Deus e à espiritualidade amiga por essa etapa que finaliza;

A Ortencia, Fabiana e Juliana, minha amada família, companheiras de luta nessa caminhada chamada vida;

A Dr.^a Ana Rocha, pela confiança, pela amizade que construímos, pelo compromisso profissional, pelo sorriso de esperança com o qual sempre me recebeu, por compreender minhas limitações, por ter sido “estrela no deserto a me guiar, farol no mar das incertezas..” muito obrigado;

Aos que me proporcionaram o incalculável tesouro da vida, a amizade. A vocês, queridos amigos, o meu carinho e gratidão pela energia positiva, torcida e incentivo;

Aos colegas da turma de Mestrado/Doutorado 2014, com um afago especial aos queridos Vanilza Andrade, Joseane, Mário Jorge, Salomé Fredrich, Paulo Adriano e Edésio. Agradeço a confiança, a boa conversa, a partilha das angústias, as palavras de auxílio;

A doutora Josefa Lisboa, à qual nutro imenso respeito, obrigado pelos ensinamentos e por toda a contribuição no processo de qualificação desta tese;

A Simone Sardeiro, pela disposição e contribuições cartográficas;

Aos professores membros da banca examinadora, agradeço pela disponibilidade, pelo olhar cuidadoso, pelos princípios profissionais e por toda a contribuição intelectual durante a minha caminhada acadêmica.

Ao PPGEU/UFS, que neste ano completa 35 anos de importantes contribuições à ciência brasileira, agradeço aos demais professores e funcionários.

Ao trabalhador brasileiro, que o suor honesto de luta e esperança, contribui para o funcionamento do ensino público nesse país.

“Eu não sou pobre, eu sou sóbrio, de
bagagem leve. Vivo com apenas o
suficiente para que as coisas não roubem
minha liberdade.”

Pepe Mujica

Resumo

Até a construção das pontes litorâneas a partir da década de 1990, os municípios da zona costeira sergipana apresentavam fragilidade de comunicação viária para a realização de atividades turísticas, entre outras. Após os anos 1990, uma nova orientação de desenvolvimento econômico se processou no país com a adoção de políticas públicas associadas a acordos internacionais com agências multilaterais para o desenvolvimento pelo turismo, especialmente no Nordeste brasileiro. O estado de Sergipe seguiu essa tendência de investimentos para o desenvolvimento do turismo com a construção de rodovias litorâneas, interligações hidroviárias, construção de pontes e a criação de outras infraestruturas para o turismo, que facilitou, intensificou e diversificou fluxos geográficos dos municípios da zona costeira e contribuiu de modo significativo na (re)produção deste espaço. O objetivo desse estudo é analisar a dinâmica regional e as reconfigurações territoriais que se processaram no litoral sergipano depois da instalação da infraestrutura de pontes e rodovias, sustentado na tese de que: as políticas públicas de implementação de infraestruturas (pontes e rodovias) na fachada litorânea de Sergipe, justificadas pelo discurso do desenvolvimento do turismo, elitizam e intensificam a segregação socioespacial dessa porção do litoral sergipano, por promover e dar suporte a facilitação da entrada do capital especulativo por meio da intensificação dos fluxos, sobretudo na implementação de investimentos imobiliários privados, que (des)territorializam, supervalorizam a terra, atraem novos investimentos, geram impactos ambientais e desencadeiam acentuados contrastes sociais e paisagísticos, além de intensificarem a dinâmica regional. A pesquisa proposta está assentada na análise dialética, considerando as contradições da produção do turismo e o papel do Estado na promoção dessa política pública que na promoção do turismo, (re) produz a segregação socioespacial e a valorização do capital, via empreendimentos imobiliários.

Palavras-Chaves: Litoral Sergipano, Políticas Públicas de Turismo, Especulação Imobiliária.

Abstract

Before the construction of the coastal bridges which began in the 1990's, the municipalities of the coastal zone of Sergipe presented a fragility of road communication to the accomplishment of tourist activities, among others. However, after the 1990's, a new orientation of economic development took place in the country with the adoption of public policies associated with international agreements with multilateral agencies to the development by tourism, especially in the Brazilian Northeast. This tendency of investment was followed by the State of Sergipe for the development of tourism with the construction of coastal highways, waterway interconnections, bridge constructions and the creation of other infrastructures for tourism, which facilitated, intensified and diversified the geographical flows of the zone coastal municipalities and contributed significantly to the (re-)production of this space. The aim of this study is to analyze the regional dynamics and the territorial reconfigurations that took place in the coast of Sergipe after the installation of the infrastructure of bridges and highways, based on the thesis that: public policies of the implementation of infrastructures (bridges and highways) in the coastline of the state of Sergipe, justified by the discourse of the development of tourism that create and intensify the social and spatial segregation in this part of the Sergipe coast, in order to promote and support the facilitation of the entry of speculative capital through the intensification of flows, especially in the implementation of private real estate investments, which (un)territorialize, overvalue the land, attract new investment, generate environmental impacts and trigger strong social and landscape contrasts, besides intensify the regional dynamics. The proposed research is based on the dialectical analysis, considering the contradictions of the production of tourism and the role of the State in promoting this public policy, which in the promotion of tourism, (re) produces socio-spatial segregation and capital appreciation, through real estate ventures.

Key-words: Sergipe Coastline, Tourism Public Policies, Real Estate Speculation.

Lista de Figuras

Figura 1 - Os portos sergipanos no século XIX

Figura 2 – Transporte de Balsa sobre o Rio Vaza Barris

Figura 3 – Ponte sobre o Rio Japarutuba

Figura 4 – Ponte sobre o Rio Sergipe

Figura 5 – Ponte sobre o estuário do Rio Piauí

Figura 6 – Evento de autorização do início das obras de pavimentação da Rodovia SE-100N

Figura 7 – Ocupação Imobiliária Praia do Saco, Estância/SE

Figura 8 – Retirada de Publicidade do Riverside Resort

Figura 9 - Reintegração de posse de terreno da União em Pirambu

Figura 10 – Processo de ocupação urbana da Praia de Atalaia, década de 1970

Figura 11 – Loteamento Luar da Praia. Barra dos Coqueiros/Litoral de Sergipe

Figura 12 – Futuro empreendimento imobiliário em terreno litorâneo às margens da Rodovia SE100N

Figura 13 – Complexo *Alphaville* Sergipe

Figura 14 - *Prodigy Beach Resort & Convention* Aracaju

Figura 15 – Perspectiva da Reforma do Aeroporto de Aracaju

Figura 16- Ambiente urbano de Aracaju, década de 1960

Figura 17 – Valorização imobiliária da paisagem estuarina de Aracaju, década de 1980

Figura 18 – Publicidade da obra da Rodovia José Sarney, década de 1980

Figura 19 – Rodovia José Sarney e Rodovia dos Náufragos, década de 2010

Figura 20 – Antigo Hotel Parque dos Coqueiros, 2010

Figura 21 – Trecho inicial do Projeto Orla Sul

Figura 22 – Obras da Rodovia SE100 Norte

Figura 23 – Evolução da ocupação imobiliária no Povoado Caueira 2001-2016, Itaporanga D’Ajuda/Sergipe.

Figura 24 – Condomínios Residenciais Fechados às margens da rodovia José Sarney

Figura 25 – Reserva de terras especulativas às margens da Rodovia José Sarney

Figura 26 – Transformação do uso do solo no litoral sergipano

Figura 27 – Parque Eólico Barra dos Coqueiros

Figura 28 – Intensificação da ocupação do solo na ZEU de Aracaju

Figura 29 – Processo especulativo no município de Barra dos Coqueiros/SE

Figura 30 – Reservas de terra para especulação no litoral sergipano

Figura 31 – Interface do site oficial da Secretaria de Turismo de Sergipe – 2018

Figura 32 – Festejo junino de Aracaju

Figura 33 – Inspeção do CREA/SE nas Instalações do Hotel Palace

Figura 34 – Ruínas do Terminal Turístico de Pirambu, 2018

Figura 35 – Base do Projeto Tamar no município de Pirambu

Figura 36 – Reserva de terras especulativas, Rodovia SE 100, Itaporanga D’Ajuda, SE, 2018

Figura 37 – Mercado imobiliário litorâneo ao longo da Rodovia SE 100

Figura 38 – O litoral como mercadoria especulativa

Figura 39 – Trecho da Rodovia SE100 e os aspectos da valorização das terras do Litoral de Sergipe

Figura 40 – Empreendimentos *Alphaville* Urbanismo no litoral sergipano

Figura 41 – Comercialização e Publicidade do Loteamento Luar da Barra

Figura 42 – Reorientação de uso do solo às margens da Rodovia SE 100

Figura 43 – Publicidade do Condomínio *Belleville*, Indiaroba/SE

Figura 44 – Intensificação do uso do solo no litoral sergipano

Figura 45 – Povoado Terra-Caída e Condomínio Fechado *Belleville* às margens da Rodovia SE 100, município de Indiaroba

Figura 46 – Empreendimento *BelleVille*

Figura 47 – Atributos ambientais na valorização e especulação imobiliária, Povoado Terra-Caída, Indiaroba, Litoral Sul de Sergipe.

Lista de Mapas

Mapa 1 – Atual estrutura de circulação rodoviária litorânea de Sergipe.

Mapa 2 – Área geográfica de estudo

Mapa 3 – Localização das sedes administrativas dos municípios litorâneos

Mapa 4 – Localização da REBIO Santa Isabel

Mapa 5 – Disposição do sistema de circulação rodoviário de Sergipe

Mapa 6 – Distribuição dos empreendimentos identificados no litoral de Sergipe sob a influência da Rodovia SE 100

Lista de Quadros

Quadro 1 – Distribuição dos recursos do Prodetur/NE1

Quadro 2 – Distribuição dos investimentos Prodetur I/SE

Quadro 3 – Periodização dos espaços de veraneio de Aracaju

Quadro 4 – Número de estabelecimentos por tipo Atividades Características do Turismo
– ACT em Sergipe, cadastradas no Ministério do Turismo, 2012-2016

Quadro 5 – Ocupação Formal do Turismo no Brasil, Região Nordeste e Estado de
Sergipe

Quadro 6 – Fluxo turístico nacional, Sergipe, 2005-2010

Quadro 7 – Atuação de Grupos Imobiliários no Litoral Sul e Norte de Sergipe

Lista de Siglas

ABIH/SE - Associação Brasileira da Indústria Hoteleira em Sergipe

ACT - Atividades Características do Turismo

ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente

ASN - Agência Sergipana de Notícia

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGED - Cadastro geral de Empregados e Desempregados

CBMSE – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe

CCS - Centro de Convenções de Sergipe

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba

CREA/SE - Conselho Regional de Engenharia de Sergipe

CTI-NE – Comissão de Turismo Integrado do Nordeste

DER – Departamento de Estradas e Rodagens de Sergipe

DESO – Companhia de Saneamento de Sergipe

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

DOU - Diário Oficial da União

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

EMSETUR – Empresa Sergipana de Turismo

FMI – Fundo Monetário Internacional

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca

IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

MPF/SE – Ministério Público Federal de Sergipe

MTUR – Ministério do Turismo

MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia

OMT - Organização Mundial do Turismo

PDN – Plano Nacional de Desenvolvimento

PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo de Sustentável

PNT – Política Nacional de Turismo

PND - Programa Nacional de Desestatização

PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

PROINVEST - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal

REBIO - Reserva Biológica Santa Isabel

SEDETEC - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

SETUR - Secretaria do Estado de Turismo

SIMT - Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SPU - Superintendência do Patrimônio da União

TECARMO - Terminal Marítimo Petrolífero da Petrobrás

TCU – Tribunal de Contas da União

TRF - Tribunal Regional Federal

UIOOT - União Internacional de Organismos de Turismo

WTO – *World Trade Organization*

WTTC - *World Travel & Tourism Council*

ZEU – Zona de Expansão Urbana

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1: Da natureza à mercadoria: os caminhos da valorização do litoral.....	11
1.1 – A relação Homem – Natureza.....	11
1.2 – O olhar para o mar numa relação histórica.....	21
1.3 – A praia como mercadoria desejada.....	32
Capítulo 2 - Formação territorial da zona costeira de Sergipe: dos espaços de exploração agrícola ao paraíso da especulação imobiliária.....	38
2.1 - Estruturação e ocupação do litoral brasileiro e sergipano: uma visão histórica.	38
2.2 - Do Nordeste das secas aos paraísos ensolarados litorâneos: a mudança no discurso político e as políticas públicas de mudanças.....	56
2.3 - A estruturação da Zona Costeira Nordestina para a exploração do litoral: a política pública do PRODETUR e os investimentos na metamorfose do ambiente costeiro.....	65
Capítulo 3 - Turismo e políticas públicas de turismo: a estruturação do tapete vermelho para a especulação imobiliária do litoral sergipano.....	76
3.1 – O Turismo como viabilidade.....	76
3.2 - O Prodetur e outros investimentos públicos para a estruturação da indústria do turismo em Sergipe.....	100
3.3 – Considerações sobre os impactos dos investimentos na estruturação das condições de exploração litorânea pelo turismo.....	126
Capítulo 4 – Das terras agrícolas às metamorfoses do litoral sergipano no desenvolvimento do turismo.....	132
4.1 – O contexto costeiro.....	132
4.2 - Na contramão do turismo, a produção das contradições.....	150
4.3 – Nas contradições do turismo, a estruturação da especulação imobiliária no litoral de Sergipe.....	177
Considerações Finais.....	204
Referências.....	209

Introdução

O litoral sergipano tem a sua história intimamente associada às atividades econômicas que foram preponderantes para o crescimento da região nordeste em seus diversos ciclos de desenvolvimento. No período colonial, o litoral serviu como entreposto comercial para a exploração do Pau-brasil. Recebeu influências da agricultura da cana-de-açúcar realizada na zona costeira nordestina e nesse processo histórico, foi utilizado como caminho de entrada para a pecuária, ao tempo em que abrigou também outras culturas agrícolas como a do coco da baía que ainda se faz presente nos dias atuais. Mais recentemente, as tentativas de industrialização dos estados nordestinos também acrescentam influências na atual reprodução desse espaço geográfico.

Não se pode desconsiderar que além dessas atividades, em meados da década de 1970, a descoberta e a exploração de petróleo em terras sergipanas tiveram também influência direta na conformação da ocupação litorânea, sobretudo na polarização de um centro econômico estadual, pois a dinâmica socioeconômica proporcionada pela atividade do petróleo foi um grande impulsionador para o crescimento da cidade de Aracaju, capital do estado.

Entretanto, num outro contexto econômico, em meados da década de 1990, sob a influência de organismos financeiros internacionais e baseado no sucesso dos balneários marítimos europeus e caribenhos, a temática da exploração do turismo como atividade econômica viável para o nordeste ganhou espaço nos debates políticos. Diante disso, a atividade passou a ser priorizada como política pública pelos governos.

Com a vantagem da presença de atributos ambientais de destaque no território nordestino, o sol, a praia, a paisagem e as terras litorâneas receberam grande valorização, se transformaram nas principais mercadorias de exploração e determinaram o segmento de turismo a ser estimulado na região: de sol e praia.

Ressalta-se que nesse período, a predominância financeira das formas de reprodução da riqueza se configurou através de novas e complexas formas de produção e apropriação do espaço.

Com isso, em um contexto descentralização política do país e a possibilidade de contratação de empréstimos pelos estados, o turismo passou a figurar nos discursos das lideranças políticas da região. Foi defendido como a solução para a estagnação da economia regional e como a saída mais viável para a superação da problemática do desemprego, dinamização fiscal dos estados e para o alcance do desenvolvimento econômico nordestino. Com essas justificativas, através de linhas de créditos internacionais, os governos dos estados nordestinos passaram a empenhar esforços na reconfiguração dos espaços, viabilização das condições necessárias à exploração da atividade do turismo e com isso desencadearam as ações iniciais de estruturação do seu principal produto: o litoral.

Idealizado pela lógica do mercado, o litoral passou a ser proposto e edificado com o objetivo da sua inserção no circuito mundial de valorização, especialmente através do ajustamento de suas formas de utilização, reprodução e reorganização de seus espaços. Um receituário externo serviu como modelo a ser seguido, tendo em vista uma possibilidade de sucesso quando da sua aplicação em outras localidades com contextos socioeconômicos e históricos distintos.

Com isso, diante do pressuposto que o Estado incorpora em suas políticas as necessidades da reprodução do capital de forma diferenciada no espaço, foi empreendido pelos governos estaduais um movimento regional de estruturação das bordas litorâneas dos estados nordestinos. A partir da ano de 1994, através da criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur foi priorizada a criação de sistemas de circulação que viabilizassem fluxos turísticos para a região, sobretudo com origem internacional. Aeroportos, vias litorâneas e saneamento ambiental foram implantados ou otimizados, já que a intenção era eliminar os principais dificultadores para a intensificação de novos fluxos e a exploração dos territórios a partir da viabilização dessa atividade.

Inserido nessa lógica, o governo de Sergipe acompanhou este processo. Adquiriu empréstimos, viabilizou obras e criou as condições necessárias para a fluida circulação no litoral e a sua plena utilização pelo turismo. Com isso, diante de investimentos públicos e a efetivação de uma infraestrutura de circulação propícia para a exploração do litoral pelo turismo, foi desencadeado também um processo de ocupação imobiliária, valorização e especulação das terras litorâneas do estado.

Nesse contexto, diante dessas ações que se ocorreram no estado para o desenvolvimento do turismo, surgiram inquietações sobre a inserção litorânea de Sergipe nesse processo, pois se observou que essas ações de estruturação das suas bordas marítimas, ao tempo em que proporcionavam a possibilidade de alinhamento entre os lugares na competitividade do modelo econômico capitalista através do mercado do turismo, produziam em escala local um novo espaço, engendravam também novos e diferenciados processos que se materializaram na reprodução do litoral e contribuíam principalmente de forma global na acumulação do capital, através do setor imobiliário.

Para Smith (1999), no processo histórico de desenvolvimento capitalista, o espaço se tornou uma preocupação cada vez maior no que diz respeito à sobrevivência do sistema. Até o final do século XIX, aproveitando um mercado para os seus produtos e um modelo de circulação organizado em escala mundial, o capitalismo procurou universalizar o seu modo de produção. A partir do século XX, a expansão econômica e a produção do espaço se dão mais pela diferenciação interna do espaço global.

Tais lógicas de acumulação e reprodução do capital são engendradas pelos agentes hegemônicos, com o patrocínio do Estado e se constituem como fatores responsáveis pelas mutações espaciais que se processam na linha costeira sergipana, desencadeando assim, um mosaico espacial complexo e com territorialidades expressas na segregação socioespacial, na riqueza e pobreza, na intensificação do uso do solo e na criação de reservas de vazios especulativos, e na elitização e favelização em alguns casos.

Nas palavras de Lefebvre (2006, p. 55), toda sociedade produz seu espaço, ou, caso se prefira, toda sociedade produz um espaço. Cada sociedade, dependendo do modo de produção, produzirá seu espaço à sua maneira. Dessa forma, os interesses da acumulação capitalista produzem um espaço, agora fatiado e posto à venda, onde o uso é constantemente açambarcado pela troca.

Ainda segundo o autor, o espaço geográfico é o contínuo resultado das relações socioespaciais. Tais relações são econômicas (relação sociedade-espaço mediatizada pelo trabalho), políticas (relação sociedade-Estado ou entre Estados-Nação)

e simbólico-culturais (relação sociedade-espço via linguagem e imaginário). A força motriz destas relações é a ação humana e suas práticas espaciais.

Diante desse pensamento, o presente estudo segue norteado pela seguinte tese: as políticas públicas de implementação de infraestruturas (pontes e rodovias) na fachada litorânea de Sergipe, justificadas pelo discurso do desenvolvimento do turismo, elitizam e intensificam a segregação socioespacial dessa porção do território sergipano, a partir do momento em que promovem e dão suporte a facilitação da entrada do capital especulativo por meio da intensificação dos fluxos, sobretudo na implementação de fixos privados (investimentos imobiliários), que (des)territorializam, supervalorizam a terra, criam novos fixos, geram impactos ambientais e desencadeiam acentuados contrastes sociais e paisagísticos, além de intensificarem a dinâmica regional.

Desse modo, diante das contradições percebidas nesse movimento, o objetivo geral deste estudo é analisar a dinâmica regional e as reconfigurações territoriais que se processaram no litoral sergipano após a instalação da infraestrutura de pontes e rodovias, edificadas sob a perspectiva do desenvolvimento econômico pelo turismo. Para isso, diante da complexidade desse problema e das diversas lógicas de produção e organização do espaço, esta pesquisa visa esclarecer os seguintes questionamentos:

□ A política pública de desenvolvimento regional para o litoral sergipano através da instalação de infraestrutura favorece o capital privado e provoca reconfigurações territoriais?

□ Como se deu o processo de uso, ocupação e produção do espaço do litoral sergipano com a criação do PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste) e demais investimentos e seus reflexos na configuração territorial atual?;

□ Como e para onde é direcionada a intensificação dos fluxos decorrentes da instalação dos objetos fixos?;

□ Qual o papel do poder público no processo de instalação dos objetos fixos e a como se processa a valorização dos terrenos sob influência das obras de infraestrutura?;

□ Qual o cenário em que se apresenta o segmento do turismo como atividade econômica estadual?.

Diante dessas questões, foi importante compreender o processo histórico de formação do litoral sergipano, numa leitura geográfica de totalidade. Nesse sentido, para o alcance dos objetivos propostos e desenvolvimento dessa pesquisa foi necessário a adoção de um método científico que balizou os caminhos dessa investigação.

Para Spósito (2004), a palavra método deriva do grego e significa “meta”, “caminho”. Segundo Caldas (1997), ao se referir ao método científico não estamos tratando, exclusivamente, de procedimentos e de técnicas de pesquisa, mas também de teorias e/ou de bases teóricas que alicerçam o caminho da pesquisa e anunciam o ponto de vista do pesquisador sobre a realidade.

Escolher o método indica a responsabilidade do pesquisador na busca pela elucidação dos seus questionamentos. Para Pierre George (1972), cada método usado nas pesquisas geográficas está dotado de ideologias e posições epistemológicas. Diante disso, por entender que o método é opção política do pesquisador e a forma pela qual a realidade é enxergada, a presente tese se fundamenta no método dialético para o alcance das respostas necessárias.

Para Freitas 2014 (Apud, Conceição, 2010), o método dialético tem a contradição como lei precípua, entendendo-se que a totalidade em que a realidade se inscreve, traz em si, forças contraditórias que se interpenetram.

Diante disso, empreendeu-se a análise dos investimentos públicos voltados para a atividade do turismo em Sergipe, através de uma visão ampla e totalizadora que envolveu o cenário econômico nacional e mundializado.

De acordo com Zago (2013), a abordagem dialética pressupõe uma visão totalizante do real, ou seja, por meio dela se percebe os diferentes elementos sociais como interligados a uma mesma totalidade. O agir e o pensar, mesmo que não nos demos conta disso, sempre implica a percepção do todo, uma visão do conjunto das relações.

Foram consideradas também, não somente as ações pontuais de investimentos em infraestrutura, mas os diversos segmentos socioeconômicos afetados pelo turismo e as contradições que se processaram através dessas ações.

Nesse sentido, distintamente do que se é propagado pelo discurso político ideológico em que o turismo é visto como proporcionador de desenvolvimento econômico, gerador de emprego e renda, o presente estudo procurou evidenciar o contrassenso que acompanha a atividade e demonstrar a realidade dessa totalidade encontrada, através da análise de partes de distintas nos vários segmentos envolvidos, para se enxergar essa nova realidade.

Ainda para o citado autor, em oposição ao pensamento de senso comum, a dialética se propõe a compreender a "coisa em si", construindo uma compreensão da realidade que considere a totalidade como dinâmica e em constante construção social. Ao considerar a realidade desta forma, a dialética rompe com a pseudo concretude por desvelar as tramas que relacionam a essência do fenômeno que ora se analisa.

Com isso, ao analisar a atividade do turismo, optou-se também em verificar o atual cenário de desempenho de outros segmentos públicos e privados envolvidos na economia do turismo e com isso identificar as incoerências que se afloram nessas relações, como por exemplo, o crescimento de insegurança pública estadual, para se obter e apresentar uma nova visão do todo que circunda esta atividade.

Os conceitos trabalhados nesta pesquisa têm como referencial de estudo a produção do espaço litorâneo sergipano, tendo como ponto de partida as metamorfoses deste espaço geográfico, além do entendimento da dinâmica regional e das reconfigurações territoriais, após a implementação de políticas públicas de criação de infraestrutura para o desenvolvimento do turismo, com o intuito de apreender a produção deste espaço e as relações de reprodução do capital.

As leituras foram direcionadas para compreender questões que contemplem a conjuntura econômica, política e social, com vistas à abrangência da totalidade, realizados por meio de pesquisa qualitativa, cuja intenção mais ampla foi analisar os interesses hegemônicos alcançados na criação da infraestrutura de circulação para

efetivação da atividade do turismo, sob o pretexto do desenvolvimento econômico estadual.

Já que, ao se compactuar com o pensamento de Santos (2003), a introdução de inovações capitalistas em um país em desenvolvimento abre sua formação socioeconômica a influências externas e reforça sua dependência ao modo de produção dominante. A formação socioeconômica dependente recebe, então, a influência direta de um ou vários países do centro.

Ainda segundo o autor, não obstante, quando esse processo é governado diretamente de fora sem a participação do povo envolvido, a estrutura prevalecente – uma armação na qual as estruturas se localizam – não é a da nação mais sim a estrutura global do sistema capitalista. As forma introduzidas deste modo servem ao modo de produção dominante ao invés de servir à formação socioeconômica local e às suas necessidades específicas.

No que se refere a análise com vista à abrangência da totalidade, categoria das mais fundamentais no processo de produção dialético, grosso modo, de acordo com Lukács (1967), a totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas.

Diante disso, além da dificuldade do acesso aos indicadores de desempenho da atividade, optou-se numa análise ampla que inter-relacionou ações e decisões multiescalares que direta e indiretamente afetaram ou influenciaram as atividades envolvidas no segmento do turismo.

Em se tratando da área de estudo, comprimida nos últimos vinte anos por tendências modernizadoras e processos globalizantes, sobretudo com políticas públicas para criação dessa infraestrutura turística, financiadas com aportes internacionais de recursos, o litoral sergipano tem experimentado mudanças significativas no uso e ocupação do solo e na (re)organização socioespacial ditada pelo rápido e desordenado

crescimento urbano. Essa lógica de produção e organização do espaço é deflagrada pelo Estado, articulando-se com o capital através de investimentos no setor imobiliário.

Nesse recorte geográfico são encontradas características e elementos bastante dinâmicos, bem como considerados de interesse econômico. Além disso, possuem os elementos paisagísticos mais desejados pelo mercado especulativo que são a franja litorânea e as áreas estuarinas. Tais atributos ambientais são comercializados na perspectiva da mercantilização da natureza, pois viram mercadorias de grande valor nos empreendimentos imobiliários, a partir do marketing da exclusividade e qualidade de vida.

Para efeito desse estudo foram analisados os municípios litorâneos da Zona Costeira sergipana que se encontram defrontantes com o mar e ainda os que são interligados pela Rodovia SE-100, recebendo assim, influência direta da interligação da rodoviária efetivada pela construção das pontes, são eles: Indiaroba, Estância, Itaporanga D'Ajuda, Aracaju, Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande.

No que se refere à metodologia, as técnicas de pesquisas adotadas utilizadas para realização deste estudo foram a pesquisa bibliográfica, a documental e o trabalho de campo, necessários, já que, inseridos numa visão de totalidade, se faz imprescindível o papel fundante e decisivo da identificação das contradições nas conexões do todo.

Para Dencker (2000), a pesquisa bibliográfica permite um grau de amplitude maior, economia de tempo e possibilita a criação das ideias de referência e o levantamento de dados históricos.

Essa etapa da pesquisa bibliográfica correspondeu ao levantamento, seleção e fichamento de documentos de interesse para concretização desse estudo. Em tempo, foi realizada também a pesquisa documental, procedimento que se assemelhou à pesquisa bibliográfica, onde foram acrescentadas outras fontes como artigos científicos, relatórios técnicos, estudos de impacto, encartes publicitários, matérias jornalísticas, dentre outros.

É válido ressaltar ainda, que existiu uma grande dificuldade no que se refere à constatação dos indicadores do turismo, visto a quase indisponibilidade desses estudos em nível estadual. Destaca-se ainda, que nos documentos verificados, a metodologia

utilizada para a identificação dos indicadores do mercado do turismo, não consideram as atividades que envolvem uso exclusivamente pelo turismo. São contabilizados os serviços utilizados de forma ampla pela sociedade e também pelo turista. Nesse sentido, apresentam dados dimensionados acima da realidade.

Ao longo da confecção dessa tese, outra técnica adotada para o entendimento do objeto de estudo foi a realização do trabalho de campo. Percorrer a Rodovia litorânea SE100 na observação dos municípios em estudo se constituiu uma importante estratégia, pois, nessas idas e vindas ao longo desse caminhar geográfico, foi proporcionada a inter-relação da realidade, com os dados e informações estudados na pesquisa bibliográfica e documental. Essa técnica foi, portanto, um instrumento fundamental na leitura, compreensão e constatação da problemática.

Visto que, nesta perspectiva teórica, para Lukács (1979), o homem, integrante desta totalidade concreta, é um ser que, a partir de seu relacionamento com a natureza, foi capaz de produzir os meios de produção dos bens que lhes são necessários, numa relação de trabalho, criando uma realidade diferente da natural, a realidade humano-social ou a práxis, na qual vai se criando como ser social.

A realização de entrevista semiestruturada e conversas informais também foram utilizadas como técnica de pesquisa. Empresários do setor do turismo, moradores, agentes e clientes do ramo imobiliário foram ouvidos. Nesse procedimento se estabeleceu o encontro entre alguns questionamentos e os possíveis esclarecimentos, com o intuito da validação e constatação de informações a respeito do tema em estudo. Ressalta-se ainda, na realização destes procedimentos, a dificuldade de acesso aos técnicos e aos gestores públicos envolvidos nessa temática de estudo.

Cabe ressaltar que no transcorrer dessas atividades, foi realizada ainda, pesquisas na rede mundial de computadores, os registros fotográficos, a tomada de pontos de coordenadas geográficas e a confecção de mapas com a utilização dessas informações.

Por último, foram realizadas as avaliações dos dados, o processamento das informações (textos, gráficos, mapas, imagens e tabelas), em seguida a elaboração da redação final da tese.

Diante do exposto, o presente trabalho se apresenta dividido em quatro capítulos estruturados individualmente em três seções, acrescentados de introdução e considerações finais.

O primeiro capítulo apresenta uma análise reflexiva histórica do pensamento do que se pode chamar relação homem – natureza e expõe um panorama que auxilia também no entendimento do atual desejo pelo consumo imobiliário do litoral brasileiro, sobretudo do recorte geográfico de análise nessa pesquisa, o litoral sergipano. Contextualiza historicamente o surgimento e consolidação do litoral como área imobiliária e de lazer e o entendimento da sua inserção comercial através da mercantilização da natureza.

O segundo capítulo traz uma abordagem a respeito da ocupação e estruturação do litoral nordestino e sergipano, e o processo de produção desse espaço no transcurso da história. Analisa os diferentes usos do litoral para auxiliar na compreensão da atual configuração desse espaço geográfico. Apresenta um retrospecto da postura política para a valorização do turismo no litoral, além de apresentar o contexto econômico nacional e o processo de criação do Prodetur.

O terceiro capítulo aborda o debate do turismo como atividade econômica viável para o nordeste. Apresenta um panorama a respeito da infraestrutura construída para viabilizar da atividade do turismo em Sergipe, ao tempo em que mostra o processo de crescimento da especulação imobiliária do litoral. Além disso, apresenta de modo geral, os investimentos estatais para a estruturação da atividade do turismo no estado.

O quarto e último capítulo contextualiza a metamorfose das terras litorâneas de Sergipe. Apresenta o processo histórico das relações de uso e ocupação do solo, destaca as contradições socioeconômicas e espaciais desencadeadas na dissimulação da atividade econômica do turismo e por fim, analisa dentre as contradições identificadas, o desempenho do setor imobiliário e o seu papel na reprodução do espaço litorâneo sergipano.

1 – DA NATUREZA À MERCADORIA: OS CAMINHOS DA VALORIZAÇÃO DO LITORAL

1.1 – A relação homem-natureza

Para o entendimento do processo de valorização, especulação e urbanização das zonas costeiras pelo mundo, sobretudo das áreas litorâneas como objeto de desejo da atual sociedade capitalista, se faz necessário uma análise reflexiva histórica do pensamento do que se pode chamar relação homem – natureza. A produção da relação homem - natureza apresenta um panorama que auxilia também o entendimento do atual desejo pelo consumo imobiliário do litoral brasileiro, sobretudo do recorte geográfico de análise nessa pesquisa, o litoral sergipano.

De acordo com os ensinamentos de Santos (2008), a história do homem sobre a terra é pautada por uma protrusão progressiva entre o homem e o entorno. Esse procedimento é acelerado quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do planeta, aparelhando-se de novos instrumentos técnicos para tentar dominá-lo. Essa natureza artificializada marca uma grande transformação na história humana da natureza.

Nos dias atuais, mesmo com a tecnologia atrelada ao meio científico e informacional, a partir de diferentes lógicas, a natureza enquanto objeto do conhecimento humano é tema bastante discutido por muitos pensadores ao longo da história da razão humana. Para a efetivação da sua existência no processo de produção da sociedade, o homem fundamentalmente necessitou intervir em mudanças no ambiente natural no qual estava inserido. Ao se refletir a respeito do conceito de natureza, construído e reconstruído na relação histórica com a sociedade, tem-se a vigência de pensamentos e ideias de acordo com períodos históricos, associados a uma concepção e representação da natureza em consonância com os ideais de mundo vigentes.

Segundo Alves e Silva (2009), no desenvolvimento da sociedade humana a natureza foi se constituindo como objeto para a magia, para a religião, para a filosofia, para a ciência, num constante processo de construção e reconstrução do pensamento humano.

Para Henrique (2009), o grande trunfo de se periodizar essa história, é a possibilidade metodológica de empiricizar em conjunto o tempo e o espaço (objetos e

ações). A periodização permite apreender, a cada momento histórico, os conteúdos e os valores atribuídos pela sociedade e que qualificam a natureza e o espaço geográfico.

De acordo com Henrique (2009), em seu estudo intitulado “O direito à natureza na cidade“, que norteou a periodização apresentada na presente reflexão, dentro da Idade Antiga, no período Clássico, tinha-se a concepção da natureza como mito. O conhecimento sobre a natureza era fruto da imaginação e contemplação, e ocorria através dos relatos heroicos dos aventureiros. Para o autor, a grande contribuição cultural do período ao se tratar da interpretação da natureza é a contribuição da cultura helênica, com suas histórias e épicos. Pare ele, os gregos também apresentaram importantes contribuições científicas para o entendimento da natureza, não negando as contribuições dos egípcios, mesopotâmios e romanos. Nesse período, a principal ação do homem sobre a natureza é dada pela invenção e propagação das técnicas da irrigação, que permitiram o maior desenvolvimento da agricultura e, conseqüentemente, propiciaram o incremento da produção de alimentos. Nessa fase acima descrita, o aspecto principal nesta relação homem – natureza era o de contemplação.

No século IV a.c., ao findar o período clássico, que nas reflexões intelectuais esboçavam um importante conjunto teórico que sustentava o conceito do homem como ser independente e controlador da natureza, deu-se início ao que se pode chamar de período teológico. A ideia do homem como o dominador da natureza é abandonada e o ponto de vista teocêntrico passa a ser o ideário dominante para a conceituação da natureza vista como obra e criação de Deus.

Nesse período de forte influência da teologia, a representação da natureza teve como referência as escrituras sagradas, as ideias foram marcadas pelo entendimento da bíblia, com forte significado teológico da natureza. Para Henrique (2009), no que se refere ao desenvolvimento das técnicas, o arado foi a grande revolução encontrada e, juntamente com a irrigação, aumentou a produção agrícola no período. Mesmo com este aparente desenvolvimento técnico, o temor à vontade de Deus prevaleceu e a natureza, entendida como sua obra, era dotada de valor divino. Para o autor, as relações do mundo citadino foram caracterizadas pelas cidades feudais, que tinham como características a proteção de fortes muralhas e, desta forma, estavam dispostas fisicamente separadas da “natureza” – dos bosques, florestas etc.

Segundo Alves e Silva (2009), no contexto do desenvolvimento mercantil, ainda na Idade Média, a burguesia e a igreja tinham na propriedade da terra e na exploração dos servos os recursos para a riqueza, que passaram a depender cada vez mais da técnica. O antropocentrismo e a perspectiva pragmática e utilitarista do pensamento cartesiano se consolidaram como aspectos favoráveis ao mercantilismo.

Já na Idade Moderna, período que se estende desde o século XV até meados do século XVIII, caracterizado como o dos descobrimentos e de um maior avanço ao desenvolvimento científico, a ideia de natureza foi cada vez mais se distanciando do homem e com isso passa a prevalecer uma ideia de dominação da natureza.

A Idade Moderna é marcada pela queda do Império Romano do Oriente, por volta do ano de 1453 e perdurou até o ano de 1789 com a Revolução Francesa. Muitas mudanças filosóficas, sociais, econômicas e políticas marcaram essa fase. Nela, as modificações foram densas na maneira do homem conceber e interagir com a natureza. A Filosofia Moderna surgiu como a solução para o ceticismo que imperava no final do século XVI e início do XVII.

As revoluções liberais da Idade Moderna, principalmente a Revolução Inglesa, a Francesa e a Independência dos Estados Unidos da América contribuíram para que o capitalismo se estabelecesse como sistema econômico predominante nos países da Europa ocidental e nos Estados Unidos. Desta forma, construíram a base para o desenvolvimento capitalista no mundo contemporâneo.

De acordo com Albuquerque (2007, p. 47), para restaurar o ideal da possibilidade do conhecimento da verdade pela razão, os filósofos modernos propuseram três grandes mudanças teóricas:

1. Ao invés de começar investigando a natureza, a Filosofia deveria começar investigando o sujeito do conhecimento (a própria razão), para saber se ele é capaz de conhecimento verdadeiro e, se for, quais as condições necessárias para que a capacidade de conhecer se realize corretamente, para depois partir para os objetos a serem conhecidos: a natureza.
2. As coisas exteriores ao homem somente seriam conhecidas quando a razão as representasse intelectualmente. Tudo o que pode ser conhecido deve poder ser representado por um conceito ou uma ideia clara, demonstrável e necessária. A natureza, a sociedade e a política poderiam ser inteiramente conhecidas, então, porque são racionais em si mesmas e, portanto, propensas a serem representadas pelo intelecto.

3. A natureza, por ser racional, seria um sistema ordenado de causas e efeitos necessários cuja estrutura profunda e invisível seria matemática. Assim, a realidade seria um sistema de causalidades racionais rigorosas passíveis de serem conhecidas e transformadas pelo homem.

Essa nova ideia de natureza contribuiu para que o homem moderno começasse a entendê-la não mais como uma natureza viva, voltada para a sobrevivência do homem e sim como algo controlável. Para Albuquerque (2007), essa natureza matemática, atômica, infinita e regida por leis universais se apresenta mais do que adequada para o desenvolvimento de um mundo racional, burguês, industrial e capitalista. É uma natureza-objeto, pronta para ser manipulada e explorada pelo homem através de seu conhecimento científico e suas tecnologias e servir de recurso para a expansão econômica almejada pelos burgueses, que estavam à frente do mercantilismo.

Para Santos (2008), antes da história, a natureza era una. Continua a sê-lo, em si mesma, contudo socialmente fragmentada. Agora unificada pela história, em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas. Mas já não é a natureza amiga, e o homem também já não é seu amigo.

A partir dessa nova concepção foi possível constatar que o desequilíbrio na relação homem – natureza passou a ser mais significativo, uma vez que para a nova fase econômica vigente à época, a utilização dos recursos oriundos da natureza não é apenas para a sobrevivência, mas sim extração do máximo de recurso, com o intuito de se auferir maior lucratividade nas trocas comerciais. Ignora-se assim a capacidade de recuperação da natureza e passa a enxergá-la como fonte de recurso que o homem pode explorar em seu benefício. Nesse sentido, tem-se início, a partir da segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, o processo de produção ininterrupto, de geração do lucro e acumulação do capital.

Nesse período, a expansão ultramarina e a colonização da América ampliaram o mercado europeu e abasteceu a Europa com riquezas que aceleraram a acumulação de capitais. A classe burguesa, então, se fortaleceu, e inclusive chegou ao poder. (ALBUQUERQUE, 2007). Ainda para o autor, foi na Idade Moderna que produzir para vender e lucrar começou a se tornar a regra geral. Tendo ocorrido inicialmente na Inglaterra, no século XVIII, a industrialização também ocorreu na

Alemanha, Estados Unidos, dentre outros, onde foram desenvolvidas as condições necessárias para a consolidação do capitalismo industrial.

Nesse sentido, Henrique (2009) afirma que as técnicas atreladas aos transportes ampliaram o horizonte da ação humana, contribuíram para uma expansão horizontal do conhecimento humano e permitiram que o homem saísse das prisões que a superfície da Terra lhe impunha. As cidades, principalmente aquelas com função comercial, passaram a se desenvolver em decorrência das rotas de comércio que foram estabelecidas. Para o autor, as ações humanas se concentraram na dissecação da natureza, no entendimento de suas partes, atreladas às ideias mecanicistas e atomistas da natureza. Neste período, a ação do homem sobre a natureza, voltada para os assentamentos humanos, revelava paralelamente uma preocupação com sua ordenação estética, com grandes jardins românticos e parques florestais atrelados a uma beleza natural/paisagem. O ambientalismo era estético – para a nobreza e a burguesia.

Ressalta-se que após da conquista dos mares, as relações sociais com o litoral começaram a ganhar um novo olhar. Passou-se então de um ambiente temido, atrelado ao desconhecido, para uma zona de alguns usos, sobretudo portuária e pesqueira, entretanto, ainda sem grande valorização comercial e imobiliária para ocupação humana.

Ao final do século XVIII, com a abertura da Idade Contemporânea, que se iniciou com a Revolução Francesa, em 1789 e se estende aos dias atuais, a concepção de natureza passa a ser de recurso, matéria-prima e fonte de exploração. As representações passaram a ser visuais, atreladas à tecnologia, e o trabalho atrelado a uma cultura industrial vigente passou a ser uma das formas de incorporação da natureza. Nesse sentido, o trabalho se tornou importante categoria na mediação da relação homem – natureza, sendo indispensável no entendimento da produção e reprodução da vida humana.

O que, para Marx (1980, p.202):

antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põem em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza,

imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

O capitalismo passou a ser o modelo econômico vigente no mundo contemporâneo, baseado na propriedade privada dos meios de produção e na propriedade intelectual, objetivando-se a obtenção do lucro. As decisões que se referem aos investimentos de capital são ditadas pelo segmento privado, e a produção, a distribuição e os preços dos bens, serviços e recursos humanos são controlados pelo mercado.

Marx afirmava, ainda no século XIX, ao analisar as relações sociais dessa sociedade capitalista vigente, que é impossível superar a desigualdade social desse modelo econômico, visto que a base desse sistema é o lucro e, portanto, a exploração da força de trabalho.

De acordo com Alves e Silva (2009), os agrupamentos humanos passam de uma relação limitada frente à natureza para um novo formato de relação, cada vez mais ativa e socialmente organizada. Um caminho que paulatinamente vai levando às relações marcadas por alto padrão de avanço da técnica e por modelos de produção, que definem relações cada vez mais predatórias em termos de utilização dos recursos da natureza e da ruptura do equilíbrio dos ecossistemas naturais e da biosfera, enquanto sistema natural global.

De acordo com Cavalcante (2007), a partir do século XIX, a ciência e a técnica adquiriram um significado central na sociedade. A natureza, cada vez mais tratada como algo a ser dominado e possuído, passou a ser dividida em biológica, física e química. O homem foi dividido em antropológico, histórico, sociológico, psicológico, econômico e político. Com isso, o mundo não é mais integrado, e sim dividido. Segundo o autor, o homem não se vê como parte da natureza. As áreas do saber são fragmentadas, o que dá uma falsa impressão de que são independentes e não se inter-relacionam. A ideia de uma natureza-objeto exterior ao homem implica a ideia de um homem não natural e se materializa junto com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo.

Para Henrique (2009), a partir do século XIX, quando a natureza passou a ser entendida como recurso, as cidades passaram a agrupar cada vez mais uma crescente produção industrial. A expansão das cidades e de alguns bairros mobilizavam a população, atraindo a parcela mais rica para os locais com grande presença de

elementos da natureza, principalmente, áreas verdes e lagos. Pare ele, nesse período, a prática de dois procedimentos induziram consubstancialmente as ideias e conceitos de natureza: o Esteticismo e o Higienismo. Tem-se então no Esteticismo, a natureza entendida como paisagem, na qual era possível um julgamento estético de beleza, seguiam-se um modelo civilizado preconcebido. A natureza se torna um signo da administração humana, com padrão estético de beleza asseada e sofisticada, ganhou valorização como componente decorativo e passou a ser acrescida de objetos para tornar o espaço humano aprazível e refletir também como símbolo de demarcação do território do homem.

Nos dias atuais, os atributos paisagísticos dos empreendimentos comercializáveis são cada vez mais valorizados em um discurso de aproximação, integração, sustentabilidade e convívio com a natureza. Mas que ao se analisar criticamente esse marketing, tais atributos naturais se tornam produtos que apenas agregam valorização para o mercado, sobretudo dos empreendimentos litorâneos.

No que se refere ao Higienismo, o procedimento foi voltado para o saneamento e salubridade das cidades e da natureza, com o surgimento de técnicas utilizadas para dar suporte a esta nova ideia de natureza, limpa e padronizada, voltada, sobretudo à classe burguesa, enquanto que a classe mais pobre continuava sem acesso às melhorias, inserida em um contexto socioambiental hostil e insalubre.

Para Engels (1991), nesse período, o homem submete a natureza, colocando-a ao seu dispor para determinados fins, alterando-a de acordo com suas necessidades e desta forma passa a dominá-la. E esta é a principal diferença entre o homem e os outros animais; sendo assim, é esse trabalho realizado que determina a diferença.

Nesse sentido, no mercado imobiliário, o desejo de morar em harmonia com a natureza, reproduz e torna comercializável um padrão de natureza pré-concebido onde todos os atributos naturais não desejáveis ou esteticamente desagradáveis são retocados, com o objetivo de se criar um ambiente naturalmente aprazível, no qual só existam os elementos naturais positivos.

Ao mesmo tempo em que se inscreve um comércio dos atributos naturais dentro dos processos econômicos e sociais da reprodução do espaço, visto que a venda dos empreendimentos está atrelada ao que se pode chamar de produtos da natureza como, por exemplo: ao ar mais puro, a visão privilegiada do mar, a proximidade do verde, ao clima diferenciado, etc.

O domínio da natureza e o entendimento do seu funcionamento contribuíram ainda mais para o aumento das ações do homem sobre o meio. Nesse sentido, o avanço das técnicas e a industrialização intensificaram a produção; contudo, tal fato não significou que o conhecimento da técnica foi repassado a todos. Desta forma, as desigualdades também se intensificam e com isso, de acordo com Engels (1991), essa dominação do homem sobre a natureza adquire, no processo de industrialização, dimensões bem maiores que na atividade da agricultura, pois consolidou um novo modo de produção, o qual priorizava a exploração dos recursos, do trabalho e o imediatismo da lucratividade. Com isso, a natureza passou a ser englobada no processo de consumo.

Para Marx (1980), a natureza se transforma numa mercadoria e essa mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por suas particularidades, satisfaz o desejo humano, seja qual a natureza da origem dele, pode provir do estômago ou da fantasia.

As ações humanas demonstraram superioridade ao tempo da natureza em suas transformações. Aprimoram-se as técnicas de dominação, para melhoramento do seu território. O homem se coloca responsável pela harmonia com natureza em seu convívio. O avanço da técnica contribui significativamente para a produção de uma natureza artificial, que passa a compor um novo cotidiano social e se torna um produto comercializável.

De acordo com Henriques (2009), o século XX, é marcado por uma brusca mudança na perspectiva do entendimento da relação do homem com a natureza. Devido a sua total incorporação ao território usado, através das técnicas, é possível o conhecimento total da superfície do planeta. Nessa fase, a sociedade urbana se estabelece definitivamente e as técnicas atingem, desde a escala planetária até a escala da célula, com os satélites e a genética, respectivamente. Ainda de acordo com o autor, os homens, cada vez mais, se encontram na qualidade de produtores da natureza, tornando-a um artifício, entendido aqui não no sentido de uma mentira, de algo falso, mas sim como resultado da produção humana. As cidades passam a concentrar a maior parte da população e a natureza passa a ser produzida nas cidades com o intuito de melhoria da qualidade de vida. Torna-se num forte atrativo de capitalização para os diversos agentes econômicos, inclusive no mercado imobiliário nas grandes cidades.

Para Santos (1988), o homem, sua inteligência, suas técnicas e seu conhecimento analítico passaram a abranger toda a natureza e, desta forma, se alcança a

possibilidade real para a utilização de todas as coisas que se encontram na superfície da terra. Cria-se, de fato, uma universalidade com a presença humana em todas as partes do planeta, que efetivamente passou a ser mundializada. E ainda de acordo com o autor, o homem se torna capaz de produzir eventos naturais e de ser gerador de fatos físicos ou então de alterar, por seus atos, a significação, o alcance, as consequências dos fenômenos naturais, incluindo-os na corrente de uma história humana universalizada.

No século XX, quando a natureza já se encontra incorporada, dominada, artificializada, utilizada como recurso e produto de consumo, o litoral que já havia sido desmistificado de toda a carga histórica e mitológica, passa ser um ambiente aprazível, valorizado, desejado e comercializável, visto o pós-uso terapêutico burguês, associado a outros fatores que o transformaram e despertaram o desejo do consumo, como se verá adiante.

De acordo com Henriques (2009), como grande parte dos homens tem vivido nas áreas costeiras, além de terem aprendido a tirar do mar a fonte de alimento, o rápido incremento dos transportes marítimos, impulsionados pelo aumento das trocas comerciais entre os países, fez com que as áreas costeiras fossem o lugar das grandes modificações que representam a materialização de um ideal de natureza a serviço da vida humana. No século XX, se observa que as construções feitas pelo homem para algumas adaptações da linha de costa, a exemplo de portos, docas, aterros, drenagens, puderam ser consideradas como grandes conquistas do homem sobre a natureza, pois, essas ações permitiram o aumento do comércio, das trocas materiais e mesmo a conquista de novas terras.

A melhoria da técnica transformou a natureza num atributo cada vez mais social do que natural. A natureza foi inserida na determinação do homem produzir sua história. A história – social e não natural – controlou, incorporou e produziu naturezas, que foram enquadradas nas características humanas.

Observa-se assim, que com o passar dos anos, a natureza deixou de ser mítica e teológica, passou a ser incorporada ao convívio social e atualmente, incorporada numa sociedade capitalista industrializada, se torna cada vez mais recurso comercializável. Essa mudança da natureza para valor de uso se deu mediante o trabalho dos homens e foi mais predominante nas sociedades capitalistas, acontecendo de acordo com as exigências de cada momento histórico e do desenvolvimento das técnicas produtivas. A natureza externa deixou de direcionar as ações humanas.

Segundo os ensinamentos de Santos (1999), o espaço geográfico, visto como um sistema de objetos e ações se apresenta mais e mais carregado de artificialidade, nas quais, na maioria das vezes, não demonstram nenhuma inter-relação horizontal com o grupo social que habita este espaço. Produz-se, nesse sentido, uma configuração espacial ou territorial que nega com mais força a natureza primitiva dos meios naturais e torna-se claramente fruto de uma ação do processo histórico e intencional dos homens. Para ele, deve-se ter certa cautela neste processo, pois a força que o impulsiona é o comércio, o mercado, o consumo e a produção, associados à busca, apenas da satisfação individual.

Tal reflexão pode ser transportada para a realidade da área em estudo, visto que as escalas de decisões dos investimentos realizados na faixa litorânea do estado de Sergipe fogem à realidade local e se restringem a negociatas interinstitucionais, que obedecem a uma lógica capitalista de produção deste espaço e a sua valorização para o consumo.

Nesta breve análise apresentada sobre a trajetória do pensamento da relação homem-natureza, é possível perceber que a construção cultural da natureza, suas concepções e representações estão intimamente ligadas ao cotidiano do homem e dos seus ideais vigentes em cada período histórico. Dessa forma, ao se analisar essa trajetória de concepções, observa-se a transformação dos elementos naturais em recursos econômicos e no nosso caso de análise, os atributos naturais como itens agregadores de valorização comercial associado aos empreendimentos imobiliários litorâneos.

1.2– O olhar para o mar numa relação histórica

Para se compreender a atual importância da valorização turística e imobiliária do litoral na contemporaneidade, e a forma por onde se estabeleceu essa série de relações sociais que se configuram neste espaço, se faz necessário contextualizar o seu surgimento e consolidação como área imobiliária e de lazer. Inicialmente apresenta-se um panorama mais vasto, a partir de um olhar dessas relações na Europa Ocidental, que culturalmente ditou as normas, condutas e o nosso contexto socioeconômico, para em seguida se ter o entendimento de como as mudanças de

paradigmas relacionados ao litoral e a sua apropriação interferiram na segmentação dos espaços litorâneos brasileiros, até se chegar ao litoral sergipano, nosso recorte de estudo.

De acordo com os estudos Freitas (2007), apud André Lespagnol (1998), a percepção que temos do litoral não é natural, imanente ou atemporal. É uma construção social que se inscreve num quadro geral de mentalidades e que se modifica com a passagem do tempo em função da complexa teia de relações que se estabelece entre aquele espaço e os sujeitos. Nesse sentido, o olhar de uma sociedade sobre a paisagem do litoral é sempre uma apropriação subjetiva do meio físico, impondo-lhe um significado simbólico que traduz uma perspectiva do contexto social da época.

Ao se observar de acordo com o transcurso da história, o entendimento a respeito das concepções de natureza, fica evidente que a forma de se compreender o mar e os ambientes marítimos, passa também por uma expressiva transmutação de conceitos, os quais lhes atribuem novos sentidos e uma significativa alteração no modo social e econômico de se relacionar com esse importante elemento natural.

Para Freitas (2007), durante séculos, o mar parece ter inspirado um verdadeiro temor às populações do ocidente europeu. Para uma civilização essencialmente terrestre, compartimentada em espaços físicos reduzidos, já que as deslocamentos eram difíceis e morosas, dominadas por uma mentalidade em que o sagrado e o profano se entrelaçavam para explicar a realidade envolvente, o oceano surgia como o território do desconhecido, onde viviam seres fantásticos que escapavam à ordem imposta por Deus.

Ainda para o citado autor, os perigos que vinham do mar, fossem eles reais ou imaginários – os monstros e seres fantásticos, as tempestades, os piratas, os naufrágios, a Peste Negra -, alimentaram a tradição de repulsa pela beira-mar. Para Alain Courbin (1989), o medo e a aversão por aquela infindável massa líquida explicam o sentimento de repugnância que promoveu o afastamento dos espaços litorâneos e a incapacidade global de apreciação daquela paisagem antes da emergência do desejo da praia, em finais do século XVIII.

A influência do pensamento Teológico marcou profundamente a sociedade daquela época, o que contribuiu significativamente na configuração territorial dos

núcleos humanos para aquele período e também influenciou outras configurações urbanas em períodos posteriores, por exemplo, na disposição geográfica das primeiras vilas de povoamento no Brasil.

De acordo com Andrade (2015), eram justamente os relatos de pescadores e viajantes que habitavam a imaginação de moradores próximos ao litoral até meados do século XVI. Nessas narrativas, descreviam o mar bárbaro, com toda sua fúria, suas águas amaldiçoadas, que, instigando os homens a navegá-lo ou quem sabe desvendá-lo, os sugavam para seu interior e os devoravam. Algumas descrições desta época narravam histórias mirabolantes, de monstros marinhos engolindo embarcações inteiras, serpentes gigantescas e homens peixes atacando pequenos barcos de pesca próximos à praia.

Sob a influência do pensamento teológico no entendimento das ideias da relação homem-natureza, o litoral era visto como ambiente hostil que desencadeava um comportamento de medo e repulsa, as referências a respeito deste espaço se processavam a partir das escrituras sagradas que o reportavam principalmente à criação e ao dilúvio.

Para Corbin (1989), ao analisar a Bíblia, querer penetrar os mistérios do oceano é resvalar no sacrilégio, assim como querer abarcar a insondável natureza divina. O mar bíblico era apresentado como ambiente amorfo, inacabado, caótico, repleto de monstros estranhos. Até o início da Idade Moderna, o oceano permanecia como lembrança do dilúvio, e o movimento permanente de suas ondas sugeria a eventualidade de uma nova catástrofe.

Nesta construção social de significados da relação do homem com o litoral, é possível constatar que no início do século XVII, novos paradigmas vieram possibilitar um olhar diferenciado sobre o mar e os espaços litorâneos. As imagens repulsivas e todas as referências negativas associadas aos ambientes litorâneos mudaram gradativamente, à medida que os europeus vivenciavam uma série de novos fatos e modificações no contexto social, tecnológico, produtivo e econômico, que fez proporcionar alterações significativas no que se referia à maneira de se perceber e conceber esses espaços.

Para Machado (2000), o imaginário da praia esteve sujeito a processos de reconstrução e de reinterpretação, embora possa ter padrões regulares mais ou menos permanentes. Esse imaginário da praia e da natureza marítima não é neutro. Traduz

relações de poder, que se exprimem na elaboração de determinadas técnicas corporais e padrões de sensibilidade para o contato com espaços naturais. O modo como os sujeitos se relacionam com o espaço da praia tem um caráter marcadamente classista, revelando estratégias de distinção social ou de reprodução da posição de classe.

Para o historiador francês Corbin (1989), a fruição das praias teria começado em meados do século XVII, consolidando-se entre os séculos XVIII e XIX. Essa alteração na maneira de se relacionar com os espaços litorâneos estaria atrelada ao avanço da ciência e da navegação, à influência da teologia natural francesa e ao começo das viagens turísticas e aventureiras pelo litoral do Mediterrâneo.

Para Freitas (2007), ao longo dos tempos, o modo de pensar o litoral sofreu profundas alterações - território do vazio, último vestígio do dilúvio bíblico, fronteira entre o caos e a ordem, cais de embarque para novos mundos, porto de chegada de riquezas e produtos maravilhosos, ermo povoado de dunas áridas, área para estender redes e atracar os barcos vindos da pesca, local de busca do “eu” para os espíritos românticos, paisagem de pura contemplação estética, estação balnear com fins terapêuticos, lugar de fruição lúdica e veraneio -, que traduzem uma variabilidade de práticas, comportamentos, sensibilidades.

Assim, o litoral reflete formas de sociabilidade e usos variados, que se processaram em torno deste espaço, na constituição de um código de leitura e interpretação da apreciação e utilização econômica, cultural, científica, política, estética, terapêutica ou de lazer, que cada grupo humano faz dele em sua determinada época.

Território esquecido e durante muitos séculos evitado, o litoral estava restrito àqueles que se dedicavam à pesca, à navegação ou à defesa marítima da soberania das nações. Apenas no século XIX, com o surgimento das atividades de talassoterapia na Europa começou verdadeiramente a ocupação dos litorais, inicialmente restritos a aristocracia e alta burguesia, os banhos de mar eram recomendados como uma prática terapêutica, com regras estabelecidas, rigorosamente organizadas, existindo sempre grande preocupação em evitar a exposição direta ao sol.

De acordo com Dias (2013), os critérios de beleza daquela época eram diferentes dos atuais, apreciando-se a alvura da pele, funcionando o bronzeado como elemento de exclusão social. Ter a tez bronzeada denunciava que o indivíduo, para

subsistir, tinha que trabalhar ao ar livre, sendo, conseqüentemente, *persona non grata* nos ambientes aristocráticos e burgueses.

No estudo intitulado “A construção social da praia”, Machado (2000), afirma que, no século XIX, a relação que as elites europeias estabeleceram com a praia e o mar funcionou como uma estratégia de distinção social importante, num momento em que o desenvolvimento do capitalismo introduziu mudanças consideráveis no sistema de estratificação social. A alteração das bases tradicionais de posição social e a emergência de novas fontes de poder econômico proporcionados pelo modo de produção capitalista fizeram com que as práticas criadas para o contato com espaços naturais se tornassem, mais do que nunca, elementos importantes nas estratégias simbólicas de ostentação de uma posição social elevada.

Para Corbin (1989), entende-se que a partir do momento em que as elites sociais chegaram à praia, esta deixou de ser um território vazio e o mar um símbolo de caos, do dilúvio e da punição divina, para se tornar uma prática civilizada e de distinção social. Transformando-a, pela descoberta de uma nova função, num sítio socialmente aprazível e recomendável como espaço para se usufruir e conviver entre elementos de um mesmo grupo.

Segundo Machado (2000), sob a égide das teorias médicas que vigoraram na Europa, no século XIX, o desejo da estadia à beira mar começou a ser despertado. A ida à praia esteve intimamente ligada à necessidade de efetuar uma higienização do corpo e da alma, regidas por objetivos de racionalização e moderação das energias do corpo e do espírito. Os banhos de mar por receita médica enquadravam-se num modelo de experiências corporal burguês, organizado e regulado por bases científicas assentadas na crença de que o corpo deve ser educado, para que o indivíduo possa controlar os sentidos e assim formar uma adequada consciência moral. Ainda segundo a autora, a mulher e as crianças são alvos privilegiados da preocupação da medicina em organizar e regular as energias corporais pela estadia à beira mar e pelos banhos, práticas encaradas como sendo adequadas para proporcionar a robustez física e moral das crianças e correção de distúrbios tidos como tipicamente femininos naquela época.

Desta forma, o espaço litorâneo teve sua primeira significativa mudança na sua utilização. Deixou de ser de uso livre associado ao trabalho, à pesca e função de pequenos portos para embarque e desembarque de pescadores, e passou a ser vivenciado pela alta aristocracia e com o passar dos tempos, pela burguesia, transformando-se em

espaço de sociabilidade. Era utilizado tanto para os banhos, que não eram mais somente terapêuticos, como para caminhadas, cavalgadas e temporadas – verdadeiros efeitos indicadores de moda e a consolidação do que se pode caracterizar como a invenção da praia.

Machado (2000), afirma que no século XIX, a cidade industrial é entendida como um meio favorável às patologias, devido às suas ruas estreitas e sujas, sem ventilação, impregnada de odores pestilentos e que obrigavam à promiscuidade dos corpos, fisicamente muito próximos. Desta forma, a desejável higienização do corpo exigia cuidados contínuos. Segundo a ideologia burguesa daquela época, esse processo de higienização só poderia surtir efeitos fora do meio urbano e industrial, principalmente à beira mar. Ainda para a autora, esse movimento de saída temporária do meio urbano e industrial para estadia à beira mar se tornou um fator de classificação social. Quem não podia realizar a fuga estava propício ao perigo da doença que o espaço urbano oferecia e estava socialmente desclassificado.

Para Freitas (2007), com o passar do tempo, a moda da praia foi se difundindo pela população, quer pelo desejo de imitar a aristocracia, quer pelo desenvolvimento dos transportes, a melhoria das condições de vida, a instituição do dia de descanso semanal e das férias pagas. A massificação do uso do litoral não significou, porém, uma mistura entre as classes sociais nesta prática.

Corbin (1989), afirma que à medida que a burguesia – então segmento social dominante da Europa – passou a se apropriar do espaço da praia para tratar e curar seus males, trouxe também consigo uma série de imperativos característicos de sua vida privada para este espaço. Certamente este já era um reflexo da modernidade, em que o limite entre os domínios público e privado começava a se confundir, dando lugar a um domínio social.

Ao analisar a construção social da praia em Portugal, Machado (2000) afirma que ao longo do século XIX, o prazer pelo contato com a natureza marítima se dava a distância, limitado ao olhar e ao olfato, visto que a praia tinha função terapêutica, com raros casos de banho. Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, emergiu a utilização de uma praia lúdica, caracterizada por um contato mais intenso com o sol, o mar e a areia. Segundo a autora, o principal indicador da passagem de uma praia

terapêutica para uma praia lúdica foi a mudança no horário de utilização deste espaço. A luz e o calor ganharam importância na estruturação dos códigos de apreciação da natureza marítima. Chaga-se mais tarde à praia, permanece-se por mais tempo e se desenvolvem outras atividades além do banho de mar. A praia passou a ser entendida como espaço de convívio, de alegria, de lazer. Progressivamente, assume um caráter de espaço público.

Segundo Freitas (2007), associado às estâncias balneares marinhas que surgiram com a prática do banho terapêutico, foi na segunda metade do século XX que, em geral, se verificou a intensificação do uso turístico do litoral. Esse crescimento foi determinado pelo processo de modernização industrial e socioeconômica, entre outros, pelo aumento do poder de compra, pela generalização do transporte aéreo, pelo grande incremento da utilização do automóvel, pela melhoria da rede viária, pela progressiva facilitação do acesso ao crédito, e pela expansão dos tempos livres. Nesse sentido, essas técnicas deram fluidez à utilização e à valorização dos espaços litorâneos de forma mais massiva. Este quadro é complementado pelo forte acréscimo do número de segundas habitações nas zonas costeiras, de tal forma que este passou a ser um dos objetivos da maioria das pessoas.

Perante a pressão de utilização, surgem, obviamente, as pressões imobiliárias. Em maior ou menor grau, os litorais oceânicos rapidamente são ocupados com empreendimentos turísticos, com urbanizações variadas, e com pequenos povoados costeiros convertidos em grandes cidades (FREITAS, 2007).

No Brasil, as zonas litorâneas foram as primeiras a conhecer núcleos de povoamento, pois os colonizadores europeus chegaram por via marítima e assim os fluxos de colonização partiram de centros assentados na costa. O processo de ocupação territorial desencadeado durante o período colonial, sobretudo nas áreas mais adensadas, não apontava para uma vocação litorânea da estrutura territorial, mas sim para uma lógica da dependência do país em relação ao mercado externo (MORAES, 2000)

É válido ressaltar ainda que a configuração geográfica dos núcleos urbanos daquela época não estava associada a uma valorização do mar como um atributo paisagístico privilegiado. Os núcleos em sua maioria estavam abrigados nos fundos dos vales e sua relação como sítio urbano privilegiava a porção continental.

De acordo com Priscila Santos (2015), a dinâmica da ocupação do território representa um filtro para entender o processo de relação dos brasileiros com o mar. Os colonizadores portugueses fundaram a maior parte das principais cidades coloniais brasileiras num modelo de acrópole. Essas cidades, mesmo em proximidade com o mar, localizavam-se em pontos de topografia elevada e apesar da litoraneidade, estavam voltadas para o continente.

Segundo Araújo (2013), no transcorrer do período colonial e início do Império, quando localizadas nas franjas ou nas cercanias dos centros urbanos das vilas e cidades, as áreas de praia tiveram outros usos e outras formas de ocupação. Além das funções portuárias, de comunicação e de defesa militar, as praias, consideradas lugares remotos, costumavam receber as imundícies, os entulhos e o lixo produzidos pelos habitantes das cidades. Serviram, também, de última morada para aqueles rejeitados pela sociedade cristã católica: para os hereges e os negros escravos pagãos cujos corpos eram enterrados quase à superfície da areia.

Até o século XIX, estabelecer-se na praia ou visitá-la não era concebido pela elite local, salvo no caso de embarques portuários em direção à Europa ou eventualmente a outras capitais brasileiras, ou, ainda, para receber amigos e produtos de consumo oriundos do estrangeiro ou dos grandes centros aguardados ansiosamente (DANTAS, et al., 2010).

Ainda para o citado autor, a realidade acima descrita começou a se modificar, ao se copiar em nossos costumes os hábitos europeus de tratamentos terapêuticos com a consolidação das práticas marítimas modernas: a fadiga da elite curada pelos banhos de mar e o tratamento de doenças pulmonares. A primeira devido às qualidades curativas da água do mar, e a segunda, na qualidade do ar nos ambientes litorâneos. Ambas as práticas não desencadearam processos de urbanização do litoral, apenas constituíram fenômeno de intervenção pontual que não colocavam em xeque as práticas marítimas tradicionais que eram as atividades pesqueira e portuária.

De acordo com Araújo (2013), o processo de enobrecimento das águas salgadas do mar e das faixas de praia da costa brasileira se torna inteligível quando relacionado às transformações urbanas, ao crescimento e à modernização das cidades litorâneas brasileiras, que se intensificaram em meados do século XIX, e quando

associado, também, ao aburguesamento cultural das elites citadinas e ao desenvolvimento do conhecimento médico-científico.

Desta forma, o comportamento e o estilo de vida da Europa serviam de modelo para novos padrões estéticos no jeito de viver dos brasileiros, pois inseriu uma nova sociabilidade nas cidades e induziu outras formas de usar o espaço marítimo.

Em suas análises sobre a cultura da praia nas cidades de Recife e Olinda, Araújo (2013), afirma que ao principiar a segunda década do século XX, tornavam-se evidentes as mudanças que estavam processando na prevalência dos usos e sentidos coletivos atribuídos ao mar e às praias de banho. Ou seja, os usos predominantemente terapêuticos e higiênicos do espaço litorâneo, bem como as formas de sociabilidade que lhes eram correspondentes, perdiam força, sem que aqueles fossem, no entanto, jamais, abandonados. Cediam terreno para a exploração de atividades esportivas, lúdicas e recreativas. Essas práticas engendravam novas formas de convivência social e percepção do ambiente social das praias. O primado da talassoterapia cedia lugar para a supremacia daquilo que, finalmente, recebeu o nome de lazer, mas que, à época, ainda não era comumente designado como tal.

Dessa forma, com o passar dos anos, na medida em que se consolidavam como lugar de lazer e descanso, as zonas de praia atraíram novos usos e funções, sobretudo no segmento imobiliário, inicialmente para o veraneio e poucas décadas após, para a moradia principal. Observa-se ainda o surgimento de novas atividades econômicas de serviços, além a instalação de equipamentos urbanos, que contribuiu para que as praias passassem a adquirir certa autonomia frente ao núcleo central da cidade, e em alguns casos, foi incorporada ao tecido urbano.

Para Dantas (2010), com a valorização das zonas de praia pelos vilegiaturistas desde o início do século XX, esse quadro de urbanização pouco expressiva começou a mudar. Se até um certo momento morar na praia era atributo exclusivo das populações tradicionais e pobres, estabelecidas em vilarejos de pescadores, a chegada dos vilegiaturistas, animados pelo anseio de estabelecer-se na praia, impõe uma nova racionalidade, pois instaura uma nova lógica de ocupação do espaço que associa a demanda de uma sociedade de lazer emergente à demanda por

zonas de trabalho e por habitações, respectivamente, dos pescadores e dos migrantes vindos do sertão.

Para Priscila Santos (2015), no Brasil, as praias gradualmente deixaram de ser espaços destinados somente à saúde e passaram também a ser espaço de hedonismo e recreação a partir da vilegiatura marítima e, posteriormente, do turismo litorâneo. Ainda de acordo com a autora, o movimento em direção à praia com finalidade de “prazer” começou a ser impulsionado no início do século XX com o desejo da elite de morar temporariamente à beira-mar. Inicialmente no Rio de Janeiro, em Copacabana, e em seguida a tendência se replica para outras praias brasileiras.

Ao analisar a incorporação do lado do mar à geografia das metrópoles nordestinas, Dantas (2015), afirma que a vilegiatura adquiriu papel central no delineamento dos banhos de mar terapêuticos e recreativos e das caminhadas no Nordeste brasileiro. A invenção das praias nessa região do país se ressignifica diante da valorização do mar no imaginário social. Daí a construção da maritimidade no Nordeste tomar um caminho diferenciado, não associado às estações balneárias que existiam na Europa e em alguns casos no sul do país, mas à necessidade de aquisição de uma segunda residência para o exercício dos banhos de mar e das caminhadas. A vilegiatura explicaria e justificaria a incorporação inicial das zonas de praia.

De acordo com Silva (1997), em Sergipe, a partir de meados da década de 1920, a Praia de Atalaia começou a perder os seus atributos de zona agrícola em detrimento do veraneio. Essa atividade tinha data marcada para começar, 7 de janeiro, um dia após a Festa de Reis, que marcava o final das famosas festas natalinas de Aracaju e agitavam as noites da capital. A partir desse dia, as famílias ricas da cidade iniciavam a sua mudança para a praia, onde passavam as férias de verão. A tranquila e pouco frequentada Praia de Atalaia se transformava no ponto de encontro das famílias ricas da cidade. As principais famílias tinham as maiores, melhores localizadas e mais destacadas casas da vila, enquanto outros veranistas iam aos poucos comprando e reformando pequenas casas de taipa que eram alugadas pelos pescadores que originalmente viviam naquela localidade.

Eram casas baixas, com chão de tijolo abaixo do nível do mar. As casas de veraneio eram de sopapo (taipa) com reboco externo e pintura. Originalmente, os pescadores que as venderam alugavam-nas aos veranistas. Com a chegada do veraneio e dos moradores, os

pescadores foram se afastando e indo morar em lugares mais distantes... (SILVA, 1997, p. 36).

Para Silva (2007), as décadas iniciais do veraneio em Atalaia foram marcadas por total ou parcial ausência dos mais elementares serviços. A água para uso geral vinha de poços, a iluminação doméstica e pública advinha de um pequeno motor e os alimentos e água para beber eram comprados em Aracaju. Nem as dificuldades de transporte ou a deficiência dos serviços diminuía a importância do veraneio em Atalaia. Pelo contrário, à medida que a região ganhava fama entre as famílias ricas de Aracaju, mais ele se ampliava.

Ainda de acordo com Silva (1997), na década de 1930 algumas melhorias infraestruturais foram chegando à região, a exemplo da ponte construída sobre o rio Poxim, que serviu de incentivo para a construção da chamada Estrada Velha de Atalaia, desativada desde a construção da estrada atual, em 1948. Durante mais de três décadas o veraneio marcou a Atalaia, sendo o grande responsável pelo processo de urbanização e incorporação daquela região a Aracaju, em virtude de ter criado entre os sergipanos o sonho da moradia na praia.

A abertura dessa nova via facilitou o acesso e o aumento do fluxo de visitantes para um novo ambiente de contemplação, de vivência, da diversão e de sociabilidade para uma camada mais ampla da população de Aracaju e de outras cidades do estado. A cidade ganhou um novo espaço para desenvolver experiências marcantes inusitadas, como o primeiro banho de mar, por exemplo. O acesso facilitado apresentava uma nova perspectiva de vista, descortinando uma paisagem até então desconhecida para a maioria dos habitantes de Aracaju e do estado de Sergipe. Pode-se observar com isso, que se criava, mesmo sem ser a intenção principal, um primeiro polo atrativo de turismo no estado de Sergipe.

Gradualmente, o processo de fixação dos antigos veranistas e a ocupação mais efetiva por novos moradores na região de Atalaia resultaram na incorporação desta ao tecido urbano de Aracaju, bem como na valorização de seu potencial turístico. Atualmente, a praia de Atalaia não mais apresenta feições de balneário de veraneio, se encontra incorporada como bairro de Aracaju desde o ano de 1982 e possui características de polo receptivo da atividade turística, pois concentra os principais

hotéis, restaurantes e atrativos de lazer da capital. É válido ressaltar ainda, que desde a década de 2010, o bairro passa por revalorização imobiliária com uma intensa ocupação verticalizada do seu solo para fins residenciais, sobretudo com construções de prédios em alto padrão de luxo, com a valorização do atributo natural da praia como aspecto de qualidade de vida e valorização do imóvel, voltado para a classe mais abastada da sociedade.

Para Dantas (2010), com essa valorização imobiliária recente do litoral nordestino, assiste-se então, ao surgimento de um quadro conflitual que segrega e desestimula a continuidade da apropriação das zonas de praia pelas classes modestas e os pescadores, posto a colocar duas lógicas de apropriação e ocupação: uma ligada ao espaço da produção e outra ao consumo. Para o autor, no primeiro caso, no espaço da produção, a natureza transformada representava um dom, uma resposta a certas necessidades dos indivíduos. Essa lógica provocou mudanças dos espaços litorâneos em lugar de trabalho, de festa e de habitação de pescadores e migrantes. No segundo caso, aquele do espaço de consumo, assiste-se à transformação da natureza em mercadoria.

Nesse sentido, torna-se essencial analisar este processo de valorização dos espaços litorâneos, ao passo que é relevante compreender também as transformações socioespaciais condicionadas pelas intervenções do Estado, sob a influência de capitais externos na revalorização do litoral nordestino, visto que nessa nova relação homem-natureza, inseridas no atual contexto do capitalismo financeiro, são desencadeadas feições diferenciadas cada vez mais complexas, ao se atender inúmeras escalas de comando, que refletem na dinâmica desse espaço geográfico.

Observa-se assim, a partir dos diferentes significados construídos socialmente, que o final do século XX inaugurou um novo marco na maneira de utilização do litoral brasileiro. A natureza litorânea e suas características ambientais despertam na atividade imobiliária, mais uma vez sob a influência do pensamento europeu, a cobiça pela sua exploração como um valioso recurso imobiliário, carregado de atributos e voltado para a classe rica, mas nesse momento, sob a orientação de uma nova lógica de mercado não mais local. Nesse novo contexto comercial, segundo Santos (1994), novos arranjos territoriais se articulam com a escala global e se organizam a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado, em virtude de uma nova lógica de valorização e monopolização que o capital impõe aos espaços.

O espaço litorâneo, sobretudo no nordeste brasileiro, passou a ser eleito o palco principal, no qual se alimenta um discurso de desenvolvimento e com isso abrem-se as portas para os acordos internacionais. Obedece a uma nova lógica ditada fora da escala local e conta com apoio institucional do Estado para a viabilização das imposições contratuais de direcionamento nos investimentos.

O Estado implanta infraestrutura que favorece empresas nacionais e multinacionais. Nesse sentido, fortalecendo grupos empresariais imobiliários com o discurso de geração de desenvolvimento econômico a partir do turismo. Este discurso exalta o caráter estratégico por parte daqueles que detêm o poder de controle sobre a economia e sobre os investimentos estatais na estruturação de uma armadura territorial que favorece a reprodução do capital empresarial, a consolidação desses grupos e a criação da ideia de avanço na economia estadual.

1.3- A praia como mercadoria desejada

No atual estágio de mercantilização da natureza no qual estamos inseridos, os atributos naturais e os seus conceitos encontram-se intimamente vinculados às atividades financeiras e agregam importância comercial, mesmo que fictícia, ao mercado dos empreendimentos imobiliários, pois se produz uma natureza particular e de interesse sob a ótica do capital. Na atualidade, o capitalismo ressignifica as ideias, transforma e produz constantemente novos sentidos para a natureza na busca incessante pelo aumento do lucro e pela maior valorização das mercadorias.

Devido à valorização do acesso aos elementos naturais propagados em alguns casos como exclusivos, diante da escassez de elementos naturais nos núcleos urbanos mais adensados e ao apelativo marketing de qualidade de vida, criou-se, a partir de novos modelos comerciais para a reprodução mundializada do capital, a necessidade do afastamento da agitação urbana e o refúgio em ambientes que transmitam a calma e o contato com a natureza, surgindo assim, a necessidade da segunda residência.

Historicamente, essa prática já era registrada desde a antiguidade clássica com as casas de campo no Império Romano. A modalidade litorânea, que subsidia entre outras ideias o tema central dessa tese, começou a ganhar espaço em meados do século XVIII, com a utilização do ambiente marítimo nas recomendações terapêuticas da medicina. Associados a isso, após a Revolução Industrial, com a ascensão da burguesia,

o aumento da urbanização e o avanço técnico que facilitou os deslocamentos, os europeus passaram a incorporar as práticas do veraneio como símbolo de prestígio social.

Na Europa, ao se iniciar o século XX, o aumento do poder aquisitivo de parte da sociedade, a instituição das férias remuneradas, o desenvolvimento de tecnologia voltada para o transporte, a expansão da comunicação, dentre outros, influenciaram o crescimento da utilização da segunda residência, entretanto, de modo bastante seletivo para determinadas camadas sociais.

Nesse período, a utilização da residência secundária passou a se multiplicar pelo mundo, principalmente em países desenvolvidos, visto que por apresentarem melhor distribuição de renda, conseqüentemente proporcionam também maior acesso de determinada parcela da população a este mercado de habitação. Nesses países, com níveis de urbanização mais altos, as segundas residências cumprem o papel de refúgio do cotidiano agitado das cidades grandes, além de uma opção de investimento imobiliário.

No Brasil, constata-se que a valorização do morar temporariamente na praia, praticar o veraneio ou a aquisição de uma segunda residência de praia, estiveram associados historicamente às adaptações dos costumes europeus, copiados e praticados pelas classes mais ricas da nossa sociedade. Ostentar uma segunda residência para a fuga da agitação urbana e para se desfrutar dos banhos refrescantes de mar na estação climática de verão, lhes conferiam status diferenciado na sociedade.

Aos poucos, com a intensificação dessa prática, com a consolidação de infraestrutura, devido também ao crescimento dos núcleos urbanos e os novos usos das áreas litorâneas, associados à criação da ideia do morar na praia como significado de prestígio social diferenciado, o litoral passou a se transformar no objeto de desejo do modo de vida contemporâneo.

Associado ao uso imobiliário, ao findar a década de 1970, deu-se início a intensificação da criação de estruturas associadas à atividade do turismo. Percebe-se por parte dos estados o direcionamento de políticas públicas e investimentos, com o objetivo de dotar as áreas litorâneas com estruturas e ou equipamentos para a criação de polos de atração ao desenvolvimento e valorização do segmento de sol e praia,

abundantes, sobretudo na região nordestina do Brasil. Com isso, cada vez mais, observa-se que as áreas litorâneas ganham intensa valorização sobre as demais áreas das cidades.

A respeito do fenômeno das segundas residências pelo mundo, não se trata de uma onda simplesmente eventual em que numerosos empreendimentos imobiliários litorâneos tenham se propagado nas áreas periféricas de núcleos urbanos.

A partir do século XXI, com a consolidação de um mercado financeiro mundializado, os tentáculos do capital são direcionados para inúmeros segmentos. Com a transformação do ambiente litorâneo em um recurso imobiliário mercadologicamente atrativo e valorizado, sob o discurso da geração de novos postos de trabalho e o desenvolvimento da atividade turística, uma nova fase de ocupação imobiliária litorânea começou a se processar de modo significativo na zona costeira europeia, com propagação desse valorizado mercado imobiliário para a zona costeira nordestina do Brasil.

Moraes (2007, p.39) afirma que :

Em termos sociais, tal atividade desorganiza em muito a sociabilidade dos locais onde se instala, ao inaugurar um mercado de terras ascensional e ávido, gerando uma situação fundiária tensa e conflitiva. A satisfação do consumo de segundas residências mobiliza proprietários de terras, incorporadores, corretores, e a indústria de construção civil (como todo seu aporte de pessoal) nas áreas litorâneas, o que vai constituir, em si, num acréscimo ao fluxo povoador.

Observa-se a consolidação de uma nova fase de especulação imobiliária que atrela o discurso da necessidade da qualidade de vida à valorização do ambiente litorâneo e suas peculiaridades. Este segmento de mercado, comercializados a partir da criação de necessidades ao homem moderno, passa a gerar uma pseudo realização pessoal já que proporciona a possibilidade de uma exclusividade espacial e um *status* social diferenciado.

Num exame apurado, sob a ótica da ciência geográfica, definem-se então, que inúmeros elementos inseridos nessa relação socioespacial fetichizada e excludente merecem sua análise.

Devido à raridade dos espaços litorâneos, associados à presença de atributos naturais e paisagísticos, cada vez menos encontrados no ambiente urbano, especialmente nas grandes cidades, a valorização financeira dessas mercadorias naturais se torna cada vez maiores e, com isso, o acesso a esse privilégio imobiliário terá sua definição em função da renda a ser paga por esse produto, negligenciando-se o uso coletivo da natureza em detrimento de um produto de acesso exclusivo e seletivo, que proporciona maior lucratividade ao mercado imobiliário.

Elege-se assim o litoral como espaço prioritário para a viabilização da reprodução do capital financeiro imobiliário. Nesse sentido, essa raridade espacial litorânea, remanescente de um quadro natural peculiar passou a ser cobiçada pelo mercado imobiliário, e com essa atividade, passou também a ser parcelada, comercializada, financeirizada e edificada. Em muitos casos, os atributos naturais são adaptados a um padrão urbanístico estético que, em alguns casos, serve às condicionantes ambientais e que convence ao adquirente de uma proximidade com a natureza, do acesso à qualidade de vida e ao status social tão sonhado.

Ilustra-se a afirmação acima ao se observar que em alguns empreendimentos imobiliários do litoral sergipano, houve a terraplanagem dos cordões litorâneos, característicos deste ambiente, para a criação de grandes lagoas, que trabalhadas a partir da técnica da engenharia e arquitetura, cumprem a função ambiental de drenagem das águas pluviais, ao tempo que se torna um atributo ambiental de valorização paisagística do ambiente, reforçado pelo marketing de proximidade com a natureza.

É válido ressaltar que para alimentar esse sedento mercado especulativo, dá-se, diante de informações privilegiadas e até de benefícios legais atrelados aos instrumentos de regulação do território, práticas de antecipação espacial, que para Corrêa (1995, p. 39):

constitui uma prática que pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. Trata-se da antecipação de uma oferta significativa de matérias-primas ou de um mercado consumidor de dimensão igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para a implantação da atividade

Com isso, mesmo antes da qualificação estrutural de uma determinada parcela desse espaço litorâneo, é possível perceber visualmente na paisagem a existência de reservas de solo dispostas ao longo do litoral à espera dos ditames do mercado.

É válido lembrar que na atual fase do modelo econômico capitalista no qual se encontra a nossa sociedade, a interação do homem com a natureza tem como principal característica a reprodução do capital, que de acordo com Becker (2001, p. 3), a natureza tem o seu sentido alterado: passa a significar reserva de valor. No nosso caso específico, a natureza tem a sua função social transformada. O solo e os seus atributos ambientais viraram mercadorias voltadas à acumulação do capital, com vinculação direta ao mercado imobiliário.

Assiste-se então ao surgimento de um novo modelo de ocupação e urbanização litorânea, pois se faz necessário suprir essa nova necessidade de consumo direcionada para a sociedade urbana. Com isso, para atender a essa emergente demanda imobiliária de segundas residências ou a mais recente necessidade da moradia principal atrelada à qualidade de vida, à segurança pessoal e patrimonial e a afirmação de uma classe social extremamente segmentada com alto poder aquisitivo, o Estado passa a viabilizar obras de melhoria da infraestrutura litorânea.

Observa-se assim, nessas áreas litorâneas de forte especulação privada do mercado imobiliário, reforçando a ideia central desta tese, que através de intervenções com recursos públicos, se dá a viabilização da infraestrutura ainda inexistente, sob a justificativa muitas vezes, do desenvolvimento econômico através da atividade do turismo. Mas que tem como consequência, a criação das condições para que o capital especulativo imobiliário se reproduza.

Associados à viabilidade acima citada, a mídia direcionada cumpre o seu papel e complementa o elo dessa cadeia reprodutiva do capital especulativo. Vendem-se empreendimentos cujo nome fantasia já se encontra atrelado a um aspecto do ambiente natural, bucólico, a presença do verde ou de atributos da natureza. São oferecidos a praia, a paz, o ar puro diferenciado, a exclusividade. Contudo, dotado de todos os serviços oferecidos nas cidades. Vende-se outra modalidade de viver, que leva o futuro comprador ao convencimento de que não se tem uma qualidade de vida na sua

residência principal. Vende-se a ideia da liberdade, de um ambiente saudável, das férias ano todo, da aquisição de um lote no paraíso. Trabalham midiaticamente as frustrações do ser humano urbano e a sua realização pessoal através da conquista deste produto, o qual lhe confere um status de elite e de realização pessoal.

Arelado a isso, entra em cena a transação imobiliária, item preponderante que direciona no mesmo sentido dois objetivos: de um lado a criação das condições financeiras vinculadas à renda do comprador, do outro a concretização da reprodução do capital especulativo na financeirização da aquisição do sonho.

Com a incorporação na nossa sociedade da ideia do uso marítimo e turístico das áreas litorâneas, da influência das diferentes escalas do capital privado no direcionamento dos investimentos públicos, das ações do Estado a partir da criação de políticas, o resultado desse emaranhado se materializa no espaço geográfico. Sendo assim, ao se proporcionar a consolidação dessa nova lógica de produção espacial e social, determinados espaços recebem privilégios em detrimento de outros, numa relação por vezes conflituosa, mas benévola para determinados grupos empresariais que articulam suas ações em diferentes escalas.

Diante do exposto, observa-se uma significativa mudança na forma de uso residencial do litoral. Assiste-se entre o velho e o novo uso, o evoluir do veranejar com fins de status social, para uma nova necessidade do se estabelecer no litoral como necessidade de fuga da agitação urbana atrelado ao discurso midiático da conquista e às novas formas financeiras de aquisição do bem viver e morar a beira-mar.

Para Henrique (2009, p. 106):

O reencanto do mundo ocidental com a natureza está associado a uma ideia ou um padrão de natureza moldado pelos interesses capitalistas. Sob a forma atual do capitalismo, o oferecimento de produtos e serviços para as classes com maior poder de consumo, coloca os homens muito próximos da natureza. Uma natureza retrabalhada sob a forma de uma segunda natureza, incorporada, produzida e vendida de acordo com as leis e desejos do modo de produção capitalista: o lucro, a propriedade privada, os fetiches e sensibilidades do mercado, bem como pela segmentação dos diversos ramos do mercado, quer seja sob o ponto de vista da renda quanto das “necessidades” e “desejos”.

À medida que se pulverizam a ocupação espacial das segundas residências pelas franjas litorâneas mundo a fora, concomitante se intensificam os processos de urbanização com novos padrões arquitetônicos que se diferem da antiga realidade do local, alteram os fixos e os fluxos e conseqüentemente desencadeiam nova dinâmica de ocupação e reprodução do espaço e do capital.

Não se tem como objetivo neste trabalho o entendimento dos diversos conceitos que são estabelecidos para a tipologia imobiliária da ocupação do litoral, visto a existência de distintas visões a respeito do fenômeno da segunda residência e da não existência de um consenso terminológico para estes domicílios. Cabe-nos aqui, a reflexão qualitativa no que se concerne à ocupação e especulação imobiliária que se processa no litoral sergipano, paralelo ao discurso de Estado, amparado pelo governo estadual, da disponibilização de investimentos na estruturação da zona costeira sergipana com o objetivo do crescimento do turismo e o desenvolvimento econômico a partir do turismo.

2- FORMAÇÃO TERRITORIAL DA ZONA COSTEIRA DE SERGIPE: DOS ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA AO PARAÍSO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

2.1– Estruturação e ocupação do litoral brasileiro e sergipano: uma visão histórica

A análise da ocupação e estruturação do litoral sergipano se faz necessária para entender o processo de produção desse espaço no transcurso da história, para analisar os diferentes usos do litoral e, sobretudo na compreensão da atual configuração desse espaço geográfico. Os registros das ações implementadas e que consubstanciaram os avanços no presente são postos como símbolos que nos auferem pistas para essa compreensão. Segundo Santos (1996), registros podem ser considerados rugosidades, que segundo ele são “acúmulo de ações do passado que se materializam no espaço e tem um papel importante porque constituem condições para a viabilização de novos projetos”.

No que diz respeito à formação territorial histórica brasileira, Furtado (1980), afirma que a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa. Na ocupação do território brasileiro, um atributo locacional chamou a atenção para os estrategistas do império ultramarino lusitano: o longo litoral, cujo domínio articulado ao das praças portuguesas na África Ocidental permitiria um bom controle do Atlântico Sul. Todavia, verificou-se uma ocupação bastante lenta do litoral brasileiro. Nas primeiras décadas do século XVI, verificaram-se basicamente umas poucas expedições exploradoras e visitas ocasionais para realização do escambo com os indígenas. As trocas, apesar de caráter episódico, acabaram por gerar uma diminuta, mas estável relação através das feitorias distribuídas em alguns pontos da costa brasileira. Estas eram inicialmente lugares de armazenagem e embarque do pau-brasil, que acabavam cumprindo a função de posto de comércio e base de patrulhamento da costa, se tornando não apenas um lugar de relações econômicas, mas também culturais. Este processo está na raiz da formação de algumas cidades litorâneas do Brasil. Entretanto, do ponto de vista de domínio territorial, a feitorização era uma iniciativa ainda tímida diante da magnitude do espaço ambicionado. Inserido nesse contexto e datado desde os primórdios da ocupação territorial brasileira, a ocupação do território sergipano está intimamente ligada a esse processo histórico de ocupação.

Diante desse quadro de ocupação lenta e aliado a outros fatores emerge a proposta de implantação do sistema de capitanias hereditárias como saída viável e barata de apressar a instalação nas terras brasileiras. Garantir a posse de vários pontos da costa foi o primeiro objetivo desse sistema. (FURTADO, 1980)

A criação de lavouras tropicais impunha-se como modelo geral de instalação, pois a experiência insular portuguesa apontava ampla lucratividade no plantio da cana-de-açúcar. Em suas pesquisas, Furtado (1980) afirma que uma das medidas políticas adotadas por Portugal para efetivar a ocupação do Brasil foi o início da exploração agrícola do território, medida de grande importância, já que a América tropical passou a constituir parte integrante da economia europeia.

Pode-se observar nesta breve consideração sobre o processo de ocupação territorial das terras brasileiras, que a zona costeira tem uma importância fundamental no desenvolvimento socioeconômico do país. Para Moraes (2002), o padrão colonial lusitano em todas as partes do globo pautou-se por uma ocupação pontual e litorânea. A ocupação da fachada atlântica parece ter sido uma diretriz básica da geopolítica

portuguesa. Esta colonização conheceu na segunda metade do século XVI uma expansão areolar com base nos núcleos costeiros, que articulavam o porto com uma zona de produção que se estendia até a área incerta da fronteira de ocupação propriamente dita. Os centros de irradiação estavam definidos e uma rede de povoados costeiros se distribuía numa vasta porção da fachada ocidental do Atlântico.

Em outro estudo de sua autoria, Moraes (1999) afirma que a formação territorial do Brasil é típica de um padrão colonial que se deu a partir da zona costeira, formando uma sucessão de sistemas de ocupação estruturados claramente conforme um desenho de uma “bacia de drenagem”. Tal conformação permite a conexão territorial entre o interior e o litoral, quer dizer, no sentido oeste-leste e não entre os espaços litorâneos.

Para Mendonça e Souza (2015), tal conceito ilustra que a organização territorial existente é baseada na drenagem dos recursos naturais e carregamento dos mesmos em direção a um espaço pontual situado na zona costeira brasileira. A ocupação por bacia de drenagem ratifica a subordinação dos espaços colonizados pelas metrópoles ibéricas. Para os citados autores, diante desta dependência econômica imposta pelos circuitos externos, os sítios portuários litorâneos coloniais eram qualificados positivamente frente às vantagens locais que eles proporcionavam.

Nesse sentido, percebe-se que desde o princípio da formação territorial brasileira, a zona costeira, sobretudo o litoral, exerceu uma função importante para a atual conformação geográfica da ocupação urbana e também do desenvolvimento econômico e regional do Brasil. Essa realidade histórica pode ser associada também com o processo de desenvolvimento territorial sergipano e nos auxilia, na compreensão da valorização dos espaços costeiros.

Contudo, é necessário destacar que a configuração pretérita do território brasileiro não apresentava vocação econômica litorânea (MORAES, 1999). Os espaços econômicos coloniais localizavam-se nas áreas mais internas, onde as atividades agrícolas, pecuárias e de mineração tinham relevância. Para Strohaecker (2008), a constituição de um conjunto de cidades portuárias isoladas expressam, acima de tudo, a dependência do país na divisão internacional do trabalho estruturado em um modelo agroexportador de produtos, condicionando uma rede dendrítica interna de vilas e povoados e uma desconexão espacial entre os núcleos litorâneos.

Com obviedade, os contatos entre as regiões nacionais se processavam via navegação de cabotagem e é nesse contexto que as zonas costeiras mais próximas se comunicavam. Os embarcadouros e trapiches são bons exemplos de infraestrutura que dava a fluidez necessária à atividade econômica. Para Moraes (1999), os portos que serviam aos circuitos de produção mais importantes acabavam por gerar zonas de adensamento em seus entornos, originando as primeiras redes de cidades, embriões de sistemas urbanos posteriores. Para o estado de Sergipe, datam-se desse período as Vilas de São Cristóvão, Estância, Maruim, Itaporanga D'Ajuda, Japarutuba e a atual Neópolis, todas, abrigadas nos fundos dos vales e com funções exportadoras para o período.

No território sergipano o início do processo de ocupação da área se deu, segundo os ensinamentos de Diniz (1981), a partir das seguintes fases: primórdios da colonização; fundação da cidade-forte de São Cristóvão e expansão para o oeste. A primeira fase teve início na investida dos jesuítas, sob o pretexto da catequese dos indígenas. A segunda fase aconteceu quando da instalação definitiva dos portugueses em terras de Sergipe D'el Rey por necessidade de comunicação entre os dois mais importantes núcleos populacionais da colônia que eram Salvador e Olinda. A terceira fase se deu com a expansão para o agreste em função da procura por minas de prata e salitre e da captura de índios.

Segundo Souto (2002), a colonização e o povoamento sergipano foram efetuados principalmente no sentido do sul para o norte, dando-se prioridade a ocupação das margens e das barras dos rios, tendo como ponto de partida o rio Real. Daí a importância dos estuários como eixos de ocupação territorial.

Para Vilar (1991), no caso de Sergipe, a pecuária foi a atividade predominantemente no período colonial, responsável pelo abastecimento das *plantations* da Capitania da Bahia. A expansão do gado acompanhou todo o processo de ocupação do território sergipano. Partindo do rio Real, já em 1607 os rebanhos atingiam Itabaiana e Simão Dias, seguiam os cursos dos rios Vaza-Barris, Sergipe e São Francisco. O gado abriu caminhos, posteriormente substituídos por estradas. Esses caminhos ligavam o interior às zonas costeiras, constituindo-se, juntamente com os rios, nos primeiros corredores econômicos da colônia. Nesse sentido é possível perceber o quanto o processo de ocupação do território sergipano contribuiu para uma relação dualista litoral/sertão, que associados ao processo de desenvolvimento socioeconômico do estado perduram fortemente até os dias atuais.

Inseridas nesse contexto da formação territorial, as áreas estuarinas também merecem destaque, pois desde o período colonial aos dias atuais, tiveram papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico de municípios sergipanos.

Na década de 1980, com as primeiras iniciativas de desenvolvimento da atividade do turismo, a interligação das áreas estuarinas demandou atenção diferenciada nos investimentos públicos de estruturação turística do litoral, já que o sistema de circulação dos fluxos se deu através da articulação de rodovias, num movimento mais rápido, fluido e capilarizado. Nesse contexto, os investimentos na construção de pontes se fez necessário para a efetivação do percurso da rodovia estadual SE-100, se tornando o principal eixo balizador da exploração turístico/imobiliária do nosso litoral.

Em se tratando do processo de ocupação do litoral sergipano, Vilar e Vieira (2004, p. 4) afirmam que além da instalação definitiva dos portugueses em terras sergipanas, possibilitando um elo entre Salvador e Olinda no final do século XVI, outros três fatores devem ser considerados como motivadores:

- a) Eliminar a influência francesa, cuja aliança com os indígenas ameaçava os domínios portugueses;
- b) Dominar as tribos tupinambás que habitavam o litoral sergipano;
- c) Garantir a posse da terra pelo povoamento e ocupação efetiva do território.

Dentro deste contexto, o início da ocupação territorial de alguns municípios da zona costeira sergipana, datam da época da conquista do território da Capitania de Sergipe D'el Rey.

A partir de meados do século XVIII, a expansão da cana-de-açúcar e do algodão é responsável pela diferenciação na ocupação do espaço agrário sergipano. Para Vilar e Vieira (2004), em Sergipe a divisão territorial do trabalho desenhou três unidades regionais bem representativas (o litoral, o agreste e o sertão) com atividades econômicas específicas e comuns a todo o estado. No processo de formação do território sergipano a pecuária é uma dessas atividades em comum que não deve ser olvidada, inclusive pela forte influência que exerceu nos municípios litorâneos como um todo.

Ainda de acordo com as ideias dos citados autores, é digno de apontamento que a economia agroexportadora de Sergipe precisava de portos ou embarcadores, ou seja, elos geográficos que permitissem certa viabilidade econômica ao território. Desta forma, Aracaju e o restante do litoral sergipano passaram por processos semelhantes, arquitetando vias estuarinas que conectavam as cidades localizadas nos fundos dos vales

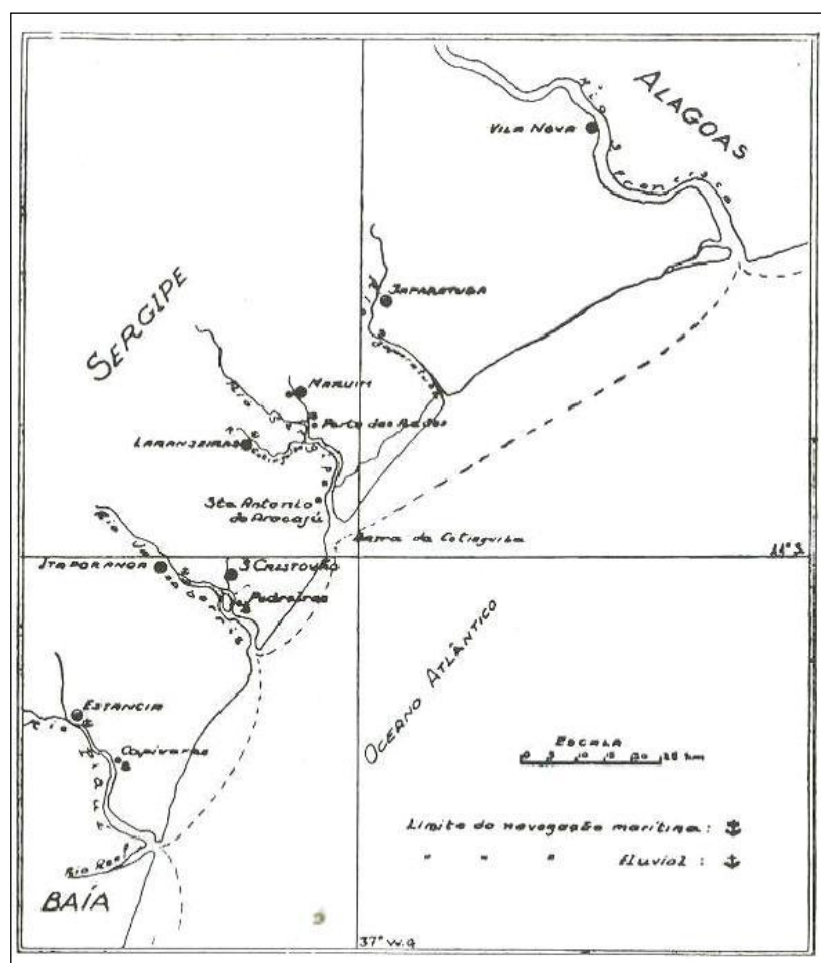
fluviais com a foz e com o mundo. Toda uma armadura territorial foi disposta para dar consistência à atividade agroexportadora de Sergipe e nela o litoral e os espaços sublitorâneos sempre exerceram um papel decisivo, ainda que com atores e produtos econômicos variados ao longo do tempo.

Desta forma, mais uma vez é possível observar que a relação de dualidade e dependência litoral/sertão se reforça nesses processos da ocupação territorial e do desenvolvimento socioeconômico do estado. Observa-se ainda que a necessidade do escoamento exportador da produção vigente à época reforça a criação de infraestruturas que vão firmar o crescimento de alguns núcleos urbanos costeiros.

É válido destacar também que para aumentar a dinamização econômica entre alguns desses estuários, foram construídos canais artificiais de conexão fluvial, onde foi possível observar a interligação dos estuários dos Rios Japaratuba e Sergipe, através da construção do Canal do Pomonga, e entre as Bacias Hidrográficas do Rio Sergipe e do Vaza-Barris por intermédio do Canal de Santa Maria. A construção desses canais fluviais no século XIX facilitou a comunicação entre as áreas nucleares do espaço litorâneo sergipano e ao mesmo tempo contribuiu para a formar uma lógica territorial com características próprias, que reforçaram um desenvolvimento socioeconômico diferenciado desse espaço geográfico.

Observam-se através da figura 1, os portos sergipanos no século XIX. Abrigados nos vales fluviais das regiões produtoras e exportadoras de açúcar na época, com disposição geográfica que se assemelha à realidade de diversas outras cidades da zona costeira nordestina. É possível afirmar a partir desse registro, que para o pensamento vigente das estratégias de ocupação territorial daquele dado momento, evitava-se a ocupação humana na franja litorânea, pois esse espaço geográfico, dentre outros fatores, era visto de maneira temerosa e estrategicamente vulnerável a ataques externos.

Figura 1 - Os portos sergipanos no século XIX



Fonte: PORTO, 1991.

Para Mendonça e Souza (2015), no decorrer do século XIX, as localidades deliberadas pela composição colonial perenizaram-se, acompanhando a continuidade no modelo de acumulação vigente, embasado na saída de produtos primários. Os núcleos das zonas de adensamento cresceram sucessivamente, alguns centros regionais também, enquanto outros decaíram ou resistiram paralisados ao sabor dos circuitos das economias regionais externas.

Moraes (1999), afirma que a instalação de ferrovias a partir de meados do século XIX, com cada linha férrea demandando um porto, sedimenta ainda mais algumas situações locais existentes, que passam a reforçar a centralidade das grandes aglomerações. De acordo com o citado autor, a construção das ferrovias, ao mesmo tempo em que anima a vida de alguns portos, pois ao propiciarem uma relação

mais rápida num dado espaço de circulação, também minimizaram as vantagens locais de zona costeira.

Desta forma, observou-se que a disposição geográfica favorável à exportação não era mais fator preponderante para o desenvolvimento regional. Para Moraes (1999), no decorrer do século XIX, as localizações definidas pela estrutura colonial perenizaram-se, acompanhando a continuidade no padrão de acumulação vigente, embasado na exportação de produtos primários. Ainda de acordo com o citado autor, com as possibilidades abertas por meio do transporte ferroviário, o capital industrial passou a avaliar outros fatores de localização, como a proximidade de matérias-primas e de fontes energéticas. Diante disso, as primeiras ondas de industrialização no Brasil escaparam dos espaços litorâneos, inaugurando uma etapa de urbanização no interior como foi o caso da conformação da metrópole paulistana. Com isso, pode-se perceber na metade do século XIX a existência de “cidades mortas” vegetando na orla litorânea brasileira, inclusive algumas capitais estaduais. Esse quadro se deu, dentre outros fatores, decorrente da inexistência ou precariedade do acesso terrestre, imprimindo uma situação de isolamento relativo em face do padrão de circulação imperante.

Para Moraes (1999), a formação do território do Brasil nos apresenta uma estrutura de eixos bem definidos de ocupação, que após as suas consolidações, extravasaram um processo capilar de povoamento de seus entornos. Tais eixos, que inicialmente foram ditados pela topografia e pela rede de drenagem, tem como características comuns demandarem a costa, onde, de acordo com suas potencialidades, animam o crescimento urbano. Assim, cada localidade costeira insere-se num sistema de povoamento linear litoral/sertão, sendo ainda pequenos os circuitos intercosteiros no início da segunda metade do século XX.

Para Moraes (1999), foi no final da década de 1950 que se apresentou uma mudança sensível no ritmo de ocupação da costa. Para o autor, com a consolidação do domínio econômico urbano-industrial, seria melhor dizer que foi no final da citada década que o litoral vai experimentar o rebatimento da mudança do padrão de acumulação vigente no país. Um primeiro ponto a se destacar nesse novo padrão é a significativa aceleração do processo de industrialização brasileiro, que ultrapassando o estágio da substituição de importações, ancora-se agora na maciça entrada do capital transnacional. Vários ramos importantes, em instalação, vão sofrer grande dependência

do abastecimento de insumos externos, o que direciona a sua localização à proximidade com os sítios portuários. Desta forma, não se pode desprezar a industrialização na avaliação dos vetores da veloz e intensa ocupação da costa brasileira nas últimas décadas. Apesar de sua presença se manifestar de forma pontual e concentrada, de certo modo acentuando o padrão colonial de assentamento, o impacto direto e indireto da atividade industrial é bastante sensível. Para o autor, o que importa aos efeitos sociais, cabe primeiramente apontar a influência da industrialização, mediante geração de empregos diretos e indiretos gerados, sobre a dinâmica da população, atraindo fluxos migratórios para os locais de sua instalação. Nesse contexto, a relação indústria/crescimento urbano também se exerce com toda potência nas cidades litorâneas eleitas para sediar tal atividade. Diante disso, a atividade industrial teve papel fundamental na conformação das atuais regiões metropolitanas da zona costeira brasileira, visto que as atividades desenvolvidas demandaram inúmeras estruturas de apoio.

Vale registrar o dinamismo subjacente a essa atividade, o qual estimulou a formação de amplo setor gerador de serviços e produtos conexos. Tais tarefas da esfera da reprodução, ao se estruturarem em moldes modernos, gestam novos estratos sociais que a bibliografia chama de camadas médias urbanas. Ainda para Moraes (1999), essas camadas vão constituir a clientela essencial de outro vetor de atuação no processo contemporâneo de ocupação da zona costeira. Trata-se do fenômeno da segunda residência, altamente disseminado em longos espaços dos entornos das capitais estaduais e das grandes aglomerações do litoral brasileiro. Entretanto, para Strohaecker (2008), alguns fluxos migratórios direcionados para essas localidades constituem-se, muitas vezes, de contingentes populacionais que não são absorvidos pelo mercado de trabalho formal, intensificando os processos de favelização, periferização e de ocupação de áreas impróprias aos assentamentos urbanos. Desta forma, entende-se que o processo de urbanização constitui-se em um dos aspectos mais importantes para o entendimento da ocupação da zona costeira na atualidade.

Ao analisar o litoral sergipano, observa-se que alguns fatores dificultavam a sua ocupação territorial mais intensa: o recorte territorial das principais bacias hidrográficas, a ausência de interligação rodoviária adequada, grande parte do litoral com características rurais, a expansão urbana concentrada na capital do estado e,

sobretudo os interesses econômicos voltados para outros setores produtivos. Fatores esses que na atualidade já se encontram readequados.

A partir de meados da década de 1980, a antiga fragilidade na circulação rodoviária desse espaço geográfico começou a ser relativamente quebrada com o início da adequação de rodovias litorâneas, interligações hidroviárias e a criação de infraestrutura. Essas obras passaram a se tornar eixos balizadores da ocupação territorial mais efetiva e que facilitaram, intensificaram, diversificaram fluxos geográficos e a partir de então, alguns municípios da zona costeira sergipana passaram a conhecer os reflexos territoriais, a exemplo: da diversificação no tipo de uso da terra, o surgimento de empreendimentos voltados para o turismo, a valorização do preço dos terrenos, a intensificação da circulação rodoviária e a forte especulação imobiliária como resultantes dessa integração litorânea.

A história do litoral sergipano esteve intimamente ligada à produção da cana de açúcar na zona costeira e, sobretudo, do coco-da-baía na franja litorânea, atividade agrícola que colocou o estado de Sergipe em destaque no cenário produtivo nacional neste cultivo. Todavia, a década de 1980 inaugurou as primeiras ações que nortearam um redirecionamento da antiga função rural das terras litorâneas do estado de Sergipe. Deu-se início a abertura de estradas perpendiculares ao principal eixo rodoviário de Sergipe, a rodovia BR-101, interligando-a com pequenos núcleos habitacionais litorâneos e atualmente, com o direcionamento de políticas públicas ao desenvolvimento da atividade turística, é o espaço de uma dinâmica que apresenta inúmeras contradições em parte materializadas na sua paisagem, que, por conta disso, tem-se transformado de maneira expressiva ao longo das últimas duas décadas.

De acordo com França (1988), em seu estudo intitulado “A cultura do coco da baía e as transformações no litoral sergipano”, a abertura de estradas aumentou a acessibilidade e, num primeiro momento, contribuiu para aumentar a renda resultante da produção do coco, mas, também aumentou o valor dos terrenos litorâneos, tendo em vista o aumento do potencial especulativo. Em Sergipe, na década de 1980, a abertura de estradas na faixa litorânea, como a Rodovia dos Náufragos (Aracaju), José Sarney (Aracaju), as estradas da Caueira (Itaporanga D’Ajuda), Saco da Boa Viagem (Estância) e a Rodovia SE 100 Norte para o município de Pirambu são exemplos desse fato.

França (1988) nos apresenta um caminho analítico para a compreensão de um futuro de especulação imobiliária/turística na zona costeira sergipana com a seguinte afirmação:

a Rodovia do Coco, destinada a facilitar o escoamento da produção, que está sendo construída em todo o Nordeste, na verdade, está contribuindo e intensificará a redução da produção. Tal fato já pode ser constatado no litoral norte da Bahia e sul de Alagoas, onde os loteamentos invadiram a faixa litorânea, reduzindo sensivelmente a atividade agrícola. É a “estrada do coco” ou a “estrada do turismo/especulação ?...(FRANÇA, 1988, p. 110)

A partir da década de 1990 se iniciou a interligação rodoviária paralela à linha de costa. Assiste-se então mais uma etapa no processo de estruturação da zona costeira sergipana com a implementação de próteses da engenharia a exemplo das Rodovias SE-100 sul e norte; a implementação do serviço de interligação hidroviário de veículos entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros sobre o rio Sergipe; Aracaju e Itaporanga D’Ajuda sobre o rio Vaza-Barris.

Em seguida; efetivou-se o prolongamento da Rodovia SE-100 sul no trecho entre o Povoado Praia do Saco ao Povoado Porto N’Angola (Estância) e a interligação hidroviária entre os municípios de Estância e Indiaroba sobre o estuário do rio Piauí.

Ressalta-se ainda, a pavimentação asfáltica do trecho que interligou o povoado Terra-Caída e também o povoado Pontal, ambos localizados na área estuarina do rio Piauí à sede do município de Indiaroba, no extremo sul do estado, que por sua vez efetivou a interligação rodoviária desses núcleos com o estado da Bahia.

Nesse sentido, diante da efetivação das ações acima citadas, era possível percorrer por via litorânea o trecho entre a cidade de Aracaju à rodovia litorânea Linha Verde, no estado da Bahia, utilizando o serviço de transporte das balsas hidroviárias, suspenso no ano de 2010, com a inauguração da ponte Joel Silveira. (Figura 2)

Figura 2 – Transporte de Balsa sobre o Rio Vaza Barris



Fonte: Paulo Noronha, 2012

Apesar desse fato, excetuando-se o Povoado Praia do Saco no município de Estância, não se percebeu uma intensificação na ocupação do solo no litoral sul sergipano, o que pode ser observado foram práticas de antecipação espacial, como a negociação de grandes áreas urbanizáveis, que se deram pela possibilidade da futura da interligação rodoviária através das pontes.

Na primeira década dos anos 2000, três grandes intervenções são dispostas no sentido da efetivação do traçado rodoviário litorâneo de Sergipe. No ano de 2002, o estuário do rio Japarutuba passou a ser sobreposto via rodovia SE100-norte, com a inauguração da ponte interligando os municípios de Barra dos Coqueiros e Pirambu (Figura 3).

Figura 3 – Ponte sobre o Rio Japaratuba



Fonte: Jéssica Feitoza, 2013

Logo após, no ano de 2006, a inauguração da ponte Construtor João Alves interligou a capital Aracaju ao município da Barra dos Coqueiros (Figura 4).

Figura 4 – Ponte sobre o Rio Sergipe

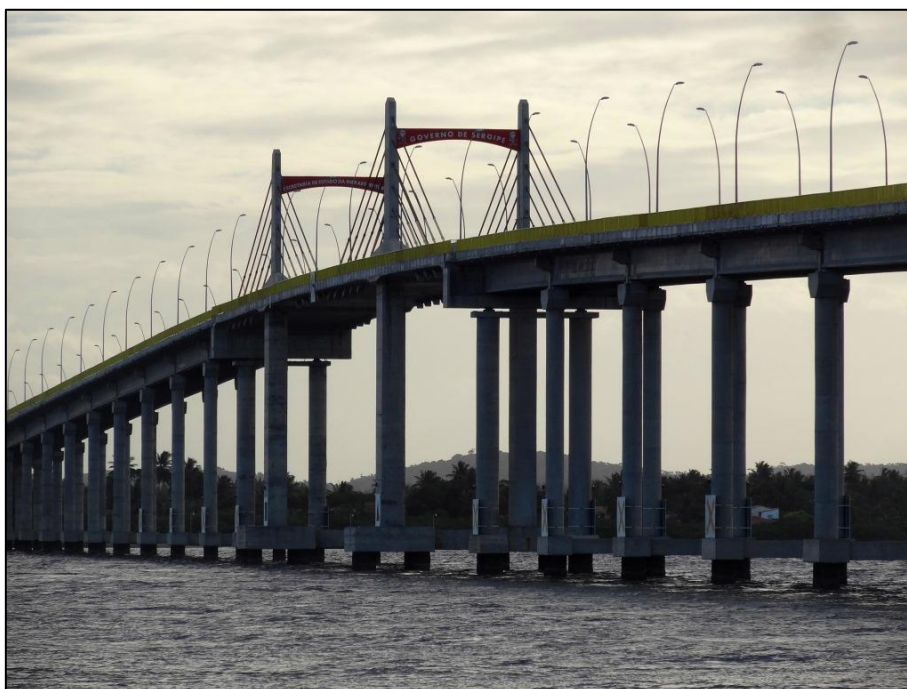


Fonte: Santos, 2008

Com isso, concretizou-se aproximadamente 50% de trafegabilidade por via asfáltica da zona costeira do litoral norte sergipano. Mesmo com a alternância dos

grupos políticos que geriam o estado, a política governamental de estruturação litorânea teve continuidade. A inauguração da ponte Jornalista Joel Silveira no ano de 2010 interligou a Zona de Expansão urbana da capital ao município de Itaporanga D'Ajuda e no ano de 2013, com a presença da Presidenta da República, Dilma Rousseff, foi inaugurada a ponte Gilberto Amado, considerada na época a maior ponte fluvial do Nordeste brasileiro, que interligou a totalidade de um traçado rodoviário litorâneo (Figura 5).

Figura 5 – Ponte sobre o estuário do Rio Piauí



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

É válido ressaltar que no trecho norte da rodovia SE100, entre os municípios de Pirambu ao município de Brejo Grande, limite estadual com o estado de Alagoas, o traçado rodoviário é realizado sobre pavimentação de terra (piçarra), mas no ano de 2015 foi dado início ao processo de adequação e pavimentação asfáltica desse trecho (Figura 6). Embora essa obra já fosse prevista dentre as ações elencadas para aplicação de recursos do Prodetur, atualmente, a viabilização da mesma se efetiva com recursos oriundos do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (PROINVEST), com investimentos no valor inicial de R\$ 38.775.570,02 para o asfaltamento de 47,23 km, sendo 39,23 km da Rodovia SE-100 e 8 km na Rodovia SE

429. Todavia, em meados de janeiro de 2016, o MPF/SE determinou a paralisação das obras pela ausência das licenças ambientais e consequentemente o não cumprimento dos condicionantes necessários para a viabilização da obra. No ano de 2017 as obras foram retomadas, com conclusão prevista para 2018.

Figura 6 – Evento de autorização do início das obras de pavimentação da Rodovia SE-100N



Fonte: Jornal O Dia, 2015

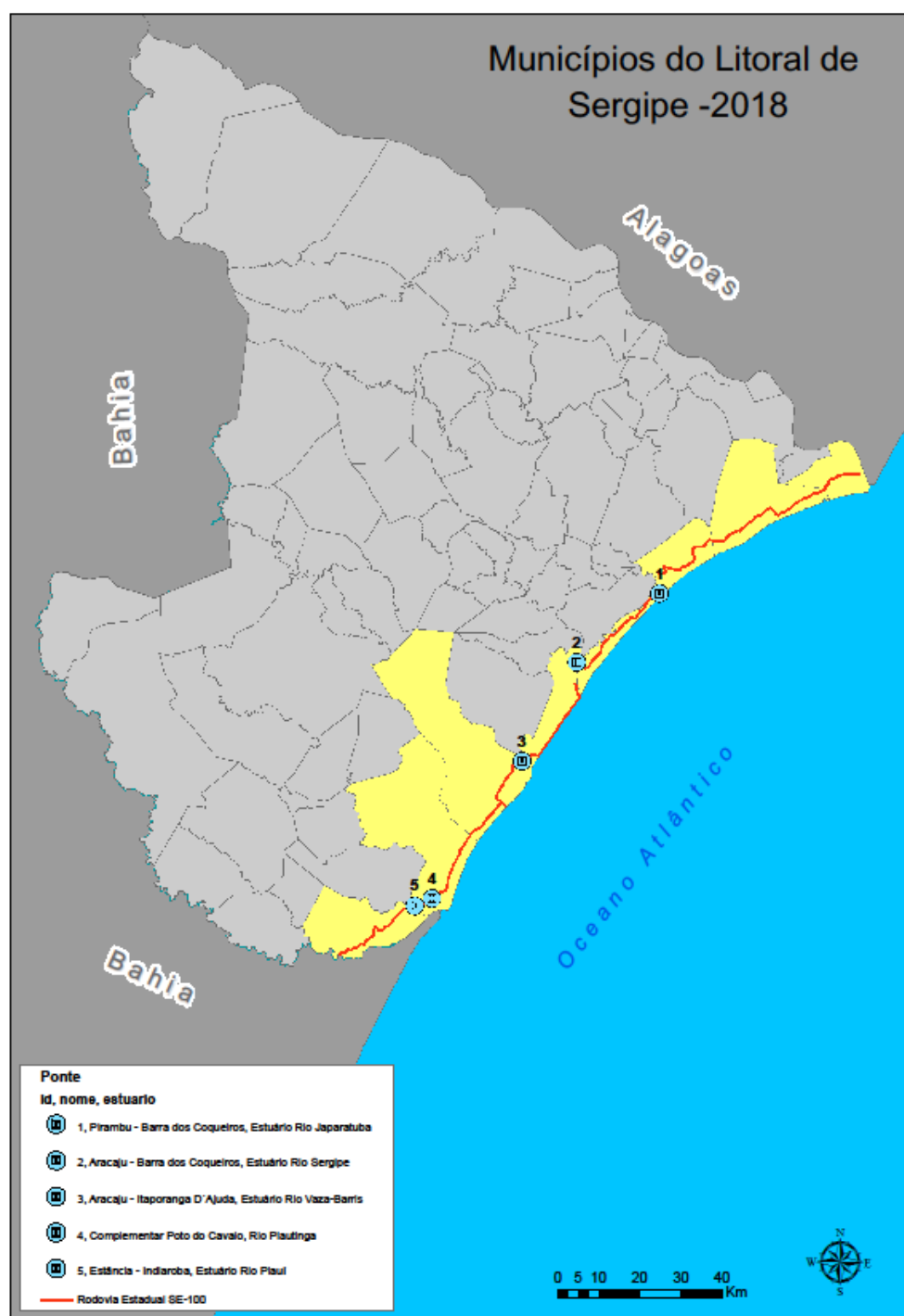
Nesse sentido, é possível observar que o prognóstico realizado por França (1988), no final da década de 1980 se concretizou. A cultura do coco já não tem mais a mesma função econômica nas terras do litoral sergipano e se pode afirmar que a sobrevivência desta cultura tem mais importância na valorização paisagística dos terrenos, do que como produto agrícola.

Atualmente, a zona costeira sergipana apresenta um cenário territorial diversificado, mostrando ao mesmo tempo características rurais e urbanas, com áreas de intensa ocupação e de ocupação rarefeita. É possível ainda elencar usos múltiplos por diversos outros segmentos da economia e ainda, apontar áreas de conflitos territoriais na produção e reprodução deste espaço, na medida em que se torna um produto e expressa as desigualdades e as contradições da sociedade que a constrói.

O espaço litorâneo sergipano se tornou uma mercadoria cara. A especulação imobiliária, o crescimento das segundas residências, a construção dos eixos estruturantes e as iniciativas de desenvolvimento do turismo no litoral sergipano têm

provocado significativas modificações paisagísticas, territoriais e sociogeográficas, visto a atual estrutura de circulação fluida do litoral (Mapa 1)

Mapa 1 – Atual estrutura de circulação rodoviária litorânea de Sergipe.



Organização: Sardeiro e Santos, 2018

Para Vilar e Santos (2012), a ampliação dos eixos indutores de ocupação e as novas perspectivas de uso do litoral são acompanhadas do aumento de problemas ambientais e sociais. Como exemplo, se pode citar a privatização da praia por construções de segundas residências na linha da costa, a pressão da especulação imobiliária, além da segregação socioespacial.

Desta forma, nos deparamos com um espaço geográfico dinâmico e rico de elementos que produzem profundas mudanças espaciais, pois de um lado, cria um espaço homogeneizado por altos padrões construtivos que destoam radicalmente da realidade socioeconômica média dos municípios, e do outro, acentua conflitos e disparidades sociais.

Em Sergipe, para Vilar (2010), vale destacar que a ocupação da zona de expansão de Aracaju, e igualmente do Litoral Sul se processou lentamente até os anos 1970. Todavia, a partir dessa década, registra-se na literatura uma série de ações governamentais que intensificaram a infraestrutura geográfica da área e o processo de ocupação, cuja característica mais evidente é seu tom desordenado. Ainda de acordo com o citado autor, em 1980, com o asfaltamento da Rodovia dos Náufragos, interligando por via costeira a cidade de Aracaju ao antigo Povoado Mosqueiro, no extremo sul dos limites municipais, mas pertencente ao município vizinho de São Cristóvão, intensificou-se o crescimento demográfico e de loteamentos nessa área.

Para Leite (2007), com a edificação da citada rodovia, moradores da capital passaram a frequentar o povoado, enquanto veranistas adquiriam terrenos e construíam casas. Atualmente, algumas delas se tornaram moradias permanentes, acentuando-se o processo através da especulação imobiliária, que ao longo dos anos vem se efetivando fortemente, fato evidenciado no número de condomínios fechados construídos à beira-mar nessa área e em loteamentos na parte sul e oeste da comunidade.

Nos anos noventa, a construção da Rodovia José Sarney constituiu-se uma tentativa de dotar as áreas estritamente costeiras de infraestrutura viária que facilitasse a comunicação.

Na atualidade, constata-se que o estado de Sergipe se encaixa perfeitamente na tendência nordestina da urbanização litorânea, pois ao se percorrer a estrutura viária existente no litoral sergipano, percebe-se a disseminação de toda uma armadura estrutural que viabiliza a implantação de inúmeros empreendimentos imobiliários que se

processam de norte a sul da Rodovia SE-100, alguns efetivamente concluídos, outros em processo de edificação e outros em fase de licenciamento e implementação. Em termos sociais, essa atividade desorganiza em muito a sociabilidade dos locais onde se instala, ao inaugurar um mercado de terras ascensional e ávido, gerando uma situação fundiária tensa e conflitiva.

As atividades econômicas das áreas estuarinas sob a influência da Rodovia SE 100 e das pontes edificadas no litoral apresentam uma nova dinâmica nesses últimos anos. As atividades tradicionais, a pesca e a agricultura aos poucos vão perdendo espaço para atividades ligadas à especulação imobiliária e a algumas iniciativas pontuais ligadas ao turismo de praia. De acordo com Moraes (1999), a satisfação do consumo de segundas residências mobiliza proprietários de terras, incorporadores, corretores, e a indústria da construção civil nas áreas litorâneas, o que vai constituir, em si, num acréscimo ao fluxo povoador.

Para Dantas (2008), de prática marítima delineada na capital e resultante de demanda da elite local sequiosa por espaços litorâneos, percebe-se no tempo, como resultado de transformações no domínio socioeconômico (ampliação da classe média no país) e tecnológico (implantação de infraestrutura urbana além da cidade, notadamente viária, energética e de telecomunicação), tendência de incorporação crescente e gradual da totalidade das zonas de praia dos municípios litorâneos que compõem a zona costeira brasileira.

Nesses termos percebe-se a intensificação de processo de incorporação das zonas de praia à tessitura urbana e em função de duas racionalidades: a do capital e a da expansão dos espaços urbanos. Ainda para o referido autor, com o desenvolvimento da vilegiatura marítima, os espaços litorâneos são engendrados tanto pela valorização como pela urbanização. Os loteamentos, os arruamentos, os quarteirões, as esquinas, os muros, as casas, os condomínios, os carros, os eletrodomésticos, os novos costumes e as pessoas desconhecidas passam a compor a paisagem das praias eleitas pelos veranistas.

Ao longo das últimas décadas, a zona costeira foi redefinida, apresentando, assim, novas formas e novos usos. Essa realidade, se transportada para o litoral sergipano, pode ser percebida inicialmente com a expansão da malha viária litorânea de Aracaju, estendendo a ocupação urbana para a porção sul da capital na década de 1980, com a expansão da rodovia SE-100 em seus dois sentidos a partir de Aracaju e mais

intensidade, nas últimas duas décadas, com a efetivação da interligação litorânea a partir da construção de pontes.

Diante do exposto, percebe-se o esforço dos governos estaduais na implementação de uma política pública justificada pelo discurso da promoção do desenvolvimento econômico através do turismo, mas que na prática, está carregada de contradições no que se refere à produção do espaço litorâneo sergipano, pois (re)produz a segregação socioespacial e a valorização do capital, via empreendimentos imobiliários.

De acordo com Limonad (2007), lado a lado com o desenvolvimento do turismo tem-se uma intensificação da urbanização dispersa, através da proliferação de condomínios e loteamentos horizontais voltados para atender a demanda de segundas residências, casas de veraneio para habitantes das cidades próximas e inclusive para compradores internacionais, além de alimentarem o mercado de investimento especulativo. Essa realidade pode ser facilmente percebida ao se percorrer o litoral sergipano em ambas as direções.

Entretanto, a redefinição de olhar e valorização da zona costeira nordestina é fruto também de uma forte investida governamental através de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento da atividade do turismo, sobretudo neste privilegiado espaço geográfico. Para Anton Clavé Salvador (1998), isso ocorre através da ação coordenada de distintos capitais corporativos com proprietários fundiários, promotores urbanos, empresários turísticos e das necessidades que são criadas para os consumidores.

2.2 - Do Nordeste das secas aos paraísos ensolarados litorâneos: a mudança no discurso político e as políticas públicas de mudanças

A adoção da atividade do turismo como alternativa ao desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro nos conduz a décadas anteriores, quando, de acordo com Dantas (2010), a oligarquia nordestina fundada num discurso regionalista, evidencia um sistema socioespacial dependente de ajuda e subvenções do governo federal, permitindo, grosso modo: a promoção de vias capazes de promover a integração do sertão ao mercado, o estabelecimento e/ou a criação de organismos públicos federais no nordeste brasileiro, a política de industrialização dos anos 1960. Nessa época,

diferente de outras cidades litorâneas de países em vias de desenvolvimento, as cidades litorâneas do Nordeste não se enquadravam no fenômeno de valorização turística. Os fluxos notados nessa região são reduzidos, de caráter fortemente nacional e concentrados em algumas cidades.

Inserida em um discurso de diminuição das desigualdades regionais a partir da industrialização, foi criada em 1959 a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Dantas (2010) adverte que a indicação da indústria como mola motriz da política de desenvolvimento econômico regional suscita fracos investimentos na construção de quadro favorável à exploração turística. Os governos estaduais, voltados para a industrialização, colocaram em segundo plano ou simplesmente negligenciaram as potencialidades turísticas do Nordeste. Em virtude do esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico vigente no Brasil, e com a reforma constitucional de 1988, a centralização política cedeu à descentralização que favoreceu de um lado a transferência de recursos controlados pelo governo central para os estados e municípios e de outro a possibilidade da captação de recursos financeiros no estrangeiro.

Associado ao discurso da industrialização como viés do desenvolvimento, a imagem do Nordeste brasileiro sempre esteve intimamente ligada ao discurso da seca, que adquiriu uma conotação bem particular. Na região, a seca está intimamente associada à penúria, à fome, ao êxodo rural, ao sofrimento, à perda da lavoura, aos auxílios e às frentes de serviço, dentre outros. Não obstante, desde o período colonial até a atualidade, os relatos e imagens sobre o Nordeste brasileiro, em sua maioria, enfatizam paisagens naturais desoladoras, com ausência de chuvas e o flagelo social da população sertaneja nos períodos de seca. Para o camponês nordestino, seca e catástrofe social são sinônimas. Para a oligarquia, seca é oportunidade de fazer política e de recebimento de investimentos financeiros públicos.

Para Silva (2007), na segunda metade do século XIX, quando as ocorrências de secas prolongadas colocaram em risco o povoamento e as atividades econômicas no sertão nordestino, tiveram início os estudos científicos sobre a problemática. Predominou a tentativa de descobrir e explicar as causas naturais do fenômeno das secas no Nordeste. A visão parcial do semiárido, como a região das secas, conduziu a adoção de soluções fragmentadas, cujo núcleo gerador foi o combate à seca e aos seus efeitos.

Na primeira metade do século XX, surgiram outros olhares críticos sobre as causas estruturais e as consequências da miséria na região semiárida. Tanto na literatura regional quanto nos estudos científicos, a análise sociológica ganhou destaque ao enfatizar a forma predominante de ocupação e exploração do território pelos colonizadores e seus sucessores que levaram à concentração das riquezas e do poder político, gerando miséria e dependência da maioria da população sertaneja. Essa visão crítica da realidade desmistificou as ações de combate à seca que, além de ineficazes, reproduziam as estruturas locais de dominação.

Ainda de acordo com o citado autor, a partir da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), houve uma tentativa de mudança profunda de orientação das ações governamentais no Nordeste. Durante o período ditatorial, com o abandono das propostas de reformas substanciais na região, ganhou destaque uma concepção da modernização econômica e tecnológica como base do desenvolvimento regional. Na década de 1970, as políticas governamentais passaram a dar ênfase à implantação de polos de modernização agrícola e pecuária. A agricultura irrigada, com especialização na fruticultura para exportação, tornou-se a solução para os problemas da seca no sertão. Porém, os indicadores mostravam que, na sua maior porção, a economia do Nordeste permanecia tradicional e estagnada e a situação estrutural de pobreza ainda se transformava em calamidade nas estiagens prolongadas.

A partir da década de 1980, no processo de redemocratização da sociedade brasileira, passou-se a buscar outras novas alternativas para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro. A condição do clima quente, associada aos cenários litorâneos com altos índices de insolação durante todo o ano, despertou novos olhares desse fatores como potencialidades turísticas do Nordeste. O discurso do desenvolvimento da região a partir dessa atividade, associado, sobretudo com interesses de grupos empresariais sedentos por novas possibilidades de atuação transformam a atividade turística em temática central nos debates da época.

a modificação do olhar da sociedade local face ao semiárido marca a consubstanciação do conflito entre dois quadros simbólicos contraditórios. O primeiro quadro simbólico, o mais antigo, indica um discurso que reforça um conjunto de imagens negativas do semiárido em benefício da oligarquia agrária. O segundo quadro, o mais recente, indica um novo discurso relacionado à virtualidade dos espaços semiáridos, construindo uma imagem positiva vinculada aos interesses de um grupo de empreendedores ligados à agricultura

irrigada e naquilo que nos interessa diretamente – o turismo. (DANTAS, 2000. p.29).

Um rápido exame das políticas de turismo no Brasil, iniciadas na década de sessenta, há de salientar a falta de definições no ordenamento público desta atividade até os anos noventa, quando se começa, de fato, a coordenar e a monitorar, mesmo com inúmeras dificuldades, o desenvolvimento do turismo nacional. Desde a criação da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) em 1966, as políticas de turismo foram precariamente explicitadas e coordenadas com outras políticas setoriais, razão porque (entre outros motivos), se resumiram, na prática, à criação de fundos e incentivos fiscais para a implantação e melhoria de infraestrutura hoteleira (CRUZ, 2001)

Nesse sentido, Cruz (1996) afirma que em face da fragilidade da estrutura econômica, em que pobreza e miséria compõem parte significativa do quadro social, o turismo era visto como alternativa viável em busca do desenvolvimento e superação dessas deficiências. No processo de desenvolvimento do turismo no Nordeste destacaram-se duas forças convergentes: uma, de natureza mundial, respondendo a uma necessidade intrínseca da atividade turística, ou seja, a incorporação constante de novos roteiros; e outra, de caráter regional, calcada, sobretudo na busca desenvolvimento econômico.

Para a citada autora, cientes do potencial turístico regional e da necessidade de fortes investimentos no setor em busca do aproveitamento dessa potencialidade, os governos dos estados nordestinos tomam à frente da iniciativa privada e assumem o papel de empreendedores. Deu-se origem à Política de Megaprojetos, que surgiu no final da década de 1970, fruto de uma fase onde é evidente a disposição do governo brasileiro para financiamento de obras de grande porte.

Na ânsia de atingir o máximo desenvolvimento do potencial turístico do litoral, os governos dos estados nordestinos canalizaram esforços e recursos nesse sentido, em detrimento das áreas interioranas e contribuindo, conseqüentemente, para a perpetuação da pobreza e da miséria, bem como para a continuidade do êxodo rural para o litoral.

A transformação que começou a ocorrer a partir de 1991 representa, portanto, um marco na história do turismo no país, pois é, justamente, quando este tema surgiu dentro das prioridades do governo federal. Há, em decorrência disso, uma reelaboração do papel da Embratur e esta assume a finalidade de formular, coordenar e executar a Política Nacional de Turismo. Ademais, neste período também se iniciam os grandes programas de desenvolvimento turístico no Nordeste brasileiro, com o Prodetur (Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste) (CRUZ, 2001).

Para Oliveira (2008), um dos elementos principais para explicar as mudanças de atitudes do poder público com relação ao turismo ao longo da década de 1990 foi a criação, em 1990, da *World Travel & Tourism Council* (WTTC), entidade que reúne as maiores empresas mundiais do setor e que passa a exercer pressões e criar campanhas em prol do desenvolvimento do turismo, em diversos países.

Ainda de acordo com Oliveira (2008), como mediador do referencial político do turismo, a WTTC, na realidade, desempenha um relevante papel na construção do turismo como objeto de políticas públicas, na medida em que elabora diversos estudos sobre a importância econômica e o crescimento da atividade no mundo, apesar do baixo grau de precisão e da superestimação dos dados apresentados.

Diante disso, observa-se que a WTTC influencia as políticas governamentais no sentido de direcionar investimentos e de certa maneira pressionar para que as políticas públicas viabilizem o processo de reprodução do capital da atividade do turismo. Criam-se então nas localidades, em diversos países, as condições necessárias para que a exploração das potencialidades se faça posta, sem a garantia do desenvolvimento local ou regional, visto que no funcionamento empresarial inserido no sistema de mundialização do capital os fluxos sempre são direcionados para um centro receptor.

Segundo Cavalcante e Paiva (1995), nos anos 1990, o tema ganhou força no discurso e nas ações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), atrelado à estratégia de desenvolvimento autossustentável para o Nordeste e como panaceia para os males econômicos e sociais da região. As perspectivas de financiamento, investimentos externos e internos e novos negócios aglutinaram agências governamentais regionais, governos estaduais e empresários do setor.

Segundo Dantas (2000), o novo pacto oligárquico no Nordeste possibilita a obtenção de recursos financeiros em escala internacional, a partir de parcerias estabelecidas entre os governos locais/organismos regionais (notadamente o Banco do Nordeste) e os organismos internacionais de financiamento, principalmente o Banco Interamericano de desenvolvimento (BID).

Diante deste cenário, a partir de articulações envolvendo SUDENE, EMBRATUR, CTI-NE e os nove governos estaduais do Nordeste, além de Minas Gerais, foi instituído o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE.

Neste contexto, o programa foi concebido para financiar: (i) obras múltiplas de infraestrutura básica e serviços públicos; (ii) cinco projetos específicos de expansão de aeroportos e (iii) projetos de desenvolvimento institucional considerados prioritários para a dinamização do turismo na Região Nordeste do Brasil. No momento da aprovação do empréstimo, a lista de projetos analisados incluía 160 obras múltiplas considerando todos os setores elegíveis do programa, os projetos dos cinco aeroportos e programas de assistência técnica e reforço institucional aos órgãos participantes do Programa (BRASIL, 2002).

No que se refere ao aspecto operacional, o PRODETUR esteve articulado a três instâncias gestoras: a EMBRATUR, em âmbito nacional; à SUDENE, CTI-NE e BNB, em âmbito regional; e às unidades federativas da região, em âmbito estadual.

Tem como agente executor financeiro o Banco do Nordeste do Brasil, contando com investimentos na primeira fase da ordem de U\$ 800 milhões, sendo 50% provenientes do BID e os outros 50% dos governos estaduais e municipais advindos dos fundos de participação. Até o primeiro semestre de 1996, o programa encontrou dificuldades de ordem financeira para apresentação de projetos técnicos por parte dos estados. A partir de agosto de 1996, quando se integrou ao elenco de projetos prioritários do Governo Federal, com a inserção no Plano Nacional de Turismo, o programa ganhou novo dinamismo, impulsionado também pela participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, aportando recursos para a contrapartida dos estados e municípios.

O PRODETUR era dividido em cinco subprogramas: político-institucional; gestão; infraestrutura; equipamentos e serviços; promoção e divulgação; e polos e corredores turísticos. Para Queiroz (2002), criar ou consolidar polos ou corredores turísticos, nos quais os investimentos públicos em infraestrutura (sistema viário e aeroviário, saneamento básico, energia, telecomunicações e recuperação do patrimônio) atuariam como propulsores das inversões privadas em equipamentos e serviços.

Para Cruz (2000), ao se analisar a política empreendida pelo PRODETUR, pode-se perceber que a dinamização de polos e corredores turísticos na região tinha como pressuposto básico a modernização das áreas turísticas, na tentativa de inseri-las no mercado global de fluxos turísticos.

De acordo com Alexandre (2003), os polos de turismo são uma iniciativa empresarial do Banco do Nordeste cujo principal objetivo é promover a estruturação e o planejamento do desenvolvimento do turismo em mesorregiões vocacionadas, sob a ótica do empresariado, através da formação de parcerias empreendedoras que permitam a mobilização e integração dos atores locais envolvidos com a gestão e a organização da atividade turística. Os polos se materializam a partir da instalação dos Conselhos de Turismo, que, coordenados pelo Banco, se constituem espaços sistematizados para planejar, deliberar e viabilizar iniciativas que concorram para o desenvolvimento do setor, caracterizados por forte senso de corresponsabilidade, pois contam com a participação efetiva de diversos segmentos econômicos e sociais. Porém, de acordo com a citada autora, os polos mostraram a fragilidade em garantir um processo de fomento junto à cadeia produtiva de turismo, uma vez que não consolidou ações nem de uma política de turismo estruturada, nem de um desenvolvimento com base sustentável nos municípios inseridos no processo.

O quadro de ações do Programa previa intervenções em diversos segmentos: saneamento básico, energia, estudos e projetos, infraestrutura de aeroportos, rodovias e hidrovias, telecomunicações, recuperação de patrimônio histórico, marketing e desenvolvimento de recursos humanos. Essas ações eram consideradas prioritárias para o desenvolvimento do turismo no Nordeste. Entretanto, ao se analisarem os dados, de acordo com o relatório 841/OC-BR, os impactos mais relevantes desses investimentos se deram na melhoria da infraestrutura básica dos estados da região, notadamente quanto às condições de saneamento básico e transportes, este último rodoviário e aéreo.

Somente estes três componentes, quais sejam, rodovias, saneamento e aeroportos, foram responsáveis por aproximadamente 84% do valor total do programa.

Nos estudos de Dantas (2000), a partir da análise dos recursos investidos, foi possível ser destacado a indicação de um quadro caracterizador de investimentos concentrados em infraestrutura potencializadora da atividade turística no Nordeste. Tal racionalidade deslancha na caracterização de um quadro determinante da produção de espaço da circulação, fundamentado na construção de aeroportos associados às vias litorâneas, os primeiros especializados na recepção dos fluxos turísticos e as segundas garantidoras da distribuição desses fluxos nos espaços litorâneos. Em Sergipe, essa lógica fez-se posta diante dos recursos destinados à ampliação e reestruturação do aeroporto de Aracaju e da construção da Rodovia SE-100, dentre outras obras de infraestrutura para a valorização do espaço litorâneo.

A distribuição dos recursos do PRODETUR I se deu de forma desigual na região, destacando quadro no qual se sobressaem os componentes com maiores impactos na lógica de valorização do solo (aeroporto, saneamento, transporte). Verificam-se transformações espaciais nos estados, visto os recursos serem condição tanto à atração e à distribuição dos fluxos turísticos, como à implantação dos empreendimentos turísticos receptivos. (DANTAS, 2000).

Percebe-se também que os estágios de desenvolvimento da atividade do turismo se dão em diferentes níveis com variação para cada estado nordestino. Em alguns, devido à presença de planos iniciais para o desenvolvimento da atividade e também ao nível de organização dos sujeitos e instituições envolvidos, a captação de recursos de investimento teve maior volume. Em outros, no caso do estado em estudo nessa tese, o Prodetur pode ser encarado como o início da sistematização organizativa das instituições para o direcionamento dos investimentos públicos no setor.

Os investimentos para a estruturação do litoral sergipano não ficaram restritos apenas ao Prodetur I. Outras fontes de financiamento e políticas governamentais foram utilizadas, porém, problemas de ordem fiscal e o não cumprimento de condições estipuladas no Regulamento Operacional afastaram o estado de Sergipe da continuidade dos financiamentos da segunda fase do programa, o Prodetur NE II.

Atualmente, o Prodetur Nacional direciona investimentos para o estado de Sergipe, que dentre outros objetivos, visa contribuir para o fortalecimento da Política

Nacional de Turismo e, desta forma, ultrapassa a esfera regional, para atingir a dimensão nacional.

Destaca-se ainda que o financiamento para a criação de estruturas que dão sustentação à fluidez e à produção e reprodução do espaço litorâneo sergipano, se processam também em outros planos. Os recursos são de âmbito estadual, nacional e em novas modalidades de empréstimos internacionais não somente voltados para a atividade turística, a exemplo do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (PROINVESTE), cujas discussões sobre a contratação se deram a partir do ano de 2013 no âmbito da Assembleia Legislativa de Sergipe.

É válido ressaltar que a indicação do desenvolvimento da atividade do turismo no Nordeste brasileiro e sergipano não se dá de forma isolada de um contexto internacional. Percebe-se que com o esgotamento do modelo econômico de desenvolvimento adotado pelo país, associado ao insucesso da industrialização no Nordeste e a um novo cenário mundial de financeirização da economia, a temática do desenvolvimento econômico a partir da atividade do turismo começa a ser imposta pelas agências de créditos internacionais.

A ideia é colocada como medida a ser adotada para a salvação da economia nordestina e toma corpo através do discurso político das oligarquias locais. Nesse sentido, a ausência de chuvas, os altos índices de insolação, que eram parte do motivo do atraso da região nos discursos políticos, passam a estrelar, juntamente com as zonas de praias como o principal atrativo para o desenvolvimento do turismo.

Diante disso, Limonad (2016) afirma que desde meados da década de 1990, intensificou-se a ocupação extensiva da costa brasileira, em particular no litoral do Nordeste, entre Salvador no estado da Bahia e Fortaleza no estado do Ceará. Graças a recursos do governo federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram realizados investimentos em infraestrutura de abastecimento, saneamento básico, transportes terrestres e aeroportuários, canalizados em parte através do Programa de Desenvolvimento do Turismo I e II (PRODETUR) implementado inicialmente pelos Programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”, durante as duas gestões do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002). A iniciativa do PRODETUR, assim como outros programas de gerenciamento costeiro, como o Projeto Orla (Brasil, 2004/2006), teve seguimento com o Programa “Brasil de Todos” e com o Plano de

Aceleração de Crescimento, implementados respectivamente durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010).

Nesse sentido, afirma Limonad (2016) a despeito da mudança de viés político na esfera federal, e inclusive em alguns casos na esfera estadual, manteve-se a dinâmica de ocupação extensiva da orla litorânea. Tal fato pode ser exemplificado através da continuidade dos projetos voltados para a zona costeira de Sergipe, os quais sempre estiveram como prioritários mesmo com a alternância dos grupos políticos opositores na gestão de governo.

2.3 - A estruturação da Zona Costeira Nordestina para a exploração do litoral: a política pública do PRODETUR e os investimentos na metamorfose do ambiente costeiro.

O contexto econômico brasileiro se apresentava estagnado na transição entre as décadas de 1980 e 1990, período em que a atividade econômica do turismo foi priorizada como uma das alternativas de desenvolvimento econômico brasileiro e, sobretudo nordestino.

De acordo com Lisboa (2007) durante os anos de 1980, no Brasil, a face mais visível do nacional-desenvolvimento foi a crise da dívida que levou o Estado ao esgotamento financeiro minando sua capacidade de planejamento. Desta forma, tendo em vista a importância dos investimentos das estatais e dos investimentos públicos, os reflexos da crise foram decisivos para a estagnação econômica e a consequente dificuldade de investimento tanto para o crescimento, quanto para o atendimento social. Ainda sob a ótica da citada autora, esse quadro exige a compreensão da crise do capitalismo que se revelou em meados dos anos de 1970, em um período de transição entre o padrão de acumulação fordista e a inauguração da economia flexível em escala global, trazendo desdobramentos para o modelo de desenvolvimento.

Nesse sentido, essa crise econômica percorrida durante as décadas de 1970 e 1980 conduz à adesão, pela maioria dos países capitalistas nos anos 1990, de uma nova política econômica. O predomínio do processo de mundialização e o paradigma da abertura dos mercados econômicos geraram naqueles anos uma série de mudanças

estruturais e reforçaram a hegemonia dos países dominantes com o fortalecimento da economia da acumulação flexível.

Lisboa (2007), afirma que a mundialização do capital, que se processa sob a égide do capitalismo financeiro, exerce um poder global sem precedentes, provocando o desemprego estrutural, seja em decorrência do declínio nos investimentos produtivos, seja devido aos avanços no campo da informatização, ou pela preferência pela liquidez em curto prazo. As grandes empresas remetem a exploração de grandes empréstimos financeiros a fim de obterem lucros especulativos de curto prazo e os bancos assumem o papel nuclear como operadores de dinheiro futuro, o capital fictício.

Nessa conjuntura, as saídas adotadas no início da década de 1990, foram a abertura econômica das nações ao mercado externo, privatização em larga escala e, desta forma, a diminuição das atribuições do Estado em alguns segmentos. Esta política econômica possuía como princípio balizador a redefinição do papel do Estado na economia de mercado, a globalização e flexibilização da produção, a desregulação das normas, fortalecendo o mercado e aumentando a participação do setor privado na economia. No que se refere ao Brasil, as políticas neoliberais foram assumidas a partir do governo Collor (1990-1992), contudo somente com eleição de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e a adoção do Plano Real – constituído na gestão governamental de Itamar Franco (1992-1995) – que foram aplicadas as suas diretrizes no Estado Brasileiro.

É válido ressaltar que a totalidade dos planos de estabilização adotada naqueles anos no continente latino-americano é da mesma ordem do Consenso de Washington. Este na realidade organizou um plano único de ajustamento das economias periféricas, chanceladas por órgãos supranacionais como FMI e Banco Mundial (FIORI, 1997).

Para Carinhato (2008), a estratégia tinha o seguinte receituário: combate à inflação, através da dolarização da economia e valorização das moedas nacionais, associado a uma ênfase na necessidade de ajuste fiscal. Junto dessas orientações, ainda podemos citar a reforma do Estado – mormente privatizações e reforma administrativa – desregulamentação dos mercados e liberalização comercial e financeira. Aplicadas tais políticas reformistas, o país estaria apto para o crescimento econômico.

o Estado neoliberal no Brasil constituiu não apenas o sistema da dívida, mas constituiu também, por exemplo, os parâmetros da gestão macroeconômica neoliberal da economia (o tripé constituído pelas metas de inflação, câmbio flexível e superávit primário); ou ainda o sistema político e o cipoal de controle do gasto público (por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal); e o sistema das mídias hegemônicas – os meios de comunicação de massa, o oligopólio do quarto poder midiático que manipula a opinião pública. Eis, deste modo, os elementos compositivos do sistema intocável de constrangimentos estruturais do Estado neoliberal. O Estado neoliberal ergueu-se sob a base oligárquico-autocrática do Estado político do capital herdado da ditadura civil-militar. Existe uma linha de continuidade do sistema de dominação burguesa oligárquico-autocrática instaurada pela ditadura-militar e o Estado neoliberal no Brasil (ALVES, 2013).

Como parte constitutiva de um processo abrangente que buscava criar um novo modelo econômico fundamentado no neoliberalismo, estimulado a partir do Consenso de Washington, a reforma do Estado brasileiro seria, segundo seus defensores, uma alternativa capaz de liberar a economia para uma nova etapa do crescimento.

Assim, esse novo cenário político econômico mundial conduziu à desindustrialização dos grandes núcleos produtivos, já que a mundialização permite que os polos industriais migrem para outros lugares que ofereçam menores custos na produção. Adotaram-se novas estruturas produtivas referenciadas em empresas constituídas em rede com táticas de descentralização da produção e centros produtivos espalhados em diversos países. As grandes empresas migraram suas unidades produtivas para lugares que ofereciam maiores vantagens fiscais e/ou custos mais competitivos de produção. Devido ao aprimoramento das tecnologias da informação e com o avançado desenvolvimento de redes informatizadas que possibilitavam o gerenciamento a longas distâncias, as grandes metrópoles assumiram as funções de gerenciamentos globais e tomadas de decisões, desencadeando o fortalecimento do comércio e serviços como base da economia das grandes cidades. Com isso, o setor terciário passa a assumir importante função na geração de empregos.

Tal situação se reproduz também no segmento hoteleiro e imobiliário mundial com a expansão de suas unidades por diversos países, especialmente nos trópicos devido aos atrativos ambientais e, sobretudo fiscais, visto também a facilitação do gerenciamento a partir de núcleos centrais. Para Ianni (1992), esse novo contexto da sociedade mundial está inserido num processo de globalização econômica, o qual

implicou mudanças na divisão internacional do trabalho, impondo à dialética da história um novo ciclo, com acentuação dos processos de concentração e centralização dos comandos e do capital. Estava em curso um novo ciclo de ocidentalização do capitalismo.

Ainda de acordo com o Ianni (1992), a atividade do turismo se encaixa com muita tranquilidade na reorganização da economia, pois as novas características do capitalismo são facilmente detectadas e auxiliam no seu modo de operação, quais sejam, a reprodução ampliada do capital, a revolução da informática, a organização do sistema financeiro internacional, a universalização da língua inglesa, a dinâmica do mercado e da organização do processo de produção, enfim, a desterritorialização generalizada.

É digno o registro que, ainda de acordo com os estudos de Lisboa (2007), as especificidades que estabelecem a diferenciação entre os lugares resultantes, tanto dos processos da natureza, como dos processos econômicos e sociais, tiveram seu valor relativizado pela mundialização do capital. As redes e fluxos complexificaram os lugares, de modo que a criação e o desfazer dessas parcelas do espaço se processam com enorme rapidez. Novos territórios são construídos e desconstruídos a depender da função que vão assumindo para a reprodução do capital. Nesse contexto se insere o turismo. Ianni (1992) considera a atividade como ingrediente do processo de globalização, no grau em que confere a impressão de que coisas, pessoas e ideias desenraizam-se periódica ou permanentemente.

Nesse sentido, essa busca constante para se alcançar um patamar de pleno desenvolvimento econômico alimentou um ciclo de dependência financeira, que retroalimentou um distanciamento maior entre os países hegemônicos e as periferias econômicas. Esse sistema pode ser entendido sob a lógica do desenvolvimento desigual e combinado idealizado pelo pensamento de León Trotsky, no início do século XX, na Rússia.

De acordo com Cruz (2010, p.16 apud Michael Lowy, 2001), uma das mais importantes contribuições da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky reside no fato de esta representar uma tentativa significativa de romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o euro-centrismo. Essa teoria é uma tentativa de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do

capitalismo periférico ou daqueles dominados pelo imperialismo, compreendido este como uma fase da história marcada pela formação de impérios, fundados na propriedade econômica monopolista e na realização de investimentos espacialmente disseminados.

Para o entendimento dessa lógica, Marini (2005) enfatiza de modo amplo, que além da expansão do modo de produção capitalista ser um processo mundial desigual, no qual se intensificam as forças produtivas em pontos muito concentrados geograficamente, por exemplo. Ela é também um processo combinado, onde as relações econômicas entre nações com funções internacionais específicas consubstanciam um sistema de partes diferentes em combinação, compondo o sistema como um todo.

Ainda de acordo com o Marini (2005), essa dinâmica do subdesenvolvimento e da dependência econômica entre vários países é fundamental para garantir o desenvolvimento econômico de outros países. Nesse sentido, a trajetória do centro capitalista não poderia ter sido feita se não fossem criadas as estruturas dependentes que caracterizam as economias periféricas.

Com base nessa reflexão, nos remetemos ao espaço do litoral nordestino e, sobretudo ao sergipano que recebem grandiosos investimentos de convênios com organismos internacionais no intuito da criação de infraestrutura para que atividade do turismo seja implementada sob o discurso político de redentora da geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico. Porém, se encaixa na lógica de dependência financeira dos grandes centros e alimenta um ciclo de novos aportes de empréstimos sob o pretexto do alcance de uma plenitude desta atividade no cenário econômico.

Na atualidade, o litoral sergipano atravessa um processo de metamorfose em muitas das suas antigas funções, com a instalação de próteses estruturantes que viabilizam através de um fluxo muito rápido, condições favoráveis à exploração, à produção e reprodução do espaço e a circulação e expansão do capital financeiro especulativo imobiliário.

No litoral sergipano toda uma trama é justificada pelo discurso do desenvolvimento da atividade turística, da geração de emprego e da dinamização da economia. Bancados com vultosos investimentos públicos de capital estrangeiro e também nacional, a aplicação dos recursos foi direcionada para a estruturação e a

criação de condições favoráveis à ocupação imobiliária, que transformou essa singular porção do território sergipano na menina dos olhos de grandes empresas especulativas.

Atualmente, o capital especulativo do segmento imobiliário estende os seus tentáculos através da apropriação de antigos espaços rurais e determina novas funções de uso. Com isso, também desencadeia conflitos por ocupação da terra que podem ser encontrados com maior facilidade no setor norte do litoral sergipano, principalmente no que se refere à destinação de terras para a ocupação habitacional.

Para Castells (1999), com a rapidez da técnica e o avanço da informatização, há a diminuição das barreiras espaciais. Desta forma, garante o poder de exploração de parcelas do espaço nas suas diferenças em termos de disponibilidade de materiais de qualidades específicas e custos inferiores, infraestrutura, oferta e controle do trabalho sob condições de acumulação mais flexível.

Vê-se então, que essa exploração encontra base no nosso litoral, pois no que se refere às qualidades específicas, são cenários paisagísticos peculiares, os custos da terra são diferenciados de outros litorais nordestinos muito mais valorizados por conta de políticas antecipadas ao estado sergipano, a infraestrutura em vias de implementação/consolidação conduzidas pelas políticas de governo para a fluidez na chegada de investimentos privados e mão de obra vasta e disponível para exploração do trabalho.

A implementação de obras voltadas a aumentar a fluidez do território, bem como outras destinadas à melhoria de condições infraestruturais básicas dos lugares (abastecimento de água, energia elétrica, coleta e tratamento de esgoto e coleta e acondicionamento de resíduos sólidos) correspondem a algumas das ações estratégicas emanadas do Estado (sobretudo poderes públicos federal e estaduais) no sentido de desenvolver o turismo no território nacional. Tornar o território atrativo para o capital privado é o objetivo precípua dessas ações (CRUZ, 2006)

No que se refere à implantação das infraestruturas físicas, pode-se dizer que no Nordeste aconteceram alguns avanços que alteraram a paisagem urbana e que puderam ser constatados ao se realizar um comparativo na diferenciação das condições de estrutura dos territórios. Tais avanços se contrapõem diante do fraco desempenho social, em particular, nas áreas de educação e saúde, que, desprestigiadas, não passaram

pelo mesmo crescimento e mudanças. Mesmo diante dos vultosos investimentos públicos direcionados para a atividade turística, o desemprego ameaça a vida de parcela significativa de trabalhadores nordestinos, revelando que o modelo no qual o turismo está inserido não dá respostas de mudanças, nem satisfaz os desempregados (CORIOLANO, 2007).

Para Cruz (2006), ao se firmar o neoliberalismo como paradigma político e econômico no Brasil, nos anos 90, de onde se passa de um Estado interventor, para um Estado parceiro do mercado, tem-se como consequência, na atividade do turismo, um novo modelo de políticas públicas comprometidas com a produção e a reprodução do capital *vis à vis* as intervenções públicas voltadas à criação de um novo sistema de objetos cuja materialidade é demandada pelo novo sistema de ações que se impõe.

Ainda de acordo com a citada autora, a emergência do turismo como uma das mais importantes geradoras de riquezas do mundo no final do século XX, fez despertar nas administrações públicas brasileiras, e especialmente na esfera federal, um súbito e profundo interesse por esse desenvolvimento. A partir de então, assiste-se ao alargamento e ao aprofundamento da ação pública federal voltada para o setor do turismo, traduzidas em uma sequência de políticas públicas, consubstanciadas no formato de planos, programas e projetos.

Ao contextualizar esse despertar de interesse pela atividade do turismo, Cruz (2006) afirma que liberalização e desregulamentação são dois traços marcantes do Estado neoliberal, traços esses que, naturalmente, se refletem sobre o setor do turismo, sobretudo, no papel que passa a exercer o Estado brasileiro na produção do espaço nacional, através do amoldamento de setores eleitos do território para exploração pelo turismo. Para a referida autora, esse processo envolve a criação de um novo sistema de ações público e a implantação de novos sistemas de objetos como também a recuperação/modernização de sistemas já existentes. Com isso, o Estado valoriza o espaço, tornando-o mais atrativo ao capital privado.

Assim, no afã de atrair o interesse de agentes de mercado, o Estado é quem realiza a primeira seleção espacial de lugares/regiões que devem ser contemplados por seus programas de desenvolvimento do turismo. Neste caso, o Nordeste, ou melhor, o litoral nordestino está, desde o início deste processo, no centro dessas políticas...” (CRUZ, 2006, p.344)

Diante disso, completa Cruz (2006 p. 335):

É nesse contexto que o litoral nordestino se transforma, ao longo dos anos 90, em um extenso e longitudinal “canteiro de obras”. À ampliação e modernização de praticamente todos os aeroportos nordestinos somou-se a um conjunto de obra rodoviárias, ambas ações voltadas ao requerido aumento da fluidez do território regional. Outras obras, de infraestrutura básica, procuraram (e ainda procuram) sanar deficiências infraestruturais históricas, e conforme colocado acima, atrair o interesse de agentes de mercado.

O Prodetur não pode ser considerado uma política pública urbana, entretanto, eventualmente, consolidou muitas de suas atividades em estratégias de transformações desses espaços geográficos. Em Sergipe, dentre algumas ações, destacam-se a criação de orlas litorâneas, a readequação de rodovias litorâneas, e a revitalização do centro histórico de Aracaju, através da recuperação arquitetônica dos mercados públicos e a refuncionalidade de seus antigos prédios, o que, por sua vez, alterou toda a dinâmica de circulação de diversos fluxos na área comercial.

De acordo com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB (2005), um dos principais objetivos da primeira etapa do programa era promover, de forma sistematizada, o desenvolvimento do setor do turismo da região Nordeste, a partir da disponibilização da infraestrutura de apoio ao turismo, priorizando ações que mantenham e expandam a atividade turística, bem como estimulando a participação da iniciativa privada, com a consequente geração de ocupação produtiva e renda.

Com isso, se fez necessário o aporte de recursos para que toda a essa dinâmica do proposto desenvolvimento tivesse fluidez. Nesse sentido, de acordo com BNB (2005), o Prodetur/NE I injetou investimentos superiores a US\$ 670 milhões. Do volume total de investimentos, US\$ 400 milhões são referentes à parcela de financiamento através do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e US\$ 270 milhões à contrapartida mínima exigida, assumida pelos estados nordestinos e pela União (para os aeroportos).

De acordo com o BNB (2005):

O programa vem colocando infraestrutura de apoio ao turismo à disposição da sociedade nordestina, contemplando obras múltiplas (saneamento básico, administração de resíduos sólidos, construção e melhoria de rodovias, preservação ambiental e recuperação de patrimônio histórico-cultural); construção e expansão e modernização de aeroportos; e projetos de desenvolvimento institucional dos órgãos públicos gestores da atividade, com a estruturação e modernização dos órgãos bem como a capacitação dos respectivos servidores...

Outro objetivo de desenvolvimento do programa era de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico da região, gerar oportunidades de emprego, aumentar a renda per capita e aumentar também a receita fiscal dos estados. A operação orientou-se principalmente na eliminação das restrições ao crescimento do turismo relacionadas a uma infraestrutura e serviços públicos inadequados. De acordo com Perazza (2008), até o primeiro semestre de 1996 o programa vinha encontrando dificuldades de ordem financeira para apresentação de projetos técnicos por parte dos estados. A partir de agosto de 1996, quando se integrou ao elenco de projetos prioritários do Governo Federal, o Programa ganhou novo dinamismo, impulsionado também pela participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, aportando recursos para a contrapartida dos estados e municípios.

Para Cruz (2005) houve a partir do início dos anos 90, o reconhecimento por parte do Estado brasileiro, de que deficiências de infraestruturas básicas interferem diretamente no desempenho do território no que diz respeito ao desenvolvimento de um turismo massivo e internacionalizado, principalmente quando se considera que a competitividade entre os destinos se faz então em escala planetária. A autora afirma que a implementação de infraestrutura voltada a aumentar a fluidez do território ganha novos ingredientes com a implementação/modernização/readequação de rodovias ditas estruturantes, litorâneas e para-litorâneas, prioritariamente destinadas a facilitar o desenvolvimento da atividade do turismo.

Diante do exposto, observa-se no discurso apresentado pelo BNB que o endividamento dos estados nordestinos através desses empréstimos, é transmitido à população como um benefício para a sociedade como um todo. Na prática, entende-se que sejam os interesses das classes dominantes sendo atendidos, já que, no cerne do funcionamento do Estado capitalista, as políticas públicas estão voltadas para atender os interesses da reprodução do capital. Corrobora-se assim, com o pensamento de Harvey (2005), ao afirmar criticamente que o Estado capitalista também tem que funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressem em todos os campos da produção, da circulação e da troca. Ainda para o autor, o Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de bens públicos e de infraestruturas sociais e físicas, pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista.

Para Costa (2012) o espaço, produzido a partir da racionalidade moderna, guiando a ocupação, a distribuição de infraestruturas (rodovias, energia elétrica, cidades) e produção (serviços, produtos industrializados, produtos agropecuários, extração), maximizando resultados e minimizando esforços, passa a ser formado por áreas especializadas. Essa produção do espaço a partir do turismo se dá na velocidade das mudanças da dinâmica atual do capital. Segundo o autor, na sociedade do lucro, da corrida incessante pelo progresso, a economia é uma das principais direcionadoras das ações dos homens, logo, pesa na produção do espaço. O turismo, como importante segmento da economia, ao introduzir lugares nos moldes da competitividade mundial engendra outras lógicas de produção do espaço, alterando-o em todas as suas dimensões.

Nesse sentido, uma nova vertente de direcionamento é dada à zona costeira nordestina, que vai aos poucos mudando a sua antiga função agrícola e de usos tradicionais históricos, para se tornar os paraísos desejados no consumo turístico.

Dentro dessa linha de pensamento, de acordo com Rodrigues (2001, p. 30), o turismo se configura como a:

nova investida do capitalismo hegemônico que deixara extensas áreas de reserva de valor, que agora são chamadas para desempenhar o seu papel, contando com volumosos recursos públicos e privados e apoiado por agressivas campanhas de marketing e de publicidade [...]. Cria-se a fábrica, cria-se a metrópole, cria-se o estresse urbano, cria-se a necessidade do retorno à natureza. Onde não há natureza, ela é fabricada.

Nesse sentido, Costa (2012) afirma que no Brasil, o processo de viabilização da reprodução do capital através da atividade do turismo tem se dado numa velocidade e intensidade crescente e frenética, sobretudo nos espaços litorâneos. A apropriação de parcelas desse espaço para a dotação de infraestrutura necessária ao desenvolvimento da atividade turística tem inserido diferenciadas ordens lógicas de uso, incidindo diretamente sobre as práticas anteriormente estabelecidas.

Para tanto, nos cabe apresentar um panorama das ações e investimentos realizados pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR, o qual se pode considerar como um marco divisor na estruturação da zona costeira nordestina para a exploração através do turismo.

Sobretudo em Sergipe, o programa deu o direcionamento para a exploração do litoral e contribuiu na abertura dessas terras para o mercado especulativo imobiliário. Ressalta-se que para a continuação de ações não contempladas inicialmente pelos recursos deste Prodetur, outras fontes de recursos foram utilizadas

Para o estado de Sergipe, os recursos os aplicados pelo PRODETUR I foram da ordem de US\$ 62 milhões e possibilitaram a execução dos seguintes projetos:

Saneamento: Sistema Ibura II, Abastecimento de Água da Atalaia Nova, abastecimento de Água de Atalaia Velha/ Mosqueiro e Esgoto Sanitário de Atalaia Velha, compreendendo a implantação e melhoria nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos bairros da capital sergipana, beneficiando mais de 100 mil habitantes;

Aeroporto: Aeroporto Santa Maria, em Aracaju - ampliação e modernização;

Transporte: SE-100 Sul como prolongamento da Linha Verde nos trechos entre Estância e a divisa com a Bahia, permitindo a ligação Aracaju/ Salvador pela orla marítima e no trecho da rodovia SE-214 entre a BR-101 e a praia de Caueira, no município de Itaporanga d'Ajuda;

Proteção/ Recuperação Patrimônio Histórico: Recuperação e ampliação dos Mercados Antônio Franco e Thales Ferras e Revitalização do Centro Histórico de Aracaju;

Desenvolvimento Institucional: EMSETUR, DESO, DER, Prefeituras Municipais de Aracaju e Barra dos Coqueiros, ADEMA (Desenvolvimento Institucional e Gerenciamento Costeiro) e Plano Estratégico do Turismo; desenvolvimento institucional para a gestão do turismo complementaram o apoio do PRODETUR I à estratégia turística do Estado;

Obras Adicionais: Urbanização da orla de Gararu, Neópolis e Caueira e restauração da antiga fábrica de São Cristóvão.

CAPÍTULO 3 – TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO: A ESTRUTURAÇÃO DO TAPETE VERMELHO PARA A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA DO LITORAL SERGIPANO

3.1 - O turismo como viabilidade

Com características socioeconômicas que decorrem de uma herança histórica, a região Nordeste do Brasil viu por várias vezes sua economia perder competitividade para outras regiões brasileiras e até para outros países a partir das derivações na divisão internacional do trabalho.

De acordo com os apontamentos de Furtado, em seu estudo intitulado “A Formação Econômica do Brasil” (1974), ao se tratar da principal produção econômica da zona costeira nordestina, o sistema da monocultura da cana-de-açúcar foi preponderante na definição das relações socioeconômicas da região e sempre se adequou aos momentos de crises mantendo inalterada sua estrutura. Nesse processo histórico, muitas vezes, o amparo do Estado foi decisivo para a manutenção da lucratividade, visto inúmeras linhas de financiamento público e o consequente perdão das dívidas adquiridas pelos usineiros. Além da cana-de-açúcar, a pecuária e o algodão ajudaram na estruturação da economia e na configuração geográfica da região, sobretudo no período colonial.

Ao se tomar a estrutura fundiária como elemento para entender a organização socioeconômica regional, a forma como se constituiu a posse dessa terra determinou a sua estrutura econômica e suas relações de produção. Pela análise da evolução do cenário socioeconômico, ressalta-se ainda que o mercado de trabalho no Nordeste passou pela transformação de um regime de trabalho escravo para de trabalho assalariado, entretanto, o poder da oligarquia, a estrutura fundiária e a baixa escolarização contribuíram para que prevalecessem baixos índices salariais, de maneira que o amoldamento desse principal sistema produtivo às crises de mercado tinha na compressão de custos salariais outra importante base de apoio para a manutenção de sua estrutura e rentabilidade, fato que se perdura até os dias atuais para a grande massa de trabalhador assalariado, com alterações apenas das atividades geradoras de empregos.

Esse pensamento conservador das elites produtivas locais, arraigadas ao coronelismo e associadas ao apoio paternalista do Estado, contribuiu de forma preponderante para o consequente atraso industrial da região. Ao tempo que esse desenvolvimento desigual entre as regiões brasileiras servia à lógica vigente da reprodução do capital e contribuía para acentuar cada vez mais a dependência econômica nordestina.

A industrialização ganhava força no sudeste do país, encabeçada pela economia cafeeira e a expansão do modelo industrial capitalista pelo mundo. Para Mandel (1982, p. 58): “A própria acumulação de capital produz desenvolvimento e subdesenvolvimento como momentos mutuamente determinantes do movimento desigual e combinado do capital”. Nesse sentido, as desigualdades econômicas entre as regiões não podem ser abordadas como uma falha do sistema capitalista, mas como peça integrante da lógica de funcionamento do próprio sistema, visto as diferenças nos processos de acumulação do capital e do avanço técnico. O que com isso, implicam diferentes graus das forças produtivas e consequentemente, nos diferentes níveis de produtividade, competitividade e acumulação de riqueza entre as regiões.

Ao analisar o pensamento que embasou a elaboração de políticas sociais para o Nordeste brasileiro, Lisboa (2007), afirma que não se refletia sobre a natureza do processo de desenvolvimento, pois se acreditava que o caminho para o mesmo era a superação do modelo tradicional vigente e esse só seria viável pelo crescimento das relações capitalistas no espaço regional, obviamente, através da inserção de novas técnicas para o crescimento econômico via processo de industrialização.

Para Lisboa (2007, p. 93):

A perspectiva de país dual, com uma estrutura atrasada e uma moderna, se manifestava nos relatórios, diagnósticos e estudos sobre o Brasil e sobre a região nordeste, nos quais a superação do atraso era necessária, porque permitiria sobrepor um desenvolvimento econômico à estrutura tradicional que, por sua vez, era o grande impasse ao desenvolvimento econômico do país...

Diante dessa realidade, com o Brasil em vias de industrialização e o mercado interno conduzindo a dinâmica econômica, as disparidades nos indicadores de renda e da cadência de crescimento entre essas duas regiões suscitam as discussões sobre as desigualdades regionais. Nesse propósito, de acordo com Cardoso (2007),

numa tentativa de enfrentar essas desigualdades, um conjunto de instituições federais foi criado: a Chesf, em 1945, para construir a infraestrutura na oferta de energia elétrica; o DNOCS (antigo IFOCS), também em 1945, para superar o problema das estiagens prolongadas; a Codevasf, em 1947, para desenvolver o vale do São Francisco; o BNB, em 1952, para apoiar a economia do semiárido; e, por último, a Sudene, em 1959, para planejar o desenvolvimento da região.

Sob o comando da Sudene, a partir da segunda metade do século XX, o processo de industrialização se expandiu no Nordeste transformando sua estrutura produtiva. Nas décadas seguintes, patrocinadas pelos investimentos estatais, um forte dinamismo e uma diversidade de atividades caracterizaram o ambiente econômico nordestino.

Para Lisboa (2007), a partir da Segunda Guerra, o capitalismo prospectou novos mercados que representassem possibilidades da realização da produção de mais-valia. Nessa movimentação procurou abrir novas frentes para a realização do trabalho, num espaço que impôs a contração das distâncias espaciais em relação ao tempo, de modo a maximizar a lucratividade do capital.

Segundo a análise de Carvalho (2008), a história econômica que se precedeu no Nordeste pós SUDENE apresentou distintas características nas sucessivas décadas: a trajetória foi aberta com a fase inicial de expansão, nos anos 1960, quando beneficiado, em parte, pelo planejamento regional ao receber investimentos básicos, sobretudo em rodovias e energia elétrica. Nos anos 1970, apoiado pelo “milagre econômico” e pelos projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) vem a fase de continuidade do crescimento, na qual os investimentos de infraestrutura foram complementados pelos empreendimentos produtivos, principalmente os industriais. Em seguida, os anos 1980 correspondem à fase de desaceleração, coincidindo com a crise fiscal e financeira, que causou um impacto negativo nas taxas econômicas. No entanto, nos anos 1990, o Nordeste, refletindo a instabilidade econômica e a experiência da desregulamentação e da abertura econômica, obteve taxas menores que nas décadas anteriores, configurando a fase de continuidade da desaceleração e crise.

Para Carvalho (2008), mesmo diante do crescimento econômico ao longo de várias décadas, quase não se alterou os traços mais fortes da região: a distribuição de

renda e de terra desiguais, o baixo índice de desenvolvimento humano e a concentração espacial da indústria na zona costeira, localizada principalmente nos distritos industriais das capitais dos estados maiores.

Nesse sentido, Lisboa (2008) afirma que de acordo com a abordagem marxiana, compreende-se que a lógica do crescimento econômico não pode promover desenvolvimento. Para a autora, no capitalismo o desenvolvimento não segue um movimento linear e não se realiza sem a inerente produção de contradições.

Para o período pós-Sudene, diante dos indicadores socioeconômicos nordestinos, foi possível constatar que a região cresceu economicamente, mas se manteve desigual socialmente. O produto interno bruto, a renda e a riqueza cresceram de forma significativa no Nordeste, mas as disparidades regionais e as desigualdades sociais enrijeceram, não acompanhando o desempenho das variáveis econômicas. Diante disso, o quadro da pobreza na região Nordeste não se alterou.

Ao final do século XX, diante de um contexto histórico que atrelou sua imagem e as numerosas ações de políticas públicas direcionadas à resolução de problemas de seca, miséria, ao assistencialismo e às tentativas de industrialização, o Nordeste brasileiro se vê diante de um novo contexto econômico mundial planejado fora das suas escalas. A tentadora fluidez do capital financeiro internacional batia novamente à sua porta, apresentando-lhes alternativas em diversos segmentos produtivos, dentre elas, o turismo, oferecido como a redenção para uma economia estagnada e o aproveitamento do seu potencial natural, paisagístico e climático, além da força de trabalho abundante.

Em paralelo a isso, com a promulgação da Constituição Brasileira na década de 1980, o cenário político-administrativo foi articulado para que se aportassem no território nacional, em suas diferentes escalas administrativas, as teias do fluido capital financeiro internacional. Inseridos em um período de mercantilização da natureza, os atributos naturais da zona costeira nordestina do Brasil, em contradição ao histórico discurso de atraso associado ao clima quente e à seca, foi eleita como o foco de novos investimentos para a reprodução de um espaço de consumo encabeçado pela atividade econômica do turismo.

A indústria do turismo, encarada neste estudo como negócio fundamentalmente capitalista, ganhou forças no período pós-guerra através das mudanças sociais provocadas pelas transformações do trabalho, pelo aumento do tempo livre e, dentre outros fatores, pela expansão de uma nova classe média que copiou os hábitos da aristocracia europeia dos séculos XVIII e XIX, que realizavam viagens quando em períodos dedicados ao lazer, criando assim uma demanda por viagens recreativas.

Em seu estudo intitulado “Turismo e financiamento”, Bezerra (2002), destaca que os chamados “trinta anos gloriosos”, que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, foram decisivos para intensificação da indústria do turismo. As elevadas taxas de crescimento econômico mundiais, lideradas pela expansão do setor industrial, foram acompanhadas do aumento do nível de emprego e, nos países desenvolvidos, pela crescente participação dos salários na renda.

Com isso, formaram-se as bases para o mercado das férias e a consequente a massificação do turismo, através do surgimento, crescimento dos empreendimentos voltados para esse setor e do movimento financeiro envolvido. Ao passo em que a massificação do mercado do turismo, edificado a partir da expansão da atividade sobre a classe trabalhadora, o impõe como nova forma, circunscrita no ciclo do capital. É neste momento em que se alicerçam as bases para o entendimento da indústria do turismo na sociedade atual, não somente como segmento de mercado fundamentado estritamente no consumo, mas como momento historicamente produzido e ainda como etapa para a acumulação ampliada do capital.

Alerta-se que as atividades vinculadas à indústria do turismo não são as únicas que explicam e fundamentam a sociedade de consumo, mas sim um dos elementos que contribuíram de maneira significativa para a sua expansão e consolidação no período atual.

Diante da mundialização da economia, da expansão da divisão internacional do trabalho, da fragmentação do processo produtivo e a consequente expansão do tempo livre, associado ao avanço da técnica voltada para os transportes e informatização, a atividade da indústria turística se expandiu em dimensão planetária, sobretudo, com a

mercantilização da natureza, associada também aos padrões culturais dos espaços de exploração.

Para Santana (1999, p. 177, apud Thevenin, p. 127, 2011) o turismo é visto como a reprodução de um modo de vida fundado no consumo que, por sua vez, é a reprodução do modo de acumulação capitalista baseado na circulação de mercadorias. O processo de acumulação do capital ganhou todos os tempos da vida. O turismo é uma prática para o tempo do não-trabalho, portanto que se realiza fora da fábrica com o ato de consumir.

Nesse sentido, na visão de Thevenin (2011), a indústria do turismo se insere no metabolismo do capital como parte indissociável da sua lógica de acumulação e todos os fatores inerentes à sua expansão e reprodução. É através das múltiplas investidas do capital, intensificadas e ampliadas pela competição, que se acentuou o desenvolvimento tecnológico e informacional, meio fundamental para a disseminação das viagens a lazer, que sob o capitalismo passaram a ser totalmente mercantilizadas, gerando a famigerada consumação turística.

Associado a esses fatores, diante do crescimento da indústria do turismo e da necessidade da ampliação das ações de massificação da atividade turística em escalas cada vez maiores, os envolvidos no setor passaram a se organizar em grupos representativos. No ano de 1947, foi fundada a UIOOT (União Internacional de Organismos de Turismo). Em meados da década de 1970, foi criada a Organização Mundial do Turismo – OMT, formada por órgãos estatais, associações e companhias privadas, com participação de filiados distribuídos por 138 países. Em 1990, surgiu a WTTC (*World Travel and Tourism Council*), composta por representações das empresas privadas de diversos ramos que exploram a indústria do turismo. Ambas as entidades têm como objetivo dar diretrizes gerais para influenciar as formulações das políticas públicas traçadas para o setor, em um número cada vez mais crescente de países e que passou a exercer pressões e criar campanhas em prol do desenvolvimento do turismo, em diversos países.

Segundo Thevenin (2011, p.128):

desde o início, as primeiras associações e entidades tinham como princípio quase que exclusivo a promoção da atividade turística, utilizando-se da propaganda como instrumento de indução ao consumo de lugares e atividades determinadas. Dessa forma o turismo se desenvolve dentro dos moldes de todo desenvolvimento econômico capitalista, visando o crescimento da atividade a qualquer custo, disseminando o ideal de que quanto maior esse crescimento (ainda que apenas uma minoria dominante lucre com isso) maior será a possibilidade de desenvolvimento social uma vez que o dinheiro circulará nas “mãos de todos”.

Nos apontamentos de Oliveira (2008), um dos elementos principais para explicar as mudanças de atitude do poder público com relação ao turismo ao longo da década de 2000 foi o contínuo crescimento da atividade, seja no Brasil, seja internacionalmente.

Ainda de acordo com o citado autor, como mediadores do referencial político do turismo, tanto a WTO quanto a WTTC, na realidade, desempenharam um relevante papel na construção do turismo como objeto de políticas públicas, na medida em que elaboram diversos estudos sobre a importância econômica e o crescimento da atividade no mundo mesmo com baixo grau de precisão e da superestimação dos dados apresentados.

Para Bezerra (2002), em meados dos anos noventa, a Empresa Brasileira de Turismo, EMBRATUR, elaborou a Política Nacional de Turismo - PNT, na qual se destaca a completa afinação com as propostas de desregulamentação do setor, defendidas pela OMT e WTTC, e a descentralização da gestão turística no país. Para a citada autora, neste período, o pronunciamento de autoridades e as publicações de instituições oficiais chamavam atenção pela importância que conferiam ao setor em sua qualidade de produzir mudanças substantivas na economia brasileira, em particular em suas regiões mais pobres.

De acordo com Cruz (2005), os anos 90 no Brasil foram marcados pelo que se poderia denominar de a redescoberta do turismo como atividade econômica pelo Estado brasileiro. Após longos anos na marginalidade da administração pública, o turismo passou a ocupar lugar de destaque no planejamento governamental. Período este em que a ação do Estado brasileiro na adequação do território nacional a seu uso e

apropriação pelo turismo se deu de forma mais intensa e planejada. A indústria do turismo passou a ser vista como engendradora de processos de desenvolvimento regional e, conseqüentemente, como possível instrumento minimizador de históricas desigualdades regionais.

Para Pereira (2012), superado o sonho da industrialização, agora para o Nordeste, o arranjo das atividades do turismo receptivo é a estratégia mais racional para a inserção da região no mundo globalizado.

Na década de 1990 é perceptível o papel indutor do Estado brasileiro para o crescimento deste setor econômico. Segundo Cruz (2005), numa breve visita a esta década, mostra que não há precedentes na história do turismo no país tão didaticamente reveladores dos objetivos dos governos desse período, de dinamizar a atividade turística no Brasil, criando, tanto no âmbito normativo quanto no que se referem ao relativo e respectivo rearranjo espacial requerido, as condições necessárias à sua expansão.

Em um modelo econômico de desenvolvimento amparado sob os ditames do capitalismo, o Estado tem sido uma das principais forças viabilizadoras para a reprodução do capital. No que se refere à indústria do turismo, essa realidade não se difere, embora se tenha difundido a ideia de que o desenvolvimento de uma economia seja equivalente ao progresso e à melhoria social, a realidade sob a ordem do capital tem sido mostrada com outra face, oposta ao que foi propagado. Visto que quanto mais se intensificam as diretrizes desse modelo capitalista de desenvolvimento, mais se acentuam as disparidades socioeconômicas no espaço geográfico.

No litoral sergipano, espaço de dimensões limitadas e de alto valor comercial, é possível observar as contradições que se processam no que se refere aos seus novos usos, sobretudo, os que foram desencadeados e intensificados a partir da estruturação realizada para a exploração do litoral pelo turismo, por exemplo: o uso imobiliário de alto padrão. Se por uma vertente as luxuosas construções e os condomínios fechados voltados para mais ricos são bem vindos, por outra as ocupações de terra por movimentos populares são extremamente combatidas nas esferas governamentais. As alegações vão à letra da lei, utilizando-se, sobretudo, a questão ambiental. Entretanto quando se trata da ocupação elitizada deste litoral, os ajustes

ambientais são possíveis e propostos para que a instalação de grandes empreendimentos seja possível.

É válido ressaltar, por exemplo, a questão das ocupações irregulares de segunda residência na Praia do Saco (Figura 7), região litorânea do município de Estância, litoral sul de Sergipe.

Figura 7 – Ocupação Imobiliária Praia do Saco, Estancia/SE



Foto: Raimundo Oliveira Filho, 2014

O Ministério Público Federal em Sergipe acompanha desde 2009 a situação de construções irregulares na referida praia. Em 2014, foi ajuizada uma ação para a regularização ambiental da área em que eram réus a União, o Ibama, o Estado de Sergipe, a Adema e o Município de Estância, todos corresponsáveis pela proteção da área. O MPF/SE ajuizou as ações com base na legislação ambiental, que impede qualquer tipo de construção na faixa de areia da praia, numa distância de 100 metros da linha de preamar - altura do terreno que o mar alcança na maré cheia. As ações também se fundamentam na proibição legal de construções em área de preservação permanente e o pedido final das ações do MPF/SE foi para a demolição dos imóveis construídos na faixa de praia e em área de preservação permanente. A Justiça Federal também determinou a desocupação dos imóveis. Porém, alguns réus recorreram da decisão

liminar e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) suspendeu a ordem de desocupação.

No entanto, por se tratar de uma clientela de alto poder econômico e político, o próprio governo do estado de Sergipe interviu juridicamente para a manutenção da irregularidade ambiental.

De acordo com ASN (2007):

há uma sinalização concreta de que o Estado atuará nas esferas da Justiça. Mas também iremos solicitar uma audiência no Ministério Público Federal, para apresentarmos algo de concreto, com ações definidas para a regularização da situação, detalhou o então Secretário de Turismo do Estado Fábio Henrique.

Ainda segundo a Agência Sergipana de Notícia - ASN, setor responsável pela informação oficial do governo do estado, participaram de reunião sobre a regularização dessas residências, as secretarias de Estado do Turismo, do Meio Ambiente, da Indústria e do Comércio, Procuradoria Geral, Adema, Deso, e a Superintendência do Patrimônio da União (SPU); além da Prefeitura de Estância e a procuradoria geral de Estância.

De acordo com a ASN (2007), o procurador geral do Estado, Pedro Dias, que acompanha o caso desde 2014, tranquilizou um pouco os moradores ao explicar que a Medida Provisória 759, de 27 de dezembro de 2016, foi transformada em lei no início de julho de 2017, o que possibilita que a praia do Saco seja considerada um núcleo urbano, com a regularização fundiária. Segundo a agência, o procurador geral explicou que o Estado tentará uma suspensão da decisão no Tribunal Regional Federal.

Ao se justificar sobre a manutenção dessa situação de irregularidade, o ex-deputado federal João Fontes, que tem uma casa na localidade, lembrou que existem diversas pessoas envolvidas e que vivem no Saco. “Não se pode esquecer os pescadores, os bugueiros, os donos de pousadas e toda cadeia produtiva do turismo, que gera renda para a região. Não estamos falando de bandeiras políticas, mas de uma questão de Estado, de cuidar de um povo que mora e tira o seu sustento da Praia do Saco e das demais praias que estão na região”, defendeu João Fontes (ASN, 2007).

Percebe-se com isso, que todo o aparato público foi mobilizado no sentido de que se ajustem as irregularidades em defesa da manutenção das construções e

também que o turismo quase sempre é evocado como uma justificativa de salvação para que se concretizem alguns privilégios elitistas, sobretudo neste caso, na manutenção de luxuosas mansões à beira mar, mesmo havendo uma desobediência legal. Em contradição, ao se analisar ocupação de terras por movimentos populares no litoral sergipano, o próprio Estado age de acordo com o que se preceitua a lei.

Tem-se como exemplo, a situação da extinta ocupação “Acampamento Vitória”, localizado às margens da Rodovia litorânea SE-100N, no município de Pirambu, que de acordo com reportagem do site Infonet (2015), mais de 1.500 famílias que residiam em barracos às margens da rodovia foram retiradas. Entretanto, de acordo com o referido site, em 2013, nessa mesma área, técnicos da Superintendência de Patrimônio da União (SPU) em Sergipe, cumpriram com apoio de agentes da Polícia Federal, decisão administrativa de reintegração de posse, pois o terreno havia sido reconhecido como pertencente à União, já que, naquele mesmo ano, havia a intenção de se construir o empreendimento *Riverside Resort Residence* pela empresa S&B (Figura 8).

Figura 8 – Retirada de Publicidade do Riverside Resort



Foto: Portal Infonet, 2013

Porém, mesmo feita a reintegração de posse para a União (Figura 9), no ano de 2015, de acordo com o representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM, Sandro José dos Santos, a própria SPU voltou atrás e informou que o terreno pertencia à empresa S&B Empreendimentos, e as famílias acampadas tiveram que ser retiradas pela polícia militar, sem que houvesse intenção alguma do governo do estado de Sergipe em regularizar a situação da moradia

De acordo com o representante do MNLM:

Agora eles informaram que o terreno é da ISB Empreendimentos. Como assim, mudou de uma hora pra outra se temos a documentação assinada por Teófilo Melo garantindo que o terreno é da União?. Nós tivemos uma reunião no dia 23 de dezembro na Superintendência de Patrimônio da União e recebemos o documento... Queremos a presença do governador ou de algum auxiliar dele, para que se faça cumprir o artigo 6º da Constituição Federal que diz que todos tem direito à Educação, à Saúde e à Moradia e por que nos faltam casas? Quem não está cumprindo as leis são os governantes e nós não estamos aqui cobrando os votos que demos, demos porque acreditamos e queremos uma solução para essas 1.560 famílias cadastradas, pois temos um prazo de 60 dias para deixar a área e não conseguimos falar com mais ninguém da SPU.. (Sandro José Santos, Portal Infonet, 2013)

Figura 9 - Reintegração de Posse de terreno da União em Pirambu



Fonte: Portal Infonet, 2013

A viabilização da atividade econômica do turismo figurou então e se perpetua atualmente como o pano de fundo para uma série de investimentos estatais na estruturação e consequentemente reprodução de um espaço diferenciado na zona costeira do Brasil, principalmente na região nordestina para que se desenvolva plenamente essa atividade prometida como geradora de emprego, renda e desenvolvimento.

Diante disso, a atividade se apresenta como um elemento importante para a compreensão das metamorfoses geográficas do litoral sergipano, a partir da priorização do surgimento de uma nova armadura territorial, que se deu através da criação de infraestruturas de engenharia e da efetivação de vias de circulação no litoral, que imprimiu, sobretudo, nas primeiras décadas do século XXI, novos sentidos e novos usos desta porção do território sergipano, sob a esperança da viabilidade de uma circulação econômica propiciada pela dinâmica da atividade do turismo, que não atingiu os objetivos propostos, mesmo após duas décadas de investimentos.

Ao analisar as políticas territoriais do turismo em Sergipe, Santos (2009), afirma que as decisões políticas levam em consideração as diretrizes do mercado de turismo, considerando-se tenuamente as reais necessidades das comunidades impactadas pelas intervenções de expansão e dos investimentos da indústria do turismo.

Dessa forma, as grandes investidas do capital internacional na estruturação de melhorias para o consumo do litoral através do turismo, amparados e direcionados pelo governo estadual, sob o olhar atento das agências financiadoras, não inserem na trama das relações de produção desse espaço as comunidades receptoras, a não ser na participação popular para referendar as ações, porém, sem o poder de propor mudanças nos pacotes de ações que já são previamente elaborados em outras escalas, sem considerar o que pensam as pessoas do lugar.

O turismo assim é entendido enquanto parte do processo de (re)produção espacial e das condições de reprodução da relações de produção. Entretanto, a especulação imobiliária, como consequência ao que se viabiliza a partir do processo da criação de infraestrutura para o crescimento do turismo, é analisada nesta tese como meio de verificar as metamorfoses geográficas do litoral de Sergipe.

Observa-se como se criam e se adaptam os novos conteúdos econômicos, políticos, sociais e culturais, surgidos a partir do aprofundamento do processo geral maior de acumulação de capital a partir do turismo, ditado numa escala mais ampla, que se desenrola na atual economia mundializada, que mercantiliza os atributos naturais litorâneos e que cumpre seus objetivos na escala local.

Ressalta-se que em meados da década de 1980, ao tempo em que eram gestadas as primeiras ações de grande volume de investimentos para a viabilização da atividade do turismo como foco de desenvolvimento para o Nordeste, já se percebia desde décadas anteriores o processo de intensificação da ocupação urbana do litoral, inclusive com a estruturação de trechos de orlas marítimas pelo nordeste do Brasil desde a década de 1970, que serviram de eixos de ocupação dessas áreas e também de suas áreas periféricas. Em Aracaju, a partir da década de 1970, já era possível observar o processo de ocupação urbana da praia de Atalaia e de se constatar obra que direcionaram o crescimento da capital nesse sentido geográfico de valorização do mar e dos seus atributos (Figura 10)

Figura 10 – Processo de ocupação urbana da Praia de Atalaia, década de 1970



Fonte: Aracaju Antiga, 2016

Em outros setores litorâneos do estado, por exemplo, ao estudar a cultura do Coco-da-baía na década de 1980, França (1988) afirmava que:

as facilidades de acesso até a orla marítima conduzem a uma utilização da área, para o turismo e lazer. Todo o litoral nordestino vem passando por esse processo e, mais tardiamente, Sergipe que, nestes últimos cinco anos, encetou campanha, a nível nacional, abrindo as portas para o turismo (p.11).

Seja na modalidade da segunda residência ou nos dias atuais como moradia à beira-mar como título de realização pessoal, a prática imobiliária litorânea ganhou destaque cada vez maior no mercado. Dessa forma, a análise da predominância do tipo de uso e ocupação que se dão no litoral do estado de Sergipe nos auxilia no entendimento do foco desse trabalho e comprovação dessa tese.

Observa-se no litoral de Sergipe, a partir dos investimentos públicos de criação e adequação de infraestruturas de circulação principalmente, o redesenho de um conjunto de medidas que foram realizadas para responder às demandas da reorganização de um espaço de forma mais racional, para a maior fluidez e viabilização da acumulação capitalista tendo como base dessa reprodução o espaço geográfico do litoral e a sua intensificação de uso a partir da especulação imobiliária que se processa em diversos segmentos: loteamentos regularizados ou não, condomínios fechados horizontais, verticais, temáticos (haras, fazendas, clube), ocupações de terras, dentre outros, que são encontrados em todos os setores do litoral sergipano, tudo isso desencadeado sob a justificativa do crescimento pelo turismo.

Evidencia-se, assim, que ao se descortinar o horizonte dos investimentos estatais voltados para o crescimento da indústria do turismo de sol e praia, constata-se na prática, como consequência, a refuncionalidade de terras anteriormente agrárias numa contemporânea transformação em mercadorias imobiliárias especulativas, com brutal reconfiguração geográfica em determinados setores do litoral sergipano.

Se as décadas de 1990 e 2000 marcaram o início da estruturação de uma base territorial que viabilizasse condições ao desenvolvimento do turismo, o final da década de 2000 e até meados da década de 2010 podem ser considerados os anos marcantes no início da intensificação da exploração imobiliária do litoral sergipano com o surgimento e a comercialização de inúmeros empreendimentos.

Ressalta-se que, com o cenário de uma economia estabilizada, associado à financeirização direcionada ao setor imobiliário e à facilidade da liberação de crédito, a mercantilização de determinados setores litorâneos de Sergipe transparecia aos possíveis adquirentes uma verdadeira corrida ao ouro em busca de uma possível rentabilidade especulativa numa possível pós venda. O município de Barra dos Coqueiros nos apresenta diversos exemplos para a ilustração dessa realidade. O loteamento Luar da Praia (Figura 11), do grupo empresarial Colorado, de origem pernambucana e com atuação em todo o Nordeste brasileiro, teve os seus 1587 lotes vendidos em apenas 72 horas de comercialização.

Figura 11 – Loteamento Luar da Praia. Barra dos Coqueiros/Litoral de Sergipe



Fonte: Trabalho de Campo, 2016

A abertura e adequação de rodovias litorâneas que é um dos principais focos dos investimentos do governo para o prometido desenvolvimento do turismo, sobretudo dá capilaridade à circulação e consequentemente a valorização e facilitação do acesso a terras anteriormente utilizadas na produção agrícola.

Além de ser um investimento que demanda vultosos aportes financeiros, atualmente, essas terras acessadas pelas novas vias, passaram a ter principalmente função imobiliária de grande valor comercial e podem ser encontradas distribuídas por todo o litoral sergipano. Em alguns setores, esse redirecionamento no uso da terra se dá

de forma pontual e menos intensa, mas também pode ser detectado através da reserva de terras para futura exploração (Figura 12).

Figura 12 – Futuro empreendimento imobiliário em terreno litorâneo às margens da Rodovia SE100N



Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Nessa suposta tentativa de alavancar a atividade do turismo, o que se observa é a intensificação de uma urbanização litorânea, através da proliferação de novas mercadorias imobiliárias. Entretanto, sobretudo nas zonas circundantes aos limites do município de Aracaju, se apresentam com forte concentração de utilização mercantil e se expõe com características de uma nova expansão urbana que transborda os limites da capital, numa intensa metamorfose geográfica.

Exemplo disso se dá no município de Barra dos Coqueiros, através da chegada do Grupo Alphaville, que possui atuação empresarial no segmento da indústria imobiliária em 23 estados brasileiros e que implementou numa antiga área de plantação de coqueiros, no ano de 2012, o Complexo Alphaville Sergipe (Figura 13).

Figura 13 – Complexo Alphaville Sergipe



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

Registra-se também que a função do empreendimento é exclusivamente para uso imobiliário, um bairro planejado de alto padrão construtivo e que possui setores comerciais no intuito de suprir as demandas dos moradores. A utilização para a atividade turística ou uso misto não é citada. Nesse sentido, não se pode confundir os usos.

É válido destacar que o referido empreendimento se intitula “O bairro planejado dos sonhos” e iniciou as suas obras de instalação seis anos após a efetivação da construção da ponte sobre o rio Sergipe, que interliga esse município ao de Aracaju. Ressalta-se que o discurso político propagado para a justificativa da construção dessa ponte era de promover o desenvolvimento turístico do litoral norte. Em noite festiva para a assinatura da autorização da construção da ponte, em agosto de 2004, o então governador do estado afirmou que:

Ela vai proporcionar a descoberta de um novo universo, tão vasto em belezas naturais. E eu tenho segurança que vai ser um grande pólo de atração de investimentos hoteleiros. E esses investimentos significam o quê? Principalmente empregos. O turismo é a atividade mais empregadora do mundo, João Alves Filho (Infonet, 2004).

Sobre o empreendimento Alphaville, esse complexo se encontra encravado em um terreno entre a margem esquerda do rio Sergipe, confrontante com a cidade de Aracaju e oceano Atlântico. A totalidade de localização do complexo está inserida na Zona de Adensamento Básico 1, conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de Barra dos Coqueiros, elaborado no ano de 2006 como parte das condicionantes ambientais para a construção da ponte. Essa zona permite construções de até 4 pavimentos, com gabarito máximo de 15 metros de altura. De acordo com o site Alphaville Urbanismo, o complexo Alphaville é composto por quatro grandes empreendimentos: o Alphaville Sergipe com 657 lotes, sendo 450m² de área média de cada unidade; o Terras de Alphaville com 580 lotes de 360m² de área média e o Terras de Alphaville II, com 614 unidades cujo as dimensões dos lotes são a partir de 300m². Além desses 1851 lotes residenciais, com previsão de 8.428 habitantes, o complexo ainda conta com o Alphaville Comercial, dotado de lotes que vão de 450 a 2.600 m², destinados à instalação de estabelecimentos comerciais e de serviços de apoio à habitabilidade como mercado, padaria, lavanderia e a área ainda conta com 11 lotes multiuso, nos quais poderão ser construídas edificações de uso específico com até 12 pavimentos, como edifícios corporativos, sedes de empresas, escolas e hotel, entre outros. Além de clube de praia privativo, áreas verdes e terrenos reservados no entorno desse empreendimento para uma futura expansão.

Exemplos como o que se processa no caso do Complexo Alphaville, além de outros empreendimentos que serão tratados no capítulo seguinte, auxilia na confirmação dessa tese, visto a intensificação da especulação imobiliária e a supervalorização da terra, em detrimento de altos investimentos financeiros justificados para o desenvolvimento da atividade do turismo. Sobre essa atividade econômica, na prática, o que se pode constatar para o citado município, foi a refuncionalização de um único hotel de grande porte, o antigo Hotel da Ilha, que funciona atualmente em regime de resort, com o confinamento do visitante, o consequente distanciamento da realidade local e a não circulação do dinheiro nos demais serviços que são contabilizados na

cadeia econômica do turismo, que forçosamente se utilizam dos dados para justificar incrementos nesta atividade.

No que se refere à dinâmica do turismo relacionada à refuncionalidade desse citado empreendimento, o mesmo opera com instabilidades de funcionamento ao longo de sua história, apresentando mudanças contínuas nos grupos empresariais que gerenciam esse empreendimento. Depois de fechado pelo grupo fundador, já pertenceu ao grupo Jamaicano *SuperClubs*, foi fechado e reinaugurado com o nome de D'ioro Hotel, em seguida foi fechado e reaberto com o nome de Prodigy Beach Resort & Convention Aracaju (Figura 14) onde funcionou até meados de 2018, sob o controle do grupo empresarial nacional GJP Hotels & Resorts e atualmente passou por mais uma mudança gerencial e funciona com o nome Maikai Resort Aracaju.

Tal instabilidade no funcionamento deste hotel vem reafirmar que mesmo diante dos vultosos investimentos de infraestrutura e da interligação municipal entre a Barra dos Coqueiros e a capital, Aracaju, a partir da efetivação da Ponte construtor João Alves, encarado como um antigo dificultador para o desenvolvimento do turismo no litoral norte de Sergipe, a indústria do turismo não se efetiva como atividade econômica viável.

Em contradição os discursos políticos proferidos e na confirmação do que cientificamente já se previa, o município de Barra dos Coqueiros se transformou em uma verdadeira zona de expansão e especulação imobiliária da capital Aracaju, com a instalação de inúmeros empreendimentos exclusivamente residenciais voltados, sobretudo para condomínios de alto padrão.

Em estudo de mestrado intitulado “A ponte sobre o rio Sergipe: metamorfoses paisagísticas, territoriais e sociogeográficas no município de Barra dos Coqueiros/SE”, Santos (2008 p.) afirmava que:

O município que era alvo preferencial para a residência de migrantes, devido o preço da terra, ao aluguel barato, a disponibilidade de áreas para ocupação irregular e ainda os benefícios da infraestrutura da capital, começa a apresentar um novo cenário que muda essa antiga realidade. Desde o início da construção da ponte, observa-se uma intensa valorização do solo, que nos últimos vem se intensificando e se tornando mercadoria de grande valor. O segmento imobiliário tornou-se uma das principais atividades econômicas do município atualmente. Entretanto, o preço da terra ainda é baixo, quando comparados a outras áreas de litoral no Brasil, o que favorece a intensificação da dinâmica imobiliária municipal.

Aproximadamente uma década após, a realidade acima está posta. O município de Barra dos Coqueiros se transformou numa grande extensão urbana da capital e se observa ainda essa capilaridade das ações imobiliárias se distribuindo por todos os setores do litoral sergipano em diferentes estágios de desenvolvimento.

Figura 14 - Prodigy Beach Resort & Convention Aracaju



Fonte: <https://gjphotels.letsbook.com.br/>

No que se refere aos investimentos públicos voltados para a infraestrutura, ao se analisar os discursos políticos, fica claro que na maioria dos casos a população é beneficiada em segundo plano. Ressalta-se que com a apropriação de parcelas desse litoral pelo capital privado de grande porte, o Estado intensifica as adequações no intuito de atender as demandas desses investidores.

No ano de 2007, ao inaugurar a readequação de trecho da rodovia litorânea SE-100N, que liga a sede do município de Barra dos Coqueiros ao bairro Atalaia Nova, o então governador do estado de Sergipe, Marcelo Déda, destacou que:

Já contamos com empreendimentos turísticos de nível internacional que apostaram no potencial turístico de Barra dos Coqueiros. Até o primeiro trimestre de 2008, devemos contar com a construção de outro hotel internacional e esta estrada é que permitirá o acesso a

todos esses empreendimentos. É um benefício para o turismo e para toda a comunidade de Barra dos Coqueiros. (CORREIO DE SERGIPE, 2007).

Atualmente, observa-se que intuito principal era de atender a necessidade de facilitação de acesso ao empreendimento hoteleiro, que na época se chamou Starfish Ilha de Santa Luzia Resort, do grupo Jamaicano *SuperClubs*. Ressalta-se também, que ao observar a atual ocupação imobiliária deste referido setor do município de Barra dos Coqueiros, pode-se afirmar também que a readequação desta rodovia teve a intenção de criar as condições de acesso necessárias para a exploração dessas terras pelos atuais empreendimentos imobiliários privados que se instalaram no trecho.

Entretanto, por parte do poder público, o discurso do desenvolvimento da indústria do turismo com a consequente geração de emprego e renda para a população é apresentado como o mote principal para os investimentos estatais no litoral. Porém, em Sergipe, mesmo após décadas não foram apresentados nas publicações oficiais a comprovação da eficiência desses investimentos para cumprir o objetivo propagado.

Mesmo diante da não comprovação científica de eficiência do setor turístico em relação a todo volume de dinheiro que já foi gasto na estruturação dos locais de uso da atividade em Sergipe, novos sistemas de objetos com alto custo financeiro para o estado são sempre apresentados como nova necessidade para o impulsionamento da atividade da indústria do turismo. Com isso, passa a realimentar a necessidade da captação de mais investimentos que são disponibilizados pelo capital financeiro dos organismos internacionais ou outras fontes de recursos e o consequente endividamento público. Tem-se para ilustrar a afirmação, a reforma e ampliação do Aeroporto de Aracaju, o qual se tem como um dos atuais dificultadores que atravancam o desenvolvimento da atividade turística do estado. Mesmo já contemplado com volumoso investimento na primeira etapa do Prodetur, foi previsto para o mês de agosto de 2017 o início das obras de reforma e modernização desse equipamento (Figura 15).

Figura 15 – Perspectiva da Reforma do Aeroporto de Aracaju

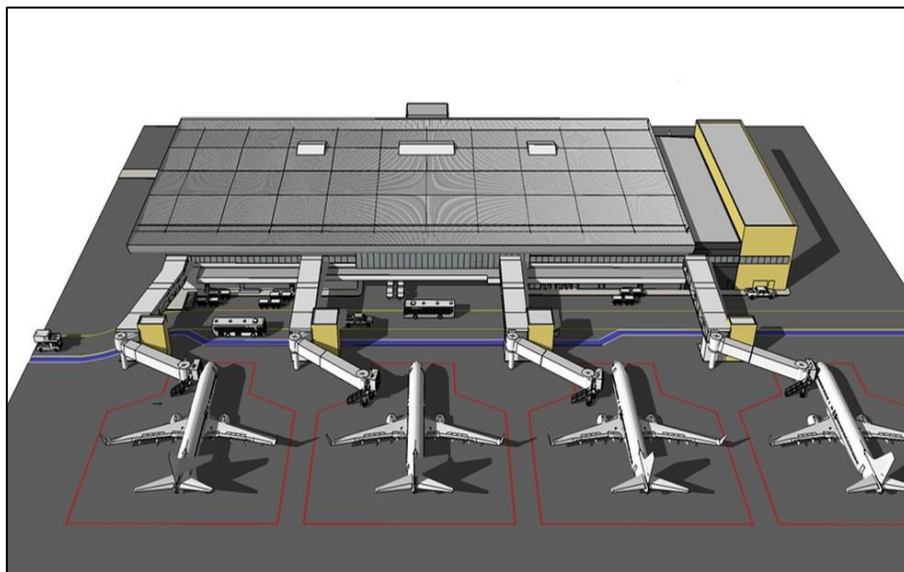


Foto: Governo de Sergipe, 2017

A obra foi orçada em R\$ 110 milhões, sendo que R\$ 85 milhões destinados para a reforma e ampliação do terminal de embarque, climatização do prédio e instalação de pontos de acesso direto à aeronave, os *fingers*, pois atualmente o passageiro realiza o embarque até o avião acessando-o a pé pela pista de aeronave.

Os demais R\$ 25 milhões foram destinados à conclusão das obras de ampliação da pista de pouso, que anteriormente já havia recebido recursos para esse serviço, mas teve as obras paralisadas pela anterior construtora contratada.

Com essa reforma, de acordo com o então diretor de engenharia da INFRAERO, Rogério Barzelai, a área atual do aeroporto que é de 1mil m², passará para 14mil m², subindo a capacidade de passageiros de 2,64 milhões para 4 milhões de passageiros por ano, num acréscimo de 51%, a previsão de entrega da obra seria para o primeiro semestre de 2018, realidade que jamais se alcançará (Portal G1SE, 2017).

Ressalta-se ainda, que o aumento da capacidade de atendimento de novos passageiros não corresponde à garantia da chegada desses usuários. Aumenta-se apenas a capacidade do serviço. Para que se desenvolva o aumento no que se objetiva primordialmente que é a atividade do turismo, uma série de outros fatores devem ser observados.

É válido atentar que no transcorrer da confecção deste trabalho, o TCU determinou a suspensão das licitações referentes às reformas acima citadas. Órgão fiscalizador alegou suposta irregularidade, decorrente da incompatibilidade entre a licitação para reforma e a inclusão do Aeroporto de Aracaju na lista dos equipamentos públicos que sofrerão privatização através do Programa Nacional de Desestatização – PND, do governo federal. Nesse sentido, o TCU questionou a necessidade da realização da obra, visto a possibilidade da sua entrega à iniciativa privada. Ressalta-se ainda que o Diário Oficial da União publicou em sua edição de 29 de agosto de 2017 a listagem dos terminais aeroportuários a serem privatizados e que em total falta de sintonia entre as esferas de gestão pública, dois meses após essa data, o próprio DOU publicou, através da Infraero, o resultado das licitações acima referidas.

Constata-se com isso, a perpetuação da antiga prática paternalista estatal de viabilizar com recursos públicos as condições necessárias para o pleno funcionamento de um determinado serviço e em seguida aos investimentos de melhorias, a sua concessão ao setor privado.

Entretanto, por parte da gestão atual do governo estadual, as obras de melhorias no entorno do aeroporto que lhes couberam já foram realizadas: a urbanização de novas vias de acesso e o desmonte do Morro da Piçarreira no bairro Santa Maria, na cabeceira da pista de pouso.

Diante disso, é possível observar também, de acordo com os estudos de Cruz (2005), que a renovação desse sistema de objetos pode ser relativamente expressada pelas novas próteses colocadas no território nordestino como parte de um projeto governamental brasileiro de se colocar no ranking mundial de destinos turísticos, com investimentos realizados através do PRODETUR. Para a referida autora, é neste contexto que praticamente todos os aeroportos da região foram submetidos a reformas, ampliações e modernizações, no intuito de viabilizar as manobras de aeronaves de maior porte e, conseqüentemente, a operação de voos internacionais. É neste contexto, ainda, que velhos caminhos de terra são modernamente pavimentados, unindo-se a uma nova malha viária imposta pela fluidez necessária ao fazer turístico.

Nesse sentido, como a indústria do turismo requer deslocamentos, as intervenções estatais se voltaram para a dotação da infraestrutura básica para essa

circulação e também na viabilização das condições necessárias na criação de novos espaços, com as características favoráveis à reprodução do capital a partir do aporte de novos fluxos financeiros. Deste modo, nos últimos anos, observou-se, justamente, a ampliação e a modernização da rede de transportes e circulação nas áreas prioritárias para o desenvolvimento do turismo, o litoral.

Para Pereira (2012), mesmo com a estratégia de divulgação das características naturais como maior atrativo de fluxos, os agentes envolvidos (turistas, operadores, investidores, especuladores) exigem a tecnificação das bordas litorâneas para a turistificação do sol e praia nordestinos.

Segue que, os investimentos desencadeados a partir da implementação do Prodetur, surgiram como um marco de grande significado na preparação do espaço geográfico do litoral nordestino para os novos usos que se processam na atualidade, dentre eles, o turismo e a rentável indústria da especulação imobiliária, que na década de 2010 teve forte impulsionamento a partir da quase total interligação rodoviária do litoral estadual.

3.2 - Investimentos públicos para a estruturação da indústria do turismo no litoral de Sergipe

No estado de Sergipe e sua capital, o processo tardio de ocupação das terras do litoral para fins imobiliários, é o que os diferencia das principais cidades marítimas nordestinas com um nível de urbanização já consolidado. Tal fato reflete um emaranhado de relações diversas que podem ser consideradas do ponto de vista socioespacial e temporal, nas quais várias iniciativas privadas ou de interesse coletivos, atreladas a ordem ambiental ou natural e ou humana foram preponderantes para essa dinâmica de ocupação desigual.

A transferência tardia da capital do estado da cidade de São Cristóvão para o sítio litorâneo onde se estabeleceu a cidade de Aracaju no ano de 1855, conferiu a esse movimento de valorização do litoral um significativo atraso em sua ocupação e exploração imobiliária quando comparado à maioria das capitais nordestinas. Além do processo de mudança da sede estadual, essa ocupação tardia da franja litorânea de Aracaju se deu, dentre outros motivos: a) pela base física de charcos, restingas, canais e

lagoas de difícil ocupação à época (Figura 16), b) por ser uma cidade relativamente nova, com população consequentemente pequena, c) por possuir e vastas porções de terras ainda por serem exploradas no entorno do núcleo urbano inicial, d) por um processo de expansão imobiliária, com relações intimamente ligadas entre o público e o privado para reservas de áreas, e) por se privilegiar uma configuração geográfica de valorização urbana da paisagem estuarina presente à margem direita do rio Sergipe (Figura 17), f) as zonas de praia marítima se distanciavam do principal aglomerado urbano da cidade, além da dificuldade no acesso para se chegar a essas áreas, g) pelo planejamento do traçado urbano inicial que não privilegiou o mar, dentre outros motivos.

No que se refere ao território estadual, em diversos municípios, a faixa litorânea esteve associada à atividade econômica da agricultura do coco da baía, que rendia ao estado de Sergipe destaque nacional nesse cultivo e dessa forma, a valorização litorânea esteve associada ao cultivo e não aos atributos paisagísticos. Ressalta-se ainda, uma estrutura agrária concentrada, trechos de consideráveis fragilidades ambientais e o recorte do traçado litorâneo através da desembocadura das principais bacias hidrográficas estaduais, que dificultavam a circulação dos diversos fluxos no litoral.

Figura 16- Ambiente urbano de Aracaju, década de 1960



Foto: Marcelo Araújo Sampaio
Fonte: pesquisa na web, 2016

Figura 17 – Valorização imobiliária da paisagem estuarina de Aracaju, década de 1980

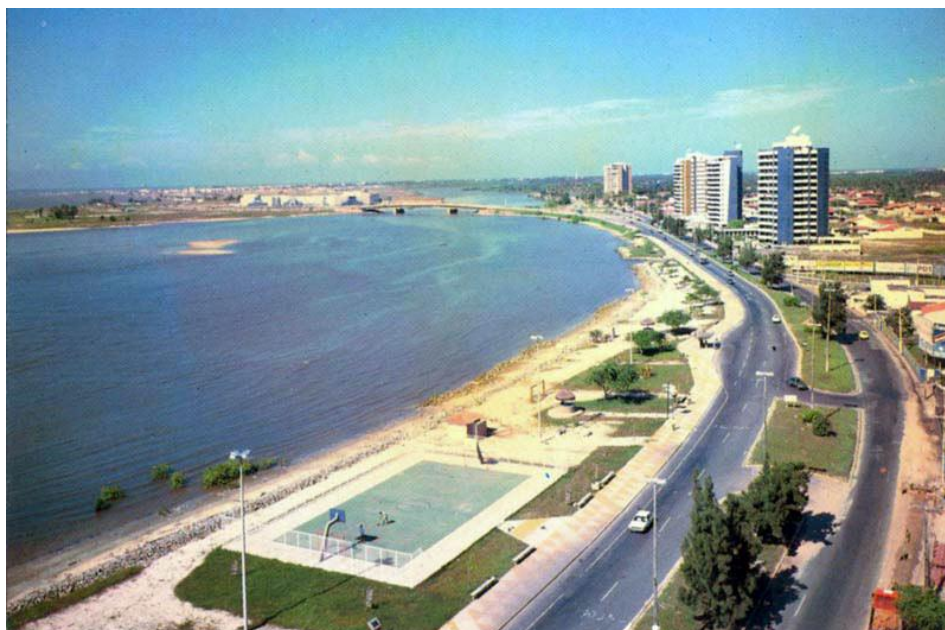


Foto: Arivaldo Azevedo/Infonet, 2017

Contudo, de acordo com Machado (1989), a partir da década de 1960 com a construção do Aeroporto Santa Maria e a instalação do Terminal Marítimo Petrolífero da Petrobrás – TECARMO, foi desencadeado um processo de grandes transformações na área sul de Aracaju. Essas transformações foram em geral, fruto de obras públicas do governo estadual ou municipal, como a construção de grandes zonas residenciais, como urbanização da Coroa do Meio ou por conjuntos habitacionais como o Augusto Franco; a implantação de sistema viário; e a implantação de equipamentos turísticos e de lazer, hotéis de categoria, calçadões, quiosques, etc. Cujas apropriações se fez, em grande parte, por interesses particulares os mais diversos.

Para o citado autor, a produção sergipana de óleo e gás pela Petrobrás, ensejou muitas perspectivas econômicas para o estado, pois através de pagamentos de impostos e royalties, os governos teriam mais recursos para aplicar em obras públicas. A capital passou a receber um crescente contingente populacional, que possibilitou um crescente fluxo de capitais e mercadorias e ensejou novos hábitos culturais e demandas de lazer ao cotidiano da cidade.

Nesse sentido, na década de 1980, já se apresentavam sinais de valorização da franja marítima da capital. Merecem destaque a remodelação do antigo calçadão da praia de Atalaia, além da readequação da estrada litorânea que passou a ser chamada Rodovia José Sarney (Figura 18), que deu acesso asfáltico às praias do litoral sul da cidade, privilegiando grandes porções de terras agrícolas, verdadeiros lotes urbanizáveis à beira mar, considerados ainda nos dias atuais como grandes vazios demográficos.

Figura 18 – Publicidade da obra da Rodovia José Sarney, década de 1980



Foto: Machado, 1989

Segundo Machado (1989), a Rodovia Jose Sarney (Figura 19) foi concebida como parte do plano de expansão urbana para desenvolvimento turístico, com o seu traçado paralelo à Rodovia dos Náufragos, a mais ou menos 1 Km de distância desta. Para ele, o verdadeiro objetivo da rodovia, não há dúvida, foi o de viabilizar empreendimentos imobiliários implantados (alguns encalhados) ou a serem produzidos, em locais que já sofriam a "esterilização agrária".

Figura 19 – Rodovia José Sarney e Rodovia dos Náufragos, década de 2010



Foto: Site Construtora Laredo, 2017

Adaptação: Max Alberto, 2018

A análise do autor, ainda na década de 1980, previu o que atualmente se processa nos espaços edificáveis entre as referidas rodovias. Nos dias atuais, esses espaços são alvo de intervenções imobiliárias com a implementação de condomínios horizontais fechados, de grande valorização, voltados para consumidores com alto poder aquisitivo.

Recentemente, a citada rodovia se encontra contemplada no Projeto Orla Sul, que se refere às nas novas ações de readequação do litoral de Aracaju. Ressalta-se que o projeto prevê a reurbanização do trecho de 16,5 km de extensão da orla do município, numa nova remodelagem da rodovia José Sarney, contemplando toda a borda litorânea sul do município de Aracaju, com investimentos previstos, na ordem de R\$ 30 milhões, oriundas do Prodetur Nacional, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Para Lefebvre (1999), o processo de urbanismo pode ser considerado como uma estratégia de manutenção dos rendimentos da classe capitalista do segmento da

indústria imobiliária, encobrindo as operações implementadas pelo setor público como meio de assistência à reprodução do capital.

Nesse sentido, os processos de readequações urbanas, de revalorização de antigas áreas, de incremento de novas infraestruturas como se vê no litoral de Sergipe, sob o pretexto do desenvolvimento econômico a partir do turismo, nada mais é do que a ação do Estado, criando as condições necessárias para que os espaços ociosos, especulativos ou com baixa valorização, possam ser inseridos ou reinseridos na lógica atual do mercado. Desta forma, ao que se pode constatar perante os investimentos públicos no litoral sergipano é a generosa assistência do Estado, para o incremento da valorização e criação dos meios necessários para a reprodução do capital imobiliário.

Ainda sobre essa ação de adequação do litoral para a especulação mercantil e turística, a obra se estenderá do antigo Hotel Parque dos Coqueiros (Figura 20), até o Farol de São Cristóvão, na praia do Mosqueiro. Prevê a construção de ciclovias, bicicletários, acessos de pedestres e cadeirantes à areia, iluminação de LED e painéis solares, quadras poliesportivas, pontos de esportes radicais, lounge, passarela, redário, academia de praia, estacionamentos para ônibus, sinalização indicativa e turística, postos de informações turísticas e calçamento que impeçam o uso de veículos motores na areia, protegendo os usuários e evitando danos ao ecossistema local. (Secom/SE, 2017).

De acordo com Gesteira (2017), ao produzir o espaço, na complementariedade da iniciativa privada e subsidiando sua exploração, o poder público assume a condição desse espaço enquanto mercadoria. Como o modo de produção não é apenas produzido, mas sim, reproduzido continuamente, assim também o processo de formação espacial apresenta continuidade, com novos espaços sendo produzidos sob o modelo da exploração capitalista, enquanto outros são adequados de acordo com os propósitos do capital para um determinado tempo histórico e localização geográfica, e ainda outros são declarados obsoletos, abandonados e destruídos.

Figura 20 – Antigo Hotel Parque dos Coqueiros, 2010



Fonte: Google Earth, 2018

Adaptação: Max Alberto

Para Carlos (2004), o Estado tem o papel de edificar meios ou mecanismos que diminuam os obstáculos ao investimento no setor imobiliário, sobretudo urbano, sem que se questione a existência propriedade privada do solo. A ordenação do território, a prioridade nas intervenções, a construção de infraestrutura, podem ser alguns dos exemplos em que os investimentos públicos, tenham por fim, principalmente a valorização dos capitais aplicados no segmento imobiliário.

É válido frisar que no trecho inicial do Projeto Orla Sul (Figura 21) se encontrava localizado o Hotel Parque dos Coqueiros, principal hotel cinco estrelas da cidade de Aracaju e que por questões de pendências trabalhistas teve a decretação de sua falência no ano de 2012. O referido hotel foi a leilão, onde foi arrematado e demolido por dois dos principais grupos empresariais do segmento imobiliário e turístico de Sergipe, FFB e Celi construções, pertencentes aos irmãos empresários sergipanos Francisco e Luciano Franco Barreto.

Em entrevista ao Portal G1SE (2012), foi afirmado que ainda não sabe o que vai ser construído no terreno do antigo Hotel Parque dos Coqueiros, entretanto:

nós contrataremos equipes de urbanistas e arquitetos, não só ligados à área hoteleira como também do ramo imobiliário, para avaliar as possibilidades. Pode ser até um hotel, mas não será aquela estrutura porque está muito desgastada e é inviável (Luciano Barreto, 2012).

Figura 21 – Trecho inicial do Projeto Orla Sul



Foto: Jorge Edson/ ASN, 2007

Para Santos (1996, apud Pereira, 2012, p.133), no presente, a organização de todas as atividades sociais se concretiza, continuamente, pelo acréscimo de objetos técnicos e informacionais ao espaço. O que de acordo com Pereira (2012), no processo de reestruturação espacial, os sistemas de ação potencialmente modernizadores agem sobre os objetos antigos (as rugosidades), produzindo em concomitância, a necessidade permanente da criação de novos objetos.

Nesse sentido, a referida obra contribui na remodelação e modernização das faixada litorânea do município de Aracaju em seu trecho sul, numa ação de revalorização dos terrenos situados na sua franja litorânea, através do processo de reurbanização e criação de condições para que o tecido urbano da cidade seja direcionado para essas terras que por muito tempo permaneceram sob o regime de “engorda”, num processo de valorização para a utilização no momento em que o mercado sentisse a necessidade de ampliação da sua atuação.

Ressalta-se que a partir da década de 2010, o bairro Atalaia, ponto inicial desta obra, passa por um processo intenso de verticalização, o que nos leva a afirmar a supervalorização desses terrenos.

Em reportagem da Agência Sergipana de Notícias (2016), vinculada à Secretaria de Comunicação do Governo do Estado de Sergipe, o Professor Dr. Ricardo Lacerda do Departamento de Economia da UFS, ao se referir ao Projeto Orla Sul, afirma que além da geração de emprego, outra vantagem da nova orla é a valorização da região. Para esse economista, a chamada área de expansão, em Aracaju, terá crescimento grande com a realização da obra, com aumento do valor dos terrenos e criação de movimento de construção de residências e empreendimentos na região.

Nesse sentido, fica evidente que a estruturação litorânea de Sergipe, pode até ter a intenção de um incremento da atividade econômica do turismo, entretanto, as ações voltadas para a criação dessas novas estruturas contribuem fortemente para valorização dessas terras e sua consequente especulação.

Ainda de acordo com ASN (2016), para o então secretário de Turismo do Estado, Saulo Eloy, a obra :

Dará uma feição diferenciada a essa região de beleza ímpar que ficava sujeita ao turismo sem cuidados, que, ao longo do tempo, traria sérios problemas, pois o ecossistema local seria exterminado. Agora a situação será outra, pois haverá total proteção ambiental e garantia de sustentabilidade turística, além de inclusão social e geração de emprego e renda (ASN, 2016).

É válido ressaltar que em consequência da futura intensificação no uso turístico e, sobretudo, da utilização dessas terras na modalidade habitacional, essas ações serão desencadeadoras de impactos referentes à urbanização de áreas com fragilidade ambiental acentuada. Além do mais, a afirmação deixa claro que mesmo diante de décadas de investimentos na indústria do turismo, esses trechos praias são exploradas sem o cuidado necessário para o devido uso.

A emergência de uma sociedade de consumo do litoral é resultante de avanços e das adequações sofridas através dos processos de profundas transformações que se desenvolveram nas relações produtivas, nas quais se incluem a produção de bens e sua distribuição, o consumo em massa, as relações de trabalho ciclicamente alteradas,

as condições gerais de vida da população, a estruturação e o modo de se pensar as cidades e uma generalização do processo de urbanização e do modo de vida urbano. Porém, fica evidente que o Estado também contribui decisivamente no direcionamento da segmentação de classes sociais para o consumo e apropriação desta parcela do espaço geográfico, cuja valorização se dá associada às qualidades dos atributos naturais que se dão amparada no discurso de um desenvolvimento sustentável.

Na região Nordeste do Brasil e em Sergipe, sob a orientação da cartilha dos organismos financeiros internacionais, inseridos na perspectiva contemporânea mundial de mercantilização das potencialidades naturais, o sol, o mar e até as qualidades associadas à maritimidade foram eleitos os produtos da vitrine do discurso político para o desenvolvimento e intensificação da indústria do turismo, atividade econômica apresentada a essa região como a melhor opção para o desenvolvimento. Nesta união, o Nordeste brasileiro ofereceu os recursos naturais, terras relativamente baratas e a mão-de-obra abundante para ser explorada, já na indústria do turismo, percebeu-se a possibilidade da reprodução de uma exploração extremamente rentável ao mercado, tudo isso com o patrocínio do Estado, sob o endividamento aos organismos internacionais.

Numa rápida análise desta união, observou-se um desequilíbrio entre as partes. O Nordeste ofereceu, não diferentemente das demais regiões brasileiras, a abundância de oferta no que se refere à força de trabalho a ser explorada e um território com atributos ambientais relativamente baratos em comparação a outras regiões do globo. E quando se considera a velha máxima da economia: a lei da oferta e da procura, claramente enxergou-se uma grande vantagem para a detentora do capital, o que se refletiu na ampliação da lucratividade das empresas, sobretudo imobiliárias, em detrimento de baixa remuneração dos trabalhadores e de um preço baixo de terras. Desta forma, ficou evidente que se tratava de uma relação não harmoniosa, diante de um discurso político propagado de desenvolvimento sustentável, de geração de emprego e renda. Entretanto, em uma sociedade onde o modelo de desenvolvimento é capitalista, a exploração da mais valia em detrimento do lucro, é a base fundamental para o funcionamento do mercado.

Ressalta-se também que em meados da década de 1990, com o mercado imobiliário europeu em crise, a oferta de terras carregadas de atributos paisagísticos a preços menores no Brasil ainda se apresentava interessante nessa relação de mercado.

Todavia, é válido ressaltar que as iniciativas precursoras da atividade turística em Sergipe remontam à década de 1970, quando a partir de incentivos patrocinados pela Sudene e Banco do Nordeste do Brasil, foram as condições básicas para a organização desta atividade.

Para Machado (1989), somente nas últimas gestões administrativas estaduais é que o turismo foi colocado na pauta das questões prioritárias. O objetivo foi fazer do estado um mercado opcional na competição que se instalou em diversos pontos da região nordestina. Esse despertar para o turismo passou a exigir grandes investimentos, o Estado passou a bancar propostas idealizadas por sua equipe de planejadores.

Politicamente, um discurso oficial foi então inaugurado e amplamente divulgado além das terras sergipanas, destacando as potencialidades turísticas em jornais, redes de TVs, revistas, etc. No entanto, de acordo com o referido autor, por trás de todo este discurso havia, na essência, além das tradicionais autopromoções, a abertura de perspectivas de ampliação das atividades privadas de interesse local e de outras plagas. E o governo local assumindo mais uma vocação que o sistema capitalista lhe engendra, espalhando-se de Aracaju por seus arredores e outros pontos do território estadual. A partir daí, foi deslanchado todo um elenco de obras complementares às novas infraestruturas para o setor turístico que, em si, tornam-se infraestrutura para outros setores que aparecem numa sucessão em cadeia, como a especulação da terra, a indústria de construção civil, empreendimentos imobiliários, entre outros.

Ainda segundo Machado (1989), o Estado, através de seus governantes, que possuem estreitas vinculações empresariais e que atuam direta ou indiretamente no setor de turismo, elegeu então a zona sul na orla marítima de Aracaju, como área a ser transformada num novo cartão postal para a cidade. E, pois para essa zona, classificada anteriormente como área de expansão urbana e onde a presença da especulação imobiliária (grandes loteamentos, condomínios fechados, etc.) já era intensa, que foram destinados os investimentos.

Com isso, entende-se, que na década de 1980, sob o discurso da inserção do estado de Sergipe na rota do desenvolvimento a partir do turismo, o que houve foi a implementação embrionária no litoral sergipano, dos padrões de urbanização que, num outro estágio de crescimento serviram como símbolo de progresso para grandes cidades do litoral brasileiro.

Sobre o Prodetur, o objetivo da implementação desse programa foi de contribuir com desenvolvimento socioeconômico da região gerando oportunidades de emprego, o aumento da renda per capita e o aumento da receita fiscal dos estados. A operação orientou-se principalmente na eliminação das restrições ao crescimento do turismo relacionadas a uma infraestrutura e serviços públicos inadequados.

Entretanto, mesmo com a possibilidade de uma estruturação espacial considerada como adequada para que a atividade do turismo se desenvolva, é possível afirmar que a formação do fluxo turístico, sobretudo internacional, segue um processo diferente do que se é percebido. A lógica do funcionamento vincula-se menos a uma oferta turística latente e mais ao que se é articulado pelo mercado, com características conectadas ao modelo capitalista vigente e às negociações entre os agentes econômicos envolvidos no setor. Não basta que se estructurem os destinos e que se criem as condições necessárias para que a atividade se desenvolva, tem-se também que se articular no mercado do turismo e, sobretudo que esses agentes do capital vejam vantagens para a exploração da atividade.

Caso contrário, a realidade do Brasil poderia ser diferente, pois diante de toda a oferta de atrativos turísticos naturais e culturais e ainda com sua vasta extensão territorial, não estaria ultrapassado por nações menores na indústria do turismo. Prova disso pode se constatar ao se analisar o ranking de desembarque internacional de passageiros, publicado no ano de 2016 pela Organização Mundial do Turismo, onde o Brasil ocupa a 44ª posição no ano de 2014 e perdeu uma posição no ano de 2015 passando para a 45ª, posicionado, por exemplo, atrás de pequenos países como a Malásia, o Japão, Singapura e o Vietnã (OMT, 2016).

É possível afirmar que sem as articulações necessárias entre os agentes financeiros operadores do turismo, seja em âmbito nacional ou internacional, o que se pode esperar para o estado de Sergipe é a repetição do que em outros momentos já se foi

constatado: a criação da infraestrutura de circulação fundamentada na implementação da atividade do turismo reforça e cria as condições fundamentais para a relação íntima de valorização da terra e especulação imobiliária.

Ressalta-se que diante das medidas políticas administrativas que seguiram no período pós-formatação do referido programa, percebe-se dentro dos ajustes do Estado para a viabilização da lucratividade, a criação de condições para que a circulação dos fluxos financeiros decorrentes da exploração da indústria do turismo em terras brasileiras pudesse ser direcionada para os grandes centros hegemônicos. Nesse sentido, tais medidas contribuíram para intensificar o aprofundamento da dependência dos países subdesenvolvidos e a concentração da riqueza pelos principais agentes operadores do turismo mundial. Questiona-se com isso, como se daria a geração de renda as populações das localidades? Através dos fantasiosos empregos indiretos? E, sobretudo, como se dará o aumento da receita fiscal dos estados? um dos principais objetivos do Prodetur.

Na década de 1990, de acordo com a análise de Lima (2003), a crescente liberalização financeira ocorrida neste período tornou mais favorável a utilização do sistema financeiro nacional para as empresas do exterior, eliminando restrições ao uso dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ainda para o autor, por último, com o conjunto de reformas concretizadas pela política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, as condições das empresas estrangeiras viram-se ainda mais melhoradas, tanto pela extinção das proibições quanto as remessas de *royalties* por marcas e patentes, como pela isenção do imposto de renda sobre a remessa de lucros e dividendos por filiais de empresas estrangeiras no Brasil.

Como marco divisor nos investimentos do turismo no Nordeste brasileiro o Prodetur foi formatado como um megaprojeto de investimentos para a adequação de um ambiente para a competitividade mundial, em que os investimentos são internacionalizados — não somente os públicos, mas os privados a partir da integração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que participa junto ao Banco do Nordeste (BNB), seu órgão executor no Brasil.

Em sua primeira etapa, previu o aporte de U\$800 milhões distribuídos por toda a região, sendo que a metade desse volume seria oriunda do Banco do Nordeste,

adquirida em empréstimo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, os outros US\$ 400 milhões se referiam à contrapartida nacional por parte dos estados e municípios contratantes. O Prodetur estava pautado no Programa Global de Investimentos Múltiplos de natureza descentralizada, que objetivou as metas estipuladas no Manual Operacional do BID, direcionadas à geração de emprego e renda com o reforço, a ampliação e a constituição de uma política sustentável de turismo.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDTIS (2001), a estratégia turística em que foi situado o Prodetur/ NE I - SE, na primeira fase do programa, dividiu sua área de atuação em 3 (três) trechos distintos, a saber:

Região Aracaju/ São Cristóvão, compreendendo o trecho que vai do Mosqueiro a Pirambu, incluindo os municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão, e os estuários dos rios Vaza-Barris e Sergipe;

Litoral Sul, situado no trecho que vai do rio Vaza-Barris até o rio Real, incorporando os municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanh, Indiaroba e os estuários dos rios Real e Piauí;

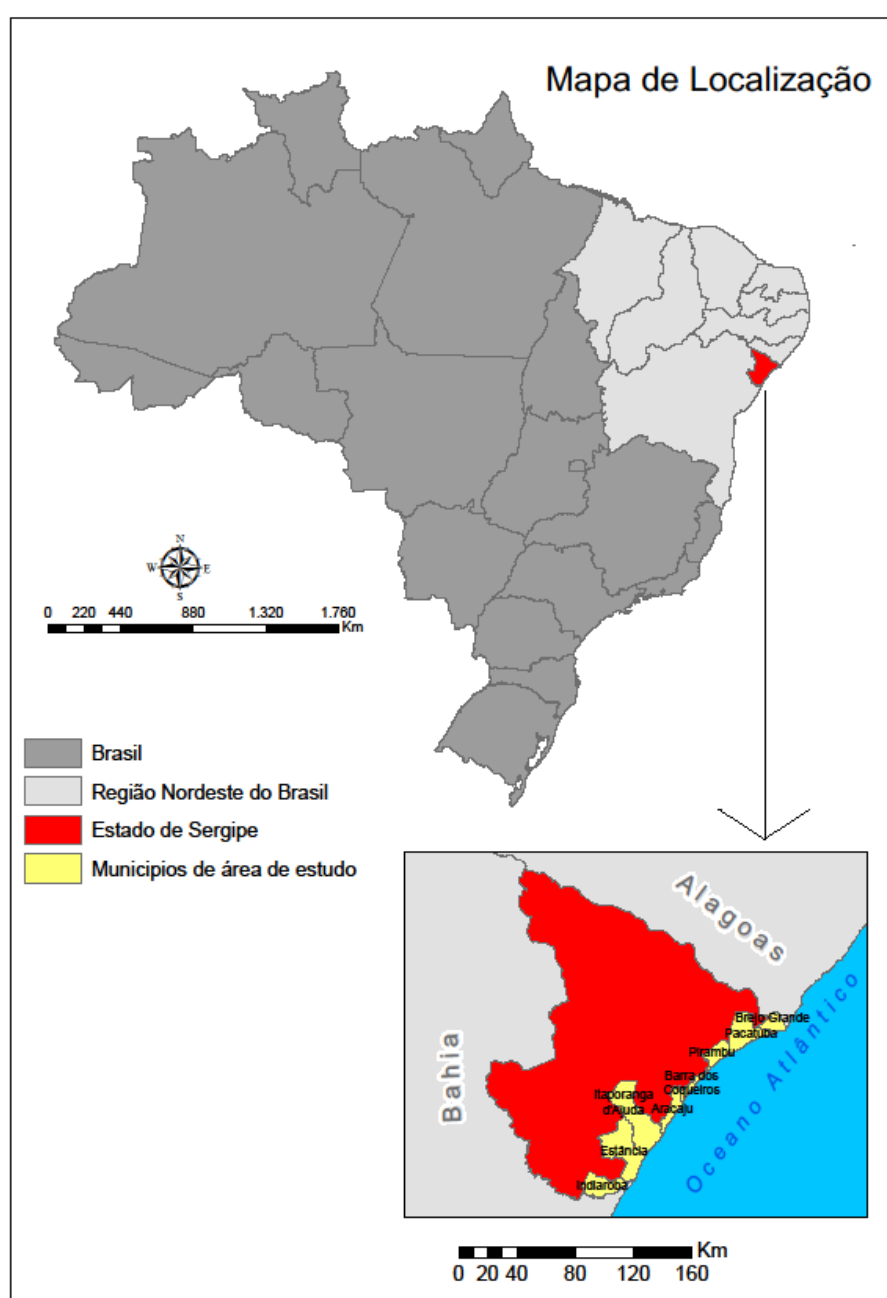
Litoral Norte, trecho que vai de Pirambu até a foz do rio São Francisco, incluindo Pirambu, Pacatuba, Ilha das Flores, Brejo Grande, Neópolis, Propriá e o estuário do rio São Francisco.

Para cada uma das três áreas foram identificadas as características e potencialidades próprias para o desenvolvimento turístico: o Litoral Norte foi identificado pelas maiores tendências ao ecoturismo, o Litoral Sul para o turismo de lazer e praia e esportes aquáticos e a Região Aracaju / São Cristóvão para o turismo urbano de lazer, cultural, convenções e negócios. Considerou-se ainda que todos apresentavam, além das características da tendência principal, o elemento básico para qualquer turismo que contivesse lazer: mar, praia e sol o ano inteiro.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS (2013), na primeira fase de investimentos pelo Prodetur/ NE I, o estado de Sergipe efetivou dois contratos de sub-empréstimos com o BNB, nos valores da ordem de US\$ 19,6 milhões e de US\$ 13,1 milhões, totalizando investimentos na

ordem de aproximadamente US\$ 32,7 milhões de dólares de recursos provenientes do BID. Esse volume foi acrescido pela contrapartida estadual, obtida com recursos provenientes do BNDES e chegou-se a soma do valor total de US\$52,7 milhões de dólares que foram aplicados nas ações do programa. Ressalta-se que, além desses valores, existiu ainda um custo de aproximadamente US\$ 14,3 milhões referentes aos encargos contratuais. Nesse sentido, a adesão do estado de Sergipe ao programa proporcionou o seu endividamento em US\$67 milhões de dólares que foram aplicados em nove municípios sergipanos (Mapa 2).

Mapa 2 – Área geográfica de estudo



Organização: Sardeiro e Santos, 2018

Desses municípios, cinco deles são pertencentes ao recorte espacial desta tese, que considera como área de análise, os municípios que se encontram confrontantes com a linha do mar: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga D'Ajuda, Estância, além do município de Indiaroba que não se encontra na linha de costa, mas que tem o seu território sob influência da Ponte Gilberto Amado e é recortado pela rodovia litorânea SE-100. Complementados pelos municípios de Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande, que no que se refere à primeira etapa do programa não foram contemplados.

Ao se ter como referência o Relatório Final do Projeto/ BNB (2005), a distribuição final dos recursos exclusivamente provenientes do BID para essa primeira versão do programa totalizou U\$396,602 milhões distribuídos desigualmente aos estados nordestinos.

Os recursos foram liberados da seguinte forma (Quadro 1): o Estado da Bahia contratou U\$ 139,06 milhões, seguido do Ceará com U\$89,339 milhões, o que junto significam a concentração de 57,33% dos recursos disponibilizados.

Nos demais 42,67% dos recursos, a distribuição se deu em U\$32,604 milhões para o estado de Sergipe, seguido em ordem decrescente dos demais estados. Sendo U\$ 30,763 milhões para Pernambuco, U\$ 27,612 milhões destinados para Alagoas e o aporte de U\$ 26,599 milhões para estado do Maranhão.

O estado da Paraíba adquiriu U\$ 19,997 milhões, figurando na penúltima posição no que se refere ao volume contratado e por último, com o menor litoral dos estados nordestinos, o estado do Piauí com a contratação de U\$ 8,849 milhões de dólares.

Quadro 1 – Distribuição dos recursos do Prodetur/NE1

Estado	Valor em Milhões de Dólares
Bahia	139,06
Ceará	89,339
Sergipe	32,604
Pernambuco	30,763
Alagoas	27,612
Maranhão	26,599
Paraíba	19,997
Piauí	8,849

Fonte: BNB, 2005

É digno de registro que o estado de Sergipe adquiriu o terceiro maior volume de empréstimo, superando com isso outros estados com maior abrangência territorial e com atributos naturais mais valorizados, a exemplo dos estados de Alagoas e Pernambuco e suas respectivas praias.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo de Sustentável - PDITS (2013), a espacialidade dos investimentos em Sergipe se deu distribuída de acordo com subdivisão de três áreas de atuação: Região Aracaju/São Cristóvão, Litoral Sul e Litoral Norte e obedeceu a uma escala de prioridades que levou em conta a lógica de um planejamento regional e apresenta a seguinte ordem: 1ª prioridade - Região Aracaju/São Cristóvão, 2ª prioridade – litoral sul e prioridade 3 – litoral norte, definidas a seguir:

1ª Prioridade- Região Aracaju/São Cristóvão, compreendendo:

- consolidação da infraestrutura turística existente e em operação com resultados positivos;
- implantação da macro infraestrutura de acesso, que melhora o fluxo turístico para a primeira etapa e constitui paralelamente um ponto de partida para a próxima etapa;
- implantação de um novo marco de referência de qualidade (empreendimentos hoteleiros) para futuros empreendimentos turísticos, que dará respaldo à nova imagem no mercado turístico e uma nova dimensão ao setor hoteleiro;
- implantação de programas e equipamentos de preparação de mão-de-obra qualificada, diretamente ou indiretamente ligados ao setor turístico;
- preservação dos potenciais naturais e econômicos turísticos através de legislação específica (Plano Diretor de Aracaju e zoneamento das APA's Litoral Norte e Sul).

2ª Prioridade- Litoral Sul, compreendendo:

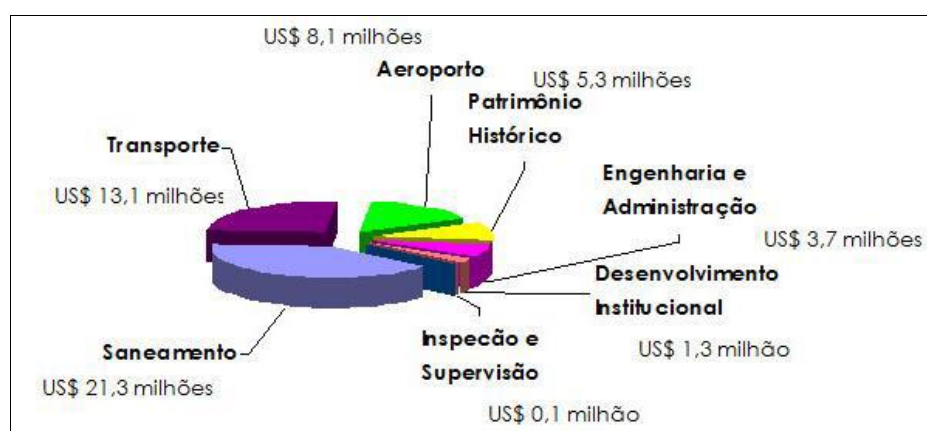
- implantação do primeiro embrião de um aglomerado de uso turístico (Vila Turística), viabilizado pelo acesso gerado na primeira etapa e partindo das experiências desta, relativas ao comportamento do mercado e dos resultados dos investimentos de “marketing” anteriores;
- Criação de infraestrutura na região e criação de núcleos de apoio;
- Implantação dos demais núcleos turísticos paralelamente com a primeira etapa do Litoral Norte.

3ª Prioridade- Litoral Norte, sendo previsto:

- melhoria e complementação dos acessos a partir do Aeroporto e dos pontos de concentração de infraestrutura hoteleira pré-existent, viabilizando “tours”;
- implantação da infraestrutura dos núcleos urbanos de apoio ao ecoturismo e incentivo ao assentamento de hospedarias;
- implantação de um centro turístico na foz do rio São Francisco e de rede de núcleos na beira rio;
- implantação de sistema de transporte fluvial.

No que se refere à distribuição dos investimentos na primeira fase do Prodetur I em Sergipe, se deu conforme ilustra o Quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição dos investimentos Prodetur I/SE



Fonte: PDTIS, 2013

O gráfico mostra que na distribuição dos recursos, privilegiaram-se os componentes relativos à preparação de uma base territorial de circulação, saneamento e abastecimento. Estes (transporte, aeroporto e saneamento), totalizaram a soma no valor de aproximadamente U\$ 40,7 milhões, equivalente a 66,14% do volume disponibilizado pelo programa.

Na prática, dentre outros fatores, observa-se que a partir da facilitação na circulação, acessibilidade, abastecimento e saneamento dessas terras litorâneas, a consequência principal desses investimentos para a construção dessa armadura territorial para a exploração do turismo foi a intensificação da valorização do preço terra.

É válido atentar que dos números acima apresentados referentes ao valor total do empréstimo, aproximadamente U\$ 14,3 milhões, ou seja, quase 20% do volume de recursos serviram para engordar o capital financeiro internacional neste vantajoso acordo financeiro, visto que essa significativa porcentagem é referente apenas aos encargos contratuais. Ao se excetuar o componente de investimentos, somente a transação contratual, custou ao estado de Sergipe o segundo maior volume de recurso aplicado em comparativo ao custo das ações institucionais realizadas e das demais obras físicas.

Dentre os componentes atendidos diante das obras realizadas, concentraremos prioritariamente nossas observações nas intervenções que proporcionam análises que tenham rebatimento no espaço geográfico e que nos auxilia a validação da tese central deste trabalho. Destacam-se, nesse sentido, as obras de melhorias nas condições de acessibilidade e circulação, como a ampliação do aeroporto, a implantação da rodovia litorânea SE 100 Sul (continuidade da Linha Verde que interliga os Estados de Sergipe e Bahia), valorização do patrimônio arquitetônico e melhoria no abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Entretanto, a distribuição espacial do total dos investimentos se deu, de acordo com o PDTIS (2013), da seguinte forma:

Região Aracaju/ São Cristóvão – 1ª Prioridade:

Transporte:

3ª Etapa da Orla de Atalaia – Lote V da SE-100.

Saneamento Básico:

Sistema IBURA II;

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Atalaia Nova;

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Atalaia Velha/ Mosqueiro;

Sistema de Esgotamento Sanitário de Atalaia Velha.

Aeroporto:

Construção do Terminal de Passageiros do Aeroporto Santa Maria.

Proteção e Recuperação do Patrimônio Histórico:

Revitalização do Centro Histórico de Aracaju;

Restauração dos Mercados Antônio Franco e Thales Ferraz;

Restauração da Antiga Fábrica em São Cristóvão.

Desenvolvimento Institucional:

Projetos de Desenvolvimento Institucional da Administração Estadual de Meio Ambiente - Adema, Empresa Sergipana de Turismo - Emsetur, Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso, Prefeituras Municipais de Aracaju e Barra dos Coqueiros, Plano Estratégico do Turismo de Sergipe e PDITS.

Engenharia e Administração:

Componentes diversos, rateados pelas áreas (prioridades), em função dos investimentos realizados.

Região Litoral Sul – 2ª Prioridade:**Transporte**

Rodovia SE-100 SUL, Lotes I, II, III e IV;

SE-214, trecho BR-101/Praia da Caueira;

Urbanização da Praia da Caueira.

Engenharia e Administração

Componentes diversos, rateados pelas áreas (prioridades), em função dos investimentos realizados.

Região Litoral Norte – 3ª Prioridade:**Transporte**

Urbanização da Orla de Neópolis;

Urbanização da Orla de Gararu.

Diante dos investimentos realizados, ao se analisar os indicadores dos efeitos globais do Prodetur NE-I, apresentados no Relatório Final do Projeto Prodetur, o BNB afirma que:

Os dados apresentados contribuem para a apreensão da dinâmica de desenvolvimento do turismo na região no período 1994 a 2004. **Não se pode afirmar** que a variação em grande parte dos indicadores aqui apresentados seja decorrente de ações do PRODETUR/NE, entretanto, dada a natureza e dimensão dos projetos realizados, **pode-se supor** (*grifo nosso*) que o Programa tenha contribuído, em diferentes graus de intensidade, para a evolução observada com relação às variáveis analisadas, principalmente no que se refere ao fluxo turístico, às receitas turísticas, aos impactos no PIB, à oferta turística e ao saneamento básico (água e esgoto)...os investimentos em infraestrutura básica e no melhoramento de aeroportos geraram as condições favoráveis para a atração de investimentos privados e para o aumento de fluxo turístico na Região... (BNB, 2005, P.39)

Nesse sentido, fica evidente que a clareza na comprovação da efetividade dos objetivos propostos pelo programa é posta em dúvida pela própria instituição co-financiadora dos investimentos, visto que a mesma, após apresentar os indicadores analisados como parâmetros, supõe uma possível efetividade dos fins. Entretanto, deixa evidente que os investimentos direcionados para infraestrutura básica e melhoramento dos aeroportos proporcionaram condições que favoreceram a atração do capital privado.

Nessa perspectiva, esse processo revela a criação de um novo espaço de exploração no Nordeste brasileiro, que diante dos ajustes do Estado, proporciona a condição, o meio e o produto, favoráveis à reprodução e a acumulação do capital. Com isso, ao se percorrer o litoral sergipano é possível afirmar que tais investimentos ainda desencadearam conflitos na luta pela apropriação do espaço, pela conquista e manutenção da moradia, na conservação dos espaços da realização da vida e ainda da condição básica de sobrevivência, em detrimento da manutenção do espaço da dominação onde se atendem às necessidades da lógica hegemônica na efetivação de um espaço direcionado para a acumulação financeira.

Para o Tribunal de Contas da União, que apresentou uma análise referente à contribuição do Prodetur para a melhoria dos indicadores socioeconômicos da região, através do Relatório de Avaliação do Programa:

Os dados coletados junto ao Banco do Nordeste e ao Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) revelam que na primeira fase do programa não houve uma preocupação dos agentes públicos em avaliar os benefícios que os projetos de infraestrutura trariam para a população. A avaliação do Banco do Nordeste e do BID limitou-se ao aspecto de consecução de metas físicas. Os efeitos socioeconômicos dos projetos foram analisados de forma secundária. (TCU, 2004, p. 28)

Em suas conclusões, no que se refere à geração de emprego e renda, uma das principais justificativas políticas para a adesão ao programa por parte dos estados nordestinos, o TCU afirma que:

Relativamente à geração de ocupação produtiva – emprego com carteira de trabalho, emprego sem carteira de trabalho e trabalhadores por conta-própria, observa-se que o setor turismo na região Nordeste, a partir da década de 90, apresentou melhor desempenho que as demais atividades econômicas da região e que o setor turismo no Brasil não-Nordeste. Os dados existentes, entretanto, não permitem afirmar que esse fenômeno seja resultado direto dos investimentos realizados na primeira fase do Prodetur/NE. (TCU, 2004, p.61).

E em termos gerais:

Observa-se que o Prodetur/NE I proporcionou melhoria na infraestrutura básica a serviço da população residente – saneamento, recuperação e proteção ambiental, construção e recuperação de rodovias, construção e ampliação de aeroportos –, bem como realizou investimentos na recuperação do patrimônio histórico, com consequente ampliação da oferta de turismo cultural na região...” (TCU, 2004, p.61)

O que se observa com essas ações realizadas, é, grosso modo, a preparação de uma base física com estrutura de abastecimento, saneamento, circulação e, conseqüentemente a valorização, facilitação e intensificação do uso da terra e os seus conflitos.

Numa análise apresentada por Santos (2009, p. 151), em seu estudo de doutoramento intitulado “As Políticas Territoriais do Turismo: investimentos no Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe, Brasil”, ao se referir ao Prodetur, autora conclui que:

Os resultados foram inegavelmente no que diz respeito à expansão do turismo do Estado. No entanto, esses investimentos e o próprio desenvolvimento da atividade turística não trouxeram resultados significativos em relação à melhoria das condições de vida das comunidades locais.

Em sua segunda etapa, o Prodetur/NE II, iniciado a partir de setembro do ano de 2002, realizou um novo contrato com o valor total de US\$400 milhões, sendo US\$240 milhões de desembolso externo e US\$160 milhões de contrapartida, desses, US\$ 80 milhões oferecidos pela União e os demais US\$ 80 milhões sob responsabilidade dos contratantes do programa.

Diante desse novo cenário e com base nas conclusões obtidas na primeira fase do programa, o credor passou a exigir dos estados contratantes, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDTIS, do qual, o estado de Sergipe realizou a elaboração, entretanto, ficou excluído da contratação do desse empréstimo na segunda etapa do Prodetur.

Em entrevista realizada por Santos (2009), de acordo com o então diretor-presidente da Empresa Sergipana de Turismo, José Roberto de Andrade Lima, a adesão de Sergipe ao programa não foi realizada porque “o estado não tinha condições de receber os recursos externos, problemas de certidões e questões fiscais com a União”. Ainda de acordo com a referida autora, a afirmação acima descrita divergiu do ex-coordenador da Unidade Executora do programa em Sergipe para os anos de 1999-2003, o economista Walmir Bruno, pois para ele, “nós deixamos um projeto totalmente pronto, já negociado e aprovado pelo BID, mas foi muito prejudicado pelas mudanças políticas” (SANTOS, 2009, p. 143)

Segundo Ribeiro; Andrade e Pereira (2013), além de problemas de ordem fiscal, o não cumprimento de condições estipuladas no Regulamento Operacional do Prodetur I afastou o estado de Sergipe da segunda etapa do programa.

O fato da exclusão do estado de Sergipe da segunda etapa do programa demonstra a contradição entre o discurso e a prática. Se um dos objetivos propostos na primeira contratação desse volumoso empréstimo internacional era de gerar aumento da arrecadação fiscal do estado, o impedimento de uma nova contratação por questões fiscais, emissão de certidões e não cumprimento do regulamento operacional, demonstra que, para Sergipe esse objetivo não surtiu o efeito esperado, visto que o estado continuou em dificuldades fiscais.

Porém, sob a justificativa da criação de projetos estruturantes que se tornassem alavancas de uma dinâmica de crescimento, como as iniciativas realizadas no Nordeste brasileiro, em 2008, o Prodetur se disseminou como modelo de políticas espaciais adequadas para transformar os elementos do ambiente em novas possibilidades de negócios através do turismo e dessa forma, o programa passou a ter abrangência nacional.

Com isso, de acordo com Silva (2012), nesta terceira fase, após a regularização da documentação fiscal necessária, o estado de Sergipe mobilizou recursos na ordem de US\$ 100 milhões, dos quais, US\$ 40 milhões são relativos à contrapartida do estado e US\$60 milhões oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Segundo o autor, nessa etapa do programa, fazem parte investimentos na construção e recuperação de orlas e equipamentos turísticos, patrimônio histórico, qualificação de mão-de obra, marketing e apoio a comercialização, infraestrutura de apoio ao turismo, fortalecimento institucional e gestão ambiental. Além dos municípios do litoral sergipano, objeto de estudo deste trabalho e que integram o “Polo Costa dos Coqueirais”, os recursos também passaram a contemplar os municípios localizados na margem sergipana do rio São Francisco, integrantes do “Polo Velho Chico”.

De acordo com o PDTIS (2013), além dos investimentos acima citados, o governo estadual realizou novos convênios para captação de verbas através de outras fontes de recursos. Foram firmados pelo Estado de Sergipe com o Ministério do Turismo, no período de 2008 a 2010, dezesseis convênios. Estes convênios estão classificados em cinco componentes (Infraestrutura e serviços básicos, produto turístico, comercialização, gestão ambiental e fortalecimento institucional) e totalizam o montante de aproximadamente R\$ 23,2 milhões, sendo que R\$ 20,9 milhões são oriundos do governo federal e R\$2,32 milhões da contrapartida governo do estado.

Desse montante, aproximadamente R\$ 10 milhões, foram destinados para a adequação de duas estradas de terra e a interligação das mesmas a rodovias de maiores fluxos no litoral sergipano. Essas ações auxiliaram a estruturação da capilaridade da circulação e aumento dos fluxos nestes povoados, respectivamente Povoado Convento, no município de Indiaroba e o Povoado Castro, no município de Santa Luzia do Itanhy.

Com base na matriz de projetos e prioridades de investimentos apresentadas no PDTIS (2001), o governo do estado viabilizou outras obras importantes na conformação de uma infraestrutura territorial de circulação nos municípios litorâneos de Sergipe e integrantes do Polo Costa dos Coqueirais. Tais investimentos estruturantes serviram de complementação das obras iniciadas pelo Prodetur e foram realizados com verbas de distintas fontes, entretanto, obedecendo à lógica territorial da integração dos

municípios da franja litorânea do estado de Sergipe, além da integração macrorregional com os estados da Bahia e Alagoas, e os demais estados da região nordestina.

Para tanto, através da captação de emendas da bancada federal sergipana, do orçamento geral da União, de verbas dos Ministérios do Turismo, da Cultura e do Esporte, além de verbas próprias para a contrapartida dessas contratações, de acordo com PDTIS (2013), o estado de Sergipe realizou entre os anos de 2008 a 2012, o investimento total de R\$ 332.908,81 milhões.

De acordo com a análise desses investimentos realizados, atenta-se para a quase total efetivação da circulação rodoviária por via litorânea no estado. Desses últimos investimentos, são parte integrante, a construção de três grandes pontes sobre os estuários dos rios Vaza-Barris, rio Fundo e Piauí, que atualmente permitem a total circulação rodoviária da porção sul do litoral sergipano.

Numa outra grande investida em recursos direcionados para obras de infraestrutura, no ano de 2013, o estado de Sergipe aderiu ao Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal – PROINVESTE, que disponibilizou a partir do BNDES, aproximadamente R\$ 20 bilhões. Em nível estadual, no ano de 2016, foi aprovada a contratação de R\$ 428 milhões, que foram investidos na construção e adequação de novas rodovias.

De acordo com SERGIPE (2017), encontra-se em andamento a implantação da Rodovia SE-100 Norte (Figura 22), trecho: Pirambu / Pacatuba, com extensão total de 47,23 km, incluindo uma ponte de 40 metros sobre o Rio Sangradouro. A Rodovia é uma das obras do Proinveste, orçada em quase R\$ 40 milhões e complementa a integração do litoral Norte sergipano, permitindo o acesso por via litorânea às margens do rio São Francisco, complementando a ligação de todo o litoral sergipano por rodovias.

A partir da finalização desta obra que atualmente se encontra em fase de execução, será efetivado todo o traçado litorâneo de norte a sul do território sergipano por meio da rodovia SE 100. Desta forma, se concretiza a tessitura final do tapete vermelho estatal para a exploração privada do litoral sergipano.

Figura 22 – Obras da Rodovia SE100 Norte



Foto: Jorge Henrique/ASN, 2018

Ressalta-se ainda, que a referida rodovia alcançará a margem sergipana do rio São Francisco, que já é encarada como uma nova fronteira de investimentos estruturantes e de exploração do turismo a partir da criação do Polo Velho Chico.

De acordo com SERGIPE (2017), a efetivação da rodovia litorânea SE 100, é mais um passo na interligação do litoral nordestino e passa criar as condições para que o Governo Federal possa construir uma nova ponte sobre o rio São Francisco. O Projeto básico de engenharia e serviços de sondagens rotativas para a implantação dessa ponte, interligando os municípios de Brejo Grande/SE e Piaçabuçu/AL está em elaboração pelo Governo de Sergipe, ao custo de R\$ 12,8 milhões.

Diante do exposto, é possível afirmar que a dotação de infraestrutura de circulação no litoral de Sergipe, sob a égide do discurso de desenvolvimento pelo turismo, é parte integrante de ações prioritárias de Estado, que nos remete a décadas anteriores, com investimentos contínuos para os ajustes necessários na criação das condições da reprodução do capital e do lucro por entes privados, independente do grupo político ou ideologia partidária da gestão estadual.

3.3 – Considerações sobre os rebatimentos espaciais: os investimentos na estruturação das condições de exploração litorânea pelo turismo

De acordo com Santos (2007), para se colocar em contraposição aos esquemas do capital, deve-se, primeiro, ser capaz de prever os efeitos intermediários e de longo prazo de medidas que, na superfície, frequentemente parecem ser adequadas. Para o autor, o mais recente artifício do planejamento é disfarçar no presente momento o malefício estrutural de certos investimentos econômicos e sociais.

Não se trata aqui de um estudo para a condenação dos planos ou programas de desenvolvimento do turismo em Sergipe, mas não se pode encarar as ações de investimento do turismo como uma política de governo diante de tanta descontinuidade e fragmentação na articulação com outros setores públicos estaduais. Se faz necessário a análise cuidadosa dos reflexos desses altos investimentos públicos injetados no território, sob o pretexto da geração, distribuição de renda, arrecadação fiscal e melhorias sociais de forma ampla.

A consideração desta atividade econômica apenas a partir do olhar positivo repercute sobre os agentes sociais inseridos nesse contexto, sobretudo nas comunidades com menores oportunidades. Cria-se uma forte expectativa, principalmente para o grande exército de reserva que aguarda angustiado por uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho, que na prática muitas vezes não acontece.

Entretanto, o discurso político segue firme sempre na justificativa da criação de uma falsa esperança, uma vez que segundo aponta Cruz (1999), diante da fragilidade da estrutura econômica, onde a pobreza e a miséria representam parte significativa do quadro social, essa atividade econômica tem sido encarada como alternativa viável em busca do desenvolvimento e da superação dessas deficiências. Contudo, o imediatismo tem caracterizado a superlação de impactos negativos, que retroalimenta a necessidade de novos empréstimos para novas possíveis resoluções.

Ao se transpor esse pensamento para a realidade sergipana, atenta-se a euforia para o acesso aos milhões de dólares disponibilizados, foi bem maior que o cumprimento do que nas fases iniciais fora proposto. O não alcance dos objetivos de dinamização econômica, da geração de emprego, de renda e o baixo desempenho

estadual, sugere a resolução de novas lacunas existentes para o desenvolvimento da atividade, demonstrando com isso um sistema de dependência constante de novos empréstimos.

Entretanto, a dinamização da atividade econômica do turismo a exemplo dos estados da Bahia e do Ceará, não garantem ainda a diminuição da pobreza e ou uma melhor distribuição da renda, visto que nessas localidades são encontrados também situações de forte abismo social, extrema pobreza e concentração de renda.

Muitas vezes apresentado à sociedade como a possível solução para a superação de crises, os projetos de desenvolvimento a partir da qualificação ou renovação espacial nos moldes dos que se desenvolvem para o turismo no nordeste brasileiro, expressaram de modo claro como se processa a reprodução do espaço no atual modelo de desenvolvimento econômico e o modo de como se articulam as estratégias do Estado e os interesses hegemônicos vigentes em busca da ampliação do lucro.

Os resultados alcançados podem não responder às expectativas iniciais, visto a imposição de moldes articulados em outras escalas de planejamento, as quais muitas vezes desconsidera a realidade do local no global associados ainda a outras influências. Para Santos (2007), o espaço do Terceiro Mundo se caracteriza, sobretudo pelo fato de ser organizado e reorganizado, o mais das vezes em escala global, em função de interesses distantes. Entretanto, ele não é afetado de maneira uniforme por essas forças de mudanças. Para o autor, as forças de modernização impostas tanto do interior como do exterior são extremamente seletivas em suas formas e seus efeitos. Para ele, as variáveis da modernidade não são recebidas ao mesmo tempo e nem no mesmo lugar, porque a história se tornou espacialmente seletiva.

Diante disso, é possível afirmar que os objetivos propostos pelas diversas etapas do Prodetur e demais investimentos em Sergipe não surtiram os mesmos efeitos ou até mesmo não foram atingidos quando se faz um comparativo do desenvolvimento da atividade do turismo entre os estados do Nordeste brasileiro. Perante a seletividade dos lugares, dos interesses do capital, dos atributos naturais e do compromisso da gestão institucional, a diferenciação é produzida na organização do espaço geográfico, com desequilíbrios e a necessidade de repetidos reajustes.

O que se pode afirmar nesta breve consideração é que os investimentos realizados proporcionam até o presente momento, um efeito colateral previsível, contraditório às diretrizes propostas pelo receituário do Prodetur. Destaca-se, como será apresentado no próximo capítulo, que as consequências da dosagem de milhares de dólares sobre o espaço litorâneo de Sergipe é a transformação no uso da terra, a supervalorização, a elitização, urbanização e verticalização da franja litorânea, intensificação de conflitos, a desterritorialização e a perda de características culturais.

Entretanto, enfatizam-se com muita firmeza e vigor nas afirmações dos representantes dos governos que servem para justificar enormes gastos com infraestrutura, mesmo a expensas dos investimentos sociais, sobre o efeito multiplicador do turismo. Apresentam no discurso a sua capacidade da geração de empregos diretos, indiretos e ainda os induzidos, das possibilidades de incremento da arrecadação fiscal e melhorias espaciais. Contudo, não são enfatizadas as peculiaridades das quais a atividade carrega consigo e que a torna de grande elasticidade, a exemplo da sazonalidade das estações, da demanda de consumo variável, de ser encarada como uma atividade supérflua, de não ser prioridade para boa parte do mercado consumidor mais amplo e, sobretudo, dos reflexos da atividade nos territórios alcançados.

A inserção dos espaços na atividade do turismo o coloca susceptível à determinações alheias da sua realidade. Para Santos (2007), a escala local não é mais a das decisões que o afetam. Os espaços aparecem cada vez mais como se diferenciando por sua carga de capital, pelo produto que criam e pelo lucro que engendram e, por seu desigual poder de atrair o capital. Segundo o autor, tal como o homem, esse espaço tornou-se mundial. O capital se tornou o intermediário entre um homem destituído e um espaço alienado.

Não nos cabe neste estudo a análise detalhada dos indicadores econômicos vinculados à atividade do turismo, visto a sua amplitude e inexistência de dados específicos que comprovem essa eficiência, entretanto, nos cabe apontar as consequências espaciais da construção de toda a armadura territorial pelo qual foi revestido o litoral sergipano para a estruturação dessa atividade.

Ainda de acordo com Santos (2007), descontínuo e estável, o espaço do Terceiro Mundo também é multipolarizado, com isso, está sujeito a (e dividido entre)

uma imensidão de influências e polarizações provenientes de muitos níveis de tomada de decisões. Completa o autor, que quanto menor a escala, maior o número de impactos, o que significa que essas inovações atingem o nível local em diferentes pontos do tempo, produzindo uma redução ou desaceleração do tempo no nível local.

Ao transportar essa reflexão para o Nordeste brasileiro, é possível detectar uma grande disparidade no que se refere à dinâmica de desempenho proporcionada pela atividade do turismo entre os estados que receberam os investimentos para a criação de infraestrutura voltada para a atividade. O que se percebe, em contradição a uma integração regional proposta nos objetivos do programa, é o acirramento de uma competitividade entre estados, a disputa para a elevação dos indicadores econômicos ligados ao setor e a intensificação das desigualdades intra-regionais.

Quando a análise da afirmação do citado autor é transportada para a escala estadual, se encaixa perfeitamente. Perceber que as estratégias iniciais de implantação da atividade por níveis de prioridades na setorização do litoral, ditadas por diversas influências, sobretudo, políticas, apresentam diversas consequências na produção desse espaço litorâneo. Percebem-se estágios de desenvolvimento desigual e combinado, já que atende a um planejamento prévio, que privilegia a polarização dos recursos para a capital do estado e intensifica a dependência regional das demais setores litorâneos. Num movimento contraditório ao que se propagava como objetivo inicial dos investimentos estatais através do Prodetur, que objetivava a geração e distribuição de renda num almejado desenvolvimento proposto como sustentável.

Para Harvey (2006, p.54), o desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital na construção do ambiente e destruir esses investimentos para abrir espaço novo para a acumulação. Nesse sentido, o vultoso investimento na infraestrutura litorânea que se processou nas últimas quatro décadas em Sergipe, patrocinados exclusivamente com investimentos públicos, numa onda contínua de construções, qualificações, adequações, requalificações de espaços, se tornou extremamente rentável aos grupos empresariais ligados ao ramo de construção civil, hotelaria e imobiliário, muitos deles com íntimas relações institucionais com o poder público, que abocanham os maiores volumes de recursos movimentados pelos projetos voltados para o desenvolvimento do segmento

turístico e que também se beneficiam das possíveis demandas geradas pelo setor, em detrimento de grande parte da população que arca com o ônus dos recursos financeiros.

A indústria do turismo, sem dúvida, é na escala mundial um dos setores que mais cresce economicamente. É propagada enquanto um segmento econômico que proporciona a distribuição de renda e contribui na manutenção dos recursos ambientais e com isso, endossa os discursos políticos de convencimento da sociedade para justificar o direcionamento de grandes recursos financeiros e o endividamento estatal no incremento da atividade, sempre sob a justificativa do desenvolvimento econômico e superação do atraso.

A intensificação dos investimentos em infraestrutura no litoral sergipano não se diferencia do cenário acima descrito, traz consigo o discurso da estética, das técnicas e do desenvolvimento econômico com a geração de emprego e renda como a viabilidade para se superar o antigo estágio de estagnação econômica através da indústria do turismo. Com frequência, é politicamente justificada como alternativa à crise do emprego e da arrecadação fiscal, entretanto, não se oficializaram os resultados desses investimentos.

Nessa mesma analogia em que se apresenta a atividade como uma indústria, essa mesma conformação do gerenciamento industrial na figura do empresário proprietário dos meios de produção e do trabalhador que vende a sua força em troca do salário, pode ser transportada para esse segmento econômico. Nesta reflexão, atenta-se que, inseridos num modelo econômico de desenvolvimento, o qual rege a nossa reprodução social, é admissível afirmar que a possibilidade do crescimento dos indicadores dos setores ligados à atividade do turismo não significam a distribuição de renda. A demanda por serviços atrelados ao turismo pode no máximo desencadear novas oportunidades de trabalho, contudo, diante de um exército de mão de obra excedente da forma como é encontrado na realidade brasileira, o que se esperar são as remunerações mínimas de acordo com o salário oficial do país.

Na continuidade deste pensamento, entende-se que se faz necessário por parte da gestão pública, a demonstração do retorno dos investimentos públicos anteriormente realizados, através da apresentação de indicadores que comprovem a tão defendida dinamização da arrecadação fiscal. Sobretudo em Sergipe, se os

investimentos voltados para o referido setor, realizados ao longo dessas últimas décadas são apresentados como rentáveis na dinamização da economia, qual o papel que exerce as atividades diretamente ligadas ao turismo no desempenho fiscal do estado? Se se comemoram ampliação nos indicadores de ocupação hoteleira a partir dos investimentos já realizados, é necessário também que oficialmente se apresente o quanto isso significa de retorno aos investimentos públicos já efetivados.

Destaca-se também que com o novo cenário trabalhista brasileiro, com a flexibilização das leis, a mudança no sistema de contratação, a admissão por horas trabalhadas e a terceirização de atividades, que proporcionam ao empresário maior lucratividade e máxima exploração da força de trabalho, sem vinculações com as antigas garantias ao trabalhador, essa rentabilidade e a consequente concentração de renda se ampliará. Dessa forma, é possível questionar de qual maneira se dará a tão propagada distribuição de renda através do turismo.

Na prática, ao analisar a aplicação dos recursos do Prodetur no Nordeste brasileiro e dos demais investimentos que seguem a mesma lógica, corrobora-se com Dantas (2010), quando afirma que essa racionalidade de investimentos é determinante da produção de um espaço de circulação fundamentado na construção de aeroportos associados às vias litorâneas, nos quais, os primeiros são direcionados para a recepção dos fluxos e as segundas, garantidoras da distribuição desses fluxos pelos espaços litorâneos.

Para o estado de Sergipe os investimentos se processaram obedecendo também a essa lógica geral nordestina, que foi e vai se concretizando a cada nova etapa dos investimentos em turismo no litoral do estado. Os investimentos foram iniciados com recursos do Prodetur, obedecem às diretrizes de prioridades ditadas pelo programa, contudo, outras linhas de financiamento deram prosseguimento às obras que não foram atendidas pela não adesão do estado na segunda etapa dos empréstimos com o BID.

Pode-se observar com isso que se deu início à preparação de uma lógica espacial de alicerçamento das condições necessárias para o assentamento de uma infraestrutura de exploração do espaço litorâneo no território sergipano.

Evidencia-se uma concentração dos investimentos na capital do estado, que tem como consequência a polarização dos serviços neste setor central do litoral sergipano. Tal realidade tem influenciado de maneira significativa na manutenção de determinados serviços turísticos em demais setores litorâneos. Observa-se que a interligação rodoviária do litoral contribuiu, em contradição ao que se propagou politicamente, para instabilidade do funcionamento de pequenos hotéis e pousadas das principais praias de outros municípios litorâneos e outras significativas consequências e metamorfoses que serão trabalhadas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4 – DAS TERRAS AGRÍCOLAS ÀS METAMORFOSES DO LITORAL SERGIPANO NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

4.1 – O contexto costeiro

Para Soares (2015), a afirmação de que o turismo impulsiona as cifras financeiras dos municípios que se aventuram a promovê-lo, é uma ideia que ocupa lugar de destaque nos estudos e nos projetos que incentivam essa atividade. É apresentado em associação com um corpo conceitual fortemente amparado na hegemonia dos indicadores quantitativos e na constituição de uma propaganda favorável ao turismo. Todavia, essa imagem se prolonga e se solidifica como um conteúdo ideológico e prático, que oculta as contradições da ideologia que o qualifica.

Neste sentido, para se alcançar a confirmação da ideia central deste trabalho, se busca aqui apurar através da dinâmica da dimensão dos processos socioeconômicos presentes nos espaço geográfico do litoral sergipano, a partir da década de 1990, as contradições que se apresentam associadas à implantação da atividade do turismo, que vão de encontro ao discurso do desenvolvimento socioeconômico estadual proporcionado por essa atividade e defendido pelas gestões de governo para a injeção de grandiosos investimentos nesta atividade. O desafio se dá em analisar a estruturação da indústria do turismo ou a sua tentativa de efetivação a partir da criação de infraestruturas de engenharia, na reprodução do espaço litorâneo de Sergipe e a geração das incoerências que se apresentam neste processo de incremento da atividade.

Para a aferição dessas incoerências, não se pode desconsiderar que mesmo diante da totalidade da mundialização econômica, impostas através dos organismos internacionais, de medidas que afetam todo o sistema econômico mundial, e que mesmo diante de um modelo padronizado de desenvolvimento do turismo para o Nordeste, fundamentado na exploração dos recursos de sol e praia, as articulações em escala local, associadas sobretudo aos interesses privados históricos, são de fundamental importância na elucidação da dinâmica que se apresenta no litoral de Sergipe, visto que as amistosas relações entre o público e o privado direcionaram em alguns casos, os ajustes necessários para os investimentos públicos no território, que proporcionam a ampliação do capital privado e desencadeiam inúmeras contradições.

Não se pode desconsiderar também, em um comparativo da atual dinâmica turística litorânea dos demais estados nordestinos, a disposição geográfica histórica dos principais núcleos populacionais desse estado. Pois se encontravam estrategicamente abrigados nos fundos das principais áreas estuarinas de Sergipe.

Observa-se ainda, que o atraso do estabelecimento da capital do estado na porção litorânea do seu território é um importante fator, que atrelado a outros elementos, colaboraram para a atual dinâmica socioeconômica encontrada nos setores litorâneos dos municípios sergipanos e o seus atuais estágios de envolvimento econômico a partir do turismo.

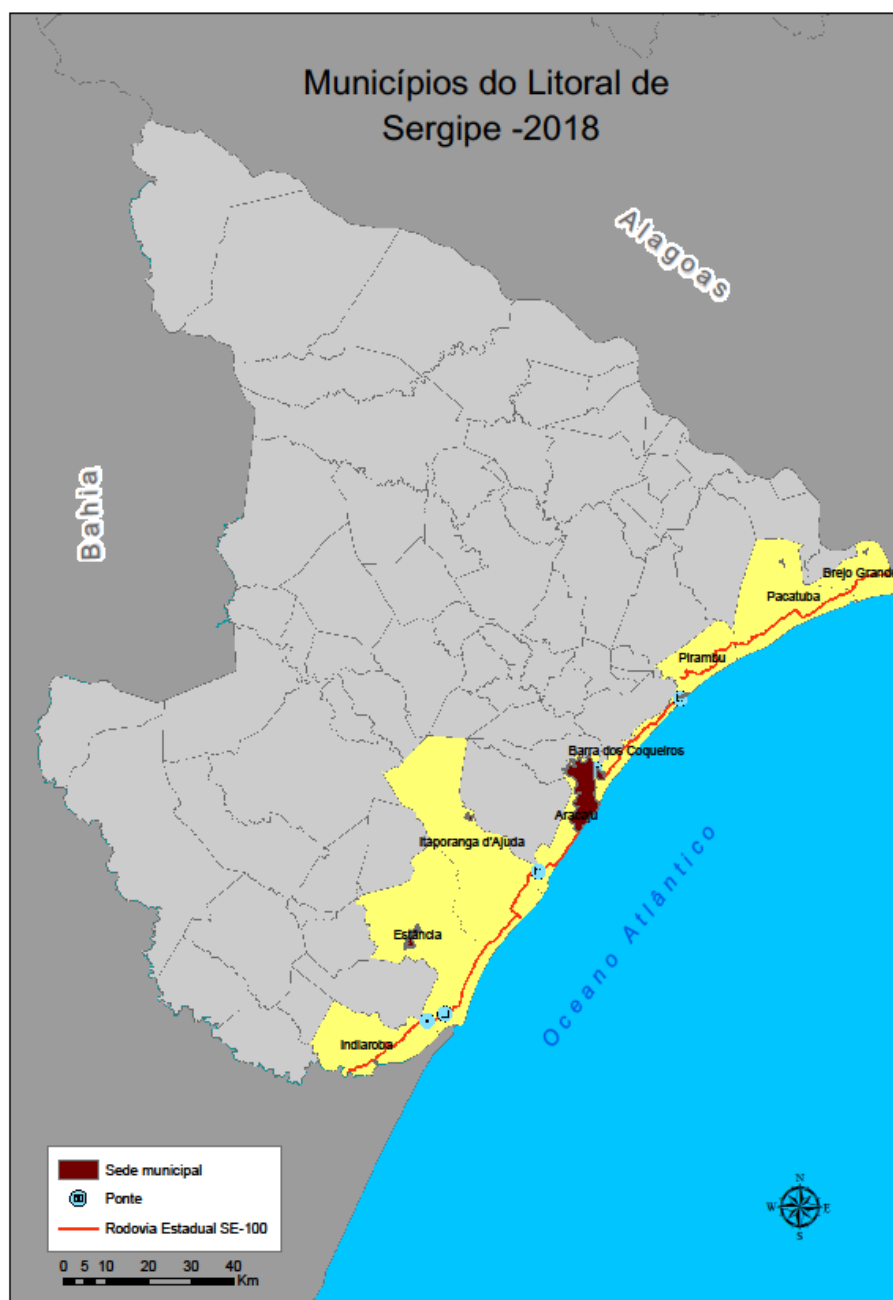
No período colonial, enquanto os principais núcleos habitacionais do nordeste brasileiro estabeleciam os seus territórios administrativos sob a influência dos litorais e aos aspectos econômicos relacionados com ele, o estado de Sergipe possuía como sede administrativa a cidade de São Cristóvão, sendo o município pertencente à zona costeira, porém com relativa distância da franja litorânea.

Entretanto, em 1855, atrelado às mudanças políticas e econômicas vivenciadas pelo país sob a influência do capitalismo industrial, com a necessidade de uma oxigenação da economia, além da influência de fatores externos e internos que exigiam uma maior produtividade agrícola e um melhor desempenho exportador, a sede da capital foi transferida para o litoral, onde foi fundada a cidade de Aracaju.

Neste período, o antigo modelo de assentamento das cidades baseado numa geopolítica de defesa do território não fazia mais sentido. Até então, nenhum outro núcleo habitacional com significativa importância econômica, política e administrativa para o período esteve estabelecido diretamente no litoral sergipano. Com isso, é possível afirmar que associado a outros fatores, se deu a atual primazia das atividades socioeconômicas do setor central do litoral sergipano, pois Aracaju já nasceu como o principal polo econômico do litoral e a partir de então, a sua influência político-administrativa passou a direcionar as intervenções estruturais litorâneas para todo o estado.

Ao tempo em que a capital do estado foi se consolidando no processo de desenvolvimento do seu plano urbano sob a influência estuarina do Rio Sergipe, com direcionamento dessa ocupação territorial para a porção sul onde se encontram as praias marítimas municipais, os demais municípios sergipanos, excetuando-se Pirambu, não privilegiaram a ocupação de suas respectivas franjas litorâneas e consolidaram o seus respectivos processos de ocupação urbana na atual localização geográfica das suas sedes municipais. Seus espaços litorâneos, com insignificante expressividade econômica imobiliária, ficaram relegados à composição da zona rural dos seus territórios (Mapa 3).

Mapa 3 – Localização das sedes administrativas dos municípios litorâneos



Elaboração: Sardeiro e Santos, 2018

Excetuando-se a presença de algumas pequenas comunidades de pescadores artesanais, a ocupação dos demais setores dos municípios do litoral sergipano apresentava características predominantemente rurais com forte concentração fundiária ligada à cultura do coco-da-baia. Na atualidade, a configuração territorial da ocupação litorânea de Sergipe ainda é concentrada, todavia, com o processo de estruturação de

vias de circulação litorânea, foi possível constatar a transformação na expansão imobiliária dos antigos núcleos populacionais tradicionais, a exemplo do Povoado Caueira, na franja litorânea do município de Itaporanga D’Ajuda, litoral sul sergipano (Figura 23).

Figura 23 – Expansão da ocupação imobiliária no Povoado Caueira 2001-2016, Itaporanga D’Ajuda/Sergipe.



Fonte: Google Earth, 2017 (Adaptado pelo autor)

Tais modificações foram redesenhadas a partir da década de 1980, com abertura de estradas que interligaram as sedes municipais aos seus respectivos litorais. Não se pode esquecer entre tantos fatores: da influência da presença da Petrobrás na capilarização de novos fluxos rodoviários para a zona costeira do estado, através da

abertura de vias voltadas para a prospecção terrestre da exploração de petróleo. Também a construção do Terminal Portuário Marítimo de Sergipe no município de Barra dos Coqueiros e, mais recentemente, em meados da década de 1990, o início da efetivação do redimensionamento da rodovia litorânea SE100, que pode ser considerada sem nenhuma dúvida, como o principal eixo indutor das metamorfoses geográficas do espaço litorâneo estadual.

Dito isto, resguardado o recorte temporal, o município de Aracaju, sede administrativa do estado de Sergipe, se consolidou cada vez mais como o principal polo econômico do litoral e do estado. A partir da sua expansão urbana, do avanço tecnológico, do modelo econômico vigente, associado às políticas públicas de desenvolvimento do estado, sobretudo voltadas para a implementação e consolidação da indústria do turismo, puderam ser observadas ações que influenciaram direta e indiretamente na reprodução de um espaço litorâneo que transbordou seus limites municipais e direcionou também a ocupação dos demais setores do litoral sergipano.

A expansão urbana da capital sob a influência da criação de infraestruturas e vias rodoviárias teve significativa importância na ocupação imobiliária voltada para o lazer, para o veraneio, para a fuga da agitação ou mesmo para a afirmação de um status social da propriedade de uma segunda residência. A efetivação da ocupação imobiliária também para moradia principal, contribuíram, aliado a outros fatores, para a valorização econômica das terras do litoral.

No estudo de doutoramento que investigou os condomínios horizontais exclusivos e a dinâmica socioespacial no litoral metropolitano de Aracaju, Souza (2016), apresenta dentre outros fatos, importante contribuição na periodização do que a autora chama de caminhos geográficos do veraneio no litoral aracajuano. Prática social que influenciou a expansão do tecido urbano municipal e posteriormente, o transbordamento desta prática para outros municípios. É possível considerar, que devido à quase inexpressiva ocupação do litoral dos demais municípios do estado, que a periodização apresentada pela autora, pode ser também considerada como um importante registro na periodização histórica da ocupação imobiliária do litoral sergipano em sua totalidade até o último período por ela proposto.

De acordo com Souza (2016, p.74):

o movimento dos espaços de lazer direcionou a elite aracajuana para o setor sul da cidade, uma periferia dotada de amenidades naturais, primeiramente nas proximidades de sua praia estuarina, a Praia Formosa, e posteriormente ao longo de suas praias oceânicas, as Praias de Atalaia, da Aruana e do Mosqueiro. Ao longo da trajetória do veraneio no litoral aracajuano pode-se vislumbrar, de maneira geral, três momentos.

Nessa contribuição científica, autora apresenta associados aos elementos de infraestrutura um quadro síntese desses três principais momentos da ocupação desses espaços (Quadro 3).

Quadro 3 – Periodização dos espaços de veraneio de Aracaju

Período	Infraestruturas/Acessos	Espaço de Veraneio	Tipos de habitações
Início do século XX	Bonde de Burro (1908); Bonde Elétrico (1926); Luz elétrica (1931)	Praia Formosa	Casas simples, algumas cobertas de palha Palacete de Veraneio dos Rollemberg (1919)
Meados do século XX	Ponte sobre o rio Poxim (1937); Melhoria de estradas, saneamento básico (1936-37); Automóvel (1940)	Praia da Atalaia	Casas cobertas com telha; Bangalows; Palácio de Veraneio do Governador (1940)
Final do século XX	Aeroporto (1958); TECARMO (1966); Rodovia dos Náufragos (1980); Rodovia José Sarney(1984)	Praia da Aruana, Refúgio, Robalo e Mosqueiro	Casas de veraneio, Chácaras, sítios, Condomínios exclusivos

Fonte: Souza, 2016, p.79

Ao analisar essa síntese, não se pode olvidar, que os elementos de infraestrutura de engenharia, de transporte e circulação foram de significativa importância para que a reprodução do espaço litorâneo municipal pudesse se desenvolver. Com isso, a citada autora destaca através deste procedimento, que a expansão territorial imobiliária da prática do veraneio está diretamente ligada à dotação de novos elementos fixos de infraestrutura no espaço geográfico. Tal realidade, quando analisada de forma mais ampla para todo o litoral sergipano, subsidia a comprovação da tese aqui defendida, na qual se afirma que a atual criação de infraestrutura rodoviária litorânea, justificada pelo possível desenvolvimento econômico a partir do turismo, elitiza a franja litorânea e intensifica a segregação socioespacial, promove e dá suporte a especulação imobiliária, supervaloriza a terra, gera acentuados contrastes sociais e paisagísticos, além da intensificação da dinâmica regional do litoral sergipano.

A partir da última periodização apresentada por Souza (2016), se permite aqui, num esforço reflexivo a respeito da dinâmica imobiliária de ocupação deste litoral, apresentar as primeiras contradições que se desencadearam a partir da década de 1980, com a estruturação da antiga rodovia José Sarney, atual rodovia Inácio Barbosa.

Mesmo após trinta anos da construção da referida rodovia litorânea, ao se percorrer o traçado desta via, a conclusão que se pode chegar diante do que é visualizado, é que a obra foi extremamente vantajosa para o segmento da atividade imobiliária. O discurso do desenvolvimento do turismo que foi defendido à época para que se justificasse esse investimento cai por terra quando se analisa o resultado do processo de reprodução socioeconômica desencadeado no local.

Ao longo de toda a extensão da citada rodovia, ao se analisar o segmento que pode ser relacionado à indústria do turismo, constata-se que existe apenas um único hotel em funcionamento. Essa unidade hoteleira denominada Aruanã Eco Resort foi inaugurada no ano de 2009, vinte e nove anos após a implantação da rodovia, numa outra perspectiva econômica nacional.

Entretanto, observa-se a existência de inúmeros os bares e restaurantes, os quais, na sua maioria foram construídos pelo poder público e repassados à iniciativa privada. A construção desses estabelecimentos serviram para justificar a possibilidade da intensificação de fluxo populacional de consumo nos trechos de praia desta rodovia. Contudo, apesar de serem considerados serviços que podem ser dinamizadas pela atividade do turismo, a utilização desses equipamentos não se dá exclusivamente a partir dessa atividade, o que torna difícil a mensuração contribuição de um possível fluxo turístico na dinamização das atividades deste ramo.

No contrassenso da dinâmica econômica prometida através atividade do turismo, a especulação imobiliária seguiu o seu curso a passos largos. De acordo com os estudos de França (2011), no que se refere à presença de condomínios residenciais fechados sob a influência da rodovia litorânea anteriormente denominada José Sarney (Figura 24), foi possível verificar até o ano de 2010, a emissão da concessão de 46 alvarás para a construção desse tipo de empreendimento, que totalizaram 3.986 unidades habitacionais entre lotes e casas prontas.

Em se tratando de outro produto imobiliário, os loteamentos residenciais, a citada autora verificou na área sob influência direta e indireta da referida rodovia, a concessão por parte do poder público municipal, de outros 44 alvarás, que totalizaram o número de 6.314 unidades habitacionais dispostas neste território. Desta forma, não restam dúvidas que o antigo discurso do desenvolvimento da atividade do turismo a partir da estruturação do referido espaço litorâneo da capital do estado de Sergipe, não passou de uma mera justificativa para que o dinheiro público criasse mais uma vez as condições viabilizantes para a ampliação do lucro e a reprodução do capital privado. Com isso, o ônus financeiro desses investimentos públicos foi diretamente rateado pela sociedade, entretanto, a lucratividade de todo esse investimento rodoviário ficou concentrada no imobiliário que se beneficiou com uma nova frente de expansão de seus negócios.

Figura 24 – Condomínios Residenciais Fechados às margens da rodovia José Sarney



Foto: Trabalho de Campo, 2017

Ressalta-se ainda, que a disposição geográfica desses empreendimentos reafirma a proposital presença de vazios intra-urbanos, que regidos sob a lógica da demanda do mercado imobiliário encontram-se à espera do momento mais favorável para a sua comercialização (Figura 25). Destaca-se também que é possível visualizar nestes empreendimentos a presença de unidades habitacionais multi-familiares verticalizadas, que apontam para a intensificação do valor da terra e a tendência de aproveitamento máximo do potencial construtivo para essa zona. É válido frisar ainda, que nos dias atuais, sob a antiga justificativa de desenvolvimento do turismo na região, está prevista a reurbanização e readequação dessa rodovia através da viabilização do Projeto Orla Sul, patrocinado mais uma vez pelo governo do estado de Sergipe, financiado com capital internacional adquirido através de empréstimo na etapa nacional do Prodetur, cujo etapas de elaboração de projeto arquitetônico e consulta à população foram iniciados a partir de 2017.

De acordo com Santos (1997), no processo de reestruturação espacial, os sistemas de ação potencialmente modernizadores agem sobre objetos antigos, entendidos como rugosidades, produzindo, em concomitância, a necessidade permanente de criação de novos objetos. Nesse sentido, com o intuito de reaumentar o valor dessas terras, num momento de estagnação comercial devido às condições socioeconômicas em que se encontra o país, o Estado mais uma vez interferirá para a viabilização das condições necessárias ao reaumentamento desses negócios. Vê-se então, a significativa importância do Estado na condução desse processo de valorização, e sobretudo, na garantia de que haverá valorização, derivada da materialização de um projeto de investimentos no turismo.

Figura 25 – Reserva de terras especulativas às margens da Rodovia José Sarney



Foto: Trabalho de Campo, 2017

Para França (2011), a participação do Estado, aliada aos interesses econômicos de mercado, nesse processo, provoca modificações socioambientais e urbanização fragmentada do espaço. Segundo a autora, a conjuntura desses episódios direcionou a expansão da cidade para sua Zona de Expansão Urbana - ZEU, que passou, após o início da década de 1980, a ser alvo da especulação e valorização fundiária, e dos investimentos públicos do Estado.

Segundo Carlos (2004), no atual modelo de desenvolvimento, o Estado tem a função de criar mecanismos que minimizem os obstáculos ao investimento do setor imobiliário sem que seja questionada a existência da propriedade privada do solo. Para a autora, a legislação que regulamenta o uso dos solos e do espaço público, o direcionamento de investimentos, a construção de infraestrutura e os planos de revalorização de áreas são alguns dos exemplos da ação do Estado que tem por finalidade a valorização de capitais aplicados no setor imobiliário, em particular, do

capital em geral. Nesse sentido, a realidade que se processou no litoral de Aracaju e que atualmente se estende por todo litoral sergipano, atende a essa lógica de reprodução sustentada nas ações públicas que se perdura até os dias atuais.

O desdobramento desse inicial processo de urbanização litorânea é resultado de uma reprodução intensificada de capitais que, no litoral de Sergipe e a partir deste gera, respectivamente, outras formas de produção espacial, ao se evidenciar e resignificar paisagens que no transcorrer da história foram idealizadas pelos agentes sociais.

No cerne deste crescimento, em que as ações do capital se dão em diferentes intensidades de atuação e com base nas peculiaridades de cada trecho litorâneo, constata-se uma atual metamorfização desses espaços, com direcionamento de pequenas propriedades e também das antigas fazendas de produção de coco da baía, com baixa dinamização econômica nos dias atuais, à produção de um solo urbano comercializável deste litoral. A exemplo, pode-se observar no município de Barra dos Coqueiros, litoral norte do litoral sergipano, a transformação de uma antiga área produtora de coco da baía, em um loteamento habitacional (Figura 26).

Figura 26 – Transformação do uso do solo no litoral sergipano



Foto: Colorado Empreendimentos, 2017

Percebe-se também, que são pelas diferentes condições de combinações que se dão as possibilidades de outros usos deste solo litorâneo. Nesse sentido, ao tempo em que as estruturas de circulação e a intensificação imobiliária foram estabelecidas no litoral aracajuano como espraiamento para além dos seus limites municipais, foi possível constatar algumas iniciativas estatais que contribuíram, na diversificação de outros usos para o litoral sergipano com reflexos na reprodução deste espaço.

Ao analisar esses usos, é possível afirmar que o Estado se apresentou como grande agente responsável pela reprodução deste espaço e que a partir das suas intervenções, constrói, destrói e reconstrói e com isso complexifica a geografia litorânea, se torna um grande indutor de tendências de ocupação e gera novas perspectivas de uso.

A exemplo ressalta-se, ao final da década de 1980, em decorrência de expressiva exploração mineral no território sergipano, a tentativa de implantação no município de Barra dos Coqueiros, do Complexo Industrial de Base, formado pelo Polo Cloro químico de Sergipe e pelo conjunto Portuário e Retro portuário, vinculados aos planos da Petrobrás e subsidiárias. Mesmo com a não concretização de partes deste complexo, essas ações, embora incipientes nas suas funções, contribuíram para a dotação de vias de circulação distribuídas pelo litoral, que de certa medida influenciaram na intensificação de novos fluxos para o setor.

Na atualidade, os espaços ociosos dessa antiga planta industrial foram concedidos pelo governo estadual para a iniciativa privada e estão direcionados para a implementação de duas atividades vinculadas à geração de energia. A primeira, já em funcionamento, direcionada para a produção de energia eólica (Figura 27) e a segunda, em fase de implantação, para a geração de energia termoelétrica.

Figura 27 – Parque Eólico Barra dos Coqueiros



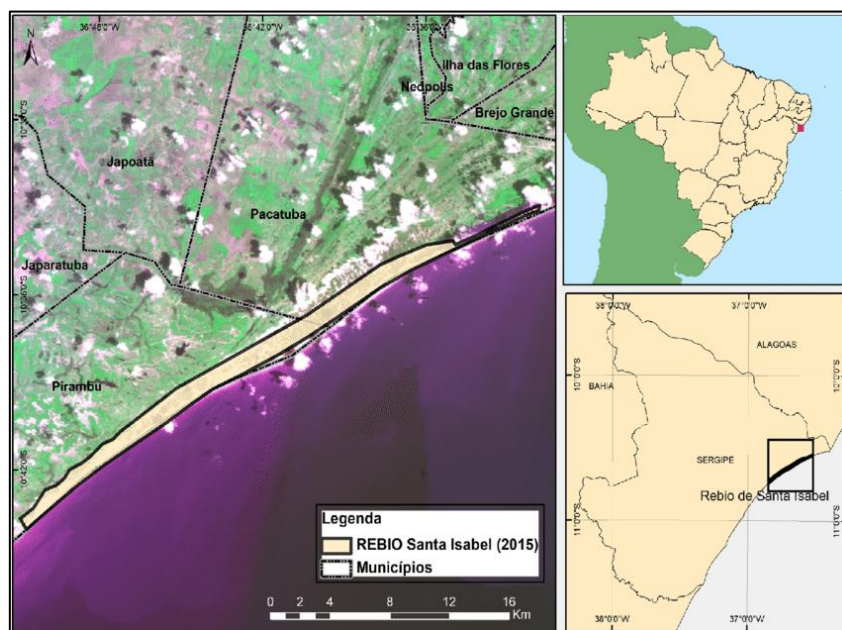
Foto: Statkraft, 2018

Dentre outros usos, pode-se destacar também, na década de 1980, a efetivação do transporte hidroviário entre a capital e o município de Barra dos Coqueiros. Essa modalidade de transporte desencadeou outros usos, pois incentivou o crescimento da utilização de lazer e de segunda residência no antigo Povoado Atalaia Nova, pertencente ao citado município. Pode-se afirmar que para o referido período, esse povoado foi o principal núcleo de veraneio e lazer fora da cidade de Aracaju, utilizado principalmente pelas famílias mais ricas da capital. Esse fenômeno desencadeou um processo de intensa utilização da terra, especulação imobiliária e a criação de uma infraestrutura necessária para a demanda crescente na época. Contudo, o declínio e estagnação deste balneário de lazer se deu, no início da década de 1990, quando da instalação de molhes de contenção do mar no município de Aracaju, margem direita da área estuarina do Rio Sergipe e a consequente refração de ondas na direção da margem esquerda do rio, onde estavam as praias deste povoado. Com isso, se fez necessário também a implementação de molhes nesta outra margem do rio, o que desencadeou a destruição total da sua zona de praia fluvial, que era considerada o principal atrativo de lazer e com isso foi desencadeado o processo de fuga dos visitantes para outras localidades e a consequente estagnação socioeconômica do local.

Dentre outras intervenções estatais que direcionam os usos do litoral sergipano, é válido citar a criação de unidades de conservação, das quais, merece destaque, a Reserva Biológica Santa Isabel, criada pelo Decreto N.º 96.999, de novembro de 1988.

Sua concepção se deu com a finalidade de proteger espécies das tartarugas marinhas que procuram aqueles sítios litorâneos em intervalos regulares para a sua reprodução. A área total de delimitação da Reserva é de 2.766 ha, com 45 km de prolongamento pela faixa de praia limitados entre os municípios de Pirambu e Pacatuba (Mapa 4). As invasões e as restrições de sua utilização, em respeito aos ciclos naturais de desova das tartarugas são alguns conflitos encontrados nessa área.

Mapa 4 – Localização da REBIO Santa Isabel



Fonte: Santos et al., 2017

O destaque feito à criação dessa unidade de conservação será trabalhado na próxima seção deste capítulo e versará sobre as contradições dos investimentos estatais para o turismo e as condições de funcionamento desta unidade.

Embora evidenciados os referidos usos e intervenções no/do litoral sergipano, outros usos também são efetivados no litoral, entretanto, sem a devida significância para análise desta tese, sendo eles: pesqueiro, petrolífero, portuário, agrícola, aquícola.

Porém, é válido ressaltar que a criação das estruturas de circulação sob a justificativa do desenvolvimento a partir do turismo e o consequente uso imobiliário litorâneo são os temas principais dessa análise. Foi a partir da década de 1990, que o litoral sergipano passou a receber as principais intervenções estatais que contribuíram

de maneira significativa para as atuais transformações que se processam neste espaço geográfico, em decorrência da prioridade dada à viabilização das condições necessárias para o desenvolvimento da indústria do turismo, num movimento paulatino de valorização dessas terras e intensificação do uso imobiliário.

Apesar disso, o povoamento litorâneo de Sergipe ainda apresenta padrão pontual e pouco concentrado, no qual se entremeia espaços de baixa densidade demográfica com áreas de maior aglomeração populacional. Grande parte desse litoral ainda se encontra em áreas materialmente não incorporadas ao padrão de povoamento urbano, com características que sugerem a presença forte de terras para a futura especulação imobiliária, exceto na área central deste litoral, da qual faz parte a capital do estado, onde se observa o início de uma intensificação do uso imobiliário da sua zona de expansão (Figura 28), com forte grau de influência também no município da Barra dos Coqueiros, que faz divisa com a capital, onde se inicia o litoral norte de Sergipe.

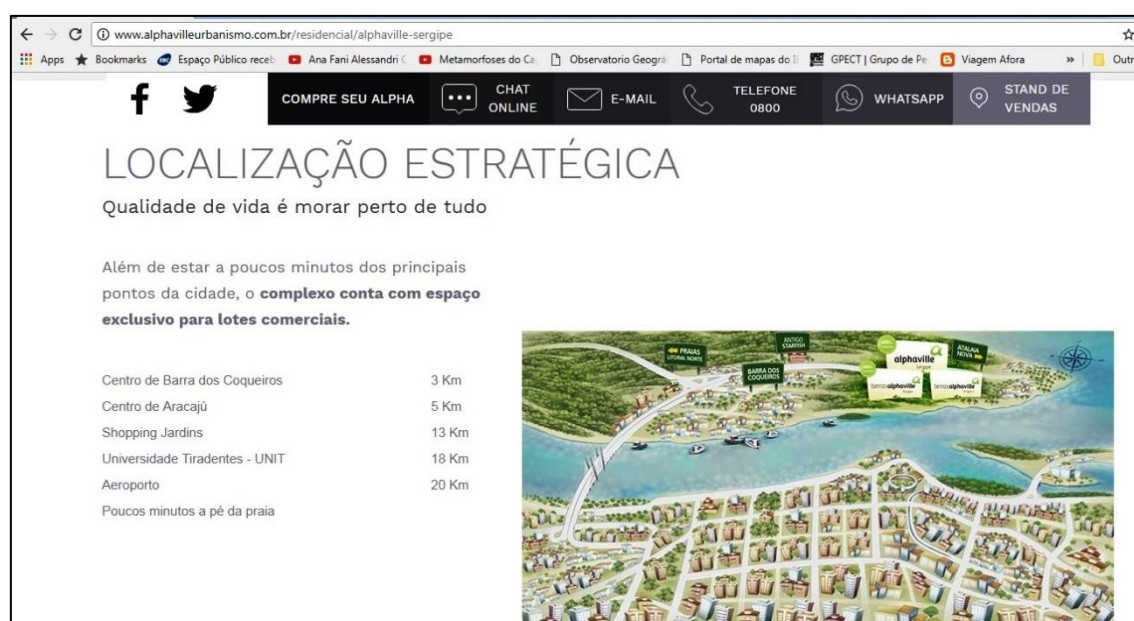
Figura 28 – Intensificação da ocupação do solo na ZEU de Aracaju



Foto: Max Santos, 2017

A intensificação do uso imobiliário para além do limite territorial da capital transforma o município vizinho numa nova fronteira de expansão imobiliária. Na tentativa de convencimento do mercado consumidor, essa nova frente de consumo especulativo imobiliário foi considerada pelos especuladores como uma nova zona de expansão com ocupação planejada nos arredores da capital, à qual se utiliza como referência de proximidade para utilização dos seus serviços (Figura 29).

Figura 29 – Processo especulativo no município de Barra dos Coqueiros/SE



Fonte: Site Alphaville Urbanismo, 2017

Nesse sentido, ao se analisar de forma ampla o litoral sergipano, pode-se falar de padrões diferenciados de ocupação, que vão desde aqueles com características tradicionalmente rurais e relativamente isolados pela dificuldade de acessos, como é o caso do setor mais setentrional do litoral norte, até espaços muito urbanizados. Ressalta-se ainda, a presença de comunidades tradicionais ao longo do litoral que inseridas num processo histórico de ocupação territorial, se encontram atualmente em áreas de grande valorização comercial das suas terras e aos poucos percebem no seu modo de vida a pressão imobiliária que se avoluma e os assedia. Em todo o caso, é válido frisar, que a possibilidade da efetividade da circulação rodoviária do litoral sergipano, evidencia a forte presença da especulação imobiliária e caracteriza esse espaço também como uma imensa reserva imobiliária de terras especulativas.

Pode-se afirmar ainda, que não se trata de uma valorização seletiva de determinados lugares. O que se contata é que com a possibilidade da intensificação dos fluxos de circulação pelo litoral, toda a extensão da Rodovia SE100 determina a valorização das terras sob a sua influência direta e indireta, porém em diferentes graus de intensidade. Ao estudar o uso do solo urbano na economia capitalista, de acordo com Singer (1978), a valorização da gleba se antecipa em função de mudanças na estrutura urbana que ainda estão por acontecer e por isso o especulador se dispõe a esperar um certo período, que pode ser bastante longo, até que as condições necessárias se tenham realizado. Deste modo, a realidade que se encontra no litoral sergipano se encaixa perfeitamente nesta lógica, com a presença de grandes reservas de terra nas mãos de especuladores à espera do momento propício para a exploração (Figura 30).

Figura 30 – Reservas de terra para especulação no litoral sergipano



Fonte: Trabalho de Campo, 2014

4.2 - Na contramão do turismo, a produção das contradições

A viabilização do turismo de sol e praia, apresentado como um dos principais novos usos praticados no espaço litorâneo, se mostra, de modo geral, uma atividade que demanda planejamento em longo prazo e traz no bojo da sua efetividade,

a expectativa do propagado desenvolvimento econômico a partir da implementação das estruturas e condições necessárias à sua prática. Na esperança desta dinamização econômica dos lugares, a atividade passou a ser difundida por todo o mundo e como uma onda arrebatadora, foi acolhida, ajustada pelas diferentes escalas de gestão pública do Nordeste brasileiro e absorvida de maneira irreflexiva pela sociedade em geral.

Entretanto, ao se analisar a atividade do turismo em Sergipe, o custo, os ganhos e as contradições seguem de maneira oculta. Porém, tem no Estado o seu maior patrocinador, planejador e produtor de espaços que atende ao empresariado na viabilização das condições necessárias para a expansão dessa atividade econômica.

Para essa considerável adesão financeira que se deu ao turismo, segundo Rodrigues (1998), os gestores não se importaram com as constatações dos graves problemas enfrentados por outras espacialidades, a exemplo de Cancun e do litoral mediterrâneo. O discurso que se consolidou partia do entendimento de que turismo era a solução para os problemas de uma região vista sem alternativas.

Desde a primeira gestão do então governador João Alves Filho (1983-1987), a atividade do turismo tem sido apresentada pelas últimas gestões governamentais de Sergipe como importante elemento econômico para viabilizar a geração de emprego, renda e impulsionar a arrecadação fiscal do estado, entretanto, a mensuração deste desempenho é de desconhecimento geral ao longo de décadas de grandes investimentos públicos.

De acordo com o Jornal Gazeta de Sergipe (1994), durante a assinatura de adesão do estado de Sergipe ao Prodetur, com a contratação de empréstimo no valor de US\$ 54 milhões de dólares, o então governador João Alves Filho (Partido Democratas, antigo Partido da Frente Liberal – PFL), destacou a importância do turismo como fonte geradora de emprego e renda, e disse que 145 milhões de pessoas no mundo, vivem do turismo, havendo a perspectiva desse número ser duplicado. Ainda segundo o citado noticiário, o então governador eleito para a sucessiva gestão, Albano Franco (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), se mostrou entusiasmado com o Prodetur e comprometeu-se em executá-lo, por acreditar na capacidade da chamada indústria sem chaminé, de gerar emprego e renda. Para ele, a grande saída para o desemprego é

investir no setor do turismo, já que é a segunda indústria que mais cresce no mundo, promovendo uma grande circulação de riqueza.

À frente do governo estadual, em gestão posterior, o governador Marcelo Déda Chagas (Partido dos Trabalhadores – PT) destacou durante a realização de solenidade na da Rua do Turista, que o estado tem que cumprir o papel de viabilizar, através de suas ações, o crescimento da nossa economia, com a geração de empregos para o nosso povo. Segundo ele, o turismo e o comércio são dois elementos fundamentais para o crescimento de Sergipe. E esse espaço é importante tanto do ponto de vista econômico, na geração de emprego, na abertura de novas oportunidades de negócios, quanto do ponto de vista turístico, porque cria um novo espaço para os nossos visitantes. (Instituto Marcelo Déda – IMD, 2010)

De acordo ASN (2017), em evento relacionado à capacitação para o turismo, o atual gestor estadual Jackson Barreto de Lima (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), destacou que sua gestão está organizando o turismo. Para ele, Sergipe tem uma verdadeira vocação para o turismo e este é um momento ímpar para o estado. Ainda de acordo com a ASN “Os investimentos estão acontecendo, os recursos estão aí, as obras estão andando”. Segundo o governador: “precisamos capacitar e qualificar, cada vez mais, nosso pessoal nessa indústria que gera emprego, renda e qualidade de vida” (ASN,2017).

Diante disso, grosso modo, observa-se um Estado, com ações de governo garantidoras das condições necessárias à possível geração de oportunidades de exploração da força de trabalho através do turismo e a minimização dos custos empresariais para a viabilização da exploração da atividade. O Estado é o principal investidor na estruturação do setor, sempre amparado na mesma justificativa das possibilidades que o turismo pode gerar. Entretanto, após sucessivas gestões, oficialmente, não é de amplo conhecimento os resultados alcançados pela atividade numa escala estadual.

Neste transcurso, a partir da contratação de empréstimos disponibilizados por organismos internacionais, de convênios ministeriais e de recursos próprios, sucessivos aportes financeiros passaram a ser injetados no território sergipano. Ressalta-se, que principalmente a partir da década de 1990, com a adesão do Estado ao Prodetur,

muitos recursos financeiros foram direcionados para a estruturação das condições necessárias para que se viabilizasse a atividade em âmbito do território estadual.

Cabe-nos, frente à realidade que se materializa, traçar apontamentos que sugere contradições a esse significativo e sucessivo aporte de recursos direcionados para a atividade. Não se trata aqui de dar destaque a uma tendência pessimista, entretanto, evidenciar que nem sempre o senso comum do almejado desenvolvimento econômico que se vincula a esta atividade pode ser constatado.

Atenta-se que o investimento no segmento do turismo desencadeia o endividamento público do Estado, que por sua vez é rateado pela coletividade, mas, que quase nunca usufrui de uma possível rentabilidade proporcionada pelo turismo. Encarada por muitos como indústria, numa sociedade de modelo econômico capitalista, a estruturação dessa atividade pressupõe uma organização dividida em classe, nos moldes empresariais: Burguês – Proletariado; Patrão – Empregado, que sob o amparo atento de um modelo de Estado, viabiliza através dos ajustes necessários, a rentabilidade econômica do grupo detentor dos meios de produção da atividade, em detrimento da exploração da força de trabalho e a indireta pulverização das despesas de investimentos para sociedade em geral.

Sob a perspectiva histórica das atividades econômicas de Sergipe, pode-se afirmar que o segmento do turismo é um elemento relativamente novo. Sua sistematização institucional remonta à década de 1970, com a criação da Empresa Sergipana de Turismo – EMSETUR, que desempenhou suas funções por pouco mais de três décadas, teve a suas funções desativadas no ano de 2004 e reativadas em posterior, no ano de 2008.

Nesse percurso, no ano de 2003, foi criada a Secretaria do Estado de Turismo – SETUR, que funcionou por pouco mais de seis anos e teve as suas atribuições extintas no ano de 2009. Diante disso, as atividades do turismo sergipano foram incorporadas pela Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia – SEDETEC, onde a Emsetur foi vinculada para desempenhar funções específicas.

Entretanto, no ano de 2011, inserido num novo contexto político, os caminhos da atividade voltaram a ser conduzidos pela Secretaria Estadual de Turismo, que foi recriada para desenvolver as atividades do setor. Contudo, em mais um rearranjo institucional, no ano de 2015, a SETUR passou a incorporar as atividades de esporte e lazer e através do decreto estadual nº29.950, passou a ser denominada Secretaria de Estado do Turismo e de Esporte.

Diante do exposto, é possível evidenciar que a atividade do turismo em Sergipe não obedece a uma política pública consolidada, que não existe uma posição definida a respeito do qual segmento econômico a atividade se insere e que as constantes alterações no caráter institucional da atividade contribuem de maneira significativa para a descontinuidade das ações previstas e a descredibilidade no desempenho de um efetivo comportamento econômico positivo da atividade.

Não somente esta indefinição na determinação do lugar em que o turismo ocupa dentre as atividades produtivas da economia sergipana. Fica evidente também que mesmo diante da terceira maior contratação em volume de recursos dentre os estados nordestinos para a viabilização da primeira etapa do Prodetur, as gestões governamentais que se sucederam não demonstraram o devido controle fiscal da economia estadual, transparecendo a falta de compromisso na continuidade das ações que se faziam necessárias para o efetivo crescimento deste segmento econômico e o consequente desenvolvimento econômico do estado.

É de fundamental importância ressaltar ainda, que na contramão do que se propaga, mesmo diante de quase cinquenta anos da institucionalização da atividade e ainda frente a todo o volume de recurso financeiro que já foi injetado para a implementação e desenvolvimento dessa atividade, destaca-se que em pleno limiar da década de 2020, no período mais acentuado da revolução técnico científico informacional, a instituição pública oficial de turismo do estado de Sergipe possui uma página eletrônica sem um adequado funcionamento vinculado à rede mundial de computadores (Figura 31).

Figura 31 – Interface do site oficial da Secretaria de Turismo de Sergipe – 2018



Fonte: SETESP/SE, 2018

O que se encontra disponibilizado pelo órgão oficial dessa atividade na rede mundial de computadores, ao invés de dados e informações necessárias que orientem e atraiam o visitante, ou que apresentem indicadores que estimulem investimentos externos no setor, é apenas uma sucinta descrição das competências do órgão e outras informações desatualizadas como o nome do anterior secretário da pasta e o antigo endereço físico de funcionamento desta secretaria. Diante disso, perante o atual cenário de integração global informatizada e mundialização das economias, não se pode admitir que em um caminho inverso aos avanços tecnológicos e frente aos milhares de dólares injetados no território sergipano sob o pretexto de desenvolvimento pelo turismo, que essa atividade econômica possa se encontrar desconectada do maior veículo de comunicação e integração mundial.

Ao se observar o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS – do Polo Costa dos Coqueirais (2001), que tem como função orientar o crescimento do turismo estadual por meio do desenvolvimento sociocultural, ambiental, político-institucional e econômico dos municípios que compõe o referido polo. Constata-se que a definição de ações para os investimentos previstos no Prodetur, se baseou na estratégia formulada em três etapas, objetivando a consolidação dos seguintes fluxos: urbano de lazer; cultural; de convenções e eventos

Contraditoriamente à valorização do patrimônio cultural na possibilidade da criação de um fluxo de turistas para essa vertente, o que se observa no atual cenário é o desprestígio na valorização das manifestações culturais e de toda essa potencialidade encontrada na expressão sociocultural do povo sergipano. Os festejos juninos, os grupos folclóricos, a valorização do patrimônio cultural, histórico, arquitetônico e arqueológico são elementos que não integram programas prioritários para o desenvolvimento da atividade do turismo. Em muitos casos, esse referido patrimônio cultural não passa simplesmente de ilustração publicitária para compor folheteria de divulgação. Excetuando-se alguns produtos artesanais e culinários, não se constata a integração de grande parte desse segmento na cadeia econômica do turismo.

Exemplo disso se tem no caso do evento Forró Caju (Figura 32), festa junina promovida pelo poder público municipal da capital do estado, que teve a sua continuidade interrompida mesmo diante de sucessivos investimentos públicos para a sua consolidação ao longo de quase duas décadas e sob o discurso político de geração de empregos, renda e atração de turistas,

Figura 32 – Festejo junino de Aracaju



Foto: Prefeitura Municipal de Aracaju, 2008

Em reportagem sobre a possível não realização do evento no ano de 2017, o Jornal de Cidade (2017), destacou que a falta de planejamento e indecisão sobre a

realização do evento mais esperado pelos sergipanos, o Forró Caju, prejudicou imensamente o setor hoteleiro e turístico do estado. Enfatizou que o setor já enfrentava uma grave crise nos últimos anos. Ainda nessa reportagem, segundo a presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira em Sergipe - ABIH, Daniela Mesquita, muitos turistas cancelaram as reservas. De acordo com a presidente da citada entidade, nesse mesmo período, em 2016, a ocupação dos leitos de hotéis em Aracaju alcançava cerca de 60%, enquanto que no ano 2017 atingiu somente 40%, e poderia cair ainda mais com os cancelamentos das reservas. Para a entrevistada: “Agora, mesmo que aconteça o Forró Caju, o turismo já foi prejudicado, porque as pessoas cancelaram as reservas aqui, se programaram e reservaram em outra cidade que acontece esse tipo de evento junino”.

Ainda de acordo com o Jornal da Cidade (2017):

a presidente reitera que em todos os anos o setor é prejudicado pela demora na divulgação da programação da festa ao concorrer com as cidades vizinhas, como Caruaru e João Pessoa, que divulgam antecipadamente as atrações participantes, portanto, as reservas só chegam de última hora. Mas, para piorar ainda mais a situação, a indefinição da realização da festa até o momento está fazendo com que Sergipe deixe de ser a opção dos turistas.

Só quem pode deixar para programar a viagem em cima da hora são os turistas das cidades mais próximas, como os alagoanos ou baianos. Mas, os demais precisam comprar o aéreo de forma antecipada, até porque garantem preços melhores, reforça. Daniela explica que o turismo tem que ser planejado, e é isso que está faltando no Estado.

Tal realidade demonstra a não valorização da cultura sergipana como atrativo turístico e transparece com isso a não priorização da atividade do turismo como geradora de divisas, mesmo quando nos anos anteriores a dinamização da atividade tenha sido a justificativa principal para os gastos públicos. Evidencia o desprestígio da manifestação cultural como um possível atrativo turístico, a descridibilidade para um possível planejamento dos outros setores do turismo para os anos seguintes e a inviabilidade de aproveitamento do evento para a atração de turistas. Transparece um grande amadorismo, a falta de planejamento e que a realização do evento se articula de acordo com a vontade do gestor, o que coloca em contradição a intenção de se desenvolver uma atividade de turismo como dinamizadora econômica. E por fim, apresenta uma total desarticulação entre as esferas públicas de gestão.

São inúmeros outros exemplos que contrapõem a priorização de recursos públicos sob o dissimulado discurso de se ter a atividade do turismo como um dinamizador econômico para o estado de Sergipe. É de significativa importância evocar aqui também algumas contradições que se processam no território sergipano, pois de forma mais ampla envolvem a atividade do turismo e que demonstram que a geração de emprego, renda e a valorização cultural são apenas justificativa para compor os textos dos projetos de endividamento estadual a partir dos majestosos empréstimos voltados para o desenvolvimento pelo turismo.

Exemplo emblemático que contrapõe o fortalecimento da atividade turística em Sergipe pode ser percebido ao se resgatar o destino dos dois principais hotéis da história do turismo de Sergipe: Parque dos Coqueiros e Palace de Aracaju. Ao tempo em que o tema dos discursos políticos eram direcionados na viabilização de recursos para ampliação da atividade do turismo, assistiu-se, sob o olhar contraditório de sucessivas gestões de governo estadual, ao declínio desses grandes símbolos referenciais da hotelaria sergipana, os quais, em um outro momento econômico, tiveram suas respectivas edificações erguidas através de generosos auxílios financeiros estatais.

Para Santos (2008), quando a sociedade, a cada movimento, é cindida, o símbolo se destaca, se solta, do movimento geral e continua o mesmo que era no movimento anterior. O presente une as coisas, mas o momento seguinte as separa, o que permite sua distinção. Ainda para o autor, cada símbolo guarda a mesma identidade, não importa qual seja o contexto, mesmo numa situação de movimento e mudança. Nesse sentido, o movimento da sociedade, ou seja, o movimento da totalidade modifica a significação de todas as variáveis constitutivas, também a do símbolo, porque este não segue o movimento.

O Hotel Parque dos Coqueiros, com 114 apartamentos e excelente estrutura para realização de congressos e eventos, considerado o melhor hotel de Sergipe para a sua época de funcionamento, assistiu ao encerramento das suas atividades através de ordem judicial de despejo. Decorrente de dívidas trabalhistas em consequência da instabilidade financeira devido a sua baixa ocupação ao longo de anos, o hotel foi forçado a encerrar a suas atividades na década de 2010 e passou por processo de leilão judicial de seus bens e espaço físico. Arrematado por empresários do ramo imobiliário de Sergipe, a estrutura física da unidade hoteleira foi demolida, evidenciando-se com

isso a transformação deste equipamento de turismo, que se encontrava em plenas condições de funcionamento, numa reserva de terra especulativa, determinando maior lucratividade como um terreno em sistema de “engorda” do que como hotel em plena atividade. A demolição desta tradicional unidade hoteleira expôs a falta de confiança empresarial no setor, a inconsistência da atividade do turismo como um segmento da economia de Sergipe e a supervalorização do valor da terra.

Já o Hotel Palace de Aracaju, inaugurado em 1962, foi considerado por muitos anos o mais moderno e luxuoso hotel de Sergipe e importante marco na modernização da economia estadual. Eram 71 apartamentos com padrão internacional, duas suítes presidenciais e 19 lojas comerciais. Com o passar dos anos, sobretudo ao final da década de 1980, com o crescimento da cidade para a zona sul e a construção de hotéis mais sofisticados ao longo da Praia de Atalaia, esse hotel entrou em decadência e o seu fechamento foi inevitável.

Entretanto, por se tratar de uma estrutura pertencente ao governo estadual e diante da perspectiva da qualificação de força de trabalho, defendida como prioridade para a primeira fase de implementação do Prodetur: “implantação de programas e equipamentos de preparação de mão-de-obra qualificada, diretamente ou indiretamente ligados ao setor turístico” (PDITS, 2013. P.18), era possível o aproveitamento daquela estrutura hoteleira na possibilidade da criação de um hotel escola ou mesmo do aproveitamento da estrutura para um centro de qualificação para o turismo. Contudo, contraditoriamente, o que pôde ser constatado foi abandono e nenhuma diretriz para o prédio.

Ainda sobre o Hotel Palace, a ociosidade da estrutura e a falta de manutenção geraram a possibilidade de incêndios, acidentes, intervenções da Defesa Civil estadual e do Conselho Regional de Engenharia de Sergipe– CREA/SE (Figura 33). Na atualidade, é um ponto de conflito entre os antigos lojistas que ainda permanecem no prédio e o governo do estado.

Figura 33 – Inspeção do CREA/SE nas Instalações do Hotel Palace



Foto: Ascom-CREA/SE, 2017

Com isso, mesmo diante da possibilidade do aproveitamento dessa antiga estrutura para uma unidade de qualificação profissional, nenhuma das gestões de governo estadual cogitaram o seu uso em alguma função voltada para o turismo. Em recente decisão do Tribunal de Justiça de Sergipe, no mês de maio do ano de 2018, foi determinada a interdição e a desocupação total do prédio, além do isolamento e sinalização para que a população saiba dos riscos de circulação nas imediações da edificação onde funcionou este tradicional ícone da hotelaria sergipana.

De símbolo de referência de luxo e requinte, o Palace de Aracaju se transformou num grandioso e perigoso problema urbano da capital. Tudo isso com o conhecimento e a conivência dos gestores do turismo estadual, que em seus discursos políticos propagam a possibilidade do desenvolvimento econômico proporcionando por essa atividade para justificar para outros significativos gastos públicos em obras para o setor. Esses exemplos de inoperância da gestão do turismo, direcionam os investimentos para determinados segmentos da atividade, neste caso, obras litorâneas, que acabam por valorizar as reservas de terras especulativas.

No que se refere à priorização dos investimentos do Prodetur, de acordo com o PDITS (2013), ao se levar em consideração a lógica do planejamento regional, obtiveram-se como primeira localização dos investimentos, a denominada Região Aracaju/São Cristóvão, que teve como prioridade, dentre outras: consolidação da infraestrutura turística existente e em operação com resultados positivos; e, implantação da macro infraestrutura de acesso, que melhora o fluxo turístico para a primeira etapa e constitui paralelamente um ponto de partida para a próxima etapa.

Nesse sentido, ao ser priorizada a efetivação de uma sólida infraestrutura na capital, foi observada que a lógica de desenvolvimento desigual e combinado se processou com veemência e se perdura aos dias atuais, visto que, com a efetivação das ligações rodoviárias a partir de Aracaju, foi intensificado o processo de dependência dos serviços turísticos oferecidos pela capital, reforçando a sua primazia sobre as demais localidades turísticas de Sergipe. Ao se observar os serviços de exploração de atrativos oferecidos para além da capital, constatou-se, que proporcionado pela pequena dimensão geográfica estadual, a existência de fluxos que atrelam a visita dos demais destinos turísticos ao movimento de ida ao destino e retorno à capital no mesmo dia.

Diante disso, verifica-se que a geração de emprego, renda e a dinamização fiscal da economia estadual partir da atividade do turismo, caso venha ser concretizada, estará concentrada na capital, numa perspectiva que se dá contraditoriamente ao desenvolvimento das demais localidades do turismo em Sergipe.

A realidade acima descrita, auxiliada pela facilitação dos deslocamentos rodoviários a partir da capital, tem contribuindo também para a não fixação do turista nos municípios visitados. Exemplo disso foi constatado através de conversas realizadas com empresários do setor hoteleiro do município de Pirambu, litoral norte do estado. Esses sujeitos afirmam que a partir da facilitação do deslocamento que surgiu pela construção da ponte interligando Aracaju ao litoral norte, o turista não mais visita a cidade com o objetivo de pernoitar. Como o atual deslocamento é realizado em menos de uma hora de viagem a partir da cidade de Aracaju, o visitante pode usufruir das praias e da quase inexistente infraestrutura de turismo da localidade e ao final do dia, retornar para a capital onde tem uma maior oferta de serviços e estabelecimentos que oferecem uma qualidade diferenciada do local visitado. Com isso, assiste-se ao fechamento e ou a estagnação dos empreendimentos dessa localidade, a não

dinamização fiscal desse e de outros municípios sergipanos e o fortalecimento da dependência dos serviços oferecidos pela capital. Tem-se então, um movimento inverso ao prometido desenvolvimento econômico a partir do turismo, como enfatizado nos discursos políticos.

Ainda quando se tem como referência analítica o litoral norte sergipano e ao se relembrar as justificativas para edificação da ponte que interliga a capital a esse setor litorâneo sergipano, verifica-se que o discurso político do desenvolvimento sustentável a partir do turismo não se processou na prática. Mesmo diante da intensificação do fluxo rodoviário que foi direcionado para o litoral norte, assiste-se, em contradição à lógica do fortalecimento da atividade econômica do turismo, a desestruturação do Terminal Turístico do Município de Pirambu (Figura 34) e também ao fechamento do centro de visitação da base do Projeto Tamar (Figura 35) existente neste município, considerado o primeiro núcleo nacional do projeto na costa brasileira.

Figura 34 – Ruínas do Terminal Turístico de Pirambu, 2018



Foto: Trabalho de Campo, 2016

Considerados equipamentos integrantes de uma possível cadeia econômica do turismo, a desativação destes dois empreendimentos, dentre outras particularidades, podem ser justificadas a partir dos baixos índices de frequentadores e visitantes.

Inseridos no atual contexto econômico, o funcionamento pleno das atividades desses equipamentos demandava aportes financeiros para a sua manutenção, os quais poderiam em parte, ser sustentados pela dinâmica das visitas, porém, mesmo com a interligação municipal do referido município à capital do estado, maior polo difusor de turistas ou visitantes, esses atrativos ficaram às margens das rotas turísticas idealizadas.

Figura 35 – Base do Projeto Tamar no município de Pirambu



Foto: Trabalho de Campo, 2016

É válido destacar, que associado a outros fatores, foi a base do Projeto Tamar da Praia do Forte, no estado da Bahia, que influenciou fortemente o desenvolvimento daquela localidade como um dos principais polos receptivos do turismo no segmento de natureza do estado vizinho. Em Sergipe, contraditoriamente, o primeiro embrião das atividades de conservação das tartarugas marinhas na costa brasileira não se encontra efetivamente inserido no circuito do turismo.

Ressalta-se que o município de Pirambu é integrante do Polo Costa dos Coqueirais de desenvolvimento do turismo sergipano. Entretanto, o que se constatou através das ações da gestão estadual para essa inserção deste município na dinâmica do turismo sergipano, foi apenas a edificação de obras de circulação, a exemplo da ponte sobre o rio Japarutuba e a readequação da Rodovia SE100, que atravessa o seu território

e que atualmente desencadeia uma série de incoerências pela sua edificação ao lado da Reserva Biológica de Santa Isabel. Todavia, não se verifica a sintonia ou integração das esferas de gestão para o aproveitamento das potencialidades municipais e a geração do desenvolvimento pelo turismo.

Numa outra dimensão de análise das contradições presentes no modelo de desenvolvimento do turismo que se instala no estado de Sergipe, não se pode desconsiderar entre as possíveis relações de uso do litoral, a presença das unidades de conservação da natureza neste território. Nesse sentido, dentre as unidades encontradas no litoral sergipano e diante do contexto de reestruturação da rodovia SE no trecho norte, a Reserva Biológica de Santa Isabel merece destaque nesta análise.

A Reserva Biológica de Santa Isabel é uma unidade de proteção integral, localizada entre o território dos municípios de Pirambu e Pacatuba, foi criada em 1988, visando à proteção da fauna local, especialmente as tartarugas marinhas que encontram na Praia de Santa Isabel, a sua principal área de reprodução. Por se tratar de uma unidade de proteção integral, de acordo com a legislação brasileira:

Art. 10. tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais... (BRASIL, 2010. p. 13)

Acrescido ao citado artigo, seus incisos alertam que a Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites sejam desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico; e por fim, a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Diante deste contexto de restrições de uso desse considerável trecho do litoral norte sergipano e ao se observar a quase integralização da rodovia SE 100 com seu traçado disposto em paralelo aos limites da unidade, constata-se uma grande contradição, pois é possível questionar como se dará a implementação do modelo de

desenvolvimento do turismo de sol e praia defendido pelo governo estadual para o litoral norte, já que, existe a presença da restrição do uso de 45km de faixa costeira e de toda a área pertencente à REBIO.

Porém, mesmo com a previsibilidade do não desenvolvimento da atividade do turismo de sol e praia, é necessário deixar evidente que as condições para a exploração do mercado das terras nas áreas de influência direta e indireta da rodovia SE 100 estarão consolidadas. O que, para esse estudo, transparece ser o objetivo principal da rodovia.

Para o então Secretário Estadual de Infraestrutura de Sergipe:

a Rodovia fomentará o turismo na região do Baixo São Francisco e faz parte de um planejamento de turismo e de desenvolvimento da região, que é onde tem um baixo IDH no nosso estado. É uma região ainda pobre, com uma necessidade de renda e emprego muito grande e, com essas obras de infraestrutura, surge a possibilidade de fomentar o turismo, a expansão imobiliária... (ASN, 2017)

Já para o então governador Jackson Barreto (2015-2018), a implantação da rodovia será altamente significativa para o desenvolvimento da região, pois fomentará o turismo e alavancará a economia do litoral norte sergipano, contribuindo ainda para a geração de emprego e a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Baixo São Francisco, prioridade do Governo do Estado.

O mais importante são os negócios que vão surgindo, como aconteceu com esta rodovia de Barra dos Coqueiros e com Estância, com a Ponte Gilberto Amado, e com a ponte Joel Silveira ligando o Mosqueiro a Aracaju, onde houve um processo de desenvolvimento muito grande. Com essa obra, teremos condições para pleitear a construção de uma nova ponte ligando Sergipe a Alagoas, fortalecendo o turismo e dando condições de quem vem da Bahia, da chamada rodovia do coco na linha verde, atravessa para Sergipe na ponte Gilberto Amado, passe na ponte Joel Silveira e na ponte da Barra, passe por Pirambu na nova rodovia e no futuro vamos construir a ponte ligando Sergipe e Alagoas e daqui nós vamos até Recife numa única rodovia litorânea, dando mais conforto, segurança, tranquilidade, desenvolvimento, gerando emprego e gerando renda, ressaltou Jackson Barreto (JORNAL O DIA ONLINE, 2018)

Observa-se que para o então governador, a intensificação dos fluxos comerciais e imobiliários que se processaram a partir das construções de infraestrutura significam o almejado desenvolvimento. Contudo, quando se trata especificamente da

atividade do turismo que consubstanciou os discursos que justificaram os investimentos, o que pode ser apresentado pelos gestores como resultado positivo?

Nestas colocações políticas, o que se observa é a tentativa de vincular a realização da obra à possibilidade direta do desenvolvimento econômico, porém, ao se observar as restrições ambientais impostas pela presença da REBIO, é questionável sobre qual modelo o turismo se desenvolverá.

Diante disso, o que se percebe é que com o início da construção da rodovia foi gerado na população todo um processo de expectativas pela geração das oportunidades para a região. Visto que, esse é o tema principal nas explicações dadas à sociedade para justificar os vultosos gastos públicos no setor. Entretanto, o que se pode afirmar é que, assim como nos demais setores do litoral sergipano, visualiza-se uma intensificação dos fluxos e o desencadeamento de um processo especulativo no mercado de terras da região. Diante disso, é possível prevê que a intensificação do uso imobiliário proporcionará uma série de conflitos no que se refere ao respeito às restrições legais para o funcionamento da REBIO.

Sobre esse contexto norte litorâneo, conclui-se, corroborando com Almeida e Vieira (2011), quando analisaram os conflitos ambientais do litoral norte de Sergipe, que a partir das obras de engenharia, o Estado territorializa, desterritorializa e reterritorializa os elementos de uma geografia litorânea, induzindo tendências de ocupação, gerando novas perspectivas de uso. Para esses autores, no litoral norte de Sergipe o poder público instituiu unidades de conservação, paradoxalmente foram instalados grandes equipamentos industriais, sobretudo ligados à indústria petrolífera, além de ações voltadas à infraestrutura viária, portuária e turística, transformando as feições costeiras sergipanas e consequentemente, desencadeando um reordenamento territorial.

Nesse sentido, ainda de acordo com os citados autores, afirmar-se que o papel do Estado e da regulação estatal na valorização dos espaços no litoral de Sergipe não pode ser minimizado, muito pelo contrário, deve ser enfatizado, visto que suas ações intensificam as metamorfoses desse litoral.

Inserido nesta análise das contradições presentes ao desenvolvimento proposto pela implementação da atividade do turismo, ao se verificar o comportamento desta atividade nos setores litorâneos com a circulação rodoviária já consolidada, compactua-se com Vilar e Santos (2012), ao afirmarem que o litoral sul de Sergipe sofre mudanças paisagísticas e territoriais ocasionadas pela ação antrópica que vem ocupando essa área de forma desordenada, o que acarreta profundas contradições em relação ao uso e à apropriação do espaço.

Segundo os referidos autores, as atividades econômicas tradicionais realizadas nessa área vêm sendo substituídas por outras, voltadas aos serviços de lazer e associadas ao turismo, criando novas funções sociais nesse espaço e até mesmo contribuindo para a expropriação da população nativa das áreas costeiras.

Já para Lima (2013), que analisou a qualidade dos equipamentos e serviços do litoral sul de Sergipe, ficou constatado que a infraestrutura básica e turística é insuficiente para atrair um fluxo sustentável de turistas de sol e praia, indicando que essa modalidade na região não ocorre a moldes de destinos turísticos consolidados e caracterizados como um turismo de massa, como é o caso de algumas praias do litoral norte baiano.

Para a citada autora, além da realidade acima apresentada, o mercado de pacotes turísticos estadual oferta as praias do litoral sul sergipano como um destino de passagem, pois o destino principal, comercializado na modalidade “bate e volta”, são as praias de Mangue Seco e do Forte, na Bahia. Ainda segundo Lima (2013), atualmente, os equipamentos e serviços turísticos presentes nas praias do litoral sul sergipano são limitados para atender uma demanda de turistas mais exigentes, visto que a mão de obra local não está capacitada no sentido de atender o perfil do turista de sol e praia que busca serviços turísticos mais qualificados e personalizados, e sugere que se faz necessária a inserção de programas de capacitação da mão de obra local, tendo como foco a educação profissional, principalmente nos setores de alimentos e bebidas e meios de hospedagem.

Diante disso, percebe-se que mesmo diante de sucessivos investimentos, ainda existe uma grande lacuna que envolve diversos setores da gestão pública em suas diferentes escalas administrativas e de investidores privados, para que seja consolidada

de forma mais ampla alguma atividade profissionalizada do turismo no litoral sergipano.

Ainda quando se tem como referência a definição das ações para os investimentos previstos no Prodetur, que se basearam na estratégia de investimentos para a consolidação dos fluxos de turismo voltados para os segmentos do urbano de lazer; cultural; e de convenções e eventos, observa-se que em paralelo ao discurso político de desenvolvimento pelo turismo, o próprio Estado, em suas sucessivas gestões, gerou grandes contradições para que os referidos objetivos não se tornassem efetivos. Constata-se, a partir da realidade que se encontra até os dias atuais, um significativo distanciamento entre o que se pretendia alcançar e a realidade em que se encontra o estado para a efetivação desses fluxos.

Na contra corrente para que se efetive um turismo voltado para o segmento urbano e de lazer, no qual se faz necessário um cenário urbano de aprazibilidade e efetiva segurança pública, assiste ao longo das sucessivas gestões de governo que defendem o desenvolvimento a partir do turismo, a transformação do estado de Sergipe e a sua respectiva capital em referência mundial aos altos índices de violência e criminalidade.

Para ilustrar a problemática, segundo os indicadores do 11º Anuário de Segurança Pública, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), Sergipe foi considerado o estado mais violento do país com uma taxa de 64,0 homicídios por cada 100 mil habitantes.

No que se refere à cidade de Aracaju, principal porta de entrada para o turista que chega a Sergipe, a capital do menor estado brasileiro, despontava como a 12ª cidade mais violenta do mundo, segundo dados coletados em 2016 e publicados em 2017 pela Organização Não Governamental mexicana Seguridad Justicia y Paz. Ainda de acordo com dados da citada ONG, no ano de 2015, a capital de Sergipe se encontrava como a 38ª colocada entre as cinquenta cidades mais violentas do mundo. No ano de 2017, a capital de Sergipe continuou figurando dentre as mais violentas do mundo e ocupou a 18ª posição, com 560 homicídios registrados (SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ, 2018)

Ainda ao se tratar da segurança pública estadual, a priorização do tipo de turismo de sol e praia requer também uma segurança específica para o ambiente aquático, considerado o maior atrativo desta modalidade. Contudo, em mais uma demonstração de desarticulação de uma gestão pública integrada para o setor, tem-se o crescimento de mais um indicador que reflete negativamente sobre a atividade. Com a inexistência do serviço municipal de guarda-vidas na capital e em quase todos os municípios litorâneos, além do baixo efetivo no Corpo de Bombeiros, é perceptível um grande número de afogamentos nas praias da capital, com registro de 88 atendimentos realizados no ano de 2016 e pouco mais do triplo de atendimentos no ano de 2017, sendo 263 registros de atendimento (CBMSE, 2018).

Em Aracaju, por inúmeras vezes, na Praia dos Artistas, considerada uma das praias mais perigosas do país, são registrados afogamentos com morte de turistas. Tal situação é ocasionada pelo desconhecimento do perigo, pela ausência de melhor sinalização de alerta na localidade e também pelo número insuficiente de guarda-vidas para a orientação e prevenção desse tipo de acidente ao longo do litoral da capital.

Num alerta divulgado pelo site jornalístico Infonet (2009), a praia dos Artistas, localizada no bairro Coroa do Meio, é a quarta mais perigosa do Brasil de acordo com o ranking elaborado pelos Corpos de Bombeiros de todo o país.

Este grave entrave para o turismo segue sem solução. Para ilustrar a problemática, numa rápida pesquisa na rede mundial de computadores, várias matérias jornalísticas são apresentadas sobre esse tema. De acordo com o noticiário on-line Infonet (2009), “Jovem turista morre afogado na Orlinha da Coroa do Meio. Ele é proveniente de São Paulo e estava a passeio em Aracaju, informou a polícia”, em outro registro, “Homem desaparece na Coroa do Meio em Aracaju. O turista paulista estaria hospedado em um hotel, nas proximidades do local do afogamento” (Infonet, 2012). Segundo o site de notícias G1SE (2018), “Mulher morre afogada em praia da capital. A vítima é uma turista da Bahia”, em outra matéria, o G1SE (2015) notícia que “Turista pernambucano morre afogado em Aracaju”.

Com esses indicadores, a forte repercussão na imprensa nacional funciona como propaganda negativa para a atividade do turismo. Além disso, essa contradição transparece não existir o real compromisso com a viabilidade da atividade do turismo,

visto que as condições mínimas de segurança para a população residente e para a tranquilidade dos visitantes não são proporcionadas. Diante disso, a atual realidade da insegurança e os altos investimentos em obras e infraestrutura, demonstram falta de sintonia para a integração dos setores públicos estaduais com a objetivação de se colocar o turismo como um setor prioritário ao desenvolvimento econômico, além da falta de compromisso com todo o recurso investido ao longo de décadas.

Ao se analisar a priorização do segmento do turismo de convenções e eventos, além do cenário de segurança pública anteriormente apontado, se faz necessário também a presença de uma infraestrutura mínima direcionada especificamente para que se desenvolva esse tipo de atividade. Todavia, a maior estrutura pública existente para essa finalidade, o Centro de Convenções de Sergipe, que teve a sua estrutura considerada ultrapassada e limitada para o atendimento desse segmento, no ano de 2013, com orçamento de R\$ 20 milhões oriundos do Ministério do Turismo, entrou em processo de reforma e ampliação. Porém, devido a atraso na liberação de recursos, a obra foi paralisada. Já ano de 2016, foi anunciada a retomada das obras e mais uma vez a garantia da liberação dos recursos.

De acordo com divulgação realizada pela ASN (2016), “o Centro de Convenções de Sergipe – CCS terá suas obras de reforma e ampliação finalizadas através dos recursos garantidos pelo Ministério do Turismo. As obras ocorrem a partir do investimento de R\$ 20.775.869,05”.

De acordo com a ASN (2016), devido ao atraso de repasses, que levaram à paralisação provisória das obras, o governador Jackson Barreto esteve em Brasília para solicitar a liberação da verba. Ainda de acordo com a agência de informações do governo, segundo o então ministro do turismo: “o fim da obra está garantido e será ainda na gestão do atual presidente e do governador Jackson Barreto”.

Contudo, o que se constatou até meados de 2018, foi o completo abandono da obra e que as promessas de conclusão deste importante equipamento para a viabilização do segmento de eventos não passou de mero discurso para promoção política. O estado de Sergipe segue sem o seu principal equipamento para a realização de grandes eventos e convenções, mesmo sendo essa uma prioridade elencada para a dinamização da economia estadual através do turismo.

As ações promovidas pelas sucessivas gestões estaduais colocam o estado de Sergipe entre piores indicadores socioeconômicos nacionais e que na prática vão à contramão do propagado desenvolvimento econômico pelo turismo. O que se identifica é a descontinuidade nas ações de governo voltadas para o setor.

Ressalta-se ainda, que além das contradições apresentadas, são encontradas também grandes dificultadores no que diz respeito ao acesso aos indicadores estaduais referentes a atividade econômica do turismo. Outro problema se refere ao complexo acesso aos técnicos que compõe o setor, já que de acordo com o gestor que assume a pasta, constantemente são feitas alterações nesta composição, o que torna as informações quase inacessíveis, mesmo num contexto nacional que preconiza por lei a divulgação e transparência no uso dos recursos públicos.

Nesse sentido, para a mensuração efetiva dos resultados propiciados pelo setor do turismo, frente à deficiência de dados estaduais específicos que analise os referidos investimentos, se tornou quase impossível isolar os efeitos do PRODETUR e dos demais recursos aplicados. Tal realidade também já foi motivo de críticas pelo Tribunal de Contas da União – TCU na avaliação final da primeira etapa do referido programa.

Nesse contexto, entre os anos de 2003/2004, foi criado o Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo – SIMT, vinculado ao IPEA em parceria com o Ministério do Turismo – Mtur, o objetivo foi oferecer informações que subsidiem a formulação e avaliação das políticas públicas de turismo e avaliar o desempenho socioeconômico da atividade turismo no conjunto da economia, além de acompanhar a geração de postos de trabalho e o desempenho das chamadas Atividades Características do Turismo - ACTs, nas quais se concentram a maior parte dos gastos dos turistas.

Segundo IPEA (2015), a Organização Mundial do Turismo - OMT, considera existir duas formas de mensurar o emprego relacionado ao turismo: uma analisa a totalidade das ocupações nas ACTs, independentemente delas estarem relacionadas ao consumo de turistas ou não. A segunda consiste em contabilizar apenas o emprego estritamente relacionado aos bens e serviços adquiridos por visitantes.

Ressalta-se que no âmbito do SIMT, os dados são contabilizados na totalidade do emprego referente às ACTs.

Com isso, mesmo diante de desses indicadores, não se pode chegar a uma real mensuração desempenho específico dessas atividades do turismo. Mesmo diante dessa realidade e pela escassez de fontes quantitativas referentes ao segmento, optou-se em utilizar esses dados existentes e disponibilizados.

De acordo com os dados aferidos pelo sistema, entre os anos de 2012 a 2016, o número de estabelecimentos por Atividades Características do Turismo, com cadastro no MTur, encontram-se distribuídos no estado de Sergipe de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 4 – Número de estabelecimentos por tipo Atividades Características do Turismo – ACT em Sergipe, cadastradas no Ministério do Turismo, 2012-2016

Atividade	2012	2013	2014	2015	2016
Alojamento	317	327	338	355	337
Transporte terrestre	405	406	524	521	490
Transporte aéreo	9	11	11	7	6
Aluguel de transportes	150	174	176	174	167
Agência de viagens	183	177	180	191	187
Alimentação	1426	1565	1666	1755	1786

Fonte: SIMT-IPEA/MTUR, 2018

A maioria dos indicadores analisados apresentam um leve crescimento das atividades até o ano de 2015, excetuando-se transporte aéreo e terrestre que neste ano apresentam diminuição das empresas cadastradas. Porém, no ano de 2016 há a percepção da diminuição em todos os segmentos analisados, exceto alimentação.

Ainda que diante de sucessivos anos de crescimento na maioria dos setores, não se pode afirmar que o turismo foi um impulsionador dessas atividades analisadas, visto o método de pesquisa amplo desenvolvido pelo SIMT – IPEA. A exemplo, para as atividade de alojamento, um leque de estabelecimentos são considerados: hotéis,

pousadas, apart-hotéis, motéis, albergues, pensões e outros tipos de alojamento não especificados. Com isso, a exatidão de um real desempenho neste setor de ACT se torna inconsistente visto que nem todo o uso e ocupação desses empreendimentos estão vinculados diretamente aos fluxos de turismo.

No que se refere à ocupação formal do turismo no país, na região Nordeste e no estado de Sergipe, o SIMT (2018) apresenta entre os anos de 2012 a 2016, os seguintes indicadores (Quadro 5).

Quadro 5 – Ocupação Formal do Turismo no Brasil, Região Nordeste e Estado de Sergipe

Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	990.705	985.294	1.032.089	1.038.582	1.043.069
Nordeste	161.033	163.285	174.127	176.830	173.307
Sergipe	6.709	6.618	7.150	7.346	6.931
Percentual Brasil/NE	16,25%	16,57%	16,87%	17,02%	16,61%
Percentual NE/Sergipe	4,1%	4,0%	4,1%	4,1%	3,9%

Fonte: SIMT-IPEA, 2018

Observa-se diante dos dados apresentados um crescimento anual progressivo da ocupação formal do turismo no país, porém, a partir do ano de 2016, a região Nordeste, acompanhada pelo estado de Sergipe, apresentaram diminuição dos postos de ocupação. O que se pode notar diante dos percentuais comparativos, é que mesmo a partir do ano de 2012, com quase toda a efetivação dos investimentos de interligação do litoral sergipano e de outras infraestruturas de transporte, o desempenho do estado de Sergipe na ocupação dos postos formais de trabalho das atividades características do turismo seguiu numa média histórica de apenas 4% com relação ao total de postos da região nordeste do Brasil. Mesmo diante desse baixo indicador, há que se considerar que esse quantitativo poderia ser ainda menor, visto a análise dos dados não se restringir apenas aos serviços utilizados exclusivamente pelo consumo do turista.

Ainda de acordo com o IPEA (2015), a fonte utilizada pelo SIMT para caracterizar a ocupação formal do turismo foi a Relação Anual de Informações Sociais –

RAIS, registro que possui elevada cobertura e é efetuado do Ministério do Trabalho e Emprego. A RAIS abrange praticamente o universo dos estabelecimentos com vínculos empregatícios regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e traz também informações sobre servidores públicos da administração direta e de fundações e outros (avulsos, diretores, temporários, aprendizes). Entretanto, a RAIS apresenta os dados referentes ao total dos ocupados nas Atividades Características do Turismo – ACT e com isso apresenta dados de forma ampla, visto que essas atividades englobam também serviços não apenas exclusivos do turismo como dito anteriormente.

Segundo o IPEA (2015), é importante chamar atenção para o fato de que as estatísticas apresentadas sobre a caracterização da ocupação formal no turismo se referem sempre à totalidade dos ocupados que prestam serviços em cada ACT. Isso porque é impossível identificar os ocupados que prestam serviços majoritariamente a turistas. Em atividades como alimentação, por exemplo, o perfil da mão de obra reflete a realidade de um conjunto de estabelecimentos cujos clientes são, em sua maioria, residentes.

Numa outra situação, quando se analisa, por exemplo, para o ano de 2012, o quantitativo referente à população economicamente ativa de Sergipe, que era equivalente a 1.170.523 habitantes (IBGE, 2016), o percentual de postos gerados pela ocupação nos ramos das Atividades Características do Turismo foi de apenas 0,57% (SIMT, 2018), fato que demonstra pouca significância deste setor diante de outras atividades na geração de ocupação na economia estadual.

No que se refere ao fluxo de turismo nacional, de acordo com os dados disponibilizados PDITS (2013), o estado de Sergipe apresentou variações anuais pequenas entre 2005 e 2009. Entre 2009 e 2010 apresentou crescimento de 15,5% (Quadro 6).

Quadro 6 – Fluxo turístico nacional, Sergipe, 2005-2010

2005	2006	2007	2008	2009	2010
164.744	152.014	159.628	168.071	178.245	205.901

Fonte: PDITS, 2013

Ainda de acordo com os dados do PDTIS (2013), a taxa de ocupação hoteleira, que constitui outro meio para a verificação do fluxo de turistas na área de estudo, por sua vez, demonstrou oscilação pouco significativa ao longo desses anos de 2005 a 2011. Apresentou ocupação média de 60%, fato que demonstra ociosidade média de 40% da disponibilidade dos leitos de hospedagem de Sergipe.

Compreende-se que o anunciado desenvolvimento econômico propagado pelos representantes dos governos, referendado pelos operadores do capital privado e reproduzido pelo senso comum quando se refere à atividade do turismo, só induziu aos cidadãos a aceitarem a defesa de uma ideologia que, em si, é incontestavelmente interessante às classes empresariais, que tem no Estado, o seu autêntico defensor e suporte.

De tal modo, ora com mais ênfase aos grandiosos investimentos, ora as contradições socioeconômicas e espaciais desencadeadas, a tessitura da geografia litorânea de Sergipe vai sendo construída e redefine novas dimensões de uso e ocupação desse espaço geográfico em idas e vindas de inúmeras determinações escalares.

4.3 – Nas contradições do turismo, a estruturação da especulação imobiliária no litoral de Sergipe

No plano da historicidade, diante das considerações apresentadas até o presente momento, foram discutidas as des(construções) do turismo que fundamentaram as contradições que se processam na realização dos ajustes necessários para a implantação e o crescimento da atividade turística em Sergipe. Cabe-nos aqui, porém, averiguar a partir da materialidade que se apresenta disposta neste espaço geográfico, os resultados socioespaciais que são encontrados decorrentes desses investimentos nos setores de circulação litorânea criados sob a justificativa do desenvolvimento econômico a partir do turismo.

É necessário lembrar, de acordo com Pereira (2014), que em um contexto econômico mundializado, se espalhou o modelo de competitividade entre os lugares, edificados na perversa perspectiva político-econômica neoliberal. Nesses termos, o planejamento adotado a partir do Prodetur, que mesmo autônomo de regional, foi fragmentador e selecionou determinados espaços, tornando-os competitivos e atrativos

aos investimentos do capital privado mundializado. Com isso, pela conveniência dos interesses privados para dado momento e na busca pela ampliação da lucratividade, foram priorizados áreas que a partir das articulações escalares possibilitaram maior rentabilidade nessa exploração pelo turismo.

Mesmo diante de uma política que teoricamente pregava uma integração para o desenvolvimento regional do Nordeste, segundo Sanchez (2004), a competição pelos investimentos instaura uma verdadeira “guerra” entre os lugares, expressão emblemática da subsunção do mundo e da vida contemporâneos à lógica do capital nesses tempos de desmedida empresarial. Para autora, nesse cenário, ganha força um conjunto – homogêneo – de determinações que passam a compor uma pauta a ser buscada e colocada em prática pelos diversos administradores urbanos, independentemente de sua filiação político-partidária. Com já citado anteriormente, a dissimulação da tentativa desenvolvimento econômico pelo turismo, segue disfarçada de “boas intenções” por sucessivas gestões de governo no estado de Sergipe, independente da orientação ideológica desses grupos políticos.

Diante disso, sob a orientação da cartilha dos organismos financeiros internacionais, tem-se na figura do Estado, o principal agente realizador da reordenação espacial necessária para a viabilização da ampliação do capital privado nas terras do nordeste brasileiro. De acordo com Soares (2015), a busca pela realização do capital faz do espaço um produto e um meio para a expansão das forças produtivas, neste caso, do turismo, da venda e da valorização de parcelas do espaço ou de negócios instalados que dependem da planificação de novos espaços para consumo turístico.

Atenta-se que para o estado de Sergipe os efeitos dos investimentos apresentados para o desenvolvimento da atividade do turismo não diversificou a oferta de produtos turísticos presentes no litoral. Como consequência, tem-se o insucesso da propaganda geração de emprego e renda e ou até mesmo da prometida dinamização fiscal do estado.

Sobre o atual cenário econômico estadual, mesmo após décadas de investimentos na tentativa do incremento da atividade do turismo como vetor de desenvolvimento econômico, de acordo com Valor (2017), o estado de Sergipe entrou em recessão e registrou ao longo de 2016 resultados negativos em praticamente todos os

indicadores econômicos. O comércio sofreu queda de 9,9% no volume de vendas, acima da média nacional de 6,2 e o estado fechou o ano com um saldo negativo de 15.653 postos no estoque de empregos formais registrados no Cadastro geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

Contudo, como consequência da criação dessas estruturas de circulação, os efeitos se dão refletidos no desempenho da atividade imobiliária, que diante das condições ideais para a expansão dos seus negócios começou a pulverizar e efetivar por todo o litoral estadual as suas ações iniciais de exploração.

Nesse sentido, diante da atual realidade da capilarização rodoviária em que se encontra no litoral sergipano, realizados a partir dos investimentos públicos, essa porção privilegiada do território oferece a condição favorável para o capital se realizar e intensificar o seu poderio na reprodução desse espaço, enquanto que as atividades vinculadas ao turismo seguem timidamente o mesmo caminho traçado nas décadas anteriores.

Observa-se também, que esta dinâmica de investimentos atende à obediência da velha lógica capitalista do desenvolvimento desigual e a consequente dependência entre os lugares. Ressalta-se, que a própria orientação do Prodetur para a criação de polos de investimento é um fator que contribui também para as disparidades nas regionais numa escala menor de análise e com isso, observa-se mais uma contradição que se desencadeia na priorização desse tipo de investimento: a possível dinamicidade econômica do litoral, num sentido inverso às demais regiões.

Diante desse contexto, assistiu-se ao estado de Sergipe dar início à efetivação maciça de investimentos públicos no segmento do turismo, na busca da criação de um ambiente favorável a essa competitividade entre os lugares, da atração de investimentos privados e uma neocolonização financeira do nosso litoral, visto que, na atualidade, a dominação desses espaços litorâneos se dá num mercado de terras ditado pelo poder econômico (Figura 36).

Figura 36 – Reserva de terras especulativas, Rodovia SE 100, Itaporanga
D'Ajuda, SE, 2018



Foto: Trabalho de Campo, 2018

Com a mercantilização da natureza, o acesso à mercadoria litoral é privilégio para mais ricos, empurrando silenciosamente as comunidades tradicionais para espaços com menor valorização ou para as periferias das cidades. De acordo com Santos (2004), com a mundialização da economia, o espaço, tornado global, é um bem capital comum a toda a humanidade. Entretanto, o seu uso efetivo é reservado àqueles que dispõem de um capital particular.

Destaca-se que esses investimentos se deram sob a justificativa política da possibilidade do desenvolvimento econômico gerado através atividade do turismo, sob a orientação do Prodetur, que se apresentou com o objetivo principal de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região, gerar oportunidades de emprego, aumentar a renda per capita e também receita fiscal dos estados.

Com isso, ao se analisar o processo de reestruturação do espaço litorâneo sergipano, a gestão pública estadual em obediência aos interesses privados, efetivou obras apontadas como imprescindíveis na implementação da atividade do turismo e desenvolveu ações modernizadoras que agiram na sobreposição de antigas realidades e que produziram ainda a necessidade de novos objetos técnicos para a efetivação dos novos usos fluxos que foram desencadeados no litoral, a exemplo da implementação da rodovia litorânea SE100 e da necessidade da edificação das suas pontes de interligação sobre os estuários sergipanos..

No estado de Sergipe, a partir da cidade de Aracaju, principal porta de entrada dos fluxos turísticos do segmento de sol e praia, criou-se sob a premissa da tentativa de turistificação litorânea, dentre outros investimentos, a disposição de um padrão de circulação que privilegiou a capital, estruturou as bordas litorâneas do estado e criou um arranjo espacial novo com múltiplas sobreposições de atividades (Mapa).

Mapa 5 – Disposição do sistema de circulação rodoviário de Sergipe



Fonte: PDITS, 2013

Incentivado pelas orientações do Prodetur, que tinham como objetivo, principalmente, a eliminação das restrições ao crescimento do turismo no que se refere infraestrutura e serviços públicos inadequados. Observou-se, que foi a partir da capital, que foram realizados investimentos para a viabilização dessa atividade econômica. Como já citado no transcorrer desse trabalho, para o segmento do turismo, aproximadamente de U\$64 milhões de dólares oriundos do Prodetur foram injetados no território sergipano entre os anos de 1995 e 2000, além de R\$ 20.822.186,91 milhões de reais em convênios com o Ministério do Turismo entre os anos de 2008 a 2010 e ainda, aproximadamente R\$338 milhões de reais para obras complementares, advindos do orçamento geral da União, emendas de bancada parlamentar e outros ministérios (PDTIS, 2013), na criação das condições necessárias para a viabilização dessa atividade.

Para Dantas (2010), ao se analisar o quadro distributivo dos recursos advindos do Prodetur, se conclui que a intenção primeira era de urbanização do território. Isso fica exposto a partir da preponderância das variáveis saneamento e transportes. Em complemento a esse processo, a reforma de aeroportos significou a constituição de fixo capaz de facilitar a conexão da região aos contextos nacional e internacional, condicionando, assim, a produção de um espaço fluido.

Em Sergipe, dentre os investimentos, a efetivação das estruturas de transporte e circulação, sobretudo a Rodovia SE 100, é de fundamental importância sob a ótica do entendimento da reprodução do espaço litorâneo estadual e comprovação desta tese.

A partir de Aracaju, que exerce a maior centralidade da economia sergipana, direcionam-se os principais caminhos rodoviários do estado, dentre eles a rodovia litorânea SE100. No que se refere principalmente os fluxos ligados à circulação litorânea, a capital exerce uma significativa força polarizadora tanto da direção sul, como da direção norte do litoral de Sergipe, visto a sua ampla oferta de bens e serviços, que condiciona também a lógica do funcionamento dos fluxos gerados pela incipiente atividade do turismo.

Entretanto, quando se percorre o atual traçado da rodovia SE 100, que segue em paralelo à franja litorânea, a dinamicidade da atividade do turismo, que anteriormente fora proposta como solução ao desenvolvimento econômico estadual, é

posta em questionamento, pois o que se evidencia são os avanços no desempenho do setor imobiliário, constatados através da disposição paisagística ao longo das áreas de influência direta e indireta da Rodovia SE 100 (Figura 37).

Figura 37 – Mercado imobiliário litorâneo ao longo da Rodovia SE 100



Fonte: Trabalho de campo, 2018

É válido ressaltar, porém, que mesmo com a participação do estado de Sergipe nas ações desenvolvidas pelo Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – PRODETUR e outros investimentos, a intensificação da ocupação imobiliária do litoral acontece com a percepção de um relativo atraso quando se observa a intensificação do uso imobiliário litorâneo em outros estados nordestinos. Tal fato, possivelmente pode estar vinculado, dentre outros fatores, pela ausência de uma política efetiva de desenvolvimento da atividade do turismo como um segmento produtivo da economia sergipana, que proporciona uma baixa atratividade aos investidores externos, mas que não representa a ausência da exploração imobiliária.

Ademais, mesmo com um desempenho acanhado não se pode desconsiderar que a produção do espaço litorâneo está intimamente ligada a um macro planejamento político regional, no qual se objetiva a constituição de novos espaços, em que, ao mesmo tempo atraíam novos investimentos privados e revalorizem os investimentos privados já realizados. Dessa forma, diante da tímida expressividade do turismo sergipano num comparativo com outros estados nordestinos, a atividade econômica do turismo de sol e praia pode não representar o momento primoroso e efetivo para a realização da acumulação num ritmo mais intenso, porém o subterfúgio necessário e perfeito para a viabilização das estruturas necessárias à reprodução do capital imobiliário, amparado no patrocínio do Estado.

Entre paisagens com características rurais ligadas à cocoicultura e a disposição de toda uma armadura de circulação rodoviária que foi edificada após sucessivas gestões governamentais de diferentes orientações políticas e ideológicas, verifica-se a presença de diferentes padrões paisagísticos e de ocupação territorial que foram avivados a partir de efetivação dos diversos trechos que solidificam a integralidade da rodovia SE 100. Atenta-se ao pensamento de Santos (2004), quando afirma que os construtores do espaço não se desembaraçam da ideologia dominante quando concebem uma estrada, um bairro, uma cidade. O ato de construir está submetido a regras que procuram nos modelos de produção e nas relações de classe suas possibilidades atuais.

Após pouco mais de três décadas dos primeiros investimentos das obras estruturantes da Rodovia SE 100, o litoral sergipano inicia a sua fase contemporânea de transformações, contudo, a intensidade dessas mutações se dá em diferentes graus. A

partir da capital esse vigor se dá de forma mais significativa, associada à expansão urbana. Mas a medida em que se distancia, a ocupação se dá de forma pontual e pulverizada. Mesmo com setores deste litoral submetidos a profundas modificações na principal forma de uso e ocupação, de modo geral, entende-se que o litoral sergipano é sim uma imensa reserva especulativa de terras que aguarda o momento propício para a sua exploração nos seus distintos setores (Figura 38).

Figura 38 – O litoral como mercadoria especulativa



Foto: Trabalho de Campo, 2018

Entretanto é verdadeiro afirmar que os sucessivos investimentos públicos na estruturação da rodoviária para o turismo elitizam a franja litorânea e intensificam a segregação socioespacial, promovem e dão suporte à especulação imobiliária, supervalorizam a terra, geram acentuados contrastes sociais e paisagísticos, além da intensificação da dinâmica regional do litoral sergipano, vejamos:

Mesmo diante de variáveis graus de uso imobiliário, é perceptível que os sucessivos investimentos públicos promoveram e deram o suporte necessário para a entrada de fluxos significativos do capital imobiliário, com a atração de inúmeros grupos empresariais de abrangência nacional e internacional, que transformaram o litoral sergipano numa grande fronteira de expansão da rentabilidade especulativa do imobiliário.

Dentre essas empresas com forte atuação nacional contata-se com obras imobiliárias no litoral sergipano (Quadro 7): Grupo Encalso Damha (São Paulo) com atuação em 14 estados brasileiros; Alphaville Urbanismo (São Paulo) presente em 23 estados, além de atuação em Portugal, empresa pertencente ao Grupo Gafisa e aos fundos de investimento americano Pátria e Blackstone; MRV Engenharia (Minas Gerais), empresa com capital aberto na bolsa de valores, com atuação em 22 estados e 150 cidades brasileiras; Poly Promotion do Brasil, vinculado ao Poly Group (Itália) com sede brasileira em Aracaju, Grupo Colorado Empreendimentos (Pernambuco) com negócios em 6 estados nordestinos; Horus Empreendimentos (Bahia); a paraibana Incorplan, que possui empreendimentos em mais seis estados do Nordeste. Além dessas, encontram-se ainda atuando no mercado de terras deste litoral, dezenas de outras construtoras de origem sergipana, com forte atuação estadual e que também realizam empreendimentos em outros estados.

Entre o final da década de 2000 e início da década de 2010, a conjunção de vários fatores, dentre eles a estabilidade econômica nacional, a facilitação na concessão de créditos e a edificação das pontes sobre os estuários sergipanos, que permitiu a circulação fluida pelo litoral do estado, proporcionaram as condições favoráveis ao início do fracionamento mercantil dessas terras. Sob influência da rodovia SE 100, considerado o principal eixo de circulação litorânea estadual, excetuando-se as áreas sob influência da expansão urbana da capital do estado que já demonstrava um aquecimento

de comercialização, percebeu-se mesmo que de forma dispersa uma dinamicidade do setor imobiliário pelos diversos trechos desse litoral.

Quadro 7 – Atuação de Grupos Imobiliários no Litoral Sul e Norte de Sergipe

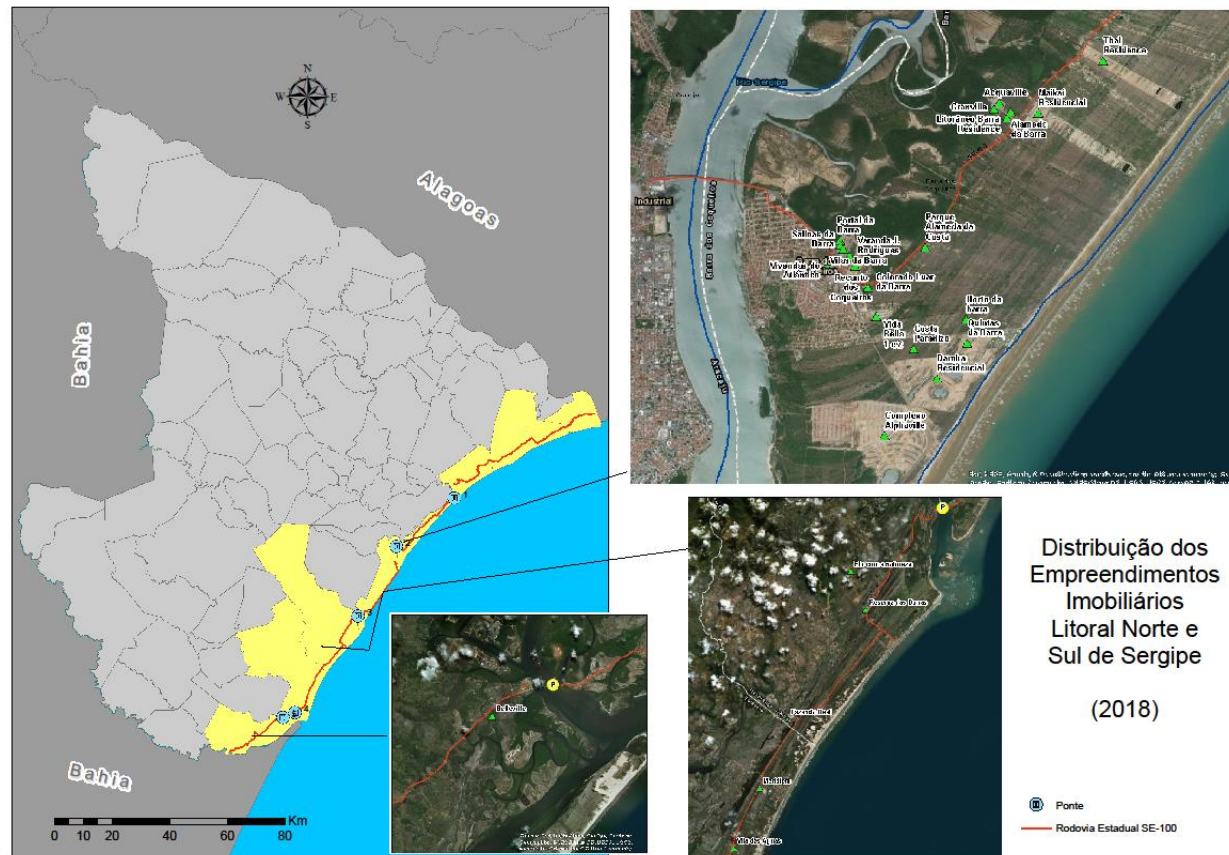
Grupo Empresarial	Origem	Local de atuação	Empreendimento	Tipo	Unidades
Encalço Damha	São Paulo	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Damha Residencial Sergipe	Lotes em condomínio horizontal fechado	375
Alpaville Urbanismo	São Paulo	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Alphaville Sergipe; Terras de Alphaville 1 e 2	Lotes em condomínio horizontal fechado	1851
MRV Engenharia e Participações	Minas Gerais	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Parque Alameda da Costa	Condomínio vertical	736
Poly Promotion do Brasil	Itália	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Costa Paradiso Clube Residenciale	Casas em condomínio horizontal fechado	306
Colorado Empreendimentos	Pernambuco	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Colorado Luar da Barra	Lotes	1587
Horus Empreendimentos	Bahia	Litoral Sul/Indiaroba	BelleVille Litoral Sul	Lotes em condomínio horizontal fechado	711
Incorplan	Paraíba	Litoral Sul/Itaporanga D'Ajuda	Fazenda Real	Lotes em condomínio horizontal fechado	250
Não Identificado		Litoral Sul/Itaporanga D'Ajuda	Reserva das Dunas	Lotes em condomínio horizontal fechado	52
Meridiem Empreendimentos	Sergipe	Litoral Sul/Estância	Meridiem Praia Mar	Lotes em condomínio horizontal fechado	219
JR Incorporadora	Sergipe	Litoral Sul/Itaporanga D'Ajuda	Elo com a Natureza	Lotes	Não Identificado
Acqualife Construções	Sergipe	Litoral Sul/Estância	Villa das Águas	Condomínio Vertical	Não identificado
ICS Incorporações	Sergipe	Litoral	Atlantis Eco	Lotes em	195

e Investta Empreendimentos		Sul/Estância	Beach Club	condomínio horizontal fechado	
Habitacional Construtora	Sergipe	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Recanto dos Coqueiros	Condomínio vertical	768
Construtora Stanza/Celi	Sergipe	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Vivenda dos Pacífico Vivendas do Atlântico	Condomínio vertical	352
TBK Empreendimentos	Sergipe	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Quintas da Barra	Lotes em condomínio horizontal fechado	Não identificado
Nassal Construtora	Sergipe	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Litorâneo Barra Residence	Condomínio vertical	352
Nassal Construtora	Sergipe	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Varandas J Rodrigues	Condomínio vertical	240
Imperial Construtora	Sergipe	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Acquaville GranVille	Condomínio vertical	Não Identificado
Imperial Construtora	Sergipe	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Solar da Barra	Condomínio vertical	160
JotaNunes	Sergipe	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	VidaBela Praia Mar Vida Bela Brisas	Condomínios verticais	24 torres
Laredo Urbanizadora	Sergipe	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Thai Residence Maikai Residence	Lotes em condomínio horizontal fechado	Não Identificado
Não Identificado	Não Identificado	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Barra Club 1 e 2	Condomínios verticais	28 torres
Construtora União	Sergipe	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Villas da Barra Salinas da Barra Portal da Barra	Condomínios verticais	432
Primasa Engenharia	Sergipe	Litoral Norte/Barra dos Coqueiros	Horto da Barra	Condomínio vertical	384

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018 (Organizado pelo autor)

Atualmente dispostos da seguinte forma ao longo do litoral (Mapa 6).

Mapa 6 – Distribuição dos empreendimentos identificados no litoral de Sergipe sob a influência da Rodovia SE 100



Organização: Sardeiro e Santos, 2018

Essa reorganização imobiliária se deu sob diferentes modalidades de uso e sem dúvidas, o cerne desse movimento está vinculado principalmente à mercantilização e financeirização das terras, seja sob a forma de loteamentos, condomínios de fechados horizontais ou verticais, condomínios temáticos ou ainda pela comercialização de grandes extensões de terra para especuladores.

As terras litorâneas de Sergipe, influenciadas diretamente pela infraestrutura de circulação rodoviária, se transformaram numa valorizada mercadoria, que com o auxílio da publicidade, se tornaram alvo de cobiça, sinônimo de status e até mesmo opção de investimento para futura rentabilidade (Figura 39).

Figura 39 – Trecho da Rodovia SE100 e os aspectos da valorização das terras do Litoral de Sergipe

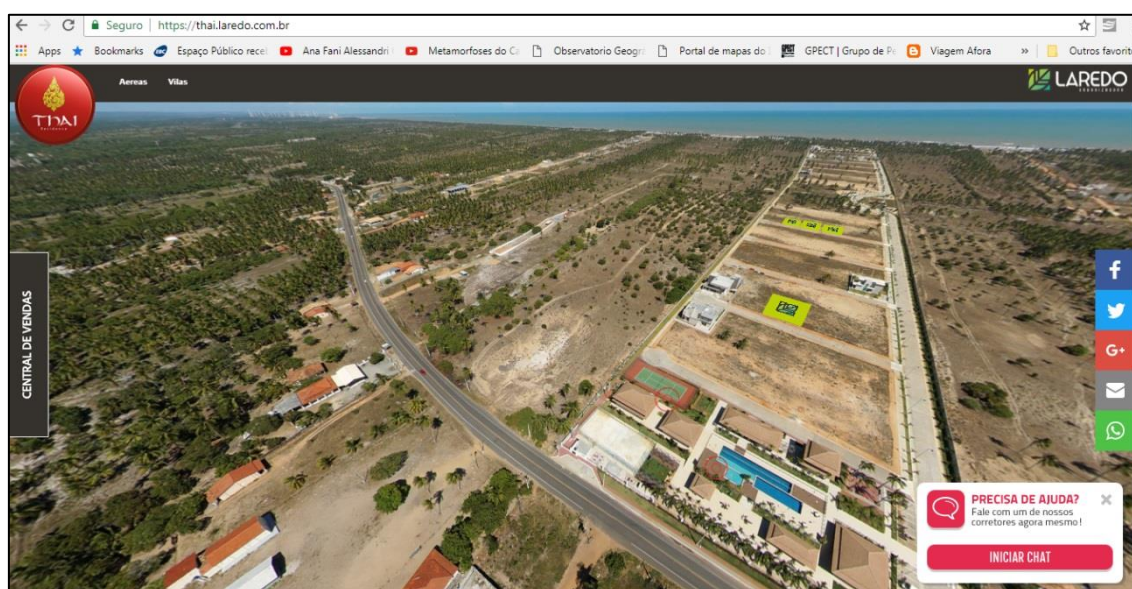


Foto: Site Laredo Urbanizadora, 2018

Dadas as condições necessárias de acesso e circulação das terras litorâneas, com a quase efetivação total da rodovia SE 100 e a construção das pontes complementares imprescindíveis para a circulação dos fluxos, assiste-se gradativamente a intensificação da comercialização das terras litorâneas e uma neocolonização desses espaços. Em Sergipe, sobretudo a partir da década de 2010, associados ao cenário econômico nacional da possibilidade de concessão de créditos e financiamentos por

bancos públicos e privados, percebeu-se significativas investidas do capital imobiliário na intensificação dos seus negócios.

Essas investidas privadas se deram para além dos limites da capital Aracaju, com o direcionamento da implantação desses empreendimentos tanto para o litoral norte, como para o litoral sul sergipanos. Nesse sentido, um emaranhado do processo de urbanização litorânea de Sergipe se efetivou sob novos modos e novas realidades que estão diretamente ligadas ao capitalismo contemporâneo, influenciados, de maneira mais ampla, por uma nova estruturação produtiva, aliada à financeirização da economia.

Viveu-se, sobretudo até meados da década de 2010, momentos de euforia neste mercado de terras litorâneas. A título de ilustração dessa verdadeira redescoberta do litoral sergipano, muito bem capitaneada pela especulação imobiliária, viu-se uma rápida multiplicação dos empreendimentos sobre essas terras e se assistiu, associado também às estratégias da publicidade, ao que se pode considerar como uma verdadeira explosão de vendas no mercado imobiliário.

O que se pode constatar é que a edificação desta rodovia objetivou de forma direta, mas não explícita, garantir as condições necessárias para a expansão do capital através da facilitação de sua circulação, por meio da intensificação de diversos fluxos, bem como promover a ampliação de um excedente na produção do espaço por meio da articulação entre capital financeiro e imobiliário.

Por exemplo quando se refere aos produtos imobiliários da Alphaville Urbanismo (Figura 40), de acordo com o site jornalístico Infonet (2013), o primeiro empreendimento lançado pela empresa, o Alphaville Sergipe, teve os seus 657 lotes completamente comercializados em apenas cinco horas no dia do lançamento. Enquanto o Terras Alphaville vendeu seus 580 lotes em apenas três horas. Ainda de acordo com a reportagem do citado site, segundo o gerente comercial desta empresa, André Nasi, via-se a perspectiva dos 614 lotes de um terceiro empreendimento, o Terras de Alphaville 2, fossem negociados em apenas uma hora e meia.

Ainda de acordo com o referido veículo eletrônico, para André Nasi, os lotes pertencentes a esse complexo imobiliário e comercializados no ano de 2012, já teriam sofrido no ano seguinte uma valorização de aproximadamente 29% e o

investimento total da empresa no litoral sergipano chegava a aproximadamente R\$ 87 milhões para a edificação e estruturação desse complexo. Ressalta-se ainda que toda a transação financeira no parcelamento e ou financiamento da compra é realizada diretamente por um sistema próprio da incorporadora Alphaville Urbanismo, e que para os empreendimentos em Sergipe podem ser realizados com uma entrada mínima de 10% do valor de um lote e financiamento em até 156 parcelas, com correção pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, de acordo com a modalidade de contrato adquirido.

Figura 40 – Empreendimentos Alphaville Urbanismo no litoral sergipano.



Foto: Alphaville Urbanismo, 2017

Para Miele (2015), a produção do espaço e sua valorização parecem, atualmente, ser condições para a valorização de capitais do setor financeiro da economia aplicados no setor imobiliário. Para a autora, evidencia-se um movimento entre a mundialização financeira (o processo produtivo no capitalismo comandado por um sistema financeiro, elemento importante na reprodução das relações de produção) e a sua relação com a produção do espaço.

Em um outro exemplo, o loteamento Luar da Barra, da empresa pernambucana Colorado Empreendimentos, localizado no município de Barra dos Coqueiros, teve os seus 1.587 lotes vendidos em menos de 72 horas. Destaca-se que a comercialização dos lotes desse empreendimento também foi realizada de forma direta pelo departamento financeiro da própria empresa.

Figura 41 – Comercialização e Publicidade do Loteamento Luar da Barra



Foto: Colorado Empreendimentos, 2016 e trabalho de Campo, 2016

Diante disso, observou-se o estabelecimento de um intenso processo de especulação de terras, especialmente nas áreas de influência da rodovia SE100, ao longo do seu traçado litorâneo, metamorfoseando áreas anteriormente utilizadas pelas atividades agrícolas (Figura 42), em condomínios fechados ou loteamentos, edificados, sobretudo, para atender as demandas criadas a partir da valorização dos atributos naturais do litoral, comercializados a partir de uma ideia de exclusividade, status social e qualidade de vida.

Entende-se que a produção desta porção do espaço geográfico sergipano, a partir da criação da infraestrutura de circulação, atende ao objetivo específico da ampliação do lucro das empresas imobiliárias. Nesta conjuntura, a lucratividade se dá garantida de maneira plena através da modalidade financeira em conjunção com o modelo de Estado neoliberal no qual estamos inseridos.

Figura 42 – Reorientação de uso do solo às margens da Rodovia SE 100



Foto: MRV, 2017

Entretanto, é válido destacar, que devido a abertura dessas novas frentes de expansão imobiliária, é possível constatar a presença de condomínios direcionados para específicas faixas salariais. Porém com determinações espaciais bem distintas.

Diante disso, ainda que sob o prisma de um mesmo mercado, diferenciados modelos de empreendimentos, que obedecem a mesma lógica da produção e consumo do espaço dos espaços litorâneos de Sergipe devem ser criados. Mesmo que de forma variada, o que se objetiva é a efetivação da ampliação do lucro. Para tanto, as estratégias gerenciais do imobiliário retrabalham o território, desencadeiam necessidades de consumo e se aproveitam dos seus estoques de terras disponíveis, que contribuem para a efetivação de uma produção desigual do espaço com diferentes perfis de ocupação.

Entretanto, ressalta-se que principal foco de valorização se dá na efetivação dos condomínios fechados de alto padrão construtivo, que são estabelecidos em terrenos

com atributos ambientais de maior valorização comercial, sobretudo com a valorização do mar, ou mesmo com uma qualificação urbanística através da criação de paisagens que remetam à proximidade ou convívio com a natureza.

Esses condomínios atendem a uma perspectiva de produção desses espaços de forma homogeneizada e determinam padronizações construtivas executadas tanto pela empresa na conformação física do empreendimento imobiliário, quanto pelo adquirente para a edificação da sua unidade habitacional. São empreendimentos que disponibilizam opções internas de lazer e serviços especializados aos seus moradores, na tentativa de autossuficiência deste território, numa quase independência de muitos serviços externos.

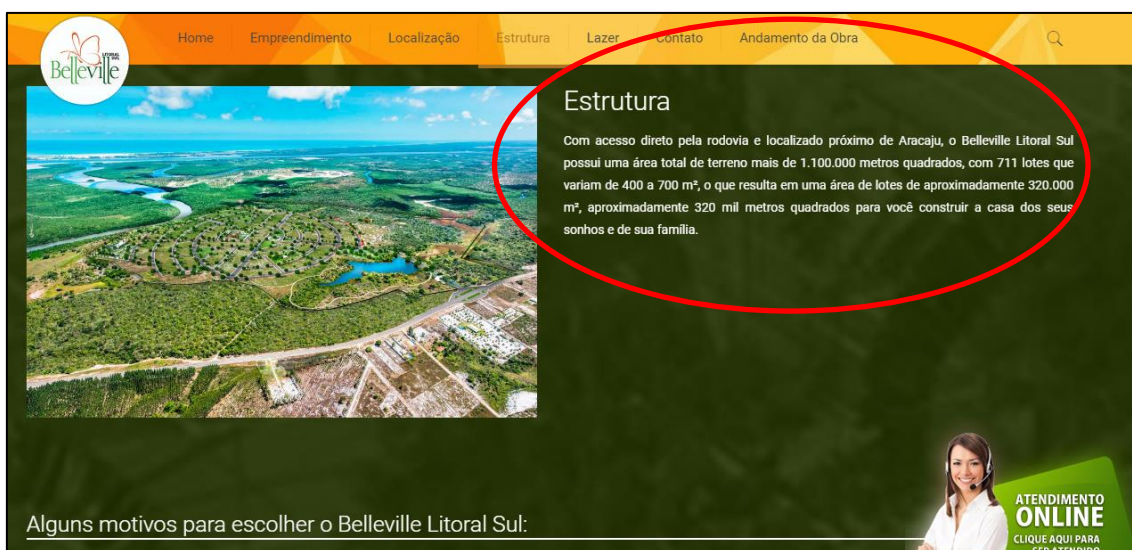
Desta forma, é questionável quais os verdadeiros ganhos com a expansão dessa modalidade de uso imobiliário, visto que excetuando-se os impostos territoriais voltados para a administração local, qual o efeito dinamizador desses empreendimentos na economia dos municípios onde se instalam? Se consideramos que a clientela para qual está voltada a edificação destes empreendimentos requer insumos que obedecem a um padrão de consumo, mais uma vez poderá ser observado a polarização desses fluxos para a capital do estado, onde se encontram uma oferta diversificada de produtos, diferentemente do que se encontra no pobre comércio dos municípios litorâneos de Sergipe.

Ao adquirir, por exemplo, um lote dos produtos da Alphaville Urbanismo, o comprador recebe junto ao contrato de compra e venda, a documentação completa que detalha os cuidados empregados na construção do empreendimento. A documentação inclui, ainda, o conjunto de normas pertinentes ao uso e ocupação do solo, que funciona como uma espécie de lei de zoneamento particular. Essas normas aplicam-se às edificações, estabelecendo parâmetros e limites, tais como número máximo de pavimentos, metragem mínima de recuos, limite de impermeabilização do solo, entre outros que segundo com a empresa, garantem a qualidade urbanística e a valorização do empreendimento ao longo dos anos. Ainda de acordo com a empresa, tais medidas se dão com o objetivo de garantir que a qualidade do empreendimento se mantenha com o passar dos anos. Para tanto, o comprador do empreendimento da Alphaville Urbanismo tem um conjunto de normas construtivas e de ocupação que deve ser obedecidas.

A facilitação do acesso a serviços na capital proporcionados pela interligação da SE 100 intensificou os fluxos e serve como item de valorização e convencimento. Essa facilidade também intensificou o uso do solo e a modificação paisagística, dentre outras inúmeras modificações. Numa rápida observação ao marketing dos principais empreendimentos distribuídos pelo litoral sergipano, além dos atributos naturais, o tempo de circulação e a facilitação do acesso à capital do estado é também um destaque para o convencimento do possível investidor. Por exemplo, o Empreendimento Belleville (Figura 43), distante aproximadamente 82km da capital, destaca em seu site a facilidade de acesso e a proximidade da cidade de Aracaju, mesmo se localizando no município de Indiaroba, último município ao sul do estado de Sergipe e que faz limite territorial com o estado da Bahia.

É válido destacar que em todos os setores do litoral sergipano já se apresentam as ações do capital na implementação de investimentos imobiliários ou na aquisição de terras para futuros investimentos.

Figura 43 – Publicidade do Condomínio Belleville, Indiaroba/SE



Fonte: Site do empreendimento, 2018

Ao longo desse processo de fracionamento comercial do litoral sergipano, há a presença de empreendimentos edificadas em zonas intermediárias de atributos ambientais, entretanto, constata-se também a intensificação do uso do solo através da verticalização e ainda o forte apelo publicitário à determinação de uma melhor qualidade de vida e contato com a natureza. Exemplo disso, o empreendimento Horto da

Barra com 7 torres de edifícios de 8 pavimentos e 384 unidades habitacionais (Figura 44), que utiliza do *marketing* através do chamariz publicitário de “O seu lugar ao lado da praia. O seu lugar perfeito e reservado para a sua felicidade”.

Figura 44 – Intensificação do uso do solo no litoral sergipano



Foto: Site Primasa Engenharia, 2017

Esse *marketing*, bastante utilizado pelo mercado de terras fracionadas é forte aliado no poder de convencimento para o consumo, tem como alvo determinar necessidades na sociedade, sem que os sujeitos se deem conta disso. Desta forma, é utilizado para atender as necessidades de mercado, porém não se limita somente a bens de rápido consumo. É aproveitado por exemplo, para a difusão de ideias, programas eleitorais e também para a comercialização de lugares.

Associado a outros fatores, dentre eles a questão dos impactos ambientais decorrentes da implementação desse e de outros empreendimentos, os setores do litoral sergipano passam por intensas reconfigurações paisagísticas que perpassam por brutais transformações de uso e ocupação deste espaço geográfico. As terras rurais agora se tornam urbanizáveis, desencadeando processos excludentes de ordenação dos territórios municipais.

Diante do padrão de ocupação imobiliária que se constata, observa-se a implementação de grandes empreendimentos, que em sua maioria se dá na modalidade de condomínios fechados. Essa realidade desencadeia rapidamente grandes contraste paisagísticos, determinam também uma segregação social e inviabilizam acesso das

comunidades já existentes a esse novo modelo de uso e ocupação do litoral e a determinados recursos ambientais, além de contribuírem para a supervalorização das terras de entorno e a especulação imobiliária.

Figura 45 – Povoado Terra-Caída e Condomínio Fechado BelleVille às margens da Rodovia SE 100, município de Indiaroba.



Foto: Max Santos, 2018

A figura 45, apresenta através da demarcação em formato de círculo, a disposição geográfica do Condomínio Residencial BelleVille e traz também a marcação em retângulo a demarcação do Povoado Terra-Caída, ambos no município de Indiaroba, porção extrema litoral sul de Sergipe. Ao se analisar essa recente ocupação territorial, proporcionada dentre outros fatores, pela construção da rodovia SE 100 e ainda pela edificação da ponte Gilberto Amado que interliga os municípios de Estância e Indiaroba que permite ainda a facilitação dos fluxos a partir da capital, observa-se que essa fluidez determinou a abertura dos territórios para a exploração de suas terras.

A recente implementação desse citado empreendimento (Figura 46) impõe ao território do Povoado Terra-Caída, de uma só vez, o incremento de 711 lotes

habitacionais com variação de 400 a 700m², dispostos numa área privada de 320 mil metros quadrados, numa dimensão geográfica aproximadamente maior que esse antigo núcleo habitacional presente nas imediações deste condomínio. De acordo com o site do empreendimento, são 55 mil metros quadrados de áreas comuns, espaço de lazer, pontos gourmet, quadra poliesportiva, três quadras de tênis, acesso ao Rio Coqueiro, estrebria, deck de contemplação com rampa que dá acesso náutico ao mar, 3,5 km de ciclovias exclusivas, amplas alamedas de convivência, numa estrutura sem igual em nenhum outro empreendimento na região.

Numa outra realidade correlata, Gesteira (2017), afirma que a soma das áreas construídas pelos os novos empreendimentos que se encontram dispostos na zona de expansão urbana do município de Barra dos Coqueiros, edificadas em pouco mais de meia década, entre os anos de 2010 e 2016, correspondem a aproximadamente à mesma dimensão territorial da sede deste município. Afirma ainda que esses empreendimentos quando em pleno funcionamento, poderão receber um contingente populacional de aproximadamente 25 mil novos habitantes, superior à atual população do município. Com isso, a constatação é de que em um curto espaço temporal diversas territorialidades se farão postas, contribuindo para a intensificação do uso e ocupação deste setor litorâneo sergipano.

Diante disso, a implementação deste e de outros produtos do mercado imobiliário do litoral sergipano, auxiliam na comprovação desta tese, visto que elitizam e intensificam a segregação socioespacial nos municípios litorâneos onde se instalam.

Figura 46 – Empreendimento BelleVille



Foto: BelleVille, 2018

Questiona-se, diante disso, como se darão as relações sociais nesta interação entre seculares moradores e os novos usuários do território? como se dará o acesso a terra para moradia e para as atividades de pequena agricultura pelas futuras gerações das comunidades tradicionais presentes nos territórios? onde está a prometida geração de emprego e renda a partir do turismo? Estariam essas populações menos favorecidas relegadas aos postos de emprego de menor valorização e que necessitam de baixa qualificação nas demandas que se processarão nestes empreendimentos neocolonizadores financeiros do litoral?

A valorização dessas terras, paulatinamente, inviabiliza as possibilidades de reprodução social, econômica e cultural dessas tradicionais comunidades. Um fato que não pode ser esquecido é que com o incremento no valor das antigas terras rurais e a instalação de verdadeiros enclaves urbanos em seus territórios, as administrações públicas municipais despertaram a necessidade ao atendimento das normativas legais de exigência nacional. A implementação de instrumentos de ordenamento territorial, lhes permite os ajustes espaciais para o uso e ocupação dessas terras e sobretudo, um novo modo de arrecadação de impostos e tributos. Entretanto, em alguns casos, os Planos Diretores aprovados nas instâncias dos legislativos municipais, podem revelar íntimas

ligações entre as representações políticas e os interesses privados na tessitura das normativas para a utilização e exploração imobiliária dos municípios.

Como já citado, as terras litorâneas desses municípios, por anos, tiveram o seu uso dedicados à agricultura ou a pecuária, porém, o direcionamento das políticas públicas para o uso do litoral pelo turismo, a chegada de grandes empreendimentos habitacionais e a consequente a valorização dessas terras, determinaram novos usos e desencadearam novos zoneamentos, com o redimensionamento das suas antigas zonas espaços urbanas, rurais, de expansão urbana, com novas composições nos índices oficiais do preço da terra.

São os ajustes espaciais, que de certa forma, impõem aos menos favorecidos, aos descapitalizados, mas pertencentes a áreas de ocupação privilegiadas do capital, a expulsão indireta da sua terra tanto pela significativa elevação dos impostos, quanto pelo assédio financeiro dos especuladores.

Ao analisar a ação do Estado-Capital na produção do espaço e a expropriação das comunidades tradicionais no município de Barra Dos Coqueiros, litoral norte de Sergipe, Gesteira (2017), afirma que a partir das ações do Estado e da iniciativa privada, todo um decurso de ingerências sobre a vida e a produção de suas comunidades rurais impõem mudanças severas e abruptas no espaço e nas mais diversas características locais. Para esse autor (2017, p.67), “ignora-se o lugar enquanto usufrui da paisagem, que para o capital se resume às amenidades turísticas, essenciais também ao mercado imobiliário...”.

Ainda de acordo com o citado estudo, o autor conclui que a identidade e a vida são ignoradas, que esse município litorâneo foi encarado dentro da perspectiva homogeneizante do capital, para onde, a despeito de toda as mazelas espaciais e sociais que já se faziam presentes, o modo capitalista de produção vislumbrou, mais uma entre as tantas possibilidades de materializar seus ajustes espaciais.

Diante do exposto, observa-se que essa realidade pode ser constatada nos demais municípios litorâneos de Sergipe, onde se percebe a sobreposição dos interesses privados na transformações dos atributos ambientais das localidades em mercadorias, atropelando as relações sociais e a reprodução destas nos territórios (Figura 47).

Figura 47 – Atributos ambientais na valorização e especulação imobiliária, Povoado Terra-Caída, Indiaroba, Litoral Sul de Sergipe.



Foto: Trabalho de Campo, 2016

Reorganizado e redirecionado em atendimento à uma lógica da formação de mercadorias imobiliárias, o litoral sergipano tem sido idealizado e trabalhado com o objetivo da sua inserção mais ampla no circuito mundial desse mercado, notadamente através da estruturação de suas formas e a consequente produção de seus espaços.

Dessa maneira, sob a predominância de novas lógicas financeiras que objetivam a efetivação de riquezas, novas e complexas formas de reprodução e apropriação são conformadas no litoral sergipano, que resvalam essa acidez capitalista, sobretudo, nas relações sociais que anteriormente existiam nos lugares.

Nesse sentido, destaca-se também, a preocupação pelo desencadeamento de conflitos de terra e também no que se refere à manutenção atividade extrativista, realizadas pelas comunidades tradicionais presentes ao longo do litoral de Sergipe.

No ano de 2006, com o início da construção da ponte interligando a capital do estado ao litoral norte de Sergipe, juntamente com intenções governamentais da readequação estrutural do trecho norte da rodovia litorânea SE 100 e com isso a facilitação dos acessos às margens sergipanas do Rio São Francisco, a cobiça por essas terras com cenários paisagísticos privilegiados desencadeou sérios conflitos territoriais.

No povoado Resina, município de Brejo Grande, extremo norte do litoral sergipano, mais de quarenta famílias descendentes de quilombolas viviam no local e produziam o sustento através da agricultura do arroz realizado em sistema de meia com os supostos proprietários de fazendas às margens dos rios São Francisco e Paraúna. Nesse sistema, os quilombolas tinham o direito de utilizar a terra e, como pagamento, entregavam metade da colheita aos particulares.

Entretanto, parte desta área foi comprada pela construtora Norcon com a intenção de implementar um complexo hoteleiro, o que trouxe dificuldades para a população quilombola que se viu impedida de cultivar as terras há anos utilizadas por eles.

De acordo com reportagem do site NEnotícias (2010), a comunidade já relatava problemas enfrentados com os antigos donos que, segundo ela, nunca cultivaram nada nas propriedades. Porém, os problemas teriam se agravado após as aquisições feitas pela Norcon, que estaria dificultando a entrada das famílias nas terras que costumavam cultivar.

Nesse sentido, a relação conflituosa foi direcionada aos tribunais da Justiça Federal, que com o auxílio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, da Gerência do Patrimônio da União e a posterior análise dos fatos, reconheceu que a área ocupada e utilizada pela comunidade Brejão dos Negros pertencia à União. Diante disso, a decisão reconheceu que as famílias do local eram realmente descendentes de quilombolas. Embora ainda não possuíam o título definitivo das terras que ocupavam, a Fundação

Palmares, no ano de 2006, expediu um certidão de auto reconhecimento como comunidade quilombola. Tal registro deu início ao processo de reconhecimento e titularização de terras para comunidades descendentes de quilombos.

Diante disso, a justiça concluiu que como os moradores eram remanescentes de quilombolas, também se tornavam os legítimos proprietários das terras ocupadas, sendo necessária apenas a formalização jurídica deste direito e ainda decretou que cabia à União mantê-los nestas áreas, sem impor quaisquer restrições ao seu uso que inviabilizem a manutenção do seu tradicional estilo de vida.

Com isso, a justiça garantiu a propriedade das terras ocupadas, mas a citada construtora ainda se manteve como proprietária das demais áreas de terras adquiridas. Diante desse fato e com a efetiva abertura territorial do litoral norte que se concretizará após a conclusão da readequação da rodovia SE100, restam as dúvidas no que se refere a maneira de como se processarão as relações sociais e econômicas entre a população local e a chegada de novos moradores e especuladores. Questiona-se também como se darão o prometido desenvolvimento da região e a melhoria das condições de vida das populações dos municípios presentes ao longo desta rodovia. Ressalta-se também que com a facilitação deste acesso e a presença da REBIO Santa Isabel neste território, os conflitos serão constantes, visto que a unidade ambiental é de proteção integral com uso extremamente restrito e na sua delimitação, estão contidos 45km de faixa de praia.

Ao se analisar alguns aspectos das ações de expansão do imobiliário, no que se refere aos conflitos que se processam no modo de vida das comunidades tradicionais presentes ao longo do litoral sergipano, constata-se que a facilitação dos fluxos litorâneos a partir construção da rodovia SE 100 e a consequente mudança produtiva dessas áreas contribuem para o acirramento de relações conflituosas e também ao comprometimento da continuidade de diversas dessas atividades, as quais, são as bases econômicas de sobrevivência desses povos e estão ligadas ao extrativismo vegetal e animal, a agricultura de subsistência, a pesca artesanal e ao artesanato.

Segundo Mota e Pereira (2009), ao se percorrer o litoral sergipano, da foz do Rio São Francisco à do Rio Real, é possível identificar um número expressivo de comunidades rurais dedicadas ao extrativismo, atividade que envolve um contingente

significativo de famílias cuja sobrevivência depende diretamente dos recursos naturais locais, inclusive em áreas de vegetação protegida por lei.

De acordo com os citados autores, as populações tradicionais de Sergipe, normalmente remanescentes de quilombolas, enfrentam problemas socioeconômicos, ambientais e culturais típicos das comunidades pobres, aos quais vêm se somar novos riscos em curso na região litorânea, como abertura de estradas asfaltadas e pontes; atividades turísticas e ligadas ao lazer, expansão da urbanização. Segundo eles, tais novidades valorizam as terras em território, antes assegurado como espaço de vida e trabalho e, atualmente, ameaçado de ser perdido. As populações se apresentam vulneráveis frente às mudanças que estão ocorrendo no seu meio e, por isso mesmo, tornam-se fortes candidatas a engrossar o contingente dos cativos das políticas sociais.

A título de ilustração, a Embrapa (2009), ao mapear o extrativismo da mangaba nos municípios da zona costeira sergipana, detectou um contingente de 64 comunidades, dentre eles 58 povoados e seis assentamentos de reforma agrária, totalizando aproximadamente, 1.628 famílias que fazem extrativismo de mangaba em Sergipe. Ainda de acordo com esse estudo, o extrativismo da mangaba está associado a outras atividades econômicas, principalmente pesca e mariscagem nos mangues, extrativismo de outras frutas nativas e exóticas, roça e coco. Outras atividades menos citadas incluem artesanato, emprego não formal e bolsa família.

Contudo, mesmo diante desse cenário do envolvimento de grande número de pessoas nessas atividades tradicionais, as áreas naturais estão sendo extintas pela derrubada das plantas para a edificação de empreendimentos e as catadoras de mangaba se veem diariamente sob a ameaça de perder a fonte de sobrevivência.

Segundo Mota et al (2015), somente no estado de Sergipe, os conflitos totalizavam 14 tipos envolvendo catadoras de mangaba, proprietários de terra e responsáveis por sítios devido ao impedimento de acesso às plantas para a prática do extrativismo no período de 2007 a 2009.

Diante disso, afirma-se que a instensificação imobiliária no litoral sergipano desencadeia inúmeros impactos sociais e ambientais negativos, pois se sabe que os conflitos nos diversos modos de extrativismo serão aumentados a medida que a

reterritorialização do litoral sergipano seja intensificada. Ressalta-se que com a implementação de empreendimentos áreas que englobam margens de rios em suas plantas urbanísticas também desencadearão processos conflituosos no extrativismo dos mariscos e para a pesca artesanal.

Perante esse complexo cenário que se faz posto para as populações tradicionais, corrobora-se com o pensamento de Gesteira (2007), ao afirmar que o processo de produção do espaço inscrito na lógica da expansão da acumulação de capitais tem promovido, a partir de ajustes espaciais e em multideterminações estabelecidas na ação de conjunção do Estado ao capital, uma série de (medi)ações e ingerências no espaço agrário e na estrutura cultural e social de trabalho e produção dos povos tradicionais.

Diante todo esse complexo emaranhado que se processa no litoral sergipano, o que se pode concluir, é que mesmo diante das iniciais intenções de disponibilizar o litoral sergipano como um novo espaço para a acumulação e reprodução do capital a partir da efetivação de infraestrutura para a viabilização do turismo, que logrou o grande êxito foi o mercado especulativo de terras. O Prodetur e outros investimentos no turismo de Sergipe foram ações estatais importantes na valorização de terras privadas, que possibilitaram não apenas o crescimento do capital imobiliário na escala local, mas também a atração de grandes grupos empresariais sob outros comandos escalares, para a especulação imobiliária no litoral sergipano. O que se constata é que toda a infraestrutura disponibilizada, desencadeou processos que intensificaram a atuação do capital através da indústria imobiliária e que induz esse litoral a uma neocolonização financeira, que se impõe os territórios e às tradicionais comunidades costeiras, mas no entanto, não proporcionou o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda e a dinamização fiscal do estado de Sergipe a partir da atividade do turismo.

De maneira geral, o que se constatou foi o poder das intervenções políticas do Estado como principal produtor do espaço litorâneo de Sergipe, com a forte determinação da transformação de antigas áreas agricultáveis em mercadoria imobiliária de alto valor comercial voltada para o mercado privado. Constatou-se também, a aliança entre o capital financeiro e o Estado, com a permissão do domínio desse espaço pelo capital imobiliário especulativo, além de ações para incentivar e assegurar a reprodução deste capital através da viabilidade de novas e futuras obras de infraestrutura.

Considerações Finais

Refletir sobre a atual dinamicidade que se processa no litoral de Sergipe é debruçar sobre um emaranhado de relações que se encontram interligadas neste espaço geográfico. Como consequência desse estudo, algumas ideias se destacaram, como forma de sintetizar o posicionamento no qual, para o presente momento, encerram as análises referentes às questões que foram trabalhadas ao longo dessa reflexão.

A tentativa da viabilização da atividade econômica do turismo a partir do final da década de 1980 figurou e se perpetua atualmente como o pano de fundo para uma série de investimentos estatais, na estruturação e consequente reprodução de um espaço diferenciado na zona costeira nordestina, sobretudo no litoral sergipano foco dessa análise.

Nesse sentido, ficou constatado que o Estado, numa parceria de submissão ao mercado, é o principal protagonista na produção e reprodução do espaço litorâneo sergipano, tanto pelo o poder da regulação das relações sociais, quanto pelo provimento das infraestruturas. Diante disso, em atendimento à ideologia dominante presente na luta de classes, suas ações são diretamente influenciadas na produção das condições que viabilizam a reprodução do capital privado no nosso litoral.

É válido ressaltar que os investimentos nessa atividade do turismo foram e são propagados por meio de uma retórica política ideológica dominante que apresentou a estruturação dessa atividade como uma solução viável para o desenvolvimento econômico do estado de Sergipe. Entretanto, o ideal da geração de emprego, renda e dinamização fiscal estadual é apenas a dissimulação de um discurso que alimenta um sistema de dependência financeira, viabiliza a estrutura de especulação imobiliária e não cumpre o seu objetivo principal.

Essa política de investimento estatal desencadeou o surgimento de uma nova armadura territorial, estabelecida através da criação de infraestruturas de engenharia que possibilitaram a efetivação de vias de circulação no litoral, que imprimiram, sobretudo, nas primeiras décadas do século XXI, novos sentidos e novos usos desta porção do território sergipano.

Entretanto, diante da análise realizada, constatou-se que de modo geral, a atividade de turismo em Sergipe não atingiu o objetivo definido nos projetos e programas propostos nas políticas para o desenvolvimento do turismo. Outrossim, ficou evidente que a sustentação da ideia de desenvolvimento alimenta um ciclo de dependência financeira voltado para a contratação de novos empréstimos por parte do governo do estado, que são utilizados para novos investimentos, que são demandados por novas necessidades determinadas pelo mercado imobiliário, numa tentativa interminável da efetivação das condições necessárias para o almejado desenvolvimento econômico proporcionado pela atividade do turismo.

Nesse movimento, a intimidade nas relações entre o Estado e o capital privado, direcionam os investimentos e criam as condições necessárias para a ampliação do lucro. Nota-se, diante das medidas implementadas, assim como em muitas outras que se processam na atualidade, que o grande interesse pela implementação do turismo como um todo, não vai além da munção de grandes investimentos focalizados em determinados pontos do litoral.

O objetivo final é atender interesses imediatos de ordem econômica, beneficiar grupos empresariais da construção civil, ao tempo em que se edifica a plena circulação rodoviária e valorização das terras costeiras. Entende-se que esses investimentos se traduzem como no desenrolar do tapete vermelho da especulação imobiliária ao longo da faixa litorânea de Sergipe e suas áreas de influência.

De acordo com o as análises realizadas nesse estudo, as ações políticas de investimentos na valorização das terras, elitização do litoral e o consequente aporte de grandes capitais privados, conduzem a uma forte tendência, via mecanismos de mercado, de supervalorização das terras pertencentes à franja litorânea estadual, da gradativa expulsão da população tradicional dessas localidades e ainda na mudança do padrão da ocupação populacional por segmentos de alto poder financeiro.

Requere-nos, afirmar, desta forma, que o direcionamento de todos esses investimentos que o governo de Sergipe vem proporcionando cada vez mais para esse setor do território sergipano, sob a dissimulação de um discurso de desenvolvimento econômico pelo turismo, despreza outras áreas do seu território que apresentam grandes

carências e necessitam de assistência, mas que, no entanto, estão atualmente fora do foco de exploração mercantil ou das tendências atuais de enobrecimento das suas terras.

Essa realidade, que contribui significativamente para a intensificação da desigualdade intra-regional, põe em dúvida a possibilidade da realização de um patamar de desenvolvimento econômico do estado, por e através da atividade do turismo.

Ao longo deste estudo, evidenciou-se que cidade de Aracaju, capital do estado, continua como o principal ponto irradiador dos investimentos realizados ao longo do litoral sergipano. É a partir desse município, em paralelo a linha de costa, que se dá o prolongamento da Rodovia litorânea SE100 para os sentidos norte e sul do território estadual.

Ficou evidente, dentre outros fatores, que a construção da ponte sobre o rio Sergipe, que interligou a capital ao trecho norte da Rodovia SE100, proporcionou um movimento dinâmico de intensificação da ocupação imobiliária, num verdadeiro fenômeno de transbordamento urbano da capital para além dos seus limites territoriais, com direcionamento para o litoral norte, sobretudo no município de Barra dos Coqueiros.

Contudo, no que se refere ao setor do turismo, que era proposto como o segmento a ser dinamizado no referido município, o único estabelecimento de destaque neste setor, o antigo “Hotel da Ilha” permanece na mesma situação de instabilidade administrativa e de funcionamento. Num intervalo temporal de quase uma década, o referido empreendimento funciona atualmente sob o comando de um quinto grupo empresarial, numa nova tentativa de recuperação comercial. Frente a essa realidade, o que se constata num comparativo com a dinamização atividade imobiliária, é um cenário negativo para a atividade do turismo.

A situação acima descreve um período que pode ser caracterizado como ponto de partida na intensificação da exploração mercantil das terras litorâneas de Sergipe, com a caracterização de um produto imobiliário proporcionado pelo discurso do turismo, que associado à mercantilização da natureza, agregou valorização comercial aos atributos naturais presente no ambiente. Com isso, elegeu essas terras como um

novo foco da reprodução do capital no período contemporâneo, por e a partir do mercado imobiliário, sob influência de múltiplas escalaridades.

Nesse contexto, com a construção das pontes litorâneas sobre os estuários presentes no território sergipano e à medida que a efetivação da circulação rodoviária foi se processou, foi perceptível também, um espraçamento pontual e descontínuo de inúmeros investimentos imobiliários ao longo da rodovia SE100 em ambas as direções. Verificou-se uma menor intensidade na dinâmica de ocupação do litoral sul. Entretanto, para o litoral norte, diante da intensificação da ocupação imobiliária constatada, evidencia-se, o que pode ser caracterizar como uma nova zona de expansão urbana da capital.

É válido ressaltar também, que mesmo diante de uma menor intensidade na ocupação no trecho sul do litoral sergipano e de um atual período de estagnação na edificação e no lançamento de novos empreendimentos no litoral de forma ampla, essa realidade não traduz uma diminuição das transações mercantis de terras. Visto que, diante da aquisição de grandes porções de terra já realizadas pelo segmento imobiliário ao longo do litoral, pode ser constatada a caracterização da formação de estoques de terra que aguardarão o momento propício para sua comercialização, no movimento contínuo de expansão dessa ocupação litorânea.

Essa realidade vem reforçar uma das ideias principais dessa tese, quando se afirma que os investimentos realizados não surtem os efeitos prometidos na realização do turismo, mas sim, cria as possibilidades para que o capital, através do mercado imobiliário siga firme na sua ordem de acumulação a partir da exploração e produção do espaço litorâneo de Sergipe.

Disto resulta que não existe, de fato, um movimento de ampliação das atividades que envolvem o mercado do turismo ao longo do litoral de Sergipe, mas sim, pelo que foi constatado, um tímido desempenho socioeconômico para o que foi proposto. Logicamente, como era de se esperar, foi observado diante da dinâmica que se processou, um avanço considerável na atividade do segmento imobiliário na ocupação do litoral. É digno que se registre ainda, que os novos empreendimentos imobiliários instalados ao longo do litoral sergipano, em sua totalidade, não trazem em sua

perspectiva de uso, nenhuma associação com a atividade do turismo, mas exclusivamente o imobiliário residencial.

Ao se olhar para o futuro do litoral sergipano, em observância às atuais articulações de fenômenos espaciais de várias ordens, sobretudo, a partir das políticas públicas do turismo direcionadas para esse espaço geográfico, às quais, possibilitam as condições necessárias para a valorização mercantil das terras litorâneas e a ampliação do capital, é possível afirmar que no litoral sergipano, ficarão evidentes significativas disparidades sociogeográficas e ainda no que se refere ao uso e ocupação do solo.

Caso sejam mantidas as atuais tendências de ocupação, será possível visualizar dentro de alguns anos a efetiva elitização na ocupação da faixa litorânea do estado. O principal marco divisor dessa definida estratificação social será a Rodovia SE100.

Prever-se assim, que os terrenos situados entre a referida rodovia e a linha da costa, irão igualmente como no presente, abrigar a instalação dos empreendimentos habitacionais imobiliários de maior padrão construtivo, ocupados pela classe de alto poder aquisitivo. Considera-se assim, a presença da praia como principal atributo ambiental de valorização e determinação do preço e da ocupação dessas terras.

Nesse contexto, é de fundamental importância afirmar a validação da ideia central deste trabalho, que transcorreu apoiado na tese de que as políticas públicas de implementação de infraestruturas (pontes e rodovias) na fachada litorânea de Sergipe, justificadas pelo discurso do desenvolvimento do turismo, elitizam e intensificam a segregação socioespacial dessa porção do território sergipano, por promover e dar suporte a facilitação da entrada do capital especulativo por meio da intensificação dos fluxos, sobretudo na implementação de investimentos imobiliários privados, que supervalorizam a terra, atraem novos investimentos, geram impactos ambientais e desencadeiam acentuados contrastes sociais e paisagísticos, além de intensificarem a dinâmica regional.

Referencias

ABREU, M. de A. **A apropriação do território no Brasil colonial**. In: CASTRO, I. E. de, CORRÊA, R. L. e GOMES, P. C. da COSTA. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.

AGÊNCIA SERGIPANA DE NOTÍCIAS. **Estamos organizando o turismo no Estado**. <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/governo/estamos-organizando-o-turismo-no-estado-garante-jackson-ao-liberar-r-3-milhoes-para-capacitacao-em-turismo>
Acesso em: 20/03/2018

AGÊNCIA SERGIPANA DE NOTÍCIAS. **Ministro do Turismo garante recursos para término da obra do Centro de Convenções**. <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/turismo/ministro-do-turismo-garante-recursos-para-termino-da-obra-do-centro-de-convencoes> , Acesso em 20/10/2017.

AGÊNCIA SERGIPANA DE NOTÍCIAS. **Rodovia Pirambu-Pacatuba será entregue em 2018**. <http://agencia.se.gov.br/noticias/infraestrutura/rodovia-pirambu-pacatuba-sera-entregue-em-2018> , Acesso em 27/04/2018

ALBUQUERQUE, Bruno Pinto de. **As relações entre o homem e a natureza e a crise sócio-ambiental**. Rio de Janeiro, RJ. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2007.

ALEXANDRE, L. M. de M. **Políticas públicas de turismo nos municípios ribeirinhos do Baixo São Francisco Sergipano**: Avaliação do PRODETUR/NE I. Dissertação de Mestrado: UFS, 2003.

ALMEIDA, M.G.de. VIEIRA, L.V. L. **Conflitos ambientais no litoral norte de Sergipe**. I Seminário de Espaços Costeiros, Anais, UFBA, Salvador, 2011.

ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil**. Blog da Boitempo. Publicado em 02/12/2013. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/> . Acesso em 15/08/2015.

ALVES e SILVA. L. M. **De que “natureza” se fala na escola**: representação social de professores e alunos no contexto da educação ambiental. PPGED, Tese de Doutorado, Recife, 2009.

ANDRADE, L.G.A. **O espaço público da praia**: reflexões sobre práticas cotidianas e democracia no Porto da Barra em Salvador. PPAU, Dissertação de Mestrado. UFBA, 2015.

ANTON CLAVÉ, S. La urbanización turística. De la conquista del viaje a la reestructuración de la ciudad turística. Doc. Anàl. Geogràfica. 32, 1998 1743. Em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=239352&orden=84639&info=link> >

ARAÚJO, R. C. B. **A cultura da praia: urbanização, sociabilidade e lazer no Brasil, 1840- 1940**. Acta Científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales de Chile. p1-8. 2013.

ASN, **Governo atua para tentar impedir derrubada de casas no Saco**. Disponível em: <http://agencia.se.gov.br/noticias/turismo/governo-atua-para-tentar-impedir-derrubada-de-casas-no-saco> Acessado em :20/agosto/2017

ASN, **Governo do Estado promove nova fase de desenvolvimento para o turismo de Sergipe**. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/governo/governo-do-estado-promove-nova-fase-de-desenvolvimento-para-o-turismo-de-sergipe> Acessado em :26/novembro/2016

BECKER, Bertha K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 1, n. 1, Rio de Janeiro, 2001, pp. 1-7.

BEZERRA, M.M.de O. **Turismo e financiamento: o caso brasileiro à luz das experiências internacionais**. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Unicamp, 2012.

BNB, **Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste**. Relatório Final de Projeto. BNB, 2005. Disponível em: http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_pcr_i.pdf

BNB. PRODETUR/NE. **Informações Básicas**. Banco do Nordeste do Brasil. Disponível em www.bnb.gov.br . 2005

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Brasília, Diário Oficial Capital, 2010.

CALDAS, A. L. **Dialética e hermenêutica: uma questão de método**. GEOUSP: espaço e tempo, São Paulo, n. 01, p. 23-29, 1997.

CARDOSO, G.C. C A atuação do estado no desenvolvimento recente do Nordeste. João Pessoa; Ed.Universitária, 2007.

CARINHATO, P. H. **Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas Últimas Décadas do Século XX no Brasil**. Revista Aurora, Ano II, nº3, Marília, 2008.

CARLOS, A. F. A. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. IN: Carlos, A.F & Oliveira, A.U. (orgs), **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004

CARVALHO, C. P. O. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. *Anais*. Salvador: ANPEC, 2008.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, K.B., PAIVA, M.G.M.V. Repensando o crescimento do Turismo no Nordeste a partir da intervenção do Estado. Revista da Administração Pública. Rio De Janeiro. 29 (I): 101-9, JAN./MAR. 2007

CBMSE. **Número de afogamentos atendidos pelos bombeiros triplicou nas praias de Aracaju.** Disponível em: <http://www.cbm.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=1216#.Ww63GDQvzIU> , Acessado em : 30/05/2018.

COOPER, Chris. et al. **Turismo: princípios e práticas.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 559p.

CORBIN, A. **O território do Vazio – A praia e o imaginário ocidental.** Companhia das Letras, São Paulo, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: Um Conceito-Chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: Conceitos e Temas.** São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. p 15-48.

COSTA PORTO, J. da. **Estudo sobre o sistema Semarial.** Recife: Imprensa Universitaria, 1965.

COSTA, C. R. R. da. Turismo, produção e consumo do espaço litorâneo. **Geografia em questão.** Vol.05, Nº1, Unioeste, Marechal Rondon, 2012

CRUZ, R. C. A. Políticas de Turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, A.I.G. (org). **Turismo: impactos socioambientais.** 2ed. São Paulo, Hucitec, 1999.

CRUZ, R.C.A da. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. IN: COSTA, J.H; SOUZA, M. **Política de Turismo e Desenvolvimento: reflexões gerais e experiências locais.** Coleção Mossoroense, Vol. 1582. Mossoró, 2010

DANTAS, E. W. C. Antecedentes do turismo no Nordeste. In: **Turismo e imobiliário nas metrópoles.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 17-34.

DANTAS, E. W.C. **Incorporação do lado mar à geografia das metrópoles nordestinas.** Boletim. Goiano de Geografia. (Online). Goiânia, v. 35, n. 3, p. 380-396, set./dez. 2015.

DANTAS, E.W.C, Incorporação do lado do mar à geografia das metrópoles nordestinas. **Boletim Goiano de Geografia**, Vol. 35, nº3, p 380-396. Goiânia, 2015

DANTAS, E.W.C, PANIZZA, A. de C., PEREIRA, A. Q. **Vilgiatura Marítima no Nordeste Brasileiro.** X Colóquio Internacional de Geocrítica. Universidade de Barcelona, 2008.

DANTAS, W.E.C; PEREIRA, A.Q; PANIZZA, A. Urbanização Litorânea das Metrópoles Nordestinas Brasileiras. In: DANTAS, W.E.C; FERREIRA, A.L; CLEMENTINO, M.L.M. **Turismo e Imobiliário nas Metrópoles**. Rio de Janeiro: Letradadas Letras, São Paulo, 1989.

DENCKER, A. DE F. M. **A pesquisa e a interdisciplinaridade no curso superior: uma experiência no curso de turismo**. São Paulo. Ed Aleph, 2000.

DIAS, J.M.A. **Gestão Integrada das Zonas Costeiras: mito ou realidade?** Anais do II Congresso sobre Planejamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa. Maputo, 2013.

DINIZ, J. A. F. **Áreas agrícolas subcosteiras do nordeste meridional**. Recife: SUDENE, 1981.

EMBRAPA. **Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe: ameaças e demandas**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano XI. São Paulo, 2017.

FRANÇA, S.L.A. **A produção do espaço na Zona de Expansão de Aracaju/SE: dispersão urbana, condomínios fechados e políticas públicas**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2011.

FRANÇA, V.L.A. **Mudanças nas áreas cocoicultoras do litoral Sergipano**. Dissertação de Mestrado, NPGEIO, UFS, São Cristóvão, 1998.

FREITAS, N.B. **O descoroamento da princesa do sertão: de “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço**. Tese de Doutorado. PPGEIO, São Cristóvão, 2014.

FREITAS, J. G. **O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado**. Revista da Gestão Costeira Integrada. 7 (2): 105-115. Lisboa, 2007

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1980.

G1SE, **Mulher morre afogada em praia da capital**. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/mulher-morre-afogada-em-praia-da-capital.ghtml> Acessado em 13/06/2015.

G1SE, **Turista pernambucano morre afogado em Aracaju**. Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/setv-2edicao/videos/v/turista-pernambucano-morre-afogado-em-aracaju/4672793/> Acessado em: 19/03/2017.

GAZETA DE SERGIPE. **Assinado o Contrato para o Turismo**. Edição nº 10.602, Ano: XXXIX. Aracaju, 28 de dezembro de 1994.

GEORGE, Pierre. **Os Métodos da Geografia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

GESTEIRA, L.A.M.G. **A Ação do Estado-Capital na Produção do Espaço e a Expropriação das Comunidades Tradicionais no Município de Barra Dos Coqueiros/Se**. Dissertação, PPGeo/UFS, São Cristóvão, 2017.

HARVEY, D. **A Produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **A Teoria Marxista do Estado**, IN **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anablume, 2005, p. 77 a 94.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

Ianni, Otávio. **Sociedade global**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Brasília, 2016.

INFONET, **Barra dos Coqueiros receberá novo complexo imobiliário**. <http://www.infonet.com.br/noticias/economia/ler.asp?id=145352> , Publicado em 11/06/2013. Acesso em 16/02/2016.

INFONET, **Homem desaparece na Coroa do Meio em Aracaju**. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=126104> Acesso em 02/05/2017.

INFONET, **Jovem turista morre afogado na Orlinha da Coroa do Meio**. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=81814> Acesso em 02/05/2016.

INFONET. **Aracaju é a 12ª cidade mais violenta do mundo**. <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=203874> Acesso em 02/05/2018.

INFONET. **Praia da Coroa do Meio é 4ª mais perigosa do país**. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=81272> Acesso em 01/06/2017.

INSTITUTO MARCELO DÉDA. **Governador Marcelo Déda inaugura Rua do Turista**. <http://www.institutomarcelodeda.com.br/governador-marcelo-deda-inaugura-a-rua-do-turista/> , acessado em 20/04/2017.

IPEA. **Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e regiões**. Brasília, 2015.

_____. **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo – SIMT**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html> . Acessado em 25/06/2018.

JORNAL DA CIDADE, **ForroCaju: mesmo acontecendo, turismo foi prejudicado**. <http://www.jornaldacidade.net/noticia-leitura/69/107113/forro-cajumesmo-acontecendo,-turismo-foi-prejudicado.html#.Wt306tTwbIU> , acessado em: 23/04/2018.

JORNAL O DIA, **Jackson autoriza rodovia Pirambu/Pacatuba**. Publicada em 07/05/2015 às 00:38:00. http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=16179 Acessado em 27/04/2018.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

LEITE, M.M.B.X. **Educação ambiental e resistência: o caso do Mosqueiro (Aracaju/SE)**. Anais EPEA. Unesp. Rio Claro, 2007.

LIMA, L. B.B. de M. **Qualidade dos equipamentos e serviços turísticos do litoral sul de Sergipe: perspectiva de integração dos roteiros sergipanos e baianos**. Anais II seminário Nacional Espaço Costeiro. UFBA, 2013.

LIMA, R. A. P. F. **O avanço das redes hoteleiras internacionais no Brasil**. São Paulo: USP/ECA, Tese de Doutorado. 2003.

LISBOA, J. B. A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. Tese de Doutorado. PPGeo, UFS, 2007.

LIMONAD, Ester. **"Você já foi à Bahia, nêga? Não! Então vá! Antes que acabe..."** Planejamento, urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro, tendências e perspectivas. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona*, 2016.

_____. **O fio da meada. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros, Bahia**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona*, 1 de agosto de 2007b, vol. XI, núm. 245 (40).

LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social: A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel**. [Trad. Carlos Nelson Coutinho] São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, H.C. F. A construção social da praia. IN: **Sociedade de Cultura I**, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, Volume 13 (I). Universidade do Minho, 2000.

MACHADO, E.V. Aracaju: Paisagens e Fetiches, abordagens acerca do crescimento recente. Dissertação de Mestrado. UFSC, 1989.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARINI, R. M. Sobre a Dialética da Dependência. In: Traspadini, Roberta e Stedile, João. (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. Expressão Popular. São Paulo, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I – Vol I e II. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MENDONÇA, E.M.S e SOUZA, S.O. **Tópicos sobre a ocupação litorânea brasileira: o caso do extremo sul baiano**. Anais do 2º Seminário Nacional Sobre Espaços Costeiros, Salvador, 2015.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1999.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec e Annablume, 2000.

MOTA, D. M. da; Schmitz, H.; Silva Júnior, J. F. da; Jesus, N. B. de; Pereira, E. O.; Rodrigues, R. F. de A.; Santos, J. V. dos; Curado, F. F. **As catadoras de mangaba: problemas e reivindicações**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

_____. **Extrativismo em Sergipe: a vulnerabilidade de um modo de vida?**. Revista Raízes, Campina Grande, vol. 27, nº 1, p. 71–79, jan./jun. 2008

NENOTÍCIAS. **NORCON: Justiça reconhece que área ocupada por quilombolas pertence à União**. Disponível em: http://www.nenoticias.com.br/62509_norcon-justica-reconhece-que-area-ocupada-por-quilombolas-pertence-a-uniao.html ,Acesso em 17/05/2018.

OLIVEIRA, F.M. **As políticas de turismo no Brasil nos anos noventa**. Turismo em Análise, V.19, nº 2, Agosto, 2008.

OLIVEIRA, F.de. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2003.

OMT, **Barômetro Mundial do Turismo: anexo estatístico**. Vol.14, Maio, 2016. Disponível em : http://www.siimt.com/work/models/siimt/Resource/1de0bb9d-8199-48fb-af9a-769464f99875/PDF_RankingOMT_2015_May16.pdf , acessado em 01/12/2017.

SETUR SERGIPE. **Polo Costa dos Coqueirais**. Revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo de Sergipe - PDTIS. Technum Consultoria, Aracaju, 2013

PERAZZA, Maria Cláudia; TUAZON, Raul. **Prodetur/NE-I: Resultados e lições aprendidas**. Preparado para Banco Interamericano de Desenvolvimento. (s.d.). Disponível em: . Acesso em: 14 jul. 2008

PEREIRA, A.Q. **A urbanização vai a praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil**. Coleção Estudos Geográficos. ED. UFC, Fortaleza, 2014

PORTAL G1SE, **Aeroporto Santa Maria vai passar por reforma e modernização**. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/aeroporto-santa-maria-vai-passar-por-reforma-e-modernizacao.ghtml> Acessado em 17/11/2017.

PORTAL G1SE, **Arrematantes do Hotel Parque dos Coqueiros, SE, falam sobre processo.** Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2012/03/arrematantes-do-hotel-parque-dos-coqueiros-se-falam-sobre-processo.html>

PORTAL INFONET, **Famílias sem-teto devem deixar terreno em Pirambu.** Disponível em: <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=169069> , Acessado em 13/06/2014.

PORTAL INFONET, Governador autoriza início da construção da Ponte Aracaju – Barra. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=26802> , Acessado em 13/06/2015.

RIBEIRO, L.C de S; ANDRADE, J.R de L; PEREIRA, R.M. **Estimação dos Benefícios Econômicos do Prodetur Nacional em Sergipe.** Rev. Econ. NE, Documentos Técnicos. Fortaleza, v. 44, n. 4, p.975-1000, out-dez. 2013.

ROCHA. M. M L, MOTA. D.M. da, SCHMITZ. H, SOUSA, G.M. **Conflitos em torno do extrativismo da mangaba em Sergipe: o caso do povoado pontal.** Revista Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 143-158, abr./jun. 2015.

RODRIGUES, A. A. B. Apresentação. In: BENEVIDES, I. P. **O turismo e o PRODETUR: dimensões e olhares em parceria.** Fortaleza: EUFC, 1998.

_____. **Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

SALVADOR, A.C. *La urbanización turística: de la conquista del viaje a la reestructuración de la ciudad turística.* Documents D'anàlisi Geogràfica 32, 1998. pp. 17-43

SANCHEZ, F. Et. All. **Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos.** REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.107, p.39-56, jul./dez. 2004

SANTOS E.A.P., LANDIM M.F., OLIVEIRA, E.V.S., Silva, A.C.C.D. **Conservação da zona costeira e áreas protegidas: a Reserva Biológica de Santa Isabel (Sergipe) como estudo de caso.** Revista Natureza online. Vol 15, 2017.

SANTOS, C.N.C dos; VILAR, J.W.de C. **O litoral sul de sergipe: contribuição ao planejamento ambiental e territorial.** REVISTA GEONORTE, Edição Especial, V.3, N.4, p. 1128-1138, São Cristóvão, Sergipe, 2012.

SANTOS, M.A.N. **A ponte sobre o rio Sergipe: metamorfoses paisagísticas, territoriais e sociogeográficas no município de Barra dos Coqueiros/SE.** NPGeo/UFS, Dissertação, São Cristóvão, 2008.

SANTOS, M.N.L. **Políticas Territoriais do Turismo :investimentos no Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe, Brasil.** NPGeo/UFS, Tese, São Cristóvão, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

_____**A totalidade do diabo: como as formas geométricas difundem o capital e mudam as estruturas sociais** (1977). In.:Economia espacial. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, p. 187-204, 2003.

_____**Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____**Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008c

SANTOS, P.P. **Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico**: a segunda residência no litoral sergipano. Dissertação de mestrado. PPGEIO, UFS, 2015.

SECOM/SE. “**Estamos organizando o turismo no estado**”, garante Jackson ao liberar R\$ 3 milhões para capacitação em Turismo. Disponível em: <http://agencia.se.gov.br/noticias/governo/estamos-organizando-o-turismo-no-estado-garante-jackson-ao-liberar-r-3-milhoes-para-capacitacao-em-turismo> , acessado em 05/03/2017.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2017) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. Ciudad de México, 2016

_____**Metodología del ranking (2017) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. Ciudad de México, 2017

_____**Metodología del ranking (2017) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. Ciudad de México, 2018

SERGIPE. **Relatório de Contas Anuais 2016**. Secretaria da Fazenda, Aracaju, 2017. Disponível em: http://www.sefaz.se.gov.br/uploads/financial_report_file/file/CONTAS_ANUAIS_2016.pdf Acessado em 18/11/2017.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. IN: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ªEd. São Paulo, Ed. Alfa Omega, 1982.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

SOARES, L. S. O fio de Ariadne e o desatar dos nós do turismo urbano. IN: CARLOS, A.F.A, et all. **A cidade como negócio**. Ed. Contexto, São Paulo, 2015.

SOUTO, P. H. **Litoral norte sergipano**: história e perspectiva socioeconômicas. **Geoufs**. São Cristóvão, 2002. v.1, nº. 1.

SOUZA, A.M.S. **Condomínios horizontais exclusivos e a dinâmica socioespacial no litoral metropolitano de Aracaju (SE)**. Tese de Doutorado, UFS, São Cristóvão, 2016.

STROHAECKER, T. M. Dinâmica populacional. IN **Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil** – Brasília: MMA, 2008.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

THÉVENIN, J.M.R. **Mercantilização do espaço rural pelo turismo**: uma leitura a partir do município de Cairu-BA. Dissertação de Mestrado. PPGeo. UFS, 2009.

TCU, **Relatório de Avaliação de Programa**: Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste. Brasília, TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2004.96 p.

THEVENIN, J. M. R. O turismo e suas políticas públicas sob a lógica do capital. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.122-133, abr. 2011.

VALOR ECONÔMICO. **Apesar de indicadores negativos, Sergipe projeta melhoras para 2017**. São Paulo. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/4878488/apesar-de-indicadores-negativos-sergipe-projeta-melhoras-em-2017> , acessado em: 09/07/2017.

VILAR, José Wellington C. **O papel de pecuarização no processo de produção do espaço agrário sergipano**. Dissertação de Mestrado em Geografia. São Cristóvão: UFS, 1991.

VILAR, J.W. C e ARAUJO, H. M. A Zona de Expansão de Atacaju: contribuição ao estudo da urbanização litorânea de Sergipe. IN: **Território, Meio ambiente e Turismo no litoral sergipano**. EDFUS, São Cristóvão, 2010.

VILAR, J. W de C. e VIEIRA, L. V. L. **Consolidação do diagnóstico do litoral sul de Sergipe**. Ministério do Meio Ambiente/ADEMA-SE, Aracaju, 2004.

ZAGO, L.H. **O método dialético e a análise do real**. Kriterion: Revista de Filosofia. Vol 54, Nº 127. Belo Horizonte, 2013.